

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

MÁRCIA VALÉRIA AGUILAR CARRARO SEIXAS

**O CENTRO CÍVICO DE JORGE DE MACEDO VIEIRA:
UM ESPAÇO (RE)PRODUZIDO NA CIDADE DE CIANORTE-PR**

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

MÁRCIA VALÉRIA AGUILAR CARRARO SEIXAS

**O CENTRO CÍVICO DE JORGE DE MACEDO VIEIRA:
UM ESPAÇO (RE)PRODUZIDO NA CIDADE DE CIANORTE-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.
Orientador(a): Dr. Marcos Clair Bovo

**CAMPO MOURÃO – PR
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus Campo Mourão

S462c Seixas, Márcia Valéria Aguilar Carraro
O Centro Cívico de Jorge de Macedo Vieira: um espaço (re)produzido na cidade de
Cianorte-PR. / Márcia Valéria Aguilar Carraro Seixas. -- Campo Mourão, PR : UNESPAR,
2018.

193 f. : il. color.

Orientador: Dr. Marcos Clair Bovo

Dissertação (mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de
Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), 2018.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

1. Produção de Espaço-Urbanismo. 2. Planejamento Urbano. 3. Vida e Obra de Jorge
de Macedo Vieira - Engenheiro. I. Bovo, Marcos Clair, (orient). II. Universidade Estadual
do Paraná – Campus de Campo Mourão, PR. III. UNESPAR. IV. Título.

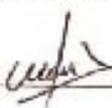
CDD 21.ed. 307.1

307.76

MÁRCIA VALÉRIA AGUILAR CARRARO SEIXAS

BANCA EXAMINADORA

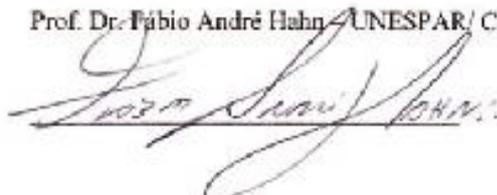
Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão



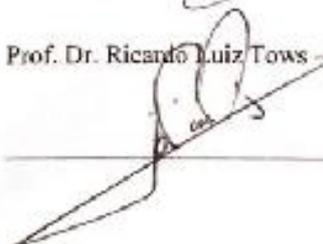
Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda – UFU/ Uberlândia



Prof. Dr. Fábio André Hahn – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr. Ricardo Luiz Tows – UFPR/ Astorga



Data de Aprovação

31 / 07 / 18

Campo Mourão – PR

Dedico esta dissertação aos cidadãos cianortenses a quem talvez este trabalho possa beneficiar, e aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, fonte constante de inspiração e motivação para pesquisa acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o mestre supremo, pela capacidade, coragem e saúde, com as quais me equipou para, embora achando impossível executar, ter a ousadia de tentar e viver a experiência de ver o que era aos meus olhos impossível se realizar.

À minha família, instrumento de exercício constante de superação, tanto minha quanto deles.

Ao professor Marcos, mais que orientador foi mestre, no mais amplo sentido da palavra, solidário nas minhas limitações e dificuldades, mostrando possibilidades para execução e conclusão deste trabalho.

Aos Professores Loboda e Eneida, pela atenção em seus pareceres sobre minha qualificação, cujas considerações foram de extrema importância. Aos professores Ricardo, Fabio e Loboda por participarem da Comissão Examinadora desta dissertação, na banca de defesa final.

A Maria Aparecida Rissato, que com seu auxílio diário proporcionou-me a tranquilidade necessária para dedicar-me a pesquisa.

Ao meu querido amigo-irmão Miguel dos Santos (*in memoriam*), cuja intercessão me acompanhou desde menina, quando me ensinou usar pincel e tinta despertando-me o amor à arte e arquitetura.

À minha amiga-irmã inspiradora, Valéria Tramontini Freitas, que de modo constante me encoraja

Aos entrevistados pela colaboração e disposição de ceder tempo no esforço de relembrar fatos ocorridos a bastante tempo.

À Universidade Estadual do Paraná pela oportunidade de desenvolver esse estudo e aos amigos da turma 2016 do PPGSeD, companheiros de angústias, cuja motivação, humor e brilhantismo nortearam o difícil desenrolar desta e das demais dissertações produzidas pelo grupo, num verdadeiro exercício de interdisciplinaridade.

Aos professores do PPGSeD, pela paciência e dedicação ao compartilhar preciosos conhecimentos e pelo compromisso com a produção criteriosa. Confesso, não foi fácil agradá-los.

Ao apoio da UNIPAR, instituição onde tenho oportunidade de compartilhar o aprendizado adquirido com os alunos de Arquitetura e Urbanismo do Campus de Cianorte-Pr. Aos colegas de trabalho, direção, coordenação, professores e funcionários motivadores do crescimento profissional.

E, repara, a verdade é que meu sentimento habitual em relação a História é sobretudo o da insatisfação. Digamos que não me satisfaz aquilo que me dizem [...] é como se eu quisesse dizer: “atenção! O que disseram está bem, mas falta qualquer coisa que eu venho dizer (SARAMAGO, 1989, p. 86).

RESUMO

SEIXAS, Márcia Valéria Aguilar Carraro. **O Centro Cívico de Jorge de Macedo Vieira: um espaço (re)produzido na cidade de Cianorte-PR.** 193f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2018.

A cidade de Cianorte-PR foi planejada pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira (1894-1978) em 1955, tendo por modelo a cidade-jardim inglesa, apresentando características modernas constituída por zoneamento, traçado geométrico, ambos articulados por meio de eixos norteadores para organização da malha urbana e a preservação de áreas de mata nativa, destinadas à implantação de parques urbanos. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar a proposta urbanística elaborada pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira para o Centro Cívico da cidade de Cianorte, destacando as alterações ocorridas nesse espaço público de 1953 a 2017. Para tanto, levantamos os seguintes questionamentos: a) Como foi planejado o Centro Cívico? b) Como ocorreu o processo de (re)produção do espaço do Centro Cívico? c) Como é atualmente o espaço destinado para Centro Cívico? d) Qual era expectativa do projetista em relação ao Centro Cívico? e) Como foi executado o Centro Cívico pelos agentes promotores do espaço urbano? Os procedimentos metodológicos utilizados são constituídos de: a) levantamento de registros fotográficos do Centro Cívico em diferentes períodos com objetivo de compreender as alterações ocorridas ao longo do período analisado; b) análise do anteprojeto elaborado por Jorge de Macedo Vieira de 1955, localizado no acervo histórico de São Paulo; c) levantamento e análise da legislação municipal criada ou alterada que trata do Centro Cívico e espaços anexos; d) comparação entre os mapas subsequentes que demonstram as alterações da forma do desenho de 1955 a 2017; e) entrevistas semiestruturadas com moradores envolvidos no processo de urbanização inicial da cidade, representantes do poder público e os agentes imobiliários; f) levantamento fotográfico do Centro Cívico em dois percursos para análise de acordo com a metodologia dos autores Gordon Cullen(1983) e Kevin Lynch(1996). O aporte teórico utilizado na pesquisa segue a ótica interdisciplinar contemplando a Geografia, História, Arquitetura e Urbanismo no momento em que se inter-relacionam, contribuindo com análises da ação dos agentes produtores do espaço, dentre eles, o Estado e os promotores imobiliários operantes nesse espaço público. Dentre os resultados alcançados com a pesquisa, podemos destacar as intenções projetuais do engenheiro para o espaço do Centro Cívico, o descortinamento dos fatos que legalizaram a (re)produção do Centro Cívico e a análise do espaço atual sob a perspectiva da percepção da pesquisadora.

Palavras-chave: Jorge de Macedo Vieira. Cianorte. Centro Cívico. Produção do Espaço. Legislação Urbana.

ABSTRACT

The city of Cianorte-PR was planned by the engineer Jorge de Macedo Vieira (1894-1978) in 1955, taking the model of the English garden city, presenting modern features constituted by zoning, geometric tracing, both articulated by means of guiding axes for organization of the urban network and the preservation of areas of native forest, destined to the implantation of urban parks. Thus, the research aims to analyze the urban proposal elaborated by the engineer Jorge de Macedo Vieira for the Civic Center of the city of Cianorte, highlighting the changes that occurred in this public space from 1953 to 2017. To this end, we raise the following questions: a) How was the Civic Center planned? b) How did the process of (re) production of the space of the Civic Center occur? c) How is currently the space destined for Civic Center? d) What was the expectation of the designer in relation to the Civic Center? e) How was the Civic Center executed by the promoters of urban space? The methodological procedures used are: a) survey of photographic records of the Civic Center in different periods in order to understand the changes that occurred during the analyzed period; b) analysis of the draft prepared by Jorge de Macedo Vieira of 1955, located in the historic collection of São Paulo; c) survey and analysis of municipal legislation created or amended that deals with the Civic Center and annexes; d) comparison between subsequent maps showing changes in the shape of the drawing from 1955 to 2017; e) semi-structured interviews with residents involved in the initial urbanization process of the city, representatives of the public power and real estate agents; f) photographic survey of the Civic Center in two routes for analysis according to the methodology of the authors Gordon Cullen(1983) and Kevin Lynch(1996). The theoretical contribution used in the research follows the interdisciplinary perspective of Geography, History, Architecture and Urbanism at the moment they are interrelated, contributing with analyzes of the action of the agents producing the space, among them, the State and the real estate promoters operating in this area. public place. Among the results achieved with the research, we can highlight the engineer's intentions for the space of the Civic Center, the unveiling of the facts that legalized the (re) production of the Civic Center and the analysis of the current space from the perspective of the researcher's perception.

Keywords: Jorge de Macedo Vieira. Cianorte. Civic Center. Production of Space. Urban Legislation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Projeto urbanístico do bairro Vila Anastácio, São Paulo.....	29
Figura 2 – Projeto do Jardim Guanabara, Rio de Janeiro.....	30
Figura 3 – Projeto de Rolinópolis, 1949, São Paulo.....	31
Figura 4 – Traçado urbano da cidade de Águas de São Pedro.....	32
Figura 5 – Praça dos Rouxinóis em Águas de São Pedro.....	34
Figura 6 – Maringá, espaços públicos e privados (projeto de Jorge de Macedo Vieira).....	35
Figura 7 – Centro Cívico de Maringá, 1947.....	36
Figura 8 – Praça enclausurada por edifícios públicos, plano de Maringá, 1947.....	37
Figura 9 – Projeto cidade balneária Pontal do Sul.....	38
Figura 10 – Anteprojeto para cidade de Cianorte de Jorge de Macedo Vieira, 1955.....	40
Figura 11 – Plano Cerdà, 1858.....	41
Figura 12 – New Harmony – Robert Owen.....	46
Figura 13 – Falanstério de François Fourier.....	47
Figura 14 A – Princípio correto do crescimento de uma cidade.....	48
Figura 14 B – Distrito e centro da cidade-jardim.....	48
Figura 15 – Localização da ferrovia nos planos de Letchworth e Cianorte.....	49
Figura 16 A – Projeto de Welwyn Garden City, 1927.....	50
Figura 16 B – Centro da cidade Welwyn Garden City, 1949 por Louis de Soissons.....	50
Figura 17 – Feira Mundial de Chicago, 1893.....	52
Figura 18 A – Plano para o National Mall ou Centro Cívico de Washington.....	54
Figura 18 B – Perspectiva do Plano para o National Mall de Washington.....	54
Figura 19 – O boulevard arborizado no projeto do Centro Cívico de Goiânia.....	55
Figura 20 – Centro administrativo de Goiânia, décadas de 1950 a 1970.....	56
Figura 21 – Planta Geral da Cidade de Minas, renomeada Belo Horizonte.....	57

Figura 22 – Praça da Liberdade em Belo Horizonte – MG.....	58
Figura 23 – Vista aérea da Praça da Liberdade, 1934.....	59
Figura 24 – Missa campal em celebração ao aniversário de Palmas, 1991.....	60
Figura 25 – Planta baixa centro administrativo Palmas-TO.....	61
Figura 26 – Quadra central com o Palácio Araguaia. Palmas -TO.....	62
Figura 27 – Vista aérea Praça dos Girassóis, Palmas -TO.....	63
Figura 28 – Início da urbanização da orla ajardinada, Santos, 1935.....	64
Figura 29 – Mapa de Santos, 1910.....	65
Figura 30 – Fundação de Cianorte.....	68
Figura 31 – Conformação dos dois Eixos Principais de Cianorte.....	72
Figura 32 – Eixo Monumental anteprojeto de 1955.....	72
Figura 33 – Centro Cívico de Maringá, 1972.....	73
Figura 34 – Primeiros traçados no solo urbano do Eixo Monumental, 1957.....	74
Figura 35 – Avenida Brasil edifícios do Centro Cívico.....	75
Figura 36 – Espaço destinado ao Centro Cívico.....	85
Figura 37 – Vista aérea parcial da área destinada ao Centro Cívico.....	86
Figura 38 – Espaço destinado ao Centro Cívico, denominado Área Institucional IV.....	87
Figura 39A – Ampliação da quadra 65 e parte da via da Praça da República.....	88
Figura 39B – Ampliação da quadra 67 e parte da via da Praça da República.....	88
Figura 40 – Ampliação da quadra 66 da Praça da República.....	89
Figura 41A – Mapa do trecho de rua eliminado para anexar quadras 63 e 64.....	90
Figura 41B – Local da interrupção da via.....	90
Figura 42A – Mapa comparativo da alteração das quadras 69 e 47 de 1980.....	91
Figura 42B – Mapa comparativo da alteração das quadras 69 e 47, de 2017.....	91
Figura 43 – Mapa com destaque das quadras 63 e 64, doadas para APEC.....	92
Figura 44 – Edifício do Fórum Juiz Itari Cerqueira Leite.....	93

Figura 45 – Mapa da Praça da República, parte central do Centro Cívico.....	94
Figura 46 – Edifício da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Cianorte.....	95
Figura 47 – Edifício do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.....	96
Figura 48 – Centro Esportivo da APEC, edificado sobre a quadra 65.....	97
Figura 49 – Edifício da AMERC, Associação Médica Regional de Cianorte.....	98
Figura 50 – Edifício da AREARC.....	99
Figura 51 – Espaço destinado ao Centro Cívico, alterado por meio da Lei 3398 de 2010....	100
Figura 52 – Lotes desafetados, destinados as Promotoria de Justiça.....	100
Figura 53 – Edifício da 13ª Regional de Saúde de Cianorte.....	101
Figura 54A – Centro Cívico vista aérea de 2016.....	103
Figura 54B – Centro Cívico projeto inicial de 1955.....	103
Figura 55 – Edifícios do Centro Cívico proposto e realizado.....	104
Figura 56A – O diretor gerente da C.M.N.P. assinando a ata de inauguração.....	110
Figura 56B – Ruas recém-abertas e as primeiras casas de Cianorte.....	110
Figura 57A – Primeiras edificações de Cianorte.....	110
Figura 57B – Primeiras edificações de Cianorte.....	110
Figura 57C – Primeiras edificações de Cianorte.....	110
Figura 58A – Local da igreja matriz de Cianorte.....	111
Figura 58B – Cruzeiro no local onde será construída a igreja matriz de Cianorte.....	111
Figura 58C – Campo de aviação.....	111
Figura 58D – Momento de pronunciamento Dr. Hermann Moraes Barros.....	111
Figura 59 – Projeto da cidade na parede do Hotel Cianorte em 26 de julho de 1953.....	112
Figura 60 – Folheto de propaganda da CIA. Melhoramentos do Norte do Paraná.....	115
Figura 61 – Propaganda de divulgação para venda de lotes em 1955.....	116
Figura 62A – Cidade planejada por Macedo Vieira	119
Figura 62B – Cidade Construída de 1953 a 1970.....	119

Figura 62C – Cidade Consolidada até 2014.....	119
Figura 63 – Alteração da proposta original para a proposta executada.....	121
Figura 64 – Planta Patrimônio de Cianorte, 1955.....	122
Figura 65 – Prefeito e vereadores da primeira gestão da Cidade de Cianorte.....	125
Figura 66 – Prefeitos de Cianorte, Jussara e Terra Boa em 1955.....	126
Figura 67 – Primeiro edifício destinado à prefeitura municipal de Cianorte.....	127
Figura 68 – Rodoviária de Cianorte.....	129
Figura 69 – Primeira rodoviária, construída pela CMNP, Praça 26 de Julho, 1953.....	129
Figura 70A – Chegada do trem em Cianorte, 1972.....	130
Figura 70B – Inauguração do trecho ferroviário T15-68 km - Cianorte e Maringá, 1973....	130
Figura 71 – Reinauguração do trecho ferroviário entre Cianorte e Maringá, 1985.....	131
Figura 72 – Projeto do “Novo Centro”.....	132
Figura 73 – Foto de satélite do “Novo Centro”.....	134
Figura 74 – Plano Diretor de 1996	135
Figura 75A – Mapa de Cianorte, CMNP.....	137
Figura 75B – Imagem de satélite da quadra 67.....	137
Figura 76A – Mapa de Cianorte, CMNP.....	137
Figura 76B – Foto de satélite da quadra 65.....	137
Figura 77 – Jorge de Macedo Vieira	139
Figura 78 – Projeto de Jorge de Macedo Vieira 1955, dividido em Zonas.....	140
Figura 79 A – Teatro Municipal, Rio de Janeiro, RJ	143
Figura 79 B – Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ.	143
Figura 80 A – Anteprojeto de Jorge de Macedo Vieira, 1955.....	144
Figura 80 B – Anteprojeto de Cianorte, 1955, Praça Rui Barbosa.....	144
Figura 80 C – Anteprojeto de Cianorte, 1955, Praça da República.....	144
Figura 80 D – Anteprojeto de Cianorte, 1955, Praça Raposo Tavares.....	144

Figura 81 A – Praça Olímpica, Jorge Macedo Vieira, 1955.....	145
Figura 81 B – Praça Gastão Vidigal, Jorge Macedo Vieira, 1955.....	145
Figura 81 C – Praça Osvaldo Cruz, Jorge Macedo Vieira, 1955.....	145
Figura 82 A – Praça Olímpica, CMNP.....	146
Figura 82 B – Praça Gastão Vidigal, CMNP.....	146
Figura 82 C – Praça Osvaldo Cruz, CMNP.....	146
Figura 83 – Centro Cívico de São Francisco, CA, EUA.....	146
Figura 84 – Parque do Anhangabaú (por volta de 1920), São Paulo capital.....	148
Figura 85 – Escola Politécnica, 1934.....	149
Figura 86 – Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, SP.....	150
Figura 87 – Edifício Martinelli, 1929, São Paulo-SP.....	151
Figura 88 – Projeto Eixo Monumental, CMNP 1987.....	152
Figura 89 – Vias de circulação e edificações previstas.....	154
Figura 90 A – Mapa do projeto de 1955.....	155
Figura 90 B – Mapa do projeto de 2016.....	155
Figura 91 – Sistema viário projetado por Vieira em 1955 e atual.....	156
Figura 92 – Mapa Sistema Viário Urbano, parte do Plano Diretor de 2006.....	157
Figura 93 – Mapa Sistema Viário Urbano. Revisão Plano Diretor de 2017.....	158
Figura 94 – Aldeia neolítica de Aichbuhlim Federseermor, Alemanha (2000 a.C.).....	159
Figura 95 – Centro Cívico com edifícios previstos no projeto de 1955.....	162
Figura 96 A – Imagem aérea de Cianorte, de 1996.....	164
Figura 96 B – Imagem aérea de Cianorte, de 2006.....	164
Figura 96 C – Imagem aérea de Cianorte, de 2013.....	164
Figura 96 D – Imagem aérea de Cianorte, de 2018.....	164
Figura 97 – Mapa de Zoneamento Municipal, maio de 2018.....	165
Figura 98 – Serviço de terraplanagem para construção da ferroviária 1953.....	168

Figura 99 – Foto aérea de Cianorte, 1989.....	169
Figura 100 – Representação fotográfica do percurso 1.....	175
Figura 101 – Representação fotográfica do percurso 2.....	178
Figura 102 – Desfile cívico, “Centro Cívico Edno Guimarães”	181
Figura 103 – Conjunto de edifício da APEC, Cianorte-PR.....	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Loteamentos projetadas por Jorge de Macedo Vieira.....	28
Quadro 2 – Cidades projetadas por Macedo Vieira.....	32
Quadro 3 – Evolução da legislação referente ao Centro Cívico de Cianorte-PR.....	82
Quadro 4 – Percurso 1. Análise perceptiva com metodologia de Lynch e Cullen.....	176
Quadro 5 – Percurso 2. Análise perceptiva com metodologia de Lynch e Cullen.....	179

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Expansão da área urbana de Cianorte no período de 1953-2014.....	118
---	-----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Secção transversal das principais vias urbanas.....	153
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: O CENTRO CÍVICO E A CIDADE COMO OBRA DE ARTE	24
1.1 O sujeito e sua produção artística: Jorge de Macedo Vieira.....	24
1.1.1 Jorge de Macedo Vieira o engenheiro, família e formação.....	24
1.1.2 Projetos anteriores	27
1.2 A influência de algumas ideias urbanísticas circulantes no período do planejamento de Cianorte	41
1.2.1 Urbanismo progressista x urbanismo culturalista.....	44
1.2.2 A ideia de <i>Beaux arts</i> e da <i>City Beautiful</i>	51
1.3 A aplicação no projeto urbanístico.....	66
1.3.1 A Cidade de Cianorte.....	66
1.3.2 O Eixo Monumental, o Centro Cívico e a Praça da República.....	71
CAPÍTULO 2: DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AO ESPAÇO (RE)PRODUZIDO: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE CIANORTE	77
2.1 Produção e (re)produção do espaço urbano e o direito à cidade: aspectos conceituais e legislação.....	77
2.1.1 Produção e (re)produção do espaço urbano.....	77
2.1.2 Atos legislativos sobre o Centro Cívico.....	82
2.1.3 Espaço produzido e (re)produzido do Centro Cívico.....	101
2.2 Os principais agentes produtores do espaço na cidade de Cianorte.....	106
2.2.1 A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: reflexões sobre sua atuação.....	109
2.2.2 Poder Executivo e Legislativo.....	124
2.2.3 Particulares, Instituições Públicas e Associações de Classe.....	136
CAPÍTULO 3: ENTRE A CIDADE IDEAL E A CIDADE REAL	139
3.1 O Centro Cívico proposto por Vieira.....	139
3.1.1 Influências teóricas e cotidianas.....	139
3.1.2 A aplicação dos conceitos no desenho do Centro Cívico.....	151
3.1.3 A praça elemento que quebra a monotonia.....	159

3.2 Centro Cívico como patrimônio histórico e cultural, relatos imagens e memórias.....	163
3.2.1 Relatos, Imagens e Memórias.....	166
3.2.2 Delimitando o Centro Cívico nos dias atuais: a nova dinâmica do lugar	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
REFERÊNCIAS	185

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano é tema relevante à medida que influencia diretamente na dinâmica das cidades, tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista, como pelas ações do Estado que (re)produz diferentes espaços de acordo com a influência da sociedade.

Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo analisar a proposta urbanística elaborada pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira para o Centro Cívico da cidade de Cianorte, no Estado do Paraná, destacando as alterações ocorridas nesse espaço público de 1953 a 2017. Para tanto, levantamos os seguintes questionamentos: a) Como foi planejado o Centro Cívico? b) Como ocorreu o processo de (re)produção do espaço do Centro Cívico? c) Como é atualmente o espaço destinado para Centro Cívico? d) Qual era expectativa do projetista em relação ao Centro Cívico? e) Como foi executado o Centro Cívico pelos agentes promotores do espaço urbano?

A cidade apresenta-se como uma realidade complexa, (re)produzida constantemente por diferentes agentes produtores do espaço urbano. Para tanto, faz-se necessário diferentes olhares sobre os diferentes espaços, sendo necessário o enfoque interdisciplinar para compreender a cidade nas diferentes dimensões sociais, política, econômica e cultural. Diante do exposto, propomos compreender a sociedade e seu desenvolvimento por meio do espaço enquanto determinante social, estabelecendo um diálogo com a arquitetura e urbanismo, geografia e sociologia urbana. Como aporte teórico utilizamos os seguintes autores e conceitos, da geografia, Roberto Lobato Corrêa com o espaço urbano. Do urbanismo destacamos o conceito de cidade-jardim com Ebenezer Howard e Françoise Choay. Rosana Steinke e Antonio Carlos Bonfato descrevem a biografia e obra do engenheiro Jorge de Macedo Viera.

Por conseguinte, encontramos várias pesquisas que foram desenvolvidas acerca do planejamento das cidades Paranaenses, dentre elas podemos destacar algumas que têm como *corpus* a cidade de Cianorte, como é o caso da pesquisa de Dias (1998), que trata da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e sua atuação como agente fundiário na produção do espaço urbano local. Já a pesquisa de Dalberto (2009) aborda o desenho da cidade e a identidade urbana e a de Souza (2010 e 2015) analisa o Módulo Mandhuy e o Parque Cinturão Verde respectivamente, tratando da proteção urbana e fragmentação florestal. Tais pesquisas, que somadas a livros editados com relatos dos primeiros habitantes durante a

implantação da cidade, e publicações da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), formam um conjunto de informações que auxiliam na compreensão da dinâmica de formação do espaço urbano de Cianorte e demonstram algumas lacunas, de modo a oferecer o descortinamento necessário dos fatos, promovendo o desenvolvimento da investigação.

Dessa maneira, para entendermos a cidade de Cianorte temos que observar as várias transformações ocorridas por meio dos tempos e principalmente as relações que as promoveram. Diante disso, Lewis Mumford (1998) em seu livro “A Cidade na História” evidencia que é necessário voltar ao passado para compreender a cidade “partindo das mais complexas estruturas e funções conhecidas, para os seus componentes ordinários, mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura [...]” (LEWIS MUMFORD, 1998, p. 11). Logo, sendo assim, é importante pensarmos no surgimento da cidade, tendo em vista as seguintes prerrogativas: a cidade surgiu a partir do acúmulo dos habitantes e foi se formando com o tempo? Surgiu a partir de uma circunstância sazonal, ou foi planejada?

Caso a cidade seja planejada, o desenho urbano torna-se objeto de planificação, sendo essencial, conforme afirma Lamas (2014), não é apenas um conjunto de traçados que traz sua intencionalidade ideal de um tempo, pois os anseios da construção de uma sociedade em particular, à medida que o uso das ferramentas projetuais traduzidas na intenção da construção de espaços próprios têm finalidades variadas, por exemplo: públicos e privados, coletivos e individuais, de circulação e permanência, contemplação e participação que vão compondo assim a paisagem urbana, cuja dinâmica se completa com a apropriação do cidadão.

O espaço produzido pelo homem reflete o contexto em que se insere, seja dos grupos sociais, das esferas de poder ou dos condicionantes físicos que se impõem sobre ele. A economia direciona decisões sobre o território, ordenando sobre o espaço de modo a atender às demandas, muitas das vezes, em discordância com o planejamento da cidade como um todo, quase que negando as consequências futuras das atitudes presentes.

Para a realização desta pesquisa adotamos os seguintes procedimentos metodológicos:

a) levantamento bibliográfico de teses, dissertações, livros, jornais e artigos de periódicos científicos relacionados à temática a ser pesquisada com o objetivo de buscar a fundamentação para dissertação. Também realizamos o levantamento bibliográfico referente às pesquisas desenvolvidas na cidade de Cianorte, planos diretores do município, lei orgânica municipal, documentos oficiais sobre o processo de construção e ocupação do espaço urbano de Cianorte;

b) levantamento de registros fotográficos do Centro Cívico em diferentes períodos com objetivo de compreender as alterações ocorridas neste espaço. Esses registros sobre o

espaço urbano foram fundamentais para confirmar o processo de ocupação do Centro Cívico. Desde os primeiros achados fotográficos desta pesquisadora junto ao acervo particular de Paulo de Moraes Barros Neto, gerente do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em Cianorte desde sua implantação, cujo zelo no arquivamento ofereceu informações precisas para esta análise, passando pelos porões da Prefeitura Municipal de Cianorte, cujo acesso às informações foi nos facilitado. Realizamos também pesquisas em acervos particulares disponíveis *online* em redes sociais, Google Earth, revistas e jornais datados de 1953 até os dias atuais;

c) análise do anteprojeto elaborado por Jorge de Macedo Vieira em 1955, localizado no acervo do engenheiro no Museu Histórico de São Paulo. Esse anteprojeto foi localizado após exaustiva procura por parte da pesquisadora, nos cartórios (Cianorte, Londrina, Cruzeiro do Oeste, Campo Mourão e Peabiru), na Prefeitura do Município, na CMNP, na Câmara dos Vereadores de Cianorte, no Museu da Bacia do Paraná, acervo do Patrimônio Histórico de Maringá, entre particulares como alguns dos primeiros funcionários da CMNP, o engenheiro da Companhia Altivo Rubens Marques e João Batista Mafra gerente do escritório responsável pela venda de lotes. Por fim, confirmamos que não existe exemplar deste primeiro mapa da cidade de Cianorte disponível à população no município ou região;

d) levantamento e análise da legislação municipal criada ou alterada que trata do Centro Cívico e espaços anexos, por meio de visita diretamente ao acervo da Câmara dos Vereadores de Cianorte após pesquisa online em site disponível, checando as assinaturas dos políticos que aprovaram cada uma das leis citadas neste trabalho, resultando em quadro cronológico organizado de acordo com as datas de aprovação das leis;

e) comparação entre os mapas subsequentes que demonstram as alterações da forma do desenho de 1955 a 2017, mapas localizados no 1º ofício do registro de imóveis, Cartório Nicolau, CMNP escritório de Cianorte e Prefeitura Municipal;

f) entrevistas semiestruturadas com moradores envolvidos no processo de urbanização inicial da cidade e representantes do poder público, cujo equipamento usado foi o gravador do aparelho celular, sendo o áudio transcrito para facilitar a citação dos relatos. Embora tenhamos encontrado resistências de alguns quanto à disponibilidade de conceder as entrevistas, os obstáculos foram superados e pudemos observar a emoção dos entrevistados ao serem apresentados ao mapa inicial da cidade que a tanto tempo não viam, uma vez que todos eram conhecedores do projeto, sendo eles: João Batista Mafra, Altivo Rubens Marques, Flávio Vieira e Paulo de Moraes Barros Neto.

g) levantamento fotográfico do Centro Cívico em dois percursos para análise de acordo com a metodologia dos autores Gordon Cullen(1983) e Kevin Lynch(1996), a fim de perceber o espaço do Centro Cívico da forma que se apresenta atualmente, analisando as sensações que o espaço reproduzido causa nos cidadãos. Para aplicação de tal metodologia foi utilizada câmara fotográfica e eleitos alguns pontos de interesse espacial para o registro das “visuais”, de modo que ao marcarmos os pontos no mapa do Centro Cívico, também demonstramos o espaço por meio do registro da realidade, podendo analisar os efeitos dos edifícios implantados e das alterações no espaço urbano nesse recorte e como isso reflete no espaço público.

Dessa forma, a dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo intitulado *O Centro Cívico e a cidade como obra de arte*, temos por objetivo compreender as principais ideias urbanísticas que influenciaram no planejamento e na aplicação do projeto urbanístico da cidade de Cianorte. Desse modo, encontra-se dividido em duas seções.

Na primeira seção denominada *O sujeito e sua produção artística: Jorge de Macedo Vieira*, contextualizamos a importância da produção urbanística do engenheiro no cenário nacional. Na sequência, apresentamos duas subseções com título *Jorge de Macedo Vieira o engenheiro, família e formação* e *Projetos anteriores*. Na primeira, destacamos a biografia do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, sua formação acadêmica e a origem das primeiras influências conceituais. Já na segunda, destacamos a sua produção intelectual e a trajetória profissional, por meio de alguns conceitos projetuais pontuados no decorrer da dissertação.

As pesquisas publicadas por Rosana Steinke(2007) e Antonio Carlos Bonfato(2008) oferecem o levantamento histórico que permite sustentar teoricamente as afirmativas quanto às influências sofridas pelo engenheiro durante sua formação acadêmica, estágios e contato com outros profissionais.

Na segunda seção denominada *A influência de algumas ideias urbanísticas circulantes no período do planejamento de Cianorte* as ideias de cidade jardim de Howard (1996), da *City beautiful* de origem norte-americana, e da *beaux arts* francesa, serão expostas tendo por base o livro *O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*, da autora Françoise Choay(2013), correntes que influenciaram a obra de Jorge de Macedo Vieira. Por permear o desenho de Cianorte, destacar estes conceitos torna-se relevante para compreensão da proposta de plano inicial para cidade, do Eixo Monumental e do Centro Cívico que comporta a Praça da República. Dividida em tres subseções, *Urbanismo progressista x urbanismo*

culturalista, A ideia da Beaux arts e da City beautiful, exploramos o ideário urbanístico que permeava a formação acadêmica dos profissionais da época, inclusive Jorge de Macedo Vieira, cujos conceitos são identificados em sua produção.

Para finalizar o primeiro capítulo, apresentamos a terceira seção denominada *A aplicação no projeto urbanístico*, cujo objetivo foi analisar o plano inicial para cidade, na qual demonstramos o conjunto de ideias aplicadas por Jorge de Macedo Vieira no anteprojeto proposto, com destaque para o Centro Cívico e a Praça da República. Assim sendo, encontra-se dividido em duas subseções *A Cidade de Cianorte* e *O Eixo Monumental, o Centro Cívico e a Praça da República*.

Na primeira, abordamos a cidade, como elemento macro proposto no planejamento urbano de Vieira, com destaque para o zoneamento, traçado geométrico, eixos norteadores, dentre eles o Eixo Monumental.

Na segunda subseção, abordamos *O Eixo Monumental, o Centro Cívico e a Praça da República* utilizados por Jorge de Macedo Vieira como um dos elementos estruturadores da malha urbana que se configura a partir da estação ferroviária e da rodoviária, principais acessos para chegada dos visitantes à cidade, numa sucessão de espaços que se abrem e fecham por meio de praças e avenidas na alternância de amplitude e estreitamentos, sugerindo expectativa ao usuário, finalizamos com *A Praça da República*, que é o ponto principal do Eixo Monumental proposto por Vieira, analisando o seu significado e as suas características desde 1955 aos dias atuais.

No segundo capítulo, intitulado *Da produção do espaço ao espaço reproduzido: uma análise da cidade de Cianorte*, analisamos o processo de formação da cidade de Cianorte, em especial do Centro Cívico, identificando os principais agentes produtores desse espaço urbano. O capítulo está organizado em duas seções sendo a primeira *Produção e (re)produção do espaço urbano e o direito à cidade: aspectos conceituais e legislação* nos quais discutimos aspectos conceituais, e constatamos o papel de cada um dos agentes produtores nesse processo, identificando-os nas subseções a seguir: *Produção e (re)produção do espaço urbano*, que trata do aspecto conceitual da questão do espaço urbano e sua reprodução, na segunda subseção, *Atos legislativos sobre o Centro Cívico* apresenta o levantamento de atos legislativos municipais que promoveram as mudanças no espaço do Centro Cívico, organizados por meio de um quadro esquemático em ordem cronológica e na terceira, *Espaço produzido e reproduzido* apresentamos a discussão referente à legislação municipal destacando as mudanças morfológicas no espaço do Centro Cívico.

Na segunda seção, denominada *Os principais agentes produtores do espaço na cidade de Cianorte*, apresentamos a discussão referente à atuação dos vários agentes sobre o espaço do Centro Cívico. Estruturado em três subseções, a primeira denominada, *A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: reflexões sobre sua atuação*, descreve desde as primeiras intervenções da colonizadora a fim de implantar a cidade de Cianorte, de modo a elucidar a intencionalidade desta sobre o espaço do Centro Cívico. A subseção *Poder executivo e Legislativo* relaciona a atuação política sobre o espaço urbano por meio do registro cronológico de eventos que envolvem o Eixo Monumental e o Centro Cívico. Os outros agentes que atuaram no espaço do Centro Cívico são relacionados na subseção *Particulares, Instituições Públicas e Associações de Classe*.

No terceiro capítulo intitulado *Entre a Cidade Ideal e a Cidade Real*, analisamos a intenção projetual a partir do anteprojeto de Cianorte elaborado por Jorge Macedo Vieira, imagens e relatos de alguns moradores sobre o Centro Cívico e o espaço atual. Estruturado em duas seções, sendo a primeira *O Centro Cívico proposto por Vieira*, para isso, analisamos o Centro Cívico relacionando o contexto em que foi criado e seu aspecto morfológico. Na subseção *Influências teóricas e cotidianas*, aprofundamos na pesquisa sobre as influências teóricas e cotidianas sofridas por Jorge de Macedo Vieira, relacionando o ambiente em que vivia e a literatura encontrada em sua biblioteca com o espaço proposto por ele, na subseção seguinte *A aplicação dos conceitos no desenho do Centro Cívico*, destacamos alguns aspectos do desenho proposto por Vieira face às transformações sofridas e suas consequências. Na terceira subseção *A praça elemento que quebra a monotonia*, destacamos as características da praça cívica como elemento de composição da malha urbana.

Na segunda seção *Centro Cívico como patrimônio histórico e cultural, relatos imagens e memórias*, procuramos compreender como ocorreu a relação desse espaço público com os envolvidos, ou seja, na concepção, produção e apropriação, em duas subseções. A primeira *Relatos, Imagens e Memórias*, na qual por meio de entrevistas semiestruturadas, colhemos relatos que ilustram juntamente com fotografias da época fatos que envolvem a reprodução de Centro Cívico. A segunda e última subseção *Delimitando o Centro Cívico nos dias atuais: a nova dinâmica do lugar* analisamos a partir da metodologia e conceitos dos autores Kevin Lynch(1996) e Gordon Cullen(1983), a percepção do espaço atual por meio de dois percursos realizados e registro fotográfico.

CAPÍTULO 1

O CENTRO CÍVICO E A CIDADE COMO OBRA DE ARTE

Neste primeiro capítulo, buscamos compreender as principais ideias urbanísticas que influenciaram no planejamento e na aplicação do projeto urbanístico da cidade de Cianorte-PR. Nessa busca, dividimos em três seções, sendo que na primeira, contextualizamos a importância da produção urbanística de Jorge de Macedo Vieira no cenário nacional, sua biografia, formação e projetos realizados.

Na segunda seção, expomos a ideia de cidade jardim inglesa de Howard (1996), da *City beautiful* de origem norte-americana, e da *beaux arts* francesa, que influenciaram na obra de Jorge de Macedo Vieira e na aplicação destes conceitos no plano inicial para Cianorte, com destaque para o Eixo Monumental e Centro Cívico que comporta a Praça da República.

Finalizamos este capítulo, na terceira seção, tratando do Eixo Monumental, o Centro Cívico e a Praça da República, analisando sua importância no projeto inicial proposto por Vieira, o seu significado no contexto histórico da cidade de Cianorte e as suas características desde 1955 aos dias atuais.

1.1 O sujeito e sua produção artística: Jorge de Macedo Vieira

Na história do urbanismo brasileiro, vários profissionais deixaram a sua contribuição, alguns com grande destaque, outros com menos, embora pouco conhecido, Jorge de Macedo Vieira foi um deles. Com uma ampla produção urbanística entre as décadas de 1920 a 1950, Jorge de Macedo Vieira incorporou aos seus projetos conceitos provenientes de movimentos europeu e americano, muito em voga na época.

Para compreender as principais ideias urbanísticas que influenciaram no planejamento e na aplicação no projeto urbanístico da cidade de Cianorte, abordamos inicialmente temas relacionados à vida pessoal, formação acadêmica, trajetória profissional e produção, oferecendo um conjunto de informações prévias que colaboram para ampliar o conhecimento a respeito do engenheiro e de sua forma particular de trabalhar com o repertório urbanístico a que foi exposto.

1.1.1. Jorge de Macedo Vieira o engenheiro, família e formação.

Nascido em São Paulo, em 15 de agosto de 1894, viveu 83 anos, vindo a falecer em sete de janeiro de 1978. De origem familiar de poucas posses, filho de serventuário do primeiro tabelionato da cidade. Engenheiro politécnico, profissional de extrema dedicação com produção expressiva e bem articulada no meio urbanístico, acumulando ao longo da sua vida razoável patrimônio.

Manteve-se solteiro, não deixando herdeiros diretos, porém esteve cercado por familiares e com quem contou como auxiliares em seu escritório, conforme descrito nos painéis da exposição de “O Urbanismo de Engenheiro Jorge de Macedo Vieira”, por ocasião da IV Bienal Internacional de Arquitetura que ocorreu em São Paulo, em 1999 e 2000.

No escritório de Vieira trabalharam, por muitos anos: seu próprio pai, Francisco Vieira da Silva como guarda-livros ou contador, seus irmãos: Francisco Vieira da Silva Júnior, arquiteto, responsável pelos projetos e obras de edificações, e José de Macedo Vieira, topógrafo e assistente na administração de muitas obras. Trabalhou também seu sobrinho Francisco Vieira da Silva Neto, topógrafo, filho de Antônio Casimiro Vieira, engenheiro, com quem Jorge manteve algum tempo uma sociedade num depósito de materiais de construção. Essa organização familiar deu sustentação às atividades do Escritório durante muitos anos, correspondendo ao período mais produtivo de sua atividade (décadas de 1920-1940) (AMJS, 2010, *online*).

Jorge Macedo Vieira cursou engenharia civil na Escola Politécnica de São Paulo (POLI/USP) no ano de 1917, ambiente que refletia o processo de modernização tecnológica e industrial a que se submete o Brasil, buscando englobar saneamento, circulação e desenho urbano, novos problemas urbanos. Para Steinke (2005), ele:

[...] é fruto de uma época onde os profissionais recebiam uma formação voltada para a atuação na escala da cidade, segundo o modelo adotado na estrutura curricular da referida escola, aproximando-se do modelo alemão, que unificava o ensino do curso fundamental e dos cursos especiais em uma única escola e a arquitetura era uma especialização da engenharia. Essa ênfase, conforme aponta Leme, vem da necessidade de formar profissionais em consonância com o processo de modernização tecnológica que começava a se destacar no país. Em termos práticos, significava formar profissionais que atuassem na cidade através de grandes intervenções, envolvendo saneamento, circulação e desenho urbano, com uma visão de totalidade, que englobasse o conjunto da área urbana na época (STEINKE, 2005, p. 85).

Tendo em vista o crescimento da cidade de São Paulo em 1912, instala-se a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Ltda*, sendo a maior empresa imobiliária já constituída no sul da América, esta daria a Vieira a oportunidade de participar da atividade urbana ainda como estudante de engenharia, no sexto ano da faculdade.

Considerada pioneira do urbanismo em São Paulo, a *Cia City* influenciou decisivamente na opção profissional de Vieira, escolhendo assim o urbanismo como área de trabalho.

No ano de 1971, ele concedeu uma entrevista para a Secretaria de Cultura de Maringá, na qual foi questionado sobre o que o levou a se especializar em urbanismo:

[...] Foi o fato de ter sido engenheiro da Companhia City que já disse, eu já falei disso? Que fui engenheiro da Companhia City, acho que não. Eu saí da escola em 17, no último ano da Escola Politécnica, no sexto ano, portanto, eu já era auxiliar da Companhia City, depois de formado lá como engenheiro dois anos, e a City como foi à primeira do urbanismo em São Paulo, lá eu aprendi muita coisa e principalmente o gosto pela especialidade, lá (VIEIRA, 1971, p. 2).

Vieira ao longo da sua trajetória profissional trabalhou ao lado de Barry Parker, acompanhando a criação de bairros cujo conceito de cidade-jardim foi empregado, como Jardim América, Pacaembu, Anhangabaú, Alto da Lapa e Bela Aliança. Vieira não ficou alheio à forma “inglesa” de projetar cidades de Parker, conforme o tratado de desenho urbano de Unwin, publicado em 1909, incorporando como veremos a seguir estes conceitos aos seus trabalhos.

Como se sabe, Macedo Vieira estagiara e trabalhara na Cia. City de loteamentos, em São Paulo, no período em que Barry Parker desenvolveu os projetos desta empresa para os bairros paulistanos Jardim América, Alto da Lapa e Pacaembu (Cf. Wolff, 1998). Parker era sócio de Raymond Unwin e juntos haviam desenhado as primeiras cidades-jardins inglesas. (REGO; MENEGUETTI 2012, p. 3).

Para o engenheiro, esta oportunidade foi decisiva para quem era recém-formado e experimentasse com tamanha proximidade a prática das inovadoras ideias de Howard sob a tutela de Raymond Unwin e Barry Parker. Dessa forma, “A ligação direta de Vieira com os formalizadores da cidade jardim inglesa foi o que lhe conferiu tanta propriedade ao projetar cidades e se utilizar dos ideais apregoados por Raymond Unwin e Barry Parker, como garantia da boa forma urbana” (FREITAS et al, 2016, p. 7).

No decorrer da sua trajetória profissional, teve por mais de três anos uma sociedade com outro engenheiro da Politécnica, o que contribuiu para a sua experiência profissional. No início da década de 1920, com a sua saída da City, organiza uma empresa em sociedade com o engenheiro Mariano de Oliveira Wendell, que era seu colega na Escola Politécnica. Essa sociedade se desfez em 1923 e o projeto mais relevante do Parque da Mooca foi elaborado em 1922.

É importante destacar que após o rompimento da sociedade, Vieira cria o seu próprio escritório técnico denominado “Escritório Técnico Jorge de Macedo Vieira”, no qual passa a trabalhar com o auxílio de familiares e a desenvolver projetos de maior porte, fruto de sua competência profissional, habilidade nas relações comerciais e sociais. As obras produzidas por Vieira totalizam mais de 50 milhões de m². No próximo subitem, apresentamos alguns projetos desenvolvidos em algumas cidades brasileiras.

1.1.2. Projetos anteriores.

Além da participação na criação de novas cidades no Paraná, como Londrina¹, Maringá, Cianorte, Pontal do Sul e Águas de São Pedro, em São Paulo, também projetou diversos loteamentos nos estados de São Paulo: Atibaia, Campos de Jordão e Campinas e no Rio de Janeiro: Nova Friburgo. Para Kawai (2000), Vieira realizou outras obras, tais como:

[...] levantamentos topográficos e cadastrais e demarcação de glebas; projetos e aberturas de estradas de ferro e rodagem; projetos de arruamento e loteamento, inclusive projetos de drenagem, de pontilhões e passagens; execução, fiscalização e administração de obras; projetos de distritos industriais (KAWAI, 2000, p. 97).

Essas obras demonstram o conhecimento em topografia, sendo uma das características predominantes de seu escritório, contava com equipe e equipamentos direcionados para desenvolver projetos, execução e fiscalização de trabalhos na área.

Vieira ao projetar os loteamentos apresentava precisão do desenho orgânico alternado com elementos geométricos. As curvas de nível determinam o traçado sinuoso conforme preconizado por Camilo Sitte e Raymond Unwin. Diante disso, o uso de figuras geométricas aparece em forma de semicírculos, triângulos, retângulos, e linhas diagonais que cortam a malha urbana, criando corredores de circulação em amplas avenidas, sendo estas verdadeiros boulevares, influenciado pelo modelo do *city beautiful* de origem norte-americana.

Essa proposta era considerada inovadora para época, inovava o traçado “xadrez” usual até então. É importante destacar que a maioria dos loteamentos projetados por Vieira em São Paulo atendem as expectativas de investidores em um meio social elitizado, que busca o “glamour” da cidade jardim como valorização do verde e o aspecto monumental, desconsiderando a visão social da proposta de Howard.

¹ Conforme Fernanda Correia Silva, Cíntia Stela Negrão Berlimi no artigo “O acervo pessoal do urbanista Jorge de Macedo Vieira: a importância da preservação do patrimônio documental”.

Para Steinke (2005),

As obras que se seguiram revelam os vínculos de Vieira aos princípios de arruamento e planejamento empreendidos pela Cia. City, cuja origem, como vimos, revela filiação ao Movimento pela Cidade Jardim, já despojados de seu caráter reformista inicial, recuperando apenas alguns elementos comuns, como a presença de parques e jardins, os *cul de sac* no interior das quadras, a separação do tráfego intenso das vias para uso estritamente residencial, enfim, alguns elementos formais que, conjugados, proporcionavam uma qualidade paisagística e ambiental de nível elevado, em relação aos outros bairros existentes (STEINKE, 2005, p. 2).

Bonfato (2008) relaciona estes loteamentos de modo a dar visibilidade a esta produção como demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 – Loteamentos projetadas por Jorge de Macedo Vieira.

Ano	Nome	Município	Estado	Área
1918	Vila Anastácio	São Paulo	SP	629.782
1922	Jardim Japão	São Paulo	SP	1.050.000
1923	Chácara da Mooca	São Paulo	SP	2.600.000
1923	Vila Maria	São Paulo	SP	1.308.120
1924	Ipiranga	São Paulo	SP	122.880
1924	Vila Nova Manchester	São Paulo	SP	1.292.355
1925	Jardim Guanabara	Ilha do Governador	RJ	3.071.630
1925	Bairro Santa Terezinha	São Bernardo do Campo	SP	1.100.000
1925	Chácara Santa Maria	São Paulo	SP	180.000
1926	Parque Edu Chaves	São Paulo	SP	413.887
1927	Dist. Ind. Manguinhos	Manguinhos	RJ	3.650.000
1931	Vila Isabel	Campos do Jordão	SP	3.000.000
1937	Cidade Mãe do Céu	São Paulo	SP	346.360
1938	Jardim da Saúde	São Paulo	SP	1.350.090
1945	Nova Campinas	Campinas	SP	839.822
1947	Vila Medeiros	São Paulo	SP	40.000
1947	Vila Campesina	Osasco	SP	619.190
1947	Vila Formosa	São Paulo	SP	1.398.888
1949	Rolinópolis	São Paulo	SP	239.760
1950	Chácara da Barra	Campinas	SP	578.986
1950	Vila Santista	Atibaia	SP	N/D
1951	Condomínio Nalyce	São Paulo	SP	67.600
1953	Jardim Universidade	São Paulo	SP	852.013
1956	Bairro Suíço	Nova Friburgo	RJ	139.600
1958	Vila Iza	Campinas	SP	44.410
1959	Jardim Felicidade	São Paulo	SP	360.000
1959	Jardim são João	São Paulo	SP	80.000
			Total	24.520.360

Fonte: BONFATO, 2008, p. 103 e 105. Organizado pela autora.

Os loteamentos planejados por Vieira encontram-se, em sua maioria, no entorno da área central da cidade de São Paulo, sendo denominados bairros-jardins, caracterizam-se segundo Bonfato (2008), por uma precisão de desenho, tendo a topografia como norteadora de suas decisões, ora recorrendo ao traçado sinuoso, ora aplicando o traçado geométrico, respeitando sempre a natureza do sítio, o que oferece uma rica variedade de traçados que valorizam a particularidade de cada loteamento.

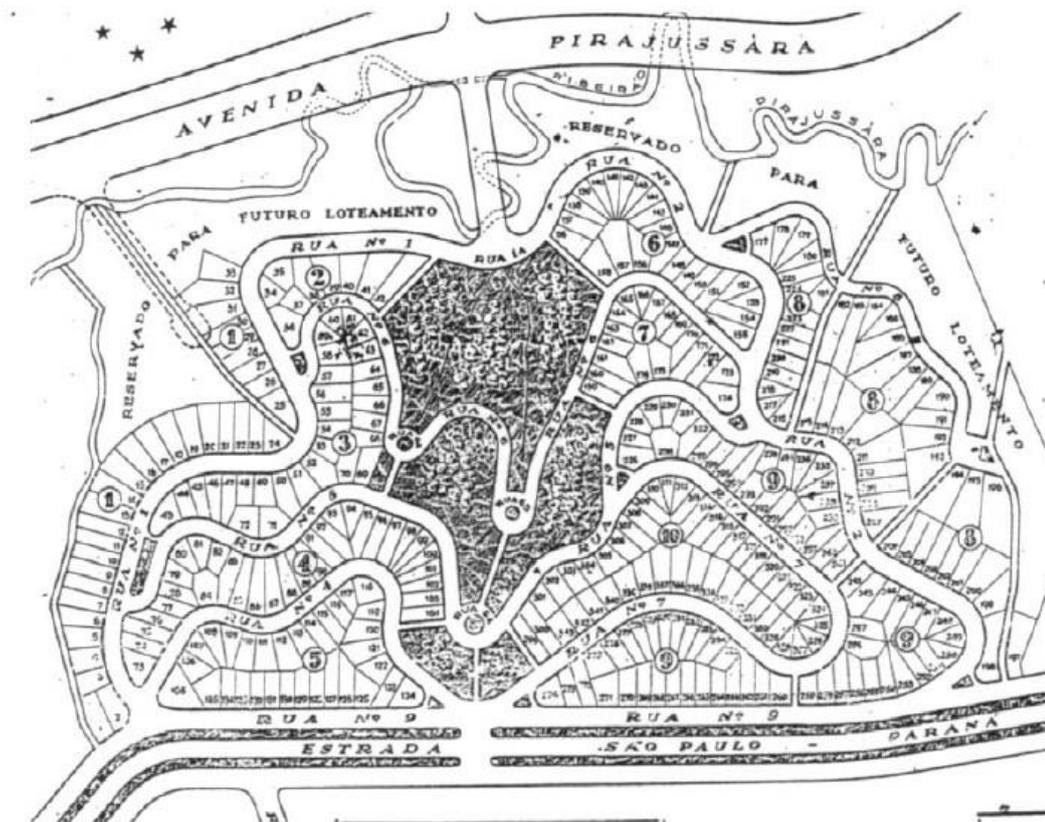
Já no estado do Rio de Janeiro, de acordo com o quadro 1, destacamos o Jardim Guanabara (Figura 2), que foi projetado entre 1925 e 1931, bairro residencial para uma população de 20 mil habitantes, situado na Ilha do Governador, cuja área aproximada era para três milhões de m², e a qual era destinada a parques, jardins e ruas distintas para pedestres e veículos conforme destaca Steinke (2005).

Figura 2 – Projeto do Jardim Guanabara, Rio de Janeiro.



O domínio da topografia sobre o desenho pode ser observado com evidência no projeto de Rolinópolis próximo ao córrego Pirajuçara. A área verde no seu interior deu origem ao Parque Luís Carlos Prestes, conferindo maior qualidade a este espaço urbano (Figura 3) sua implantação necessitou de extremo cuidado com a infraestrutura básica em função da topografia com diferentes níveis.

Figura 3 – Projeto de Rolinópolis, 1949, São Paulo.



Fonte: BONFATO, 2003, p. 82.

Aplicando referências formais produzidas por movimentos historicistas do começo do século XX, as cidades projetadas por Vieira seguem os mesmos princípios urbanísticos aplicados nos bairros projetados por ele, acrescidos da complexidade que envolve o desenho de uma malha urbana, adaptada a planos pioneiros destinados exclusivamente à comercialização.

Em 1937, Vieira planejou a cidade balneária de Águas de São Pedro, no estado de São Paulo, sua primeira oportunidade de aplicar alguns conceitos utilizados anteriormente de forma fragmentada. Posteriormente a cidade de Maringá no Paraná foi planejada em 1945, no

mesmo estado, Pontal do Sul em 1951 e Cianorte em 1955. Os planos dessas propostas apresentam setorização por meio de zoneamento, considerando o uso, princípios de arreamento, a presença de parques e jardins, os *cul de sac* no interior das quadras, a separação do tráfego intenso das vias para uso estritamente residencial, até a definição da localização dos edifícios públicos, entre muitos outros aspectos urbanos combinados por Vieira.

Procurando compreender a aplicação do ideário urbano nos projetos para cidades novas desenvolvidas pelo engenheiro, observamos a grande extensão desta abordagem, e nos dispomos aqui, a destacar sua tratativa no que se aproxima aos elementos que envolvem nosso objeto de estudo, uma parte da cidade, o Centro Cívico ou o que se assemelha a este no traçado da malha (Quadro 2).

Quadro 2 – Cidades projetadas por Macedo Vieira.

Ano	Município	Estado	Área
1937	Águas de São Pedro	São Paulo	637.400
1947	Maringá	Paraná	12.000.000
1951	Pontal do Sul	Paraná	5.895.100
1955	Cianorte	Paraná	9.648.925

Fonte: BONFATO (2003). Organizado pela autora.

No ano 1939, o engenheiro civil Jorge de Macedo Vieira foi contratado para elaboração do primeiro projeto urbanístico de uma cidade (Figura 4), tinha como finalidade planejar uma cidade balneária com fins terapêuticos e recreativos sendo grande desafio para a época.

Figura 4 – Traçado urbano da cidade de Aguas de São Pedro.



Fonte: TREVISAN, 2008, p. 4.

Vieira contou com uma equipe multidisciplinar que reuniu especialistas em diversas áreas, trabalhando em conjunto no planejamento de uma cidade sendo um trabalho inédito. Essa equipe foi constituída por vários profissionais, sendo que o plano de saneamento ficou a cargo do Escritório Saturnino de Brito, já o programa projetual da estância e o projeto arquitetônico do Grande Hotel São Pedro, sob a responsabilidade do engenheiro civil Luiz Camerlingo, e a análise das qualidades e potencialidades terapêuticas das águas minerais, do médico Jorge Aguiar Pupo, finalmente, o botânico suíço Julius Borchard seria autor do projeto paisagístico.

Segundo Steinke (2005), esse foi o primeiro projeto de Vieira que:

Compreendia a idealização de uma cidade é o plano urbanístico elaborado para a empresa Águas Sulphídricas e Thermaes de São Pedro S/A, em 1937. Este projeto contemplava uma futura cidade balneária, o qual aproveitaria economicamente as águas minerais encontradas no interior paulista. (STEINKE, 2005, p. 3)

Neste sentido, Vieira aplicou todos os principais referenciais teóricos acumulados até então, somados à participação de uma equipe multidisciplinar na qual destacamos a preocupação sanitária, entre outras. O desenho orgânico acompanhando a topografia demonstra domínio topográfico e habilidade projetual ímpar deste engenheiro.

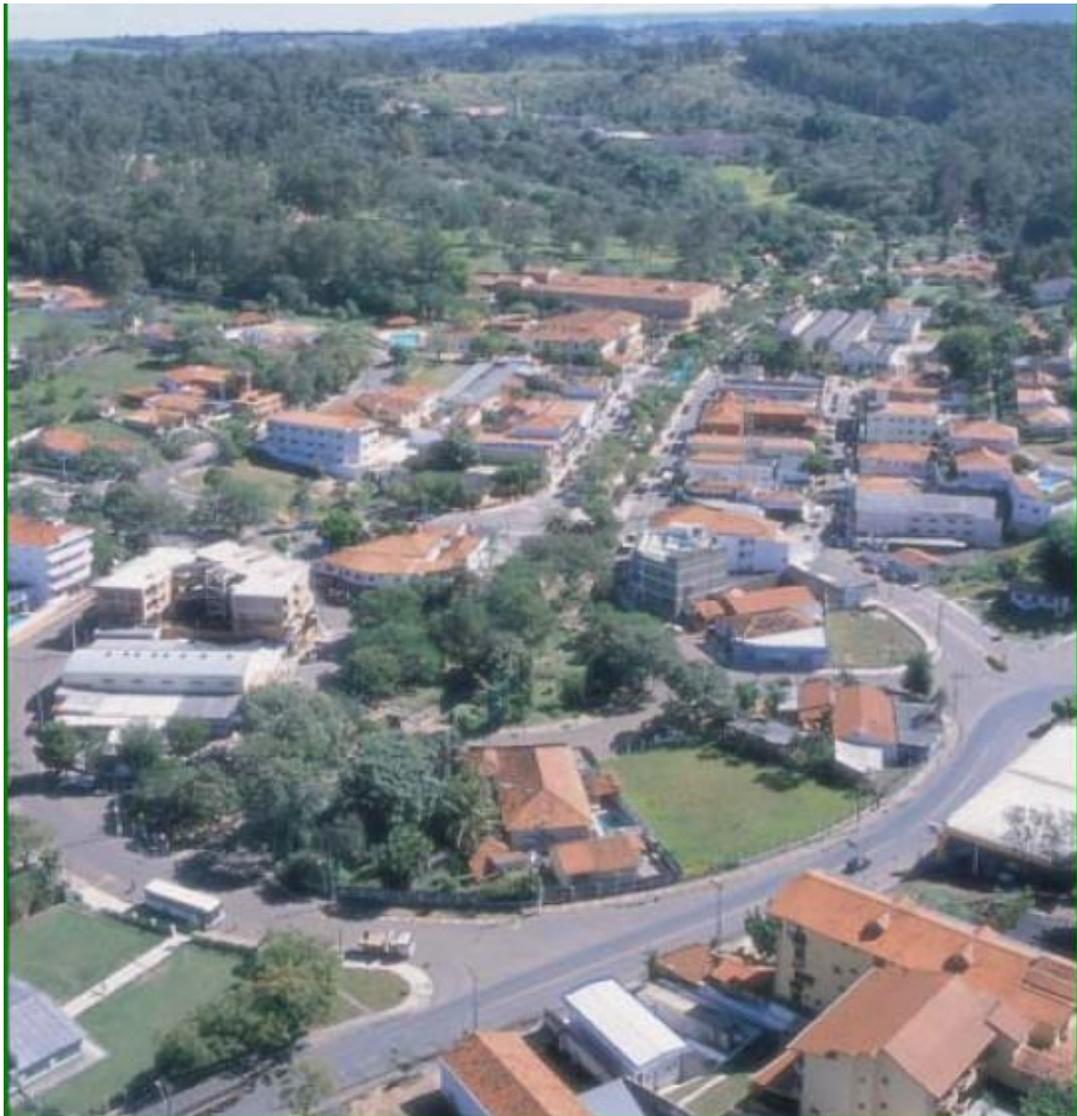
Ainda que as intenções dos empreendedores da estância hidromineral Águas de São Pedro fugissem da proposta de comunidade cooperativa como a idealizada cidade jardim de Howard, conforme alguns elementos formais foram considerados por Vieira. Segundo Trevisan (2008):

Na Estância, o projeto urbano idealizado por Vieira em muito se estreitou com os princípios howardianos ou com os primeiros exemplares de Cidade-Jardim. A fase de reconhecimento da área demonstrou isso. Através de tomada das curvas de nível sobre o terreno irregular e do levantamento dos principais aspectos locais (visuais, elementos naturais, formas de chegar à cidade, condições climáticas, etc.), o engenheiro teve em mãos informações necessárias para projetar um plano coerente com o espírito do lugar (*genius loci*), como bem defendia Camillo Sitte em sua Cidade Artística (TREVISAN, 2008, p. 82).

Para Trevisan (2008), a primeira proposta de Vieira para estância não aponta a localização de elementos usualmente importantes na definição do espaço urbano das cidades novas de colonização, como a igreja e edifícios públicos, embora tenha criado um eixo central dividido em três partes diferentes com área residencial, comercial e da estância, por meio de rotatórias ou balões que organizam o espaço. Porém, ao observarmos a solução adotada por Vieira para distribuição do trânsito em Águas de São Pedro (Figura 5), percebemos a

influência do urbanismo francês por meio da *beaux arts*³ e de *City beautiful Movement* norte-americano. Na análise realizada Bonfato (2003), a rótula para Praça dos Rouxinóis é o elemento organizador da malha urbana, por oferecer destaque ao comércio e serviços de suporte ao turismo, dentre eles a rodoviária, as pequenas pousadas, sorveteria, restaurantes, etc.

Figura 5 – Praça dos Rouxinóis em Aguas de São Pedro.



Fonte: BONFATO, 2003, p. 181. Adaptado pela autora.

A cidade de Maringá configura-se como um expoente de destaque no conjunto da obra de Vieira, apesar de não tê-la conhecido pessoalmente, considerou a topografia local,

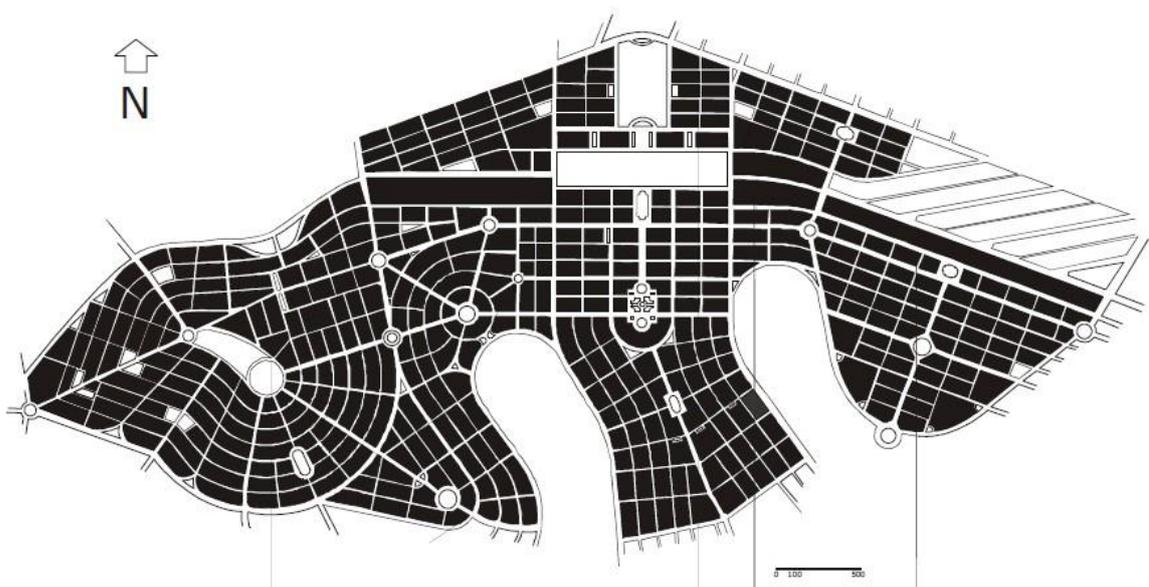
³Estilo arquitetônico florescente no final do século XIX na França seguindo os ensinamentos da *École des Beaux Arts* de Paris. Corresponde à arquitetura do Segundo Império francês, sendo às vezes referida como um estilo daquele período. Caracteriza-se pelo uso dos princípios do CLASSICISMO, de formas pesadas e excessiva ornamentação. Teve ampla penetração por toda a Europa. No Brasil é empregado no início do século em prédios públicos de caráter monumental. Exemplos: Teatro Municipal, Rio de Janeiro, RJ; antiga Escola Nacional de Belas-Artes, atual Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro, RJ. ALBANEZ e LIMA, 1998, p. 90.

previamente levantada pela CMNP, a quem atendeu ao pedido de desenvolver o planejamento da cidade. Vários estudos têm analisado a influência do urbanismo internacional no planejamento de Maringá, destacamos a consideração de Rego (2001), quando de forma sucinta discorre acerca dos principais elementos formais aplicados pelo engenheiro no urbanismo da cidade (Figura 6):

A prática do urbanismo de Unwin e de Parker em Letchworth e Hampstead, compilada no texto de Unwin e aplicada por Parker nos projetos da Cia. City em São Paulo influenciaram e formaram a prática projetual de Jorge de Macedo Vieira, que adotou as soluções formais e os princípios de desenho daquelas duas cidades na composição da forma urbana maringaense. A consideração das preexistências como base para o projeto, o traçado irregular consoante com as características naturais do terreno, a presença maciça do verde como elemento de composição do espaço urbano, o caráter artístico da malha urbana, em especial o efeito do traçado regular da área central, a forma das praças, a composição pitoresca de edifícios e espaços públicos ‘fechados’, a estrutura de bairros e centros, as vias e sua caracterização, a valorização da individualidade urbana a partir das particularidades de cada contexto aproximam a forma urbana de Maringá ao tipo cidade-jardim que Unwin e Parker materializaram (REGO, 2001, p. 1577).

Vieira em seu anteprojeto de Maringá demonstra a intenção de respaldar as praças com edifícios ao seu redor, construindo aquela sensação de fechamento que tanto Unwin como Sitte mencionam em seus trabalhos.

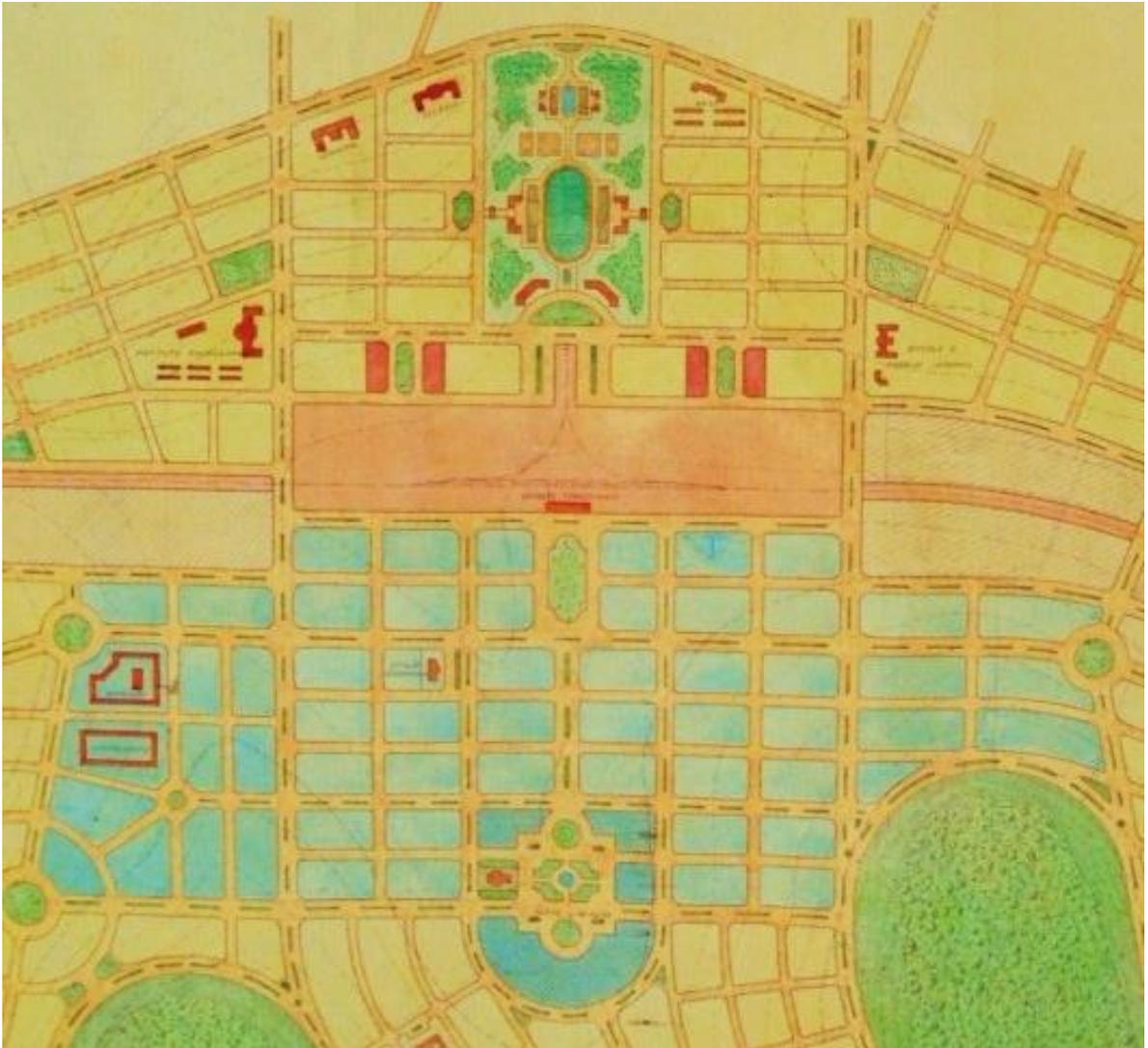
Figura 6 – Maringá, espaços públicos e privados (projeto de Jorge de Macedo Vieira).



Fonte: REGO, et al 2004, p. 145.

A praça central de Maringá se une à praça da estação por um bulevar, conforme (Figura 7), destacando-se no desenho da cidade como seu elemento principal por meio de uma via de aproximadamente 46 metros de largura e 600 metros de comprimento, com canteiro central e passeio de pedestres, culminando ao final com o “centro cívico, arrematado por uma praça semicircular, que deveria abrigar um edifício público em forma de *crescente*, mas acabou por dar lugar à Catedral” (REGO et al, 2004, p.145), conforme destaca o autor. Outras quatro principais cidades foram projetadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama.

Figura 7 – Centro Cívico de Maringá, 1947⁴.



Fonte: REGO, 2010, p. 9.

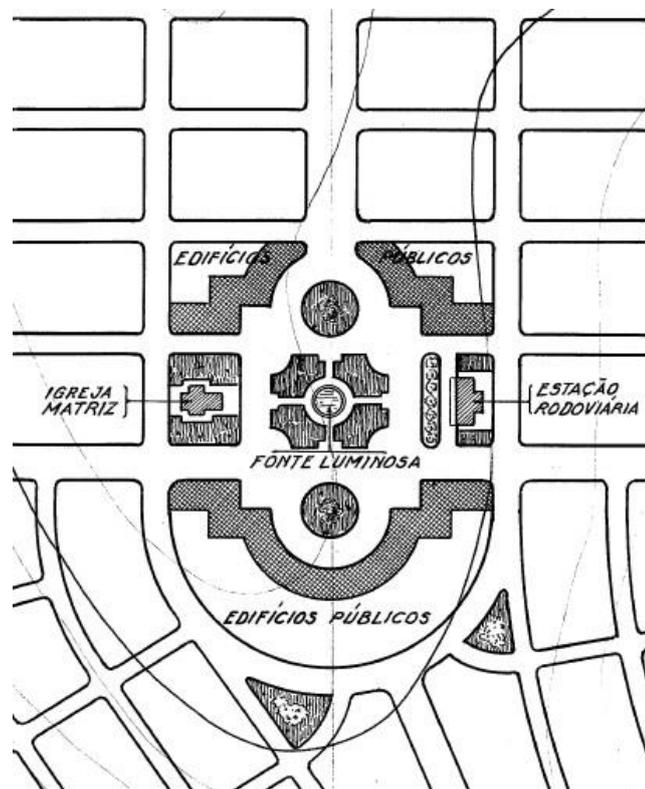
⁴ A Figura 7 representa formalidade, vista e classicismo no traçado de Maringá com detalhe do centro cívico e o centro esportivo no coração da cidade jardim, refletindo o ideário de *City Beautiful*, conforme destacado por Rego (2010).

A cidade de Maringá apresenta um traçado inspirado no modelo de cidade jardim, sendo que o centro cívico possui características formais típicas do movimento americano *City Beautiful*, criando um efeito de conjunto onde observamos o aspecto formal clássico, com espaços livres, grande preocupação com a perspectiva, com desenho das vias e simetria no agrupamento das edificações públicas, favorecendo o aspecto monumental e simbólico. Atestando esta afirmativa corrobora Rego (2010) em sua análise:

O projeto de Vieira, portanto, deu lugar a ideias urbanísticas viajantes. Nesse sentido, temas como cidade jardim, *city beautiful* e *civic centre* circularam por intermédio de urbanistas estrangeiros no Brasil e pela leitura de livros e tratados urbanísticos publicados no exterior; sendo o urbanismo um movimento de âmbito internacional e um campo de troca de experiências para os seus profissionais, estas ideias em circulação modificaram-se e adquiriram novas características relacionadas ao meio urbanístico local. Assim, ainda que aparentemente contraditórias, em Maringá combinaram-se o formalismo do “grande urbanismo” e o aspecto pitoresco da cidade jardim (REGO, 2010, p. 12).

Para Rego (2010), Vieira deu destaque para os edifícios públicos margeando a praça central, com fonte luminosa (Figura 8) ressaltando o aspecto monumental da proposta.

Figura 8 – Praça enclausurada por edifícios públicos, plano de Maringá, 1947.



Fonte: Museu da Bacia do Paraná – UEM.

Pontal do Sul foi projetado com uma avenida à beira-mar de 50 metros de largura com duas vias e ciclovia dando acesso a outras praias, e variados serviços destinados ao turismo local. Contando ainda com espaços livres arborizados e primorosos cuidados sanitários com rede de esgoto, água potável e luz elétrica. Vieira (1948) descreve no memorial do projeto a seguinte explicação:

Na bissetriz do ângulo formado pelas duas praias, projetamos a parte nobre da cidade, onde localizamos a sua zona comercial principal, ao longo da monumental Avenida Munhoz da Rocha. Nessa parte da cidade estão situados o Grande Hotel e o Cassino em amplas quadras ajardinadas, junto à Avenida Beira-Mar (VIEIRA, 1948).

A planta original não foi obedecida, embora descaracterizada, a delimitação das quadras e o arruamento principal ainda correspondem ao plano inicial, o conjunto perdeu suas características principais, mas a proposta é um legado de referência para o urbanismo nacional, merece aprofundamento de estudo.

A última cidade projetada por Vieira foi Cianorte, em 1955⁵, como em Maringá, não conheceu o sítio pessoalmente, porém planejou-a sobre levantamento topográfico enviado pela CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná). A experiência dos trabalhos anteriores e o amadurecimento de algumas ideias são demonstrados na combinação de linhas retas, curvas e geometrias combinadas de modo a propor o que seria uma das mais características obras de sua carreira.

Conforme observamos na Figura 10, o anteprojeto proposto por Vieira para CMNP demonstra a aplicação do que Bonfato (2008) denomina como hibridismo referindo-se a sobreposição de características dos movimentos cidade-jardim e *city beautiful*, identificada no desenho da malha considerando cuidadosamente a topografia, com áreas de zoneamento delimitadas de acordo com o uso, prioridade ao eixo monumental, áreas verdes preservadas permeando a cidade em um sistema hierárquico de vias intercalado a praças, proporcionando fluidez ao tráfego. Soluções que atribuem a este anteprojeto inovação perante aqueles até então desenvolvidos pela CMNP, exceto por Maringá.

A cidade de Cianorte foi projetada para uma população de 90.000 habitantes distribuída ao longo de zonas bastante delimitadas, o espaço urbano se organiza a partir da estação ferroviária e rodoviária, pontos de ligação ao centro comercial e cívico da cidade.

Embora grande parte do projeto de Vieira tenha sido implantado fielmente, alguns elementos sofreram alterações, seja no momento da implantação da cidade ou ao longo dos

⁵ Embora Bonfato(2008) e Steinke(2007) considerem a data do projeto de Jorge Macedo Vieira para Cianorte 1955, a cidade foi inaugurada em 1953 com traçado prévio bastante definido, o que supõe que o projeto foi criado em data anterior.

anos. No capítulo dois, retomamos esta questão a fim de buscarmos esclarecimento de como ocorreu essa transformação.

Figura 10 – Anteprojeto para cidade de Cianorte de Jorge de Macedo Vieira, 1955.



Fonte: Acervo de Jorge de Macedo Vieira, DPH-PMSP.

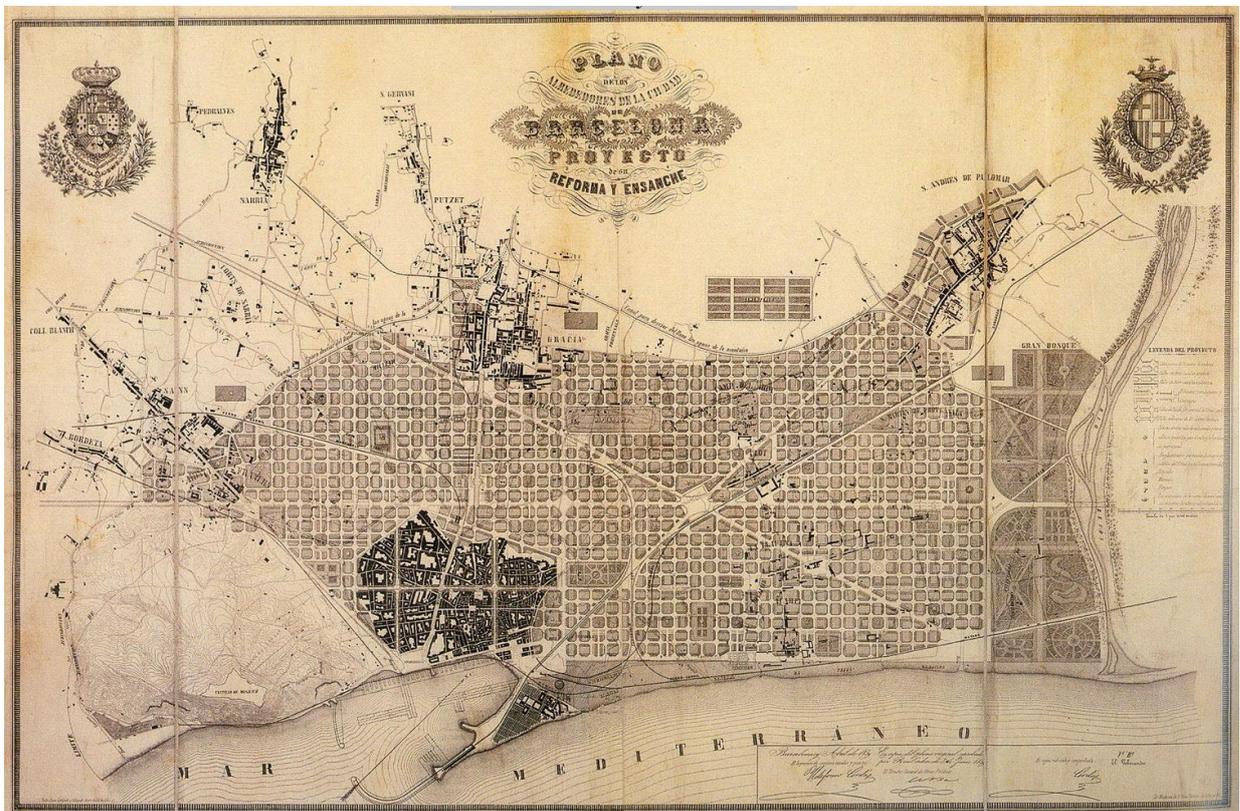
Após essa breve contextualização dos principais projetos elaborados por Vieira, daremos ênfase à proposta de Vieira para a cidade de Cianorte, que será o nosso objeto de pesquisa. Para tanto, consideramos da obra de Vieira, o conjunto de influências que congregam sua formação acadêmica, as ideias urbanísticas circulantes na época, o contexto

político e social em que atua. Para melhor compreensão dos movimentos urbanísticos em disseminação na Europa e América do Norte que foram difundidos no Brasil, alcançando os profissionais no período de atuação profissional de Vieira, destacamos o *City-Gardem*, *City beautiful* e *Beaux-arts*, discorreremos a seguir sobre algumas de suas características.

1.2. A influência de algumas ideias urbanísticas circulantes no período do planejamento de Cianorte

Os conceitos epistemológicos que tratam da cidade, são conceitos em constante discussão, como o caso de Urbanismo e Planejamento Urbano, parte de entendimento que sofreu mutação ao longo de sua história recente. Para Choay (2013) Ildefonso Cerdà foi o autor do projeto de ampliação da cidade de Barcelona de 1858(Figura 11), sendo ele o primeiro a usar o termo *Urbe* como sinônimo de assentamento humano, e o termo urbanização, como o processo de agir sobre a *urbe*. Assim, o termo urbanismo surge a partir dos anteriores, como uma área da ciência potencialmente crítica tendo a cidade como principal objeto de estudo e intervenção.

Figura 11 – Plano Cerdà, 1858.



Fonte: Museu d' Història de la Ciutat, Barcelona. Domínio público.

A expressão “planejamento urbano” observada, ao longo da história, confunde-se com urbanismo, numa tênue linha de raciocínio, como se analisar a cidade remetesse automaticamente a planejar alterações e prevendo o futuro, direcioná-lo. Para Souza (2003), quando gerimos a evolução de um processo, sendo este a transformação da cidade, é possível pensar em vários desdobramentos, a fim de evitar problemas futuros, em busca de benefícios socioespaciais. Assim sendo, Villaça (1999) destaca que “O conceito dominante de planejamento urbano entre nós tem como especificidade a organização do espaço urbano (embora possa não se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente” não abrangendo “[...] toda ação do Estado sobre o urbano e sobre o processo de urbanização” (VILLAÇA, 1999, p. 172), Diante disso, o autor, destaca que no Brasil o planejamento não passa de uma fachada ideológica, parte de um discurso que não se concretiza, não legitimando ação concreta do Estado, mas procurando ocultá-la, numa busca de dominação e poder.

Para compreender os fatos urbanos locais, seus desdobramentos e efeitos, vemos como necessário contemplar, um breve panorama do pensamento urbanístico nacional, e sua transformação. Alguns eventos, ao longo da história merecem destaque pela influência e semelhança com nosso objeto de estudo.

De forma sucinta Villaça (1999) descreve em três períodos a história do urbanismo brasileiro:

O primeiro período é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos. O segundo, que se inicia na década de 30, é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Finalmente o último, que mal está começando, é o período marcado pela reação ao segundo. (VILLAÇA 1999, p. 182).

Para Leme (1999), várias propostas de melhorias foram realizadas nas cidades em formação, dentre elas podemos destacar obras de infraestrutura como o saneamento e o sistema viário. É neste sentido, que destacamos Saturnino de Brito com seus projetos de saneamento, em especial na cidade de Santos, cujas epidemias assolavam a população. Também cabe destaque para questões relacionadas aos novos meios de transportes como o bonde, além de outros ajustes como o alargamento de vias. Essas ponderações serão abordadas nas páginas posteriores dessa dissertação, pois alguns aspectos em particular das ideias de Saturnino de Brito influenciaram Jorge de Macedo Vieira.

O urbanismo nacional teve influência de conceitos internacionais, dos quais os profissionais brasileiros se apropriaram, criando seus próprios repertórios de trabalho, conforme Trevisan (2004), em alguns casos a combinação de vários deles era utilizada, produzindo o que Bonfato (2004) chamou de hibridismo⁶.

A assimilação de conceitos importados possibilitou que diversas vertentes urbanísticas (Higienismo, *City Beautiful*, *Company Towns*, Cidade-Jardim, Cidade Funcionalista, etc.) ressoassem em planos e intervenções elaborados para as cidades brasileiras na primeira metade do século XX. Dependendo do profissional, estas tipologias recebiam uma contextualização ao serem implementadas, respeitando os princípios originais; contrastando-se com o mero rebatimento das idéias ou apenas do nome para qualificar o espaço urbano (TREVISAN, 2004, p. 4).

O caso de Cianorte, cidade planejada pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira, tem por modelo a cidade-jardim inglesa, a *City beautiful* norte-americana e a *Beaux-arts* francesa. Apresenta características como: zoneamento, traçado geométrico e orgânico de acordo com a topografia, ambos articulados por meio de eixos norteadores para organização da malha urbana, preservação de áreas de mata nativa, destinadas à implantação de parques urbanos, observância quanto a questões sanitárias e por fim grande preocupação estética quanto ao resultado formal do desenho urbano.

Para elucidar quais os conceitos que influenciaram de forma marcante a trajetória profissional de Vieira e aparecem no planejamento da cidade de Cianorte, buscamos o entendimento destas ideias, dentre elas as propostas feitas pelos arquitetos-urbanistas classificados por Choay (2013), como culturalistas que buscavam por meio do desenho da cidade uma nova forma de vida, resgatando valores e costumes passados, diante de um cenário de transformações sociais, políticas e econômicas em que passava a Inglaterra.

Dentre eles se destacam Camillo Sitte, Ebenezer Howard e Raymond Unwin, representantes do movimento denominado cidade-jardim, também os movimentos *city beautiful* e *beaux arts* que, como já vimos aparece de forma marcante no traçado de Vieira, em especial na implantação dos edifícios públicos, praças, bulevares e eixos. Para Bonfato (2003, p. 106), o desenho de Cianorte é “muito semelhante ao reservado a Maringá se sobressaem às mesmas atribuídas, influencias, *gardem city* na profusão de áreas verdes, *city beautiful* na adoção do Eixo-monumental e do Centro Cívico, *beaux arts* nas praças e rotatórias”.

⁶ Definido por Bonfato, 2008, p.134, como metodologia híbrida, rica em soluções consagradas na urbanística internacional.

A seguir discorreremos sobre alguns dos movimentos que por meio de suas ideias se materializam no trabalho de Vieira para o plano de Cianorte.

1.2.1. Urbanismo progressista x urbanismo culturalista

Para darmos início a nossa discussão, precisamos primeiro compreender o cenário cujas ideias urbanísticas foram desenvolvidas no século XIX. Nesse período, a Revolução Industrial foi a grande propulsora da multiplicação demográfica das cidades, tirando o homem do campo e trazendo para cidade à medida que o nível de industrialização crescia nos centros urbanos. Para facilitar nossa compreensão, tomamos como referência Londres por ser o berço das ideias que tratamos aqui. Segundo Choay (2013), “a capital inglesa passa de 864 745 habitantes em 1801 a 1 873 676 em 1841 e 4 232 118 em 1891, quintuplicando sua população em menos de um século” (CHOAY, 2013, p. 3), aumentando também o número de cidades no solo Inglês, com mais de cem mil habitantes neste período.

Assim, as cidades cresceram rapidamente e a infraestrutura não acompanhou a expansão populacional, favorecendo surtos de pestes devido à precariedade sanitária, dificuldades de transporte, ainda que este tenha se transformado ao longo do século, e também a falta de moradia, para a classe trabalhadora.

Segundo Choay (2013), o estudo da cidade assume dois aspectos diferentes, o primeiro *descritivo* no qual, de modo quantitativo, observa-se isoladamente os fatos atribuindo-lhes valores a serem avaliados, trata-se da estatística. O segundo *humanitário*, que denuncia por meio de lideranças locais o estado e a deterioração física e moral em que se encontram o proletariado urbano. Existe também o grupo dos *polemistas*, formado por pensadores políticos. Engels é um deles, cujas pesquisas são utilizadas posteriormente por Marx como referência para escrever *o Capital*.

Nesse grupo de pensadores políticos, os espíritos mais diversos, ou até opostos, Matthew Arnould e Fourier, Phoudthon e Carlyle, Engels e Ruskin, reúnem-se para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separam o local do trabalho do de habitação (“a metade dos operários do *Strand* já estão sendo obrigados a caminhar duas milhas para chegar ao trabalho”, constata Marx), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções “para o maior número (CHOAY. 2013, p. 6).

Tendo em vista essa nova realidade e as buscas de soluções para o caos urbano, surgem duas correntes, uma de modelo progressista e a outra culturalista.

No modelo urbano progressista, de acordo com Choay (2013), o espaço urbano é traçado considerando as funções humanas localizando em lugares separados, habitat, trabalho, cultura e lazer e as diversas formas de trabalho como industrial, liberal e agrícola. A beleza deve ser racional e estar presente juntamente. O modelo progressista acata a industrialização como uma ideia de progresso, acreditando que a ciência e a técnica devem resolver as questões que se apresentam decorrentes destas.

Os progressistas consideram a higiene como premissa e usam o verde em amplos espaços destinados à jardinagem e à educação. O grupo, conhecido como Socialistas Utópicos, fazia uma crítica contumaz à cidade criada pelo capitalismo e tinha, além de estudos teóricos, modelos de cidades. Era formado por Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon, Cabet, Proudhon, Godin, conforme destaca Choay(2013):

Todos esses autores têm em comum uma mesma concepção do homem e da razão, que subte e determina suas propostas relativas à cidade. Quando fundam suas críticas da grande cidade industrial no escândalo do indivíduo “alienado”, e quando se propõem como objetivo um homem consumado, isso se dá em nome de uma concepção do indivíduo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades e tipos cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela ideia de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem estar. Essas premissas ideológicas permitirão que chamemos de progressistas o modelo que inspiram (CHOAY, 2013, p. 8).

Embora os modelos fossem diferentes, possuíam em comum os espaços abertos, utilizados como vazios e verdes para facilitar a manutenção da higiene. A ideia era criar um modelo que pudesse ser universal, utilizado em qualquer época, em qualquer lugar, por qualquer população. Veremos a seguir, para melhor elucidar essas ideias, os exemplos dos modelos propostos por Robert Owen e François Fourier, a fim de situarmos a temática no contexto em que se encontra o modelo culturalista, que veremos a seguir, contrário ao progressista tratado neste momento.

Robert Owen (1771-1858) propôs a comunidade ideal de Owen, elaborada em 1817 pelo arquiteto Stedman Whitwell. Como uma aldeia semi-rural para 1200 habitantes, foi projetada rodeado de 1000 a 1500 acres de terreno, quadrilátero edificado com, residências,

escolas, igrejas. No centro ficavam os edifícios comunitários e públicos e os locais de trabalho ficavam no exterior, depois dos jardins (Figura 12).

Figura 12 – New Harmony – Robert Owen.



Fonte: domínio público⁷

François Marie Charles Fourier (1772-1837) propõe o Falanstério (Figura 13), habitação coletiva composta de grande construção coletiva, localizada fora da área urbana com objetivo de economizar em materiais e consumo. Dividida por funções, deixando no centro, uma ala para as oficinas e outra ala para abrigar a hospedaria, além das funções comuns. Segundo Benévolo (1976) “[...] a vida será desenvolvida como em um grande hotel os velhos alojados no térreo, as crianças no mezanino e os adultos nos andares superiores. O falanstério será enriquecido de aparelhos coletivos e instalações centralizadas” (BENÉVOLO, 1976, p.178). Os Jardins faziam a ligação entre o centro e as alas, formando uma barreira para a vista do campo. Fourier acreditava que o cooperativismo seria uma alternativa ao capitalismo, as pessoas viveriam em comunidades, produzindo e dividindo tudo entre todos,

⁷-Disponível em: <<http://bit.ly/2a8Qqrp>>. Acesso em: jan. 2017.

em um sistema, em cujas pequenas áreas os habitantes compartilham e desfrutam de benefícios comuns.

Figura 13 – Falanstério de François Fourier.



Fonte: Museo Coleção Guise/Familistère Guise⁸

Diante de variadas propostas, os progressistas buscavam alcançar um pensamento comum, que pudesse atingir todas as nações, criando um só modelo de cidade, se não dizer de sociedade. Nosso objetivo não é discorrer sobre todas as propostas, mas abordar algumas que possam fazer contraponto ao modelo culturalista.

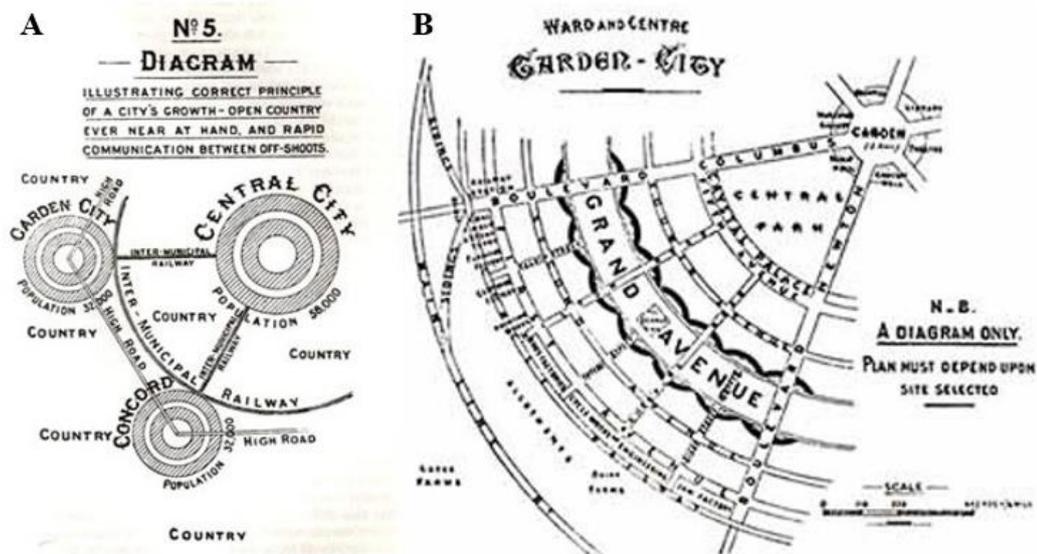
O modelo culturalista critica o agrupamento humano da cidade, não é mais o indivíduo importante como no modelo progressista. Fazem parte John Ruskin e William Morris e Ebenezer Howard criador da “cidade jardim no fim do século XIX”. Diante da necessidade de buscar equilíbrio entre crescimento econômico e os problemas sociais do período pós-industrial do final do século XIX, surge em 1898 com a publicação na Inglaterra do livro *Tomorrow: a Peaceful Path to Real Reform*, posteriormente renomeado de *Garden-Cities of Tomorrow*, a proposta urbanística de Ebenezer Howard, demonstrando por meio de linguagem acessível à classe média inglesa, as vantagens e desvantagens de viver no campo ou nas cidades.

⁸ Jean-Luc PINOL, "Um palácio social para os trabalhadores," *História através de imagens* [online]. Disponível em: URL: <http://www.histoire-image.org/etudes/palais-social- trabalhadores>. Acesso 27 de fev. de 2017.

Dessa forma, Ebenezer Howard propõe em teoria, a implantação de uma “constelação de cidades” onde uma *Central City* com população de 58.000 habitantes (Figura 14 A) seria ligada a *Garden City* com 32.000 habitantes por meio de vias rodoviárias e ferroviárias, assim a cidade-polo abrigaria as principais atividades culturais, comerciais e de lazer, circundada de outras de menor porte, promovendo a fixação do homem no espaço urbano e mantendo as vantagens da área rural com a facilidade de acesso à área central. Conforme o esquema abaixo demonstrado pela figura 14 B, o sistema sugere cidades de tamanho limitado, autônomas, geridas pela comunidade e circundadas por áreas agrícolas e áreas verdes.

Figura 14 A – Princípio correto do crescimento de uma cidade.

Figura 14 B – Distrito e centro da cidade-jardim.



Fonte: (A) HOWARD, 1996, p.190. (B) HOWARD, 1996, p.114.

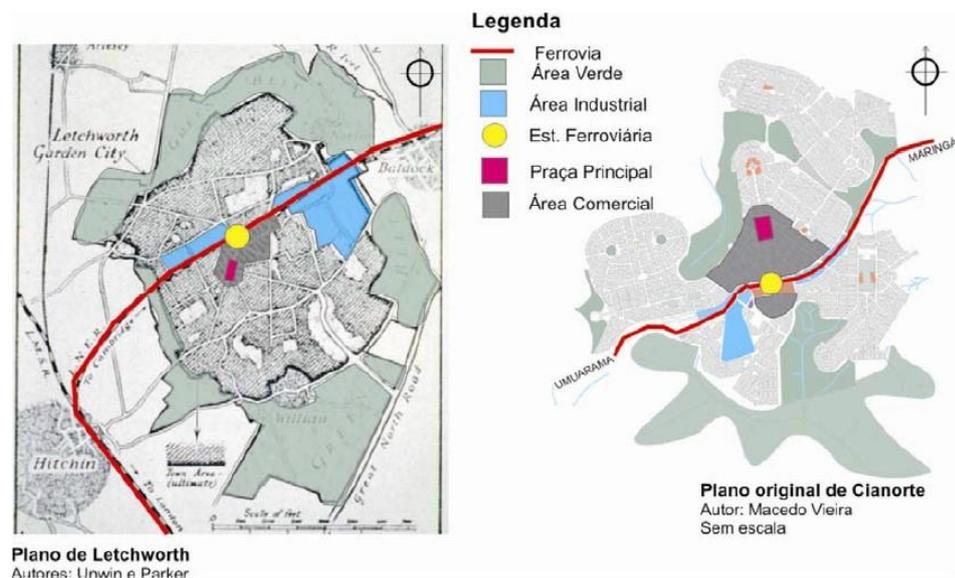
As expectativas de Howard (1996) quanto à gestão das questões urbanas, é bastante específica quando se propõe o autogoverno à cidade por meio da constituição de um Conselho com poderes necessários a fim de representar seus habitantes, proprietários fundiários da Cidade-jardim. Assim sendo, condiciona o avanço da municipalidade ao êxito do espírito cooperativista entre os proprietários e, espera que a transparência administrativa sirva de incentivo ao crescimento dos serviços municipais. Essas orientações de Howard contribuem com a forma de administrar os recursos sem avançar quanto aos detalhes do desenho urbano especificamente, mais direcionado para os processos sociais do que para os aspectos físicos de sua nova cidade.

Essas ideias tomam forma concreta em 1903, na aplicação para cidade de Letchworth na Inglaterra por meio das mãos dos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker, uma cidade experimental, cujo crescimento seria limitado por um cinturão verde, *Green Belt*, composto de pequenas propriedades agrícolas. O centro reservado para o comércio e uma grande praça rodeada por edifícios municipais, a via férrea próxima ao centro. A primeira cidade do Reino Unido a usar balões para organizar o sistema de vias de circulação, cujo traçado bastante se assemelha a cidade de Cianorte. Para Dalberto (2009), o traçado de:

[...] Letchworth é simples, claro e informal. O terreno, (como no caso de Cianorte também), [...] era cortado pela ferrovia. No coração de Letchworth foi implantada a estação ferroviária como a porta de entrada de onde o visitante poderia ter uma ampla visão do centro da cidade. No centro entre a praça e a estação, estaria localizada a área de comércio. A área industrial foi localizada junto à ferrovia de forma que os ventos dispersassem os elementos poluentes para fora da cidade (DALBERTO, 2009, p.14-15).

As grandes influências das ideias de Howard aplicadas a Letchworth são observadas na obra de Jorge de Macedo Vieira como um todo, assim como outras ideias circulantes na época⁹, apresentadas não apenas no plano para Cianorte, mas no conjunto de sua obra. Vários elementos aparecem como preocupação no conjunto de ideias da proposta de cidade-jardim, nesta pesquisa atemo-nos à monumentalidade proposta para o eixo monumental de Cianorte e sua importância como espaço público.

Figura 15 – Localização da ferrovia nos planos de Letchworth e Cianorte.



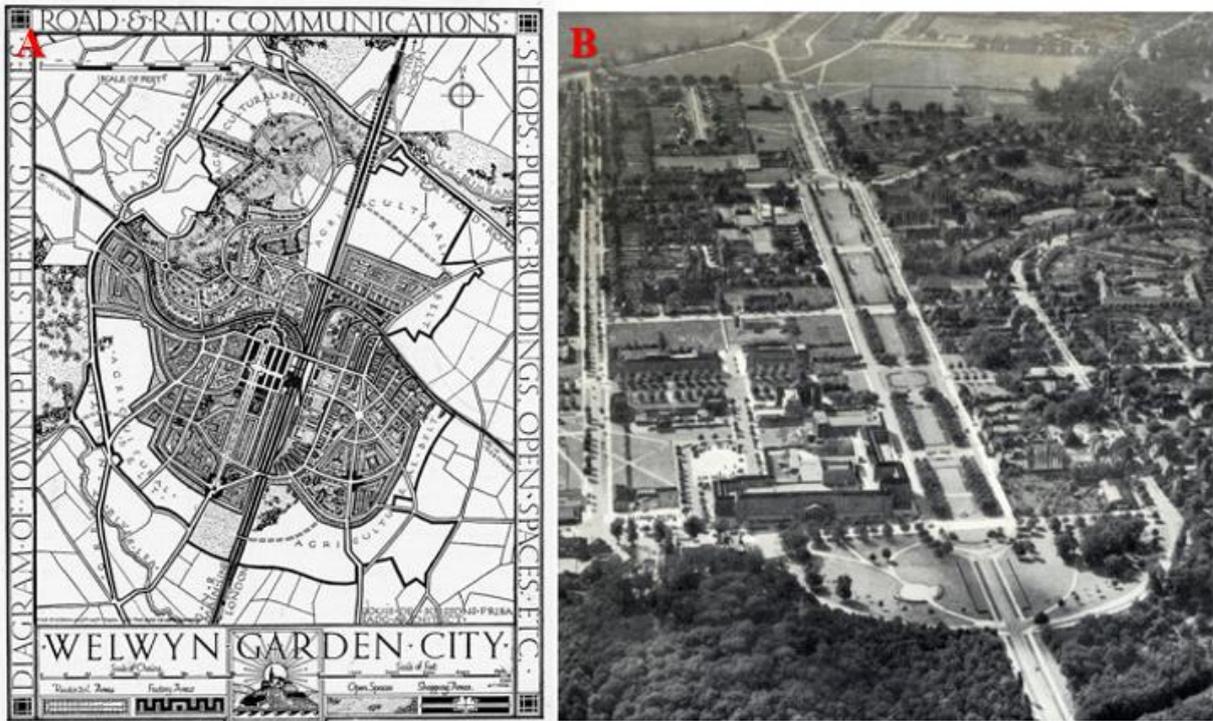
Fonte: DALBERTO, 2009, p. 15.

⁹- “Combinado a exemplo de Maringá o formalismo do “grande urbanismo” e o aspecto pitoresco da cidade jardim. (REGO, 2010).

A Figura 15, em análise feita por Dalberto (2009), destaca as semelhanças entre as cidades de Letchworth e Cianorte, ambas com ponto central partindo do tridente, onde se encontra a ferroviária, direcionando o fluxo para o Centro Cívico por meio da larga avenida em linha reta, favorecida pela topografia, e se obtém uma perspectiva favorável à contemplação de edifícios monumentais.

Figura 16 A – Projeto de Welwyn Garden City, 1927.

Figura 16 B – Centro da cidade Welwyn Garden City, 1949 por Louis de Soissons.



Fonte: (A) Norman Lucey Rickmansworth, Hertfordshire, Reino Unido¹⁰. (B) Alan Cash¹¹.

Nas Figuras 16A e 16B é possível identificar o traçado de Welwyn Garden City, fundada em 1920, a segunda cidade jardim inglesa, com um grande boulevard que ressalta o aspecto monumental da obra de Louis de Soissons, arquiteto designado a aplicar as idéias de Howard em seu projeto. O plano de Welwyn “valoriza a topografia do terreno, a posição marcante da ferrovia, os caminhos, contruções e arvoredos existentes” (OTTONI, 2002, p.58), Soissons trabalhou combinando o traçado reto do boulevard com o desenho orgânico das vias na área residencial. Criada para ter entre 40.000 e 50.000 habitantes, tem na área residencial uma arquitetura homogenia georgiana com jardins frontais e sem divisão entre os lotes,

¹⁰ Disponível em: < <http://www.rickmansworthherts.com/howard1.htm>>. Acesso fev. de 2017.

¹¹ Disponível em: < <http://cashewnut.me.uk/WGCbooks/aerial-WGC-books-1949-2-4.php>>. Acesso fev. de 2017.

passeios com gramas ligando jardins coletivos, de modo a favorecer a unidade de vizinhança, elemento reforçado pela baixa densidade.

A cidade tem seu destaque no Centro Cívico em formato de semicírculo, ponto culminante da Parkway de 61 metros de largura e paisagismo primoroso, local de contemplação e convívio, uma das mais suntuosas vistas da região, revelando a imponência da proposta de Soissons, que orientado por Howard, aplicou os conceitos da cidade-jardim idealizada por ele.

Segundo Choay (2013), Howard com suas considerações políticas e sociais, pregava que a individualidade de cada sítio proporcionaria características próprias e diferenciadas, no qual o coletivo se sobreporia ao individual e o conceito cultural de cidade sobre a noção material. Já Unwin e Sitte, arquitetos de Letchworth, acreditavam no benefício de uma abordagem estética, buscando meios de garantir a particularidade e variedade dos espaços da cidade, tendo como referência às cidades do sec. XV, nas quais se estudam o traçado das ruas, das praças, dos monumentos e dos edifícios que os circundam limitando o espaço, tudo a favorecer a surpresa proporcionada pela imprevisibilidade do traçado orgânico, motivando espaços para o encontro. A cidade-jardim inglesa nasce da combinação de uma utopia socialista e da inspiração estética clássica permeada de espaços verdes, luz e relacionamentos, figurando na grande influência sobre o urbanismo mundial ainda que apropriada de parte dos conceitos propostos por Howard em seu livro *Garden Cities of Tomorrow* e planejados em Letchworth e Welwyn Garden City.

1.2.2. A ideia da Beaux arts e da City beautiful.

Surge nas décadas de 1890 e 1900, buscando reformular a arquitetura e o urbanismo norte americano o movimento *City Beautiful*, que busca promover o civismo por meio do uso da monumentalidade e do embelezamento das cidades, inspirado nos esquemas formais clássicos.

A Feira Mundial de Chicago de 1893, montada para celebrar os quatrocentos anos de descoberta da América, marcou importância para o cenário mundial da arquitetura e urbanismo, destacando o planejamento urbano norte-americano. É possível observar a concentração de edifícios brancos (Figura 17), inspirados no movimento *Beaux-Arts* (séc. XIX), destacando a necessidade de ordem e harmonia em espaços urbanos dignos, ao redor de um grande e monumental eixo cívico, firmado nos valores neoclássicos.

Figura 17 – Feira Mundial de Chicago, 1893.



Fonte: Acervo fotográfico D. Arnold de 1893 exposição Columbian do mundo Avery arquitetônicos & Fine Arts Biblioteca Columbian do mundo. Columbia University¹².

Para Rego (2010), “[...] mais que os prédios em si, chamava a atenção a longa *Cour d’Honneur* – um centro cívico grandioso, um arranjo monumental de edificações desenhado para sensibilizar pela beleza, pela grandeza, pela ordem e pela harmonia” (REGO, 2010, p.2),

Originado da Escola de Belas Artes de Paris, o movimento francês *Beaux-arts* teve influência na riqueza da ideia renascentista e aparece aplicado por Vieira nas praças e rotatórias, nos projetos de Maringá e Cianorte, segundo Bonfato (2008), nos quais encontramos o uso dos princípios clássicos como, ordem geométrica, praças formais, parques elaborados, extensas vias retas produzindo vistas espetaculares, e a harmonia no conjunto destes elementos agrupados. Segundo os autores Albanez e Lima (1998), esse movimento é um:

Estilo arquitetônico florescente no final do século XIX na França seguindo os ensinamentos da *École des Beaux Arts* de Paris. Corresponde à arquitetura do Segundo Império francês, sendo às vezes referida como um estilo daquele período. Caracteriza-se pelo uso dos princípios do CLASSICISMO, de

¹² Disponível em: < <http://www.nypap.org/preservation-history/city-beautiful-movement/>>. Acesso em: fev. de 2017.

formas pesadas e excessiva ornamentação. Teve ampla penetração por toda a Europa. No Brasil é empregado no início do século em prédios públicos de caráter monumental. Exemplos: Teatro Municipal, Rio de Janeiro, RJ; antiga Escola Nacional de Belas-Artes, atual Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro, RJ (ALBANEZ e LIMA, 1998, p. 90).

A retomada do planejamento da cidade referenciando o urbanismo tradicional europeu pelo *City beautiful*, cujas ideias difundiam que a transformação da cidade por meio do embelezamento e criação de parques, avenidas, bulevares e centros cívicos, tinha a expectativa de promover a mudança do comportamento da população frente a um comportamento cívico. “O espaço urbano deveria ser a expressão física de um ideal, prontamente materializado por formas clássicas” (REGO, 2010, p. 3).

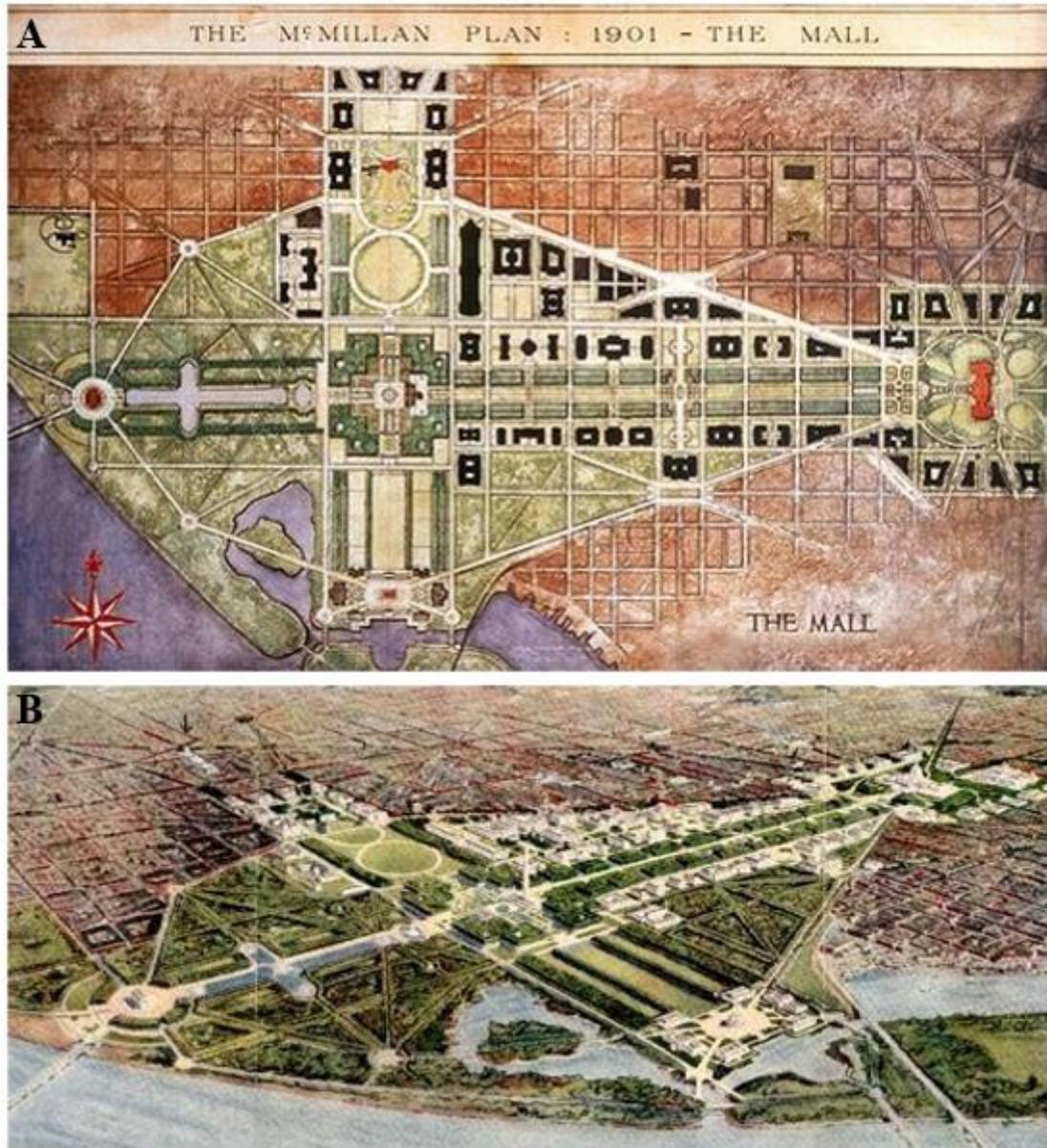
Hall (2013) registra que o movimento *City beautiful* teve sua origem e influência nos bulevares e passeios públicos das grandes capitais europeias no período oitocentista, a exemplo a reconstrução de Paris durante a administração do Barão de Haussmann ocorrida entre 1853 e 1869¹³. Buscando modelos para refazer as cidades destruídas pelo período de guerras, os norte-americanos foram motivados pela imponência e funcionalidade das soluções européias deste período, pela criação de centros cívicos monumentais, sistemas de transporte que oferecessem maior permeabilidade ao fluxo de veículos e pessoas, conjuntos de praças e parques que valorizassem os espaços abertos de vegetação abundante, ofertando assim recreação para população.

O arquiteto Burnhan (1846-1912), tido como o mais famoso dos arquitetos americanos, foi o mais notório representante do movimento. Responsável pela Exposição de Chicago e pelo Plano de Chicago de 1901. Chamado de *Mc Millan plan*, foi desenvolvido por uma comissão composta por, além de Burnhan, Saint-Gaudens, Charles Mc Kim da Mc Kim, Mead & White e Frederick Law Olmsted. No Plano de Chicago vemos aplicado o ideal de *City Beautiful* a intenção de criar ordem social por meio do embelezamento, substituindo áreas urbanas degradadas, por monumentos e edifícios governamentais, ressaltando o nacionalismo americano, ainda que através de influência europeias. O National Mall (Figuras 18A e 18B), parte do plano, recebeu maior atenção com grande detalhamento, definindo inclusive a localização de edifícios públicos como Capitólio e Casa Branca, após interrupções devido à guerra, foram concluídos em 1922.

A partir dos feitos em Chicago, a ideia de *City beautiful* ressoou em todo país influenciando a formação de profissionais americanos e estrangeiros

¹³ BENÉVOLO, 1976, p. 92.

Figura 18 A – Plano para o National Mall ou Centro cívico de Washington.
Figura 18 B – Perspectiva do Plano para o National Mall de Washington.



Fonte: Domínio público.

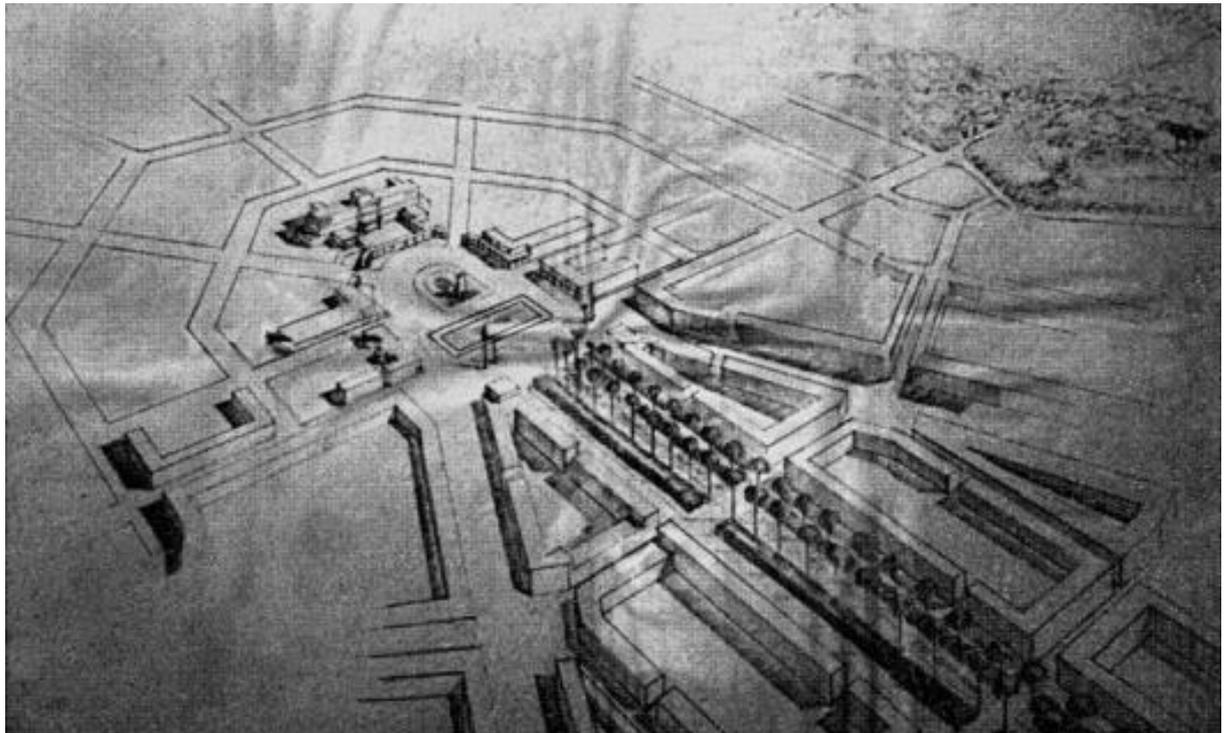
No Brasil um exemplo é o plano de Goiânia (Figura 19), de 1933, que traz em sua área central o tridente formado pelas três principais avenidas e tendo uma delas como centro administrativo, proporcionando uma perspectiva monumental, referência de *City beautiful*.

Isso também pode ser notado no projeto para o centro cívico de Goiânia. De modo geral, o trabalho de Atílio Corrêa Lima faz ressoar características formais da *Garden city* mais especificamente, não deixa de mostrar na área central a conformação tipicamente *city beautiful* e a arborização condizente com ela. Descreve Rego(2015):

De acordo com Lima, 'guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado [no traçado de Goiânia] é o do princípio clássico adotado em Versalhes, Karlsruhe e Washington'; e assim Lima chegou a determinar certas espécies a serem plantadas de modo a ressaltar a linearidade da via pela vegetação (REGO, 2015, p. 4).

O aspecto monumental, ressaltado pela arborização tem no traçado de seu desenho (Figura 19) a característica marcante *City Beautiful*.

Figura 19: O boulevard arborizado no projeto do Centro Cívico de Goiânia.



Fonte: REGO, 2015, *online*.

O urbanismo se define como um campo específico de atuação no Brasil a partir no final dos anos de 1920 e começo dos anos de 1930, tendo em vista as transformações políticas, sociais e culturais em que passava o país. Segundo Del Rio (2015), foram desenvolvidos três planos urbanos ao mesmo tempo refletindo o ideário da era Vargas, Agache no Rio de Janeiro, o de Goiânia e também de Avenidas em São Paulo. Esses planos foram influenciados por estudos no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Dessa forma, Atílio Correa Lima destacou em seu projeto o centro administrativo e os edifícios públicos, a hierarquização das vias e o aspecto monumental tendo por base o modelo Versalhes. Assim, "Goiânia representou um gesto de ruptura simbólica com as antigas

oligarquias rurais e um Goiás arcaico [...]” (DEL RIO, 2015, p. 2), tônica difundida pelo ideal de renovação, aliado aos interesses do Estado Novo.

Na Figura 20, a partir da praça de Goiânia, é possível visualizarmos a verdadeira intenção projetual de Atílio Correa Lima concretizada por meio do grande boulevard de avenidas largas e vegetação cuidadosamente especificada, reforçando o aspecto monumental e cívico.

Figura 20 – Centro administrativo de Goiânia, décadas de 1950 a 1970.

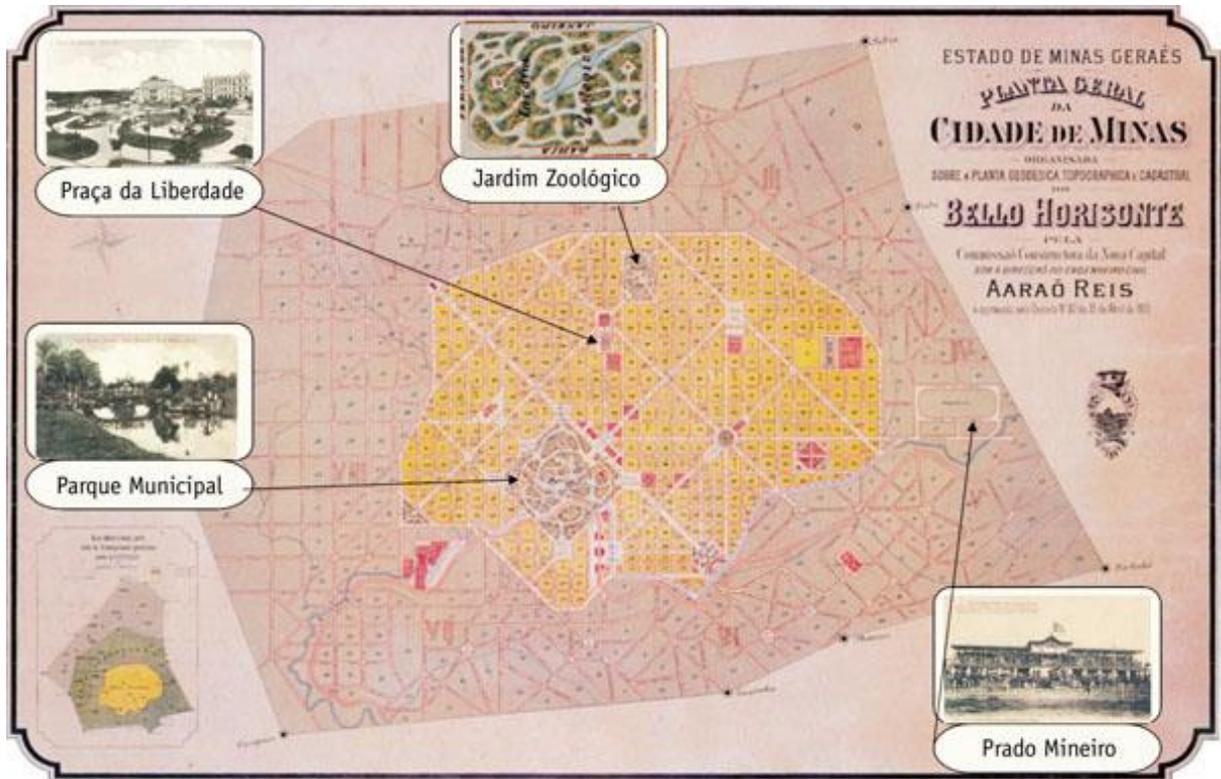


Fonte: Exposição fotográfica “Eu Vi Goiânia Crescer”, do fotógrafo Hélio de Oliveira. 2014.¹⁴

Já em Belo Horizonte, originalmente chamada de “Cidade de Minas”, foi inaugurada, em 12 de dezembro de 1897, anteriormente à Goiânia, cujo projeto reflete a absorção, pelos engenheiros da época do caráter monumental e da preocupação com o embelezamento de origem barroca (Figura 21). Sendo assim, Villaça (1999) pontua que a cidade mineira é precursora da corrente urbanística *lato sensu* denominada por ele de “planejamento de cidades novas” e parte de um conjunto de correntes identificadas, que compõem o cenário histórico do urbanismo nacional, e tem como exemplo cidades como Barcarena, Volta Redonda, Maringá, Brasília, dentre outras.

¹⁴ Disponível em: < <http://aldeiatem.com/post/16889/exposicao-fotografica-%E2%80%99Ce-u-vi-goiania-crescer%E2%80%9D>>. Acesso 12 de fev. de 2018.

Figura 21 – Planta Geral da Cidade de Minas, renomeada Belo Horizonte.



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.¹⁵

Em seu traçado cuidadosamente desenhado por Aarão Reis, engenheiro politécnico, Belo Horizonte é cortada geometricamente por extensos bulevares conectados por praças, sobrepondo-se obliquamente ao traçado tabuleiro xadrez. Apesar das muitas modificações sofridas em seu plano inicial, a Praça da Liberdade, que abriga um conjunto arquitetônico de grande valor histórico e cultural, foi mantida. Planejada para abrigar a sede do poder mineiro e suas secretarias, o local recebeu, no seu entorno, construções especialmente institucionais, com características arquitetônicas ecléticas. Segundo Bruand (1981):

Os demais jardins públicos não foram executados, bem como a maioria das praças projetadas, estas deveriam ser constituídas pelos espaços de um ou mais quarteirões ou até uma ou mais metades de quarteirão consecutivas deixadas livres, os quadrados, retângulos ou triângulos formados assim em nada alterariam o quadro geral. Só a Praça da Liberdade (aliás, a única que foi feita) escapava um pouco, na medida em que estava aberta no eixo de uma artéria e modificava sensivelmente as dimensões dos quarteirões vizinhos, reduzidos à área congruente, essa disposição especial tinha por

¹⁵ Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=19471&chPlc=19471&viewbusca=s>>. Acesso 18 de fev. de 2018.

objetivo sublinhar o significado desse lugar eminente, concebido para servir de moldura ao palácio do governo (BRUAND 1981, p. 347).

Tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHA-MG, por meio do decreto nº 18.531 de 02 de junho de 1977, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade, possui dentre os edifícios instalados ao seu redor o Palácio Arquiepiscopal (atualmente Cristo Rei) de autoria de Raffaello Berti de 1937, no estilo Art. Déco, com revestimento em pó de pedra, o Edifício Niemeyer e da Biblioteca Pública entre os anos 1954 e 1960 de exemplo modernista e o Memorial da Mineração, de autoria de Éolo Maia e Sylvio Emerich de Podestá, de 1985, em estilo pós-moderno.

A fim de dominar a paisagem, a escolha da implantação, sobre a colina Alto da Boa Vista, visava a valorização do poder civil, para tal, conforme descreve De Oliveira (2007), “utilizou-se também uma sistematização urbanística semelhante ao Tridente, tendo o Palácio da Liberdade como vértice do encontro de três grandes avenidas; duas convergentes, Brasil e Bias Fortes, e uma central, a João Pinheiro que se prolonga até o Palácio por meio de uma alameda de palmeiras imperiais” (DE OLIVEIRA, 2007, p.3), característica que podem ser observadas nas Figuras 22 e 23.

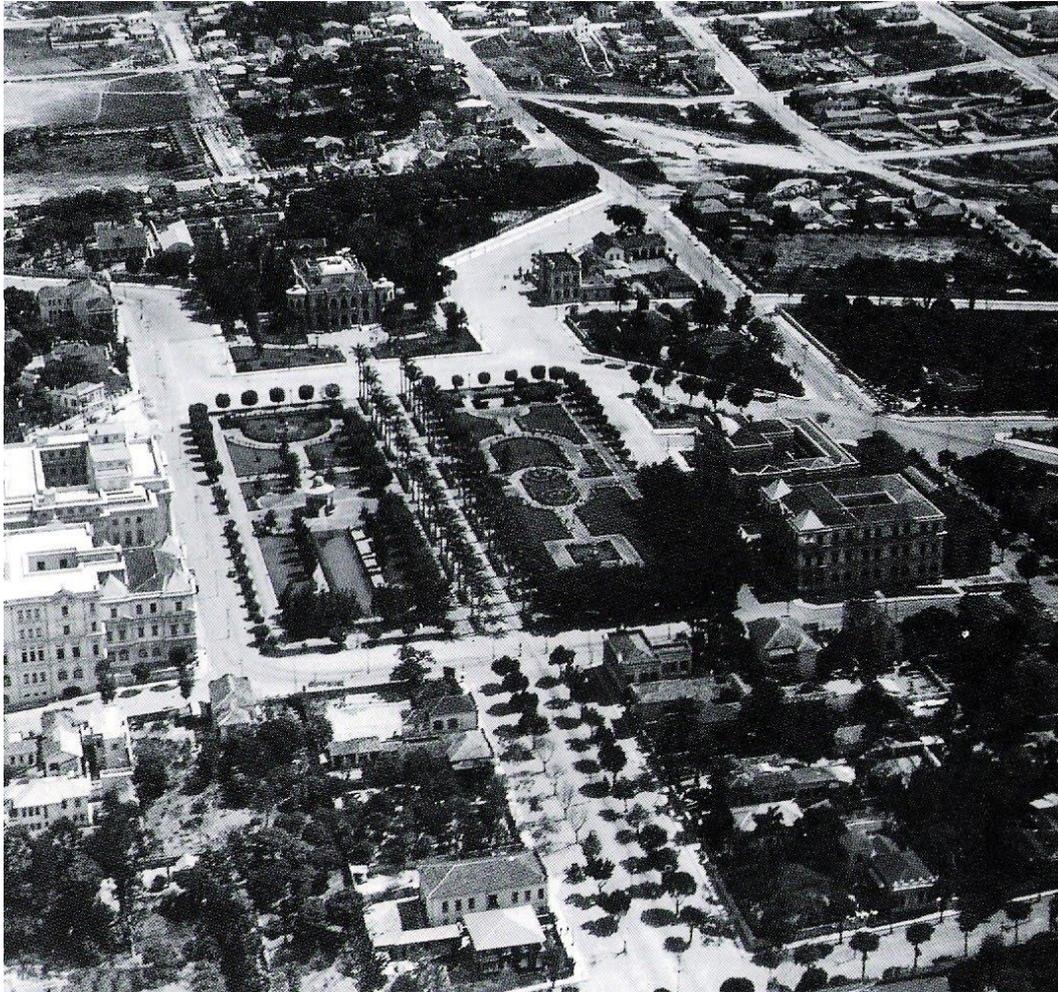
Figura 22 – Praça da Liberdade em Belo Horizonte – MG.



Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.¹⁶ Foto: Renato Cobucci. Nov.2013.

¹⁶ Disponível em:< <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/praca-da-liberdade-onde-arquitetura-e-cultura-se-encontram>>. Acesso 12 de fev. de 2018.

Figura 23 – Vista aérea da Praça da Liberdade em Belo Horizonte, 1934.



Fonte: Acervo Museu Histórico Abílio Barreto. Prefeitura de Belo Horizonte.

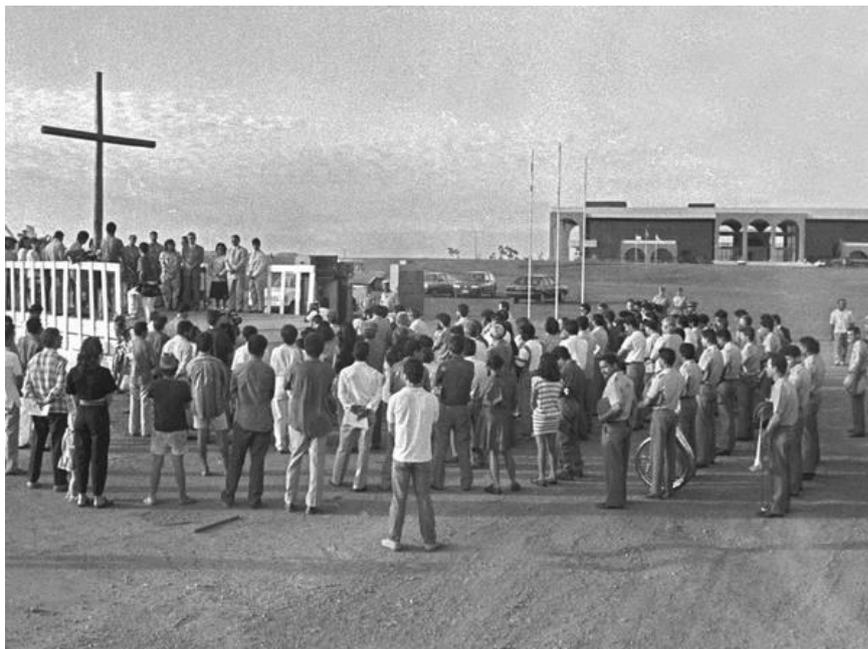
Para Andrade (2008), as ressonâncias do modelo cidade-jardim no urbanismo em cidades novas no Brasil apresentam algumas características marcantes quanto ao centro cívico:

Tanto em Belo Horizonte, como em Goiânia e Brasília [...] encontramos características semelhantes no que se refere às determinações simbólicas de seus traçados. O que lhes atribui um significado político específico, distinguindo-as de outras cidades novas, é sobretudo o desenho de seus centros cívicos. A estes é conferida uma forte monumentalidade, seja através da arquitetura dos edifícios públicos que vão se distribuindo ao longo ou em torno de praças e grandes eixos, ou por meio da forma de seus espaços públicos e abertos, com um desenho geometrizado, regular e simétrico, quase barroco, com o emprego de vias estruturais ou diagonais, “*pattés-d’oie*” e praças estelares. A arquitetura dos edifícios públicos, marcada pelo isolamento entre eles, reafirmando a concepção neo-clássica de espaço urbano, variará conforme o estilo da época. (ANDRADE, 2008, p. 3)

Os exemplos aqui apresentados, ainda que sem a intenção de esgotar o tema, demonstram a intencionalidade de reforçar a carga simbólica do poder, de modo clássico, colocando as instituições públicas em evidência, de modo quase que padronizado, na combinação de largas avenidas que desembocam em uma praça ladeada de edifícios públicos, usando de longas perspectivas a fim de ressaltar o aspecto monumental, conforme o desenho do Centro Cívico de Cianorte, objeto deste estudo. Ainda que com características diferentes das que encontramos nos exemplos até agora apresentados, algumas cidades planejadas na atualidade ainda conservaram a mesma tratativa, como Palmas no Tocantins, se assemelhando a Cianorte neste e em outros aspectos, como exposto a seguir.

A cidade de Palmas no estado de Tocantins é também um exemplo de cidade “criada”, cuja descontinuidade do planejamento urbano alterou seu plano inicial. Projetada por Luiz Fernando Teixeira Cruvinel e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, arquitetos urbanistas, em 1990¹⁷ para ser a capital do Estado do Tocantins, teve um crescimento vertiginoso cujos primeiros habitantes vieram atraídos por novas perspectivas financeiras e pelo status de capital, conforme comenta Malheiros (2002) “Para muitos ainda corresponde à referência de cidade grande, congestionada e violenta. Para outro é solo fértil e de oportunidades, longe dos grandes centros que atrai tipos humanos do norte ao sul do Brasil” (MALHEIROS, 2002, p.141).

Figura 24 – Missa campal em celebração ao aniversário de Palmas, 1991.



Fonte: Marcio Di Pietro.¹⁸

¹⁷ TRINDADE, 2013, p. 58.

¹⁸ Disponível em: <<http://secom.to.gov.br/noticia/44316/>>. Acesso 30 de jul. 2017.

Com uma população, assim como Cianorte, cuja identidade se formou da união de vários grupos brasileiros, decorrentes de um grande fluxo migratório, guarda uma história recente marcada por simbolismos comparáveis a história de Cianorte, como podemos observar na cerimônia da primeira missa com a cruz, símbolo do Cristianismo, demonstrado na Figura 24.

Programada para ter uma ocupação em etapas, a fim de evitar os vazios urbanos, e com critérios bem definidos para o plano diretor, os fatos que seguem sua implantação e ocupação, conflitam o previsto inicialmente. Em seu livro *Palmas, a última capital projetada do século XX, uma cidade em busca do tempo*, Valéria Cristina Pereira da Silva, descreve o ambiente em que as decisões urbanas são tomadas:

Cruzam-se nesse labirinto as manobras políticas, os desejos personalistas, a lógica do capital, as fórmulas do planejamento aliadas à técnica e os limites de ambos – no interior dos discursos, as suas fendas –; esses elementos configuram um espaço “liso” no que tange a apreensão do surgimento da cidade (DA SILVA, 2010, p. 93).

Assim, podemos verificar algo em comum com Cianorte como é o caso do centro administrativo bem definido no traçado urbano semelhante ao traçado de Goiânia capital de Goiás, cujo traçado viário se estrutura por meio de rótulas nos cruzamentos e grandes avenidas destacando o aspecto monumental presente em todos estes casos.

Figura 25 – Planta baixa centro administrativo Palmas -TO.



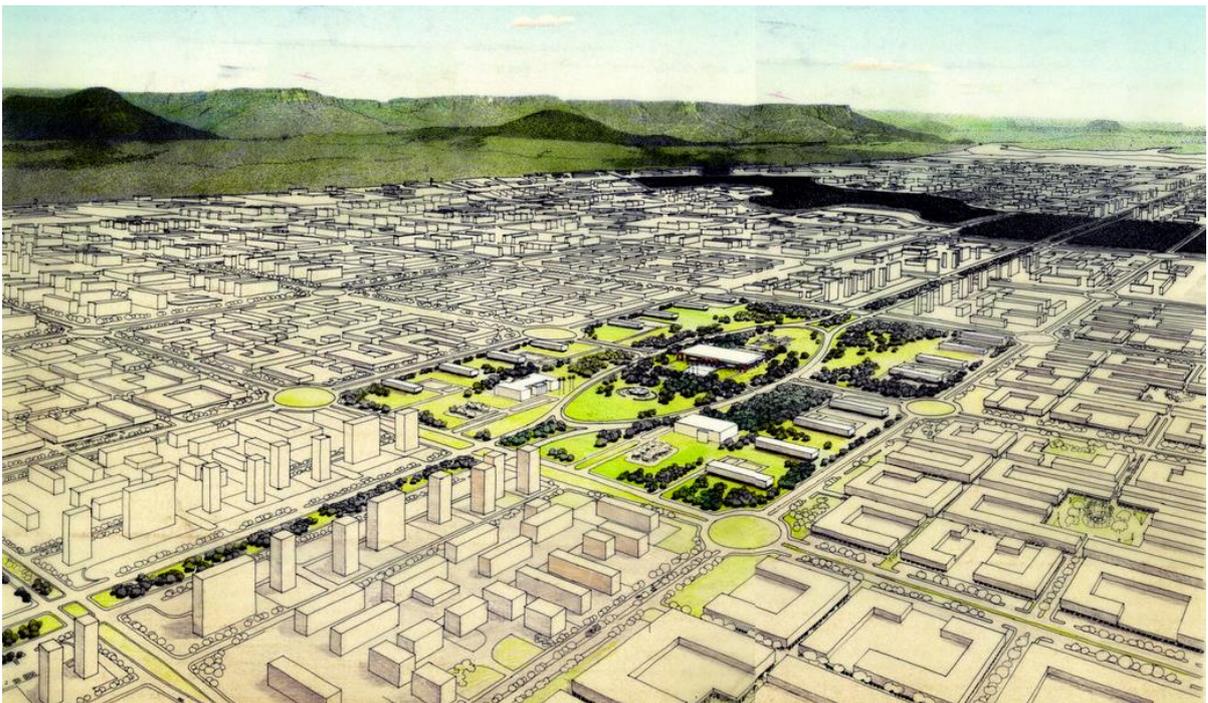
Fonte: Grupo Quatro Arquitetura e Urbanismo.¹⁹

¹⁹ Disponível em: < <https://fernandoteixeira.arq.br/inicio/escritorio/urbanismo/plano-diretor-palmas-to/#lightbox-111>>. Acesso em 12 de jun. 2017.

Dentre os dez princípios orientadores do projeto o “centro identificável” é um deles. Norteada pela Carta de Atenas, considera a hierarquia de funções, bem aos moldes modernistas. Como em Brasília, possui um eixo monumental, a Avenida Teotônio Segurado, no sentido norte-sul, cuja Praça dos Girassóis é seu ápice. Abriga ali no ponto mais alto da cidade, o Palácio do Araguaia, sede do governo, e vários outros edifícios públicos, conforme Figura 25.

Para Trindade (2013), a apropriação dos grandes espaços criados entre os edifícios públicos na Praça dos Girassóis, ficou comprometida devida a distância entre os mesmos. Outras praças previstas no interior das quadras que circulam o centro administrativo (Praça dos Girassóis), na implantação do plano não foram executadas, ao contrário, estas áreas foram novamente parceladas, buscando maximizar o número de lotes, aumentando o lucro imobiliário em detrimento do plano inicial.

Figura 26 – Quadra central com o Palácio Araguaia. Palmas -TO.



Fonte: DA SILVA, 2009, p. 153.

Nas Figuras 26 e 27, observamos a extensão das ideias culturalistas aplicadas ainda contemporaneamente na cidade de Palmas, porém outras influências também são identificáveis, como o modernismo de Brasília com seu eixo cívico bem, marcado de edifícios públicos e sua praça central. Da Silva (2009) afirma que “Palmas inaugurou uma espécie de superação da modernidade que nos permite falar de pós-modernidade” (DA SILVA, 2009, p.

154), e faz uma análise cuidadosa da manifestação tardia da pós-modernidade no projeto da cidade e execução implantação da cidade.

Figura 27 – Vista aérea Praça dos Girassóis, Palmas -TO.



Fonte: Daniela Oliveira / Governo do Tocantins. 2016.²⁰

Os conflitos de interesses e objetivos, entre a técnica projetual do urbanista, e as conveniências políticas, que transformam o plano diretor e ao longo do desenvolvimento da cidade, remeteram também a cidade de Palmas a repensar o planejar e o fazer urbano, como sugere Trindade (2013), após sua pesquisa sobre o tema:

A experiência de Palmas demonstra a enorme distância entre a intenção e o gesto, e é demonstrativo de que um desenho urbano eficiente será sempre resultante de um processo de planejamento presente e constante. Uma das mais importantes lições aprendidas é a necessidade de se desvincular esse processo do poder executivo, propondo-se o planejamento e o desenho urbano submetido aos preceitos de um plano/projeto e um conselho cidadão independente que, distante das decisões politiquieiras e dos grandes capitais especulativos, possa atuar pelos desejos e necessidades da população. (TRINDADE, 2013, p.70)

²⁰ Disponível em: <<http://seden.to.gov.br/noticia/2016/6/10/atrativos-naturais-e-historicos-sao-opcoes-para-visitantes-na-passagem-da-tocha-olimpica-por-palmas/>>: Acesso 12 de jul. 2017.

A semelhança entre Cianorte e Palmas vai além do traçado urbano, do aspecto formal, da presença de um espaço destinado ao centro cívico em forma de praça contemplando edifícios institucionais, ressalta a descontinuidade do plano inicial.

Outra cidade que podemos tomar para análise é Santos, que em meio a demanda por controle sanitário buscou adequação de seu desenho urbano para tecnicamente facilitar o controle das questões de saúde da população. O engenheiro Saturnino de Brito ficou encarregado do plano sanitário, e com seu espírito inovador propôs também um plano amplo para cidade de Santos:

Saturnino de Brito fora influenciado pelas ideias do austríaco, arquiteto e historiador da arte, Camillo Sitte (1843-1903), que, em sua obra, propunha a qualidade de vida no desenho da cidade (SITTE, 1992). Em sua nova planta de expansão para a cidade de 1910, Brito incluiu muitas áreas verdes em formas de grandes praças e avenidas com largos canteiros centrais arborizados, na época chamados de “Avenidas Parque”. (DE OLIVEIRA e DOS SANTOS, 2016, p. 122).

Um aspecto importante dos planos de Saturnino de Brito era a predominância da topografia como aliada no escoamento das águas, ideia utilizada por Vieira no projeto urbano para Cianorte, assim como a difusão de parques e jardins, conforme podemos verificar na Figura 28, em que observamos o extenso jardim proposto para orla marítima.

Figura 28 – Início da urbanização da orla ajardinada, Santos, 1935.



Fonte: Portal Memória de Santos da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS).²¹

²¹ Disponível em: < <http://www.memoriadesantos.com.br/linha-do-tempo/>>. Acesso 13 de fev. de 2018.

As ideias higienistas de Saturnino foram bastante difundidas na época, consolidando um conjunto de princípios adotados pelos engenheiros, dentre eles Jorge de Macedo Vieira. Dentre as publicações encontradas no acervo da biblioteca pessoal de Vieira estava a “Nota sobre o traçado das ruas” de 1920 de autoria de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Bonfato (2008) confirma em seu relato, “[...] o contato com os Saturnino Brito foi uma constante durante sua carreira [...] chegando a trabalhar com Saturnino Brito Filho em outros projetos, inclusive na cidade Termal de Águas de São Pedro” (BONFATO, 2008, p. 208).

Os conceitos sanitaristas difundidos por Brito, como o aproveitamento dos fundos de vales com vegetação vasta para liberar o escoamento das águas pluviais e evitar as erosões, com a finalidade de promover o equilíbrio do entorno, são encontrados também nos projetos de Vieira. O aproveitamento da topografia para implantação das vias tinha além da drenagem das águas de chuva um caráter econômico na pavimentação das ruas, que segundo Bonfato (2008) geraria uma economia de manutenção.

Figura 29 – Mapa de Santos, 1910.



Fonte: Saturnino de Brito. Biblioteca Nacional Digital. ²²

²² Disponível em: < http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523248/cart523248.jpg >. Acesso 06 de agosto de 2017.

Segundo Arruda e Sá Carneiro (2006), é neste cenário profissional que Saturnino de Brito foi “considerado um dos pioneiros do urbanismo brasileiro, introduzindo em seus planos uma visão de conjunto da cidade, articulando questões viárias, de saneamento e de estética” (ARRUDA E SÁ CARNEIRO, 2006, p. 111). Para os autores, Saturnino entendia a cidade como um organismo vivo, devia ser tratado como um todo, de modo a considerar a dinâmica urbana como parte do processo de construção da cidade.

A questão sanitária traz à tona uma nova característica desses planejadores urbanos: a presença do pensamento social, que se materializava na busca de soluções que entendessem a relação do habitante com o meio e suas conseqüentes derivadas. É preciso perceber que tal pensamento é resultante de toda uma cultura social que se estabeleceu nas ciências a partir de meados do sec. XIX. O planejamento urbano não fugia a essa regra, incorporando mais um elemento em seu *modus operandi*, e de extrema importância (BONFATO 2008, p. 26-27).

Num abreviado panorama dos principais movimentos urbanísticos e de arquitetura, que relacionamos ao desenho empregado por Vieira ao longo de sua obra, enfatizando a tratativa do centro cívico em cada um deles, veremos a seguir como estes se aplicaram especificamente no traçado da cidade de Cianorte, Eixo Monumental e Centro Cívico, objeto desta pesquisa.

1.3. A aplicação no projeto urbanístico

1.3.1. A Cidade de Cianorte.

A cidade de Cianorte está localizada no noroeste do estado do Paraná, fruto de um período de grande urbanização do Norte do Paraná, foi planejada e implantada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Teve seu projeto urbanístico desenvolvido em 1955, pelo engenheiro-urbanista Jorge de Macedo Vieira (1894-1978). Faz parte de uma região denominada Norte Novíssimo, sendo o último lote de terras rural e urbano comercializado pela CMNP. Ocupou terras habitadas por indígenas que foram paulatinamente expulsos, confinados ou destruídos para a ocupação e exploração econômica conforme afirma (MENEGUETTI, 2009).

Parte de um plano maior de ligação entre as cidades do Paraná, implantadas pela CMNP e São Paulo, como forma eficiente de escoar a produção agrícola e posteriormente

industrial da região, Cianorte seria um dos pontos de conexão desta rede, conforme descreve Rego (2001):

A estratégia da Companhia para o estabelecimento da rede de cidades - um plano geral de ocupação - foi manter a estreita relação entre as vias de comunicação e as aglomerações e a regularidade na distância entre os assentamentos urbanos: cidades planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços, posicionados sempre a uma distância de 100 km entre si, e cidades menores, planejadas como centros de abastecimento da população rural, com no máximo 15 km de distância entre si (REGO, 2001, p.1572).

A estratégia proposta pela Companhia previa que algumas cidades seriam destinadas a se tornarem maiores, teriam assim maior relevância entre as cidades menores denominados patrimônios, situados entre 10 a 15 quilômetros um da outra, esse plano foi executado e transformou as terras paranaenses em atrativos para muitos que vinham em busca de prosperidade. Para Meneguetti (2009) a,

[...] Companhia foi responsável pelo desenho de uma rede de cidades novas, criadas entre os anos de 1930 e 1960, que eram a estrutura de um plano de desenvolvimento regional e tinham um duplo papel: ser o centro comercial para os negócios da região e o lugar dos serviços urbanos. Foram implantados pela Companhia 62 núcleos urbanos, nove patrimônios, dezoito distritos, vinte e três sedes de município e doze sedes de município com sedes de comarca, afora outros quarenta e oito núcleos urbanos implantados por particulares nas terras da Companhia (MENEGUETTI, 2009, p. 73).

Assim, foram fundadas na sequência as cidades de Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960) (CMNP, 1975, p. 252) entremeadas de pequenos patrimônios que funcionavam como postos de abastecimento.

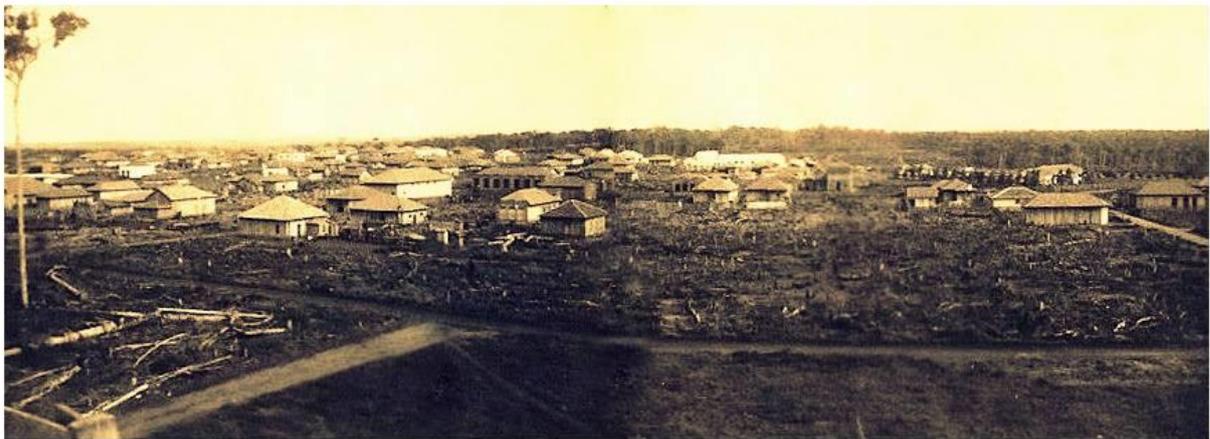
É nesse contexto que surge Cianorte em meio ao entusiasmo cafeeiro, como um empreendimento promissor a exemplo das anteriores, na expectativa de assumir destaque regional, a cidade era considerada a “menina dos olhos” da colonizadora e merecia um plano ousado, funcional com uma estrutura física atrativa, transmitindo a imagem de proporcionar boa qualidade de vida aos seus habitantes. Subordinada administrativamente ao município de Peabiru, é inaugurado o acampamento de Cianorte, com um churrasco, em 27 de junho de 1953. Assim, começam a ser comercializadas as primeiras glebas. Segundo Bonfato (2008):

Os primeiros trabalhos de arruamento ficaram para os engenheiros Manuel de Mesquita, em 1953, e Pedro Garcia de Abreu, em 1954; os trabalhos de demarcação das terras para o senhor Vladimir Babikoff, o sistema de distribuição de água para o senhor Jamil Boniconto, todos ligados à CMNP,

que traziam seus operários para residir no local, pelo sistema de acampamentos provisórios, tendo em vista a dificuldade de acesso a essas terras. O crescente número de novos colonos e a incipiente atividade comercial que necessitava de insumos acarretavam a necessidade de escoamento de produtos, acabando por ocasionar a construção de um campo de aviação, obra executada pela empresa França Simões, em 1954 (BONFATO, 2008, p. 124).

Diante disso, começa a se materializar a implantação de uma nova cidade, onde havia mata, o desmatamento começa a dar espaço ao arruamento, casas, rodoviária, hotéis, etc. A Figura 30 retrata um aglomerado de edificações.

Figura 30 – Fundação de Cianorte.



Fonte: Eleutério Langowski, arquivo pessoal.

A população de Cianorte foi formada por imigrantes e migrantes que vinham em busca de prosperidade motivados pela qualidade da terra ideal para o cultivo do café. O processo de ocupação da terra e a implantação da cidade consolidaram-se com a edificação das primeiras habitações de trabalhadores locais, e do comércio de acordo com os relatos de Cioffi (1995),

“O Planas avisou que aqui não tinha nada e íamos começar a vida novamente. Era tudo madeira ainda no chão. Não tinha nada. Havia o Hotel Cianorte e a casa do Sr. Cossich, uma casa pequena de madeira. A gente só via as matas, as toras no chão. Havia somente eu, Dona Júlia Cossich e as barracas da Companhia” Ana Maria Silveira Manfrinato. [...] “Quando cheguei aqui em 1953 devia ter mais ou menos uns seis a oito ranchos, nem eram casas”. Antonio Rodrigues. [...] “Na cidade quando cheguei em 1955, havia apenas 33 casas, dentre essas algumas eram casas comerciais.” João Batista Mafra (CIOFFI, 1995, p. 101-102).

Nos relatos dos pioneiros encontram-se o panorama dos primeiros passos para implantação da Cidade e suas primeiras edificações: “Todo material de construção vinha de Maringá, com exceção da madeira abundante na região, de mata subtropical” (CIOFFI, 1995, p.103), os compradores dos lotes rurais se instalavam provisoriamente em ranchos feitos com folhas de palmeiras, conforme relatam as autoras, a madeira em abundância decorrente do desmatamento local, de baixo valor, ofereceu a matéria prima para execução das primeiras habitações e comércios. O sistema de construção empregado na época, é descrito por Zani (2013) em seu livro *Arquitetura em Madeira*, onde descreve, “A produção de casas autoconstruídas, sob o imperativo da necessidade, buscava as soluções mais simples e objetivas, às vezes subordinadas às regras construtivas dos carpinteiros migrantes e emigrantes”(ZANI, 2013, p. 29), com um resultado adaptado as condições climáticas locais, onde a diversidade cultural reunida produziu soluções para programas variados tanto no aspecto funcional como formal.

A cidade de Cianorte apresentava uma planta que com o zoneamento e o traçado geométrico foram articulados de modo a preservar as áreas de matas nativas, destinadas a implantação de parques urbanos, a exemplo do cinturão verde e do Parque Manduí, parcialmente implantados conforme o plano original desenvolvido em 1954.

A ligação direta de Macedo Vieira com os idealizadores da cidade jardim inglesa foi o que lhe conferiu tanta propriedade ao projetar cidades e se utilizar dos ideais apregoados por Raymond Unwin e Barry Parker, como garantia da boa forma urbana, como discorrem Freitas, et al (2016). Dessa forma, temos uma cidade de plano original com qualidades que lhe conferiam identidade, ou seja, a proposta de Jorge de Macedo Vieira.

Porém, essa mesma cidade vem sofrendo gradativamente as marcas impostas pelo presente, principalmente pela presença dos aspectos socioeconômicos inerentes à sua construção. Este entendimento considera que, a forma do ambiente urbano encontra-se necessariamente relacionado às articulações dos interesses e esforços sociais e econômicos, as pessoas, seus desejos e intenções.

Dalberto (2009), destaca que:

O plano de Cianorte apresentou qualidades particulares quanto ao traçado, à organização das vias, à distribuição dos edifícios e espaços públicos, à arborização, entre outros, confirmando a influência, quase que direta, que Vieira teve dos conceitos defendidos por Unwin e por eles aplicados na cidade jardim inglesa para a garantia da identidade urbana (DALBERTO, 2009, p. 32).

As transformações econômicas, sociais e políticas na cidade de Cianorte ao longo do tempo produziram a ampliação da malha urbana pela expansão por meio de conjuntos habitacionais de baixa renda e pequenos loteamentos originados das propriedades rurais anexas à cidade.

Devido à crise do café na década de 1950, a implantação do projeto de Vieira não aconteceu por completo, alguns bairros residenciais e prédios públicos foram deixados para segundo plano, aguardando a reativação da economia para serem retomados. A malha urbana permaneceu sem grandes alterações até meados dos anos 1980, quando após esse período devido a uma fase econômica próspera houve uma explosão imobiliária, fomentando a expansão urbana. Foram aprovados 49 novos loteamentos entre 1990 e 2004, segundo Dalberto (2009), que classifica a cidade em três fases: A Cidade Planejada, a Cidade Implantada e a Cidade Construída. Sendo a primeira fase referente ao projeto inicialmente planejado por Vieira, a segunda fase seria a cidade implantada já com áreas suprimidas em relação ao plano inicial, e a última referente à cidade como estava implantada em 2009, conforme a sua pesquisa.

Outra característica da cidade jardim, que encontramos no plano de Cianorte, são as áreas verdes preservadas junto aos córregos que circundam o perímetro urbano, demonstrando a preocupação ambiental de Vieira e a integração entre o desenho urbano e áreas de difícil ocupação, como as que margeiam os cursos d'água. Ao longo das áreas verdes, planejou-se uma larga via²³ de circulação acompanhando o desenho orgânico, valorizando a perspectiva renovada ao trafegar por ela. As avenidas com canteiros centrais arborizadas criam segundo Bonfato (2003), uma cidade onde o verde se destaca no tecido urbano, um traço típico das cidades projetadas por Macedo Vieira.

Para Dalberto (2009)

Em toda a malha há praças: as principais, onde estariam os edifícios públicos, e outras de menor importância, onde se daria a concentração de comércio e a organização do trânsito. O que chama a atenção é a distribuição pela malha dos espaços públicos e praças, sendo que cada área do plano apresenta um ponto de atração (DALBERTO, 2009, p. 39).

O desenho urbano destina-se a áreas para concentração de pessoas, com a presença de praças para implantação de edifícios públicos nos principais nós da cidade, proporcionando identidade ao local e, também, diversos espaços abertos destinados ao uso público, mostrando, segundo Dalberto (2009), uma preocupação com o habitante. Influência clara do

²³ Alterada do plano inicial, executada como via simples.

que preconiza Howard e Unwin como ideal de cidade. Confirma Dalberto (2009) em sua análise:

O plano de Cianorte apresentou qualidades particulares quanto ao traçado, à organização das vias, à distribuição dos edifícios e espaços públicos, à arborização, entre outros, confirmando a influência, quase que direta, que Vieira teve dos conceitos defendidos por Unwin e por eles aplicados na cidade jardim inglesa para a garantia da identidade urbana (DALBERTO, 2009, p. 32).

A proposta de Jorge de Macedo Vieira para Cianorte contempla um conjunto de soluções que se articulam em meio a retas e curvas numa sucessão de avenidas, praças e bairros harmoniosamente conectados, conforme analisa Rego et al.(2004).

O traçado urbano é misto, com vias retas e organização reticulada harmoniosamente articuladas com quadras irregulares e vias curvas que dão novas orientações ao tecido urbano. Nesses trechos, a organização espacial se direciona e culmina em elementos formais estrategicamente posicionados e hierarquicamente destacados na composição: o semicírculo, o semioctógono, o hexágono, o pé-de-galinha. (REGO et al., 2004, p. 146)

Em destaque no traçado urbano, a composição do Eixo Monumental será analisada com mais proximidade, buscando compreender a importância deste conjunto no plano da cidade e na configuração do Centro Cívico.

1.3.2 O Eixo Monumental, o Centro Cívico e a Praça da República.

O plano inicial para cidade de Cianorte foi estruturado a partir de três eixos (Figura 31), sendo um deles o monumental. Usado por Jorge de Macedo Vieira como um dos elementos estruturadores da malha urbana se configura a partir da ferroviária e da rodoviária, principais acessos para chegada dos visitantes à cidade. Numa sucessão de espaços que se abrem e fecham por meio de praças e avenidas, alternando amplitude e estreitamente, sugere expectativa ao usuário.

Formado pela sequência de 4 praças a partir da estação ferroviária com a Praça Santos Dumond, ligada por meio da Avenida Brasil a Praça Raposo Tavares, Praça da República (Centro Cívico) e por fim terminando na Praça Rui Barbosa, destaca-se o aspecto monumental, influência do movimento *city beautiful* empregado por Vieira no plano de Cianorte. Embora com características próprias, oferece ao espectador a ideia de hierarquia, à medida que partindo da estação ferroviária, passa pela praça da rodoviária onde a visão se amplia quando encontra uma avenida de largo canteiro central, direcionando o olhar para a

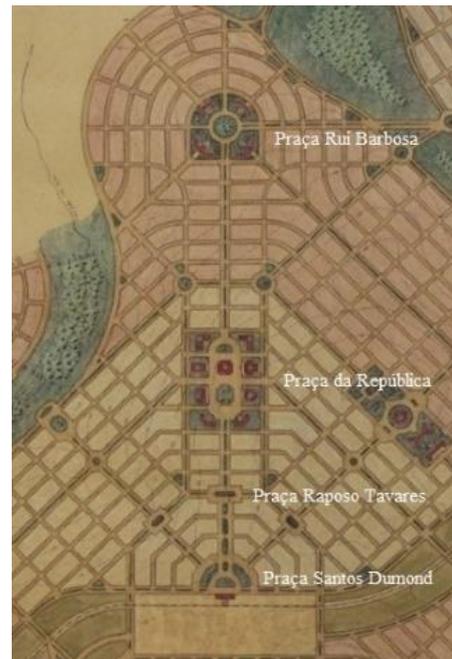
Praça Raposo Tavares, que se abre adiante. Numa segunda etapa, outra avenida se abre conduzindo ao ápice, onde supunha, conforme plano inicial, estariam os edifícios públicos, margeando o grande espaço aberto, formado pelo conjunto de 3 praças, centro cívico, denominada a princípio Praça da República como observamos na Figura 32.

Figura 31 – Conformação dos dois Eixos Principais de Cianorte.



Fonte: DALBERTO, 2009 p. 36.

Figura 32 – Eixo Monumental anteprojeto de 1955.



Fonte: DPH\São Paulo, adaptado pela autora

Princípio formal semelhante foi aplicado anteriormente por Vieira no projeto do centro cívico de Maringá, elaborado em 1945, cuja arborização assume papel de destaque conforme descrição de Rego (2015):

A arborização urbana que veio a ser plantada na área central de Maringá respondeu à estética proposta pelo projeto original: linhas de palmeiras e tamareiras destacam os principais eixos viários e lhes atribuem monumentalidade, enquanto ruas curvas em bairros residenciais recebem arborização densa e menos formal e, portanto, mais pitoresca; espécies distintas garantem identidade às avenidas centrais; e floradas consecutivas embelezam a paisagem urbana. A tradição do urbanismo monumental e a ordem cívica almejada pelos planejadores do *city beautiful* está plantada nestas alamedas e a dimensão estética da arborização viária só faz contribuir para o caráter formal do centro cívico (REGO, 2015, p. 4-5).

O cuidado com o desenho em traço clássico remete à influência do movimento *city beautiful*, conforme demonstra a figura destacada do projeto de Vieira para o Centro Cívico de Maringá.

Figura 33 – Centro Cívico de Maringá, 1972.



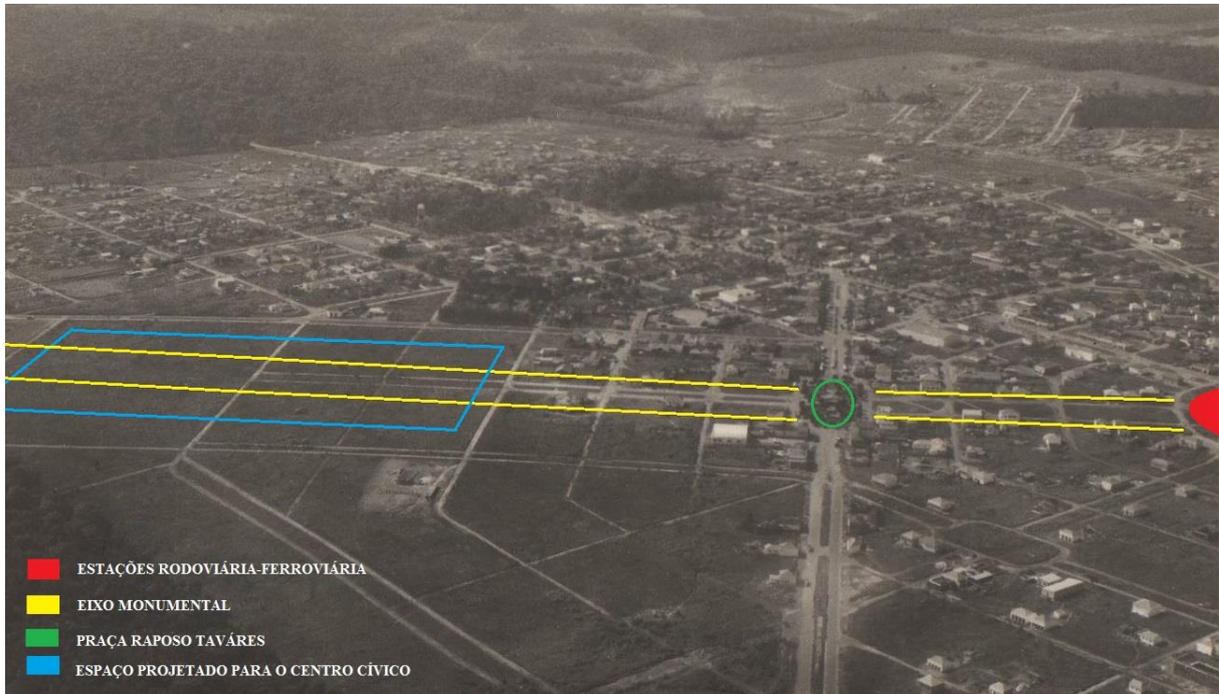
Fonte: REGO, 2010, p. 11.

Como podemos observar sobre as cidades de Maringá e Cianorte, Steinke (2007) ressalta que “o centro administrativo em que se localizam os principais edifícios públicos, não é local de grande fluxo, ainda que próximo à zona comercial” (STEINKE, 2007, p. 153), para a autora a intenção projetual quanto à monumentalidade fica acentuada à medida que o engenheiro localiza a estação ferroviária, porta de entrada do visitante, alinhada ao eixo cívico como eixo principal, conforme (Figura 33), onde é possível observar o desenho das ruas e avenidas no início da demarcação das quadras em 1957.

Os três elementos usados por Macedo Vieira para ressaltar o aspecto simbólico de acordo com Steinke (2007) são: a) a arquitetura dos edifícios voltada para o eixo; b) o grande eixo em si; c) e os recuos dos edifícios que reforçam a perspectiva do conjunto. A autora também enfatiza que "A determinação simbólica deste traçado, que atribuem a essas cidades

um significado político, através da arquitetura dos seus edifícios e dos grandes eixos e recuos, reafirma sua importância em relação ao conjunto urbano” (STEINKE, 2007, p. 153).

Figura 34 – Primeiros traçados no solo urbano do Eixo Monumental, 1957.



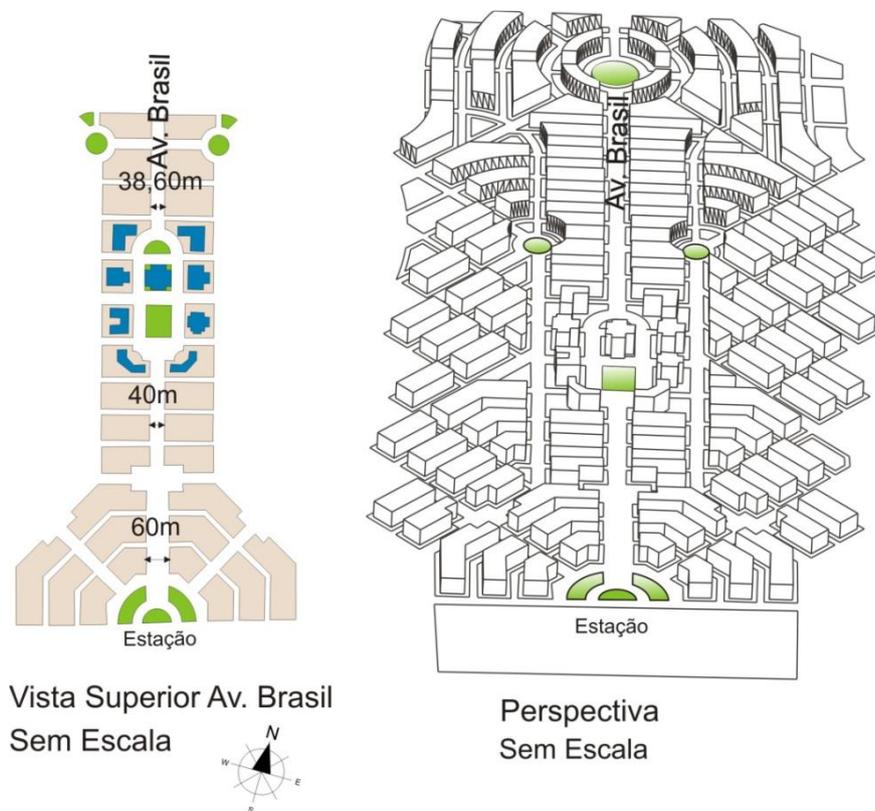
Fonte: Acervo CMNP (1957). Adaptado pela autora.

A grande preocupação de Howard que é o aspecto social desenvolvido na sua teoria de cidade-jardim, aplicado nas cidades inglesas de Letchworth e Welwyn Garden City, não se atribuiu as cidades planejadas por Vieira, cuja influência se limitou ao aspecto formal, sua ferramenta de intervenção, na qual se valeu do exemplo destas cidades como modelos de aplicação, combinando orientações de Howard com outras influências.

Apesar de percebermos, nas plantas de Macedo Vieira, clara influência de desenho urbano derivado das propostas howardianas, não há como estabelecer um elo direto entre o brasileiro e Ebenezer Howard, já que Macedo Vieira era um engenheiro civil politécnico aplicado, que buscava soluções técnicas que julgasse mais adequadas para o tipo de terreno objeto de intervenção. Como de forma quase invariável, os terrenos apresentavam morfologia bastante agitada, optava pelo traçado orgânico do tipo de desenho urbano que se convencionou chamar cidade-jardim. Situava-se, portanto, muito distante das teorias sociais de Howard, as quais com certeza conhecia, Antes disso, persegue o aperfeiçoamento do desenho, buscando compreender o terreno de modo contínuo e sucessivo, estabelecendo com a topografia uma relação de aproximação e familiaridade poucas vezes encontrada em outros engenheiros civis. (BONFATO, 2008, p.73-74)

O planejador tem em suas mãos o desenho como ferramenta, e seu uso pode determinar uma configuração que favoreça a manifestação política da população à medida que planeja grandes espaços abertos, avenidas largas, praças, edifícios públicos, parques etc. O posicionamento formal de Vieira, sugere também a preocupação cívica, cujo conhecimento da teoria de Howard pode ter influenciado, embora não atendesse aos objetivos da colonizadora contratante de seus serviços.

Figura 35 – Avenida Brasil, com edifícios do Centro Cívico



Fonte: DALBERTO, 2009, p. 37.

Como ápice do Eixo Monumental, o Centro Cívico composto pela Praça da República, em formato oblongo (Figura 35), faz parte de um conjunto idealizado por Vieira e muito se aproxima ao esquema de Howard (Figura 14B, pág.47), à medida que se abre com espaço vazio ao centro rodeado de edifícios, criando o enclausuramento, semelhante ao que se vê em Letchworth. A avenida Brasil, elo entre as praças do conjunto, funciona como uma avenida-parque, com arborização e projeto paisagístico específicos, ligando a estação rodoviária ao Centro Cívico ou Praça da República. Iniciando na rodoviária com 60 metros de largura, reduz na praça Raposo Tavares para 40 metros e após o centro cívico passa a ter 38,60 metros.

Com uma função importante dentro do eixo monumental, funciona como estruturadora do espaço urbano, atribuindo qualificação e significação funcional, reforçada pela localização dos edifícios públicos, em seu entorno.

Uma praça, segundo Lamas (2014), define-se como “[...] ponto intencional de encontro, de permanência, dos acontecimentos, das práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio [...]” (LAMAS, 2014, p. 102), forma de organizar o cenário urbano, atividades legitimadas pelo uso efetivo. Vieira usa em seu desenho os espaços públicos como elementos de destaque de importância, agregando valor ao usuário, a população, não como mero atendimento legal, uma característica segundo Yamaki (2012) encontrada inicialmente nos planos das Cidades Novas Norte Paranaenses:

A preocupação visível com os Espaços Públicos nos planos iniciais de Cidades Novas Norte Paranaenses é paradigma constante, considerando-se que atualmente, praças são via de regra consideradas quadras não parceladas ou sobras de terrenos, e meramente obrigações da legislação urbanística. (YAMAKI, 2012, p. 7)

A ênfase dada ao Centro Cívico, como expressão do processo de monumentalização, está no superdimensionamento, tanto em relação às suas dimensões espaciais quanto ao tipo de nomenclatura. Prestar-se-á para as demonstrações e festas cívicas com sua largura excepcional e aspecto luxuoso. Além de considerar os aspectos funcionais e estéticos, relaciona também a disposição simbólica das construções propostas, a expectativa que se deseja transmitir no plano urbano dando um sentido cívico e peculiar a este espaço público.

Temos assim, no caso do centro cívico, a intencionalidade projetual não realizada, à medida que o espaço planejado não se materializou, conforme veremos a seguir no capítulo dois.

CAPÍTULO 2

DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AO ESPAÇO (RE)PRODUZIDO: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE CIANORTE

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma análise acerca do processo de formação da cidade de Cianorte, dando ênfase ao Centro Cívico, cujo plano inicial foi desenhado pelo engenheiro Jorge Macedo Vieira, também apresentamos uma análise sobre os principais agentes produtores do espaço urbano que atuaram e atuam na cidade.

Dessa forma, o capítulo encontra-se organizado em duas seções, sendo a primeira denominada *produção e (re)produção do espaço urbano e o direito à cidade: aspectos conceituais e legislação* na qual relacionamos alguns aspectos conceituais, também discutimos quais são eles, e constatamos o papel de cada um nesse processo, identificando-os nas subseções a seguir: *Produção e (re)produção do espaço urbano*, que trata do aspecto conceitual da questão do espaço urbano e sua reprodução, na segunda subseção, *Atos legislativos sobre o Centro Cívico* destaca os atos legislativos municipais que promoveram as mudanças no espaço do Centro Cívico e as alterações morfológicas decorrentes e na terceira, *Espaço produzido e (re)produzido*.

Na segunda seção, denominada *Os principais agentes produtores do espaço na cidade de Cianorte*, desmembrada em três subseções, nas quais foram utilizados documentos originais, mapas, legislações urbanísticas, entrevistas e imagens fotográficas de diferentes épocas, buscando compreender o *modus operandi* do estado e dos promotores imobiliários que atuaram e atuam na produção da cidade de Cianorte e no Centro Cívico. Sendo a primeira denominada *A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: reflexões sobre sua atuação*, cujos relatos e documentos mostram sua forma de atuação sobre o espaço urbano, em especial em Cianorte. A segunda subseção *Poder Executivo e Legislativo*, aborda parte da história política da cidade e oferece informação para compor a ocupação urbana do Eixo Monumental, e a terceira, *Particulares, Instituições Públicas e Associações de Classe*, descreve a ocupação destes agentes no Centro Cívico.

2.1 Produção e (re)produção do espaço urbano e o direito à cidade: aspectos conceituais e legislação

2.1.1 Produção e (re)produção do espaço urbano

A cidade, embora reproduzida com base na lógica capitalista e refém de uma economia de mercado, é um espaço socialmente produzido, lugar de reprodução de vida, cujo direito à cidade e seu entorno são temas de discussão proposto neste capítulo. Para Carlos (1994), o espaço urbano é: “considerado como produto da produção humana ele engloba a dimensão do processo de reprodução da vida humana em sua plenitude, em suas lutas e conflitos, que se materializam claramente, na paisagem geográfica” (CARLOS, 1994, p. 98). De acordo com a autora, o espaço de vivência é fruto das relações sociais de seus moradores com o lugar, portanto o desenrolar da cidade alimenta o processo histórico de relação da população com os espaços urbanos, conferindo-lhes legitimidade.

Pesquisar o processo de produção do espaço urbano remete à compreensão das formas espaciais existentes na atualidade, ou seja, “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 1998, p. 8). Já para Reis e Bentes (2016), o espaço urbano é definido pela organização espacial fragmentada, decorrente da grande diversidade de usos e apropriações desses espaços, levando-se em consideração a demanda social local, e as transformações decorrentes da temporalidade. Desse modo, cada cidade é única e assim deve ser analisada. Atendendo aos novos interesses tanto do capital como da sociedade, o espaço produzido reflete a dinâmica urbana e social e cultural. Para Reis e Bentes (2016),

A produção do espaço urbano e seus modos de apropriação passam a ser conduzidos por novos interesses, apoiados sob condições tecnológicas e valores culturais novos, apresentando estruturas sociais e espaciais mais complexas. Observam-se assim profundas transformações nos modos de articulação espacial e temporal, reveladores da reestruturação espacial e das dinâmicas urbanas contemporâneas, que tanto chamam atenção dos pesquisadores e planejadores (REIS e BENTES, 2016, p. 2).

Segundo Laruccia, (2017), “compreender como a sociedade produz e reproduz a cidade e a forma pela qual a sociedade se relaciona e se apropria do espaço, produzindo-o, é compreender a metrópole e sua morfologia atual” (LARUCCIA, 2017, p. 294), ora, ainda que não se tratando do projeto de uma metrópole os mecanismos de produção e reprodução do espaço podem ser semelhantes, assim, passamos a buscar as referências, ou pistas, que possam nos levar a compreender a produção e reprodução de parte da cidade de Cianorte, o Centro Cívico, integrante do plano urbanístico proposto inicialmente para nova cidade. Diante disso, faz-se necessário, discorrer sobre os espaços públicos e privados.

Para Hertzberger(1999), existe uma polarização entre os termos público e privado, que vai além do sentido antagônico da palavra, mas se refere ao posicionamento social do indivíduo, entendendo público como coletivo e privado como individual. Para o autor “pública é uma área acessível a todos a qualquer momento, a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la” (HERTZBERGER, 1999, p.12). Considerando essa premissa, ponderamos que o Centro Cívico de Cianorte é um espaço público de responsabilidade coletiva.

No caso do Brasil, particularmente, a ideia de público e privado não se constitui como em outras sociedades ficando a mesma restrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Diante disso, é vista como propriedade e não pela vertente dos direitos das pessoas e pelas relações de poder que ocorrem por meio de dominação pública, proporcionando assim a invasão da esfera pública pela privada e ocasionando a reprodução e ampliação do poder, conforme afirma Martins (1994). Para o historiador as relações de poder vêm ocorrendo desde a colonização do Brasil, cujas origens estão na construção cultural do ideário de poder público vigente na atualidade. O autor argumenta que a produção do espaço urbano é difícil e tensa “entre o público e privado, especialmente quando analisadas as articulações entre o poder municipal e as elites locais que tendem a se confundir identificar em benefício dos detentores do poder” (MARTINS, 1994, p. 21-22).

Assim sendo, Sobarzo (2006) em suas pesquisas realiza a análise do processo de empoderamento do poder público no país destacando que “o espaço envolve o poder e o poder significa controle e dominação”(SOBARZO, 2006, p. 96), processo esse que vem de longa data, parte da cultura brasileira. Para o autor essa “relação entre o espaço e a dominação política e o poder no Brasil passa pelo entendimento do processo de constituição da propriedade da terra – privada e pública – no marco da transição do Brasil Colonial ao Brasil Republicano, em meados do século XIX”.

Diante disso Sobarzo (2006) enfatiza que o discurso do poder municipal deve possuir atribuições de guardião da coletividade contribuindo assim para o direcionamento do crescimento da cidade em benefício dos cidadãos, nas quais as ações sobre o espaço refletem outros interesses. Assim sendo, o autor destaca que:

A ideia do poder municipal como zelador dos interesses coletivos deve ser assumida como um ideal não cumprido ou, pelo menos, não cumprido totalmente. Em geral, a ação do poder municipal mostra uma mistura de interesses públicos e privados – que pode ir dos interesses próprios do

prefeito até os interesses de grupos locais dominantes (SOBARZO 2006, p. 97).

Dessa forma, ficam mais evidentes as ações do poder municipal sobre o espaço urbano nas cidades menores, pois as alterações são facilmente percebidas. Porém, existem nessas cidades alguns dispositivos de identificação de alterações legislativas difíceis de serem identificadas, pois os interesses em comum dos pares do legislativo e do executivo acabam por exercerem o domínio soberano sobre o solo urbano. Para Sobarzo (2006):

Ao estudar cidades pequenas e médias, essas relações parecem ficar mais claras, ou pelo menos são mais evidentes, pela forte concentração do poder e/ou pela maior visibilidade que ele pode ter. Essa concentração de poder propicia episódios que demonstram uma clara indefinição entre o que é público e o que é privado, mas também demonstra como o público parece se concentrar e, finalmente, personificar-se na figura do prefeito, remetendo-nos às práticas coronelistas (SOBARZO 2006, p. 98).

Já Lefebvre (2001), em seu livro *Direito a Cidade* no capítulo *Teses sobre a cidade o urbano e o urbanismo* defende direitos que para ele, definem a civilização e deveriam entrar em prática, dentre eles o direito à cidade:

[...] o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) [...] (LEFEBVRE, 2001, p.139).

Lefebvre (2001) refere-se ao direito do cidadão a cidade a partir da criação de espaços para o cidadão comum, proletário, desgastado pelo cotidiano urbano, espaços que não estejam submetidos ao comércio explorador, mas que proporcionem uma renovação cultural principalmente pela arte de modo permanente, espaços de encontros de apropriação.

Assim, a Constituição Federal nos artigos 182 e 183, e também o *Estatuto da Cidade* por meio da Lei n. 10.257, de 2001, regulamentam os *Planos Gerais Municipais de Ordenação* que são instrumentos legais de ordenação e desenvolvimento urbano.

Para Araújo (2009) o plano urbanístico é “instrumento de ordenação do desenvolvimento urbano, não rígido, que pode ser adaptado, mas que preserve o interesse

público” (ARAÚJO, 2009, p. 28), assim o interesse público, deve ser preservado ao ser elaborado e executado. Apesar disso, “o planejamento urbano é constantemente modificado e nem sempre tais modificações beneficiem o ordenamento urbano” (ARAÚJO, 2009, p. 21). Para o autor existem alterações no planejamento urbanístico, sendo que estas ocorrem na etapa de execução deste, e “envolve aspectos diversos como o político, o cultural, o social, o jurídico, e, sobretudo o econômico”.

As modificações no planejamento urbanístico podem ser legais e ilegais. As modificações legais podem ocorrer quando a revisão do plano é exigida periodicamente pela legislação. Dessa forma, exige a participação da população no processo, ou quando parte da legislação é modificada a mesma deve ser aprovada pela administração municipal, sendo esta prática comum nos municípios brasileiros, quando a participação popular não é exigida. As modificações ilegais ocorrem em divergência com a legislação municipal, são os loteamentos e construções clandestinas, irregulares, marginais e as invasões.

No caso das modificações ocorridas no espaço urbano do Centro Cívico, refere-se a alterações legais, uma vez que as modificações ocorridas passaram pela aprovação da câmara dos vereadores. O objetivo aqui é de analisar se as modificações atenderam o interesse público e, se não, quais foram os beneficiados com as alterações ocorridas.

Nessa situação, a flexibilidade da legislação urbana prevê que o dinamismo da cidade, decorrente de seu desenvolvimento econômico, é ocasionado por vários motivos que levam a tais modificações dos planos urbanos, dentre eles estão os interesses: imobiliários, individuais, o envelhecimento da cidade, o crescimento demográfico e também os interesses políticos, conforme afirma Araújo (2009).

Para Araújo (2009) existe uma relação entre os interesses e os interessados no processo de modificação do plano urbanístico que são “os particulares: empresas construtoras, imobiliárias e proprietários de imóveis” (ARAÚJO, 2009, p. 42-43) nas quais podem alterar os usos dos terrenos, os índices de aproveitamento e outros dispositivos, aumentando assim o lucro obtido com a valorização do terreno, explorando a infraestrutura pública, nesse caso a administração pública enquanto gestora tem interesse em fortalecer politicamente sua atuação, e usa legalmente a modificação do plano urbano como ferramenta de alteração do espaço.

No caso de um plano urbanístico ou parte dele (como a modificação de uma lei de zoneamento e usos do solo), se o setor público arcar com todos os gastos, o setor privado ficará com os benefícios sem ter despesas. Para o setor público, porém, também é vantajoso que os custos de uma modificação

sejam feitos pelo setor privado – e existe interesse da iniciativa privada em participar desses custos. É cada vez maior a participação da iniciativa privada nos custos de modificações legais no planejamento urbanístico (ARAÚJO, 2009, p. 45).

As consequências das modificações podem ser positivas ou negativas, no caso de Cianorte, como serão apresentadas no item 2.1.2 denominado Atos legislativos sobre o Centro Cívico.

2.1.2 Atos legislativos sobre o Centro Cívico

Essa subseção visa contribuir com a discussão da aplicação da legislação municipal como ferramenta de transformação do plano inicial proposto por Jorge de Macedo Vieira, para tanto serão descritos os atos legislativos que promoveram a alteração formal do Centro Cívico e legalizaram a transformação do projeto proposto inicialmente. O processo de ocupação do espaço e seu desdobramento ocorreram a partir dos primeiros atos legais aprovados pela câmara dos vereadores de Cianorte, da atuação do Estado e dos promotores imobiliários, que podem ser observados à medida que os primeiros edifícios foram implantados, como veremos no decorrer da próxima seção.

A fim de nortear a compreensão dos desdobramentos dos fatos, foram analisados os atos legislativos organizados em ordem cronológica, desse modo, para facilitar a visualização das leis que tratam do Centro Cívico a partir de 1971, foram sistematizadas no quadro 4 as leis que direcionam a desafetação e doação das áreas pertencentes a Praça da República e áreas adjacentes que compõem o Centro Cívico que foram destinadas ao conjunto arquitetônico, o qual daria o caráter monumental esperado por Vieira, para demonstrar de que forma se legitimou a alteração de uso, em que período aconteceu e quais os beneficiados.

Quadro 3 – Evolução da legislação referente ao Centro Cívico de Cianorte-PR.

DATA	LEI e PREFEITO	CONSIDERAÇÕES
23.06.71	49-1971 Ricardo de Queiroz Cerqueira	1º Plano diretor, autorização para elaborar plano diretor.

09.12.72	128-72 Ricardo de Queiroz Cerqueira	1º Lei de zoneamento, loteamento urbano e sistema viário. Define na primeira Seção a Divisão das Áreas Urbanas, onde se dividem de acordo com a planta de zoneamento seis Zonas, dentre elas encontram-se os Setores Especiais, que são definidos em seu art.47 o primeiro como “Cívico”.
12.03.79	496-79 Francisco H. Arieta Negrão	Altera a área destinada ao perímetro urbano no plano original que era de 18.646.144 m ² , reduzindo para 9.648.925 m ² .
04.11.88	1134-88 Jorge Moreira da Silva	Cria a Área Institucional IV (quatro) dentro dos seguintes limites e confrontações: Frente para as Ruas Tiradentes e Ipiranga, de um lado com a Avenida Santa Catarina, de outro lado com a Rua Rio Grande do Sul e fundos com a Rua Princesa Izabel, destinada a abrigar exclusivamente as funções de Centro Cívico, como sede administrativa do Poder Executivo, Legislativo Municipal e Fórum.
04.11.88	1137-88 Jorge Moreira da Silva	Parcelamento do solo, orientação e controle de todo parcelamento do solo efetuado no território do Município.
24.06.92	1417-92 Edno Guimarães	Fica desafetada a área próxima, ampliando a quadra 65 para 4.005,80m ² , e quadra nº 67 ampliando para 8.544,60m ²
24.06.92	1418-92 Edno Guimarães	Desafeta e amplia área da quadra 66, e doa à Caixa de aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte - "CAPSECI", para construção de sede administrativa. A quadra 66 passa de uma área de: 3.474,00m ² para 8.544,60m ²
22.05.96	1743-96 Jorge A Nabhan	2º Plano Diretor, Seção VII Sistema Viário Básico - art. 19 VIII- destaca: Consolidar eixos estruturadores do espaço urbano.
11.07.96	1764-96 Jorge A Nabhan	Desafeta parte da Avenida Brasil e parte da Travessa Itororó (Praça da República) Zona 01 da Cidade de Cianorte, Estado do Paraná, com área de 1.309,10 m ² . A área desafetada passa a denominar-se Quadra 69-A.
11.11.98	1966-98 Flávio Vieira	Desafeta e doa parte da rua localizada entre a Avenida José Roberto Furquim de Castro, Praça da República para (APEC) e quadras 63 e 64 da Z1. Para construção de Centro de Eventos, com área aproximada de 500,00 m ² .
27.03.02	2239/2002 Flávio Vieira	Exclui as datas nº S 3 E 4, da Quadra nº 64, da Zona 01, das áreas destinadas a doação para utilidade pública e dá outras providências.
19.11.02	2307-02 Flávio Vieira	Alterado a redação da Lei nº 1966 para “Fica o Poder Executivo autorizado a doar a área desafetada à Associação Paranaense de Ensino Superior - APEC, para ampliação do campus universitário”, sem limitação de área.
13.09.05	2583-05 Edno Guimarães	Desafeta as quadras 65, 66, 67 e parte das vias públicas, e doa parte da quadra 67 para construção do Fórum da Comarca de Cianorte parte da Praça da República e do entorno da Q. 65.
08.11.05	2599-05 Edno Guimarães	Doa D.02RA Q.67 Z. 01 com área de 1.637,10 m ² , para construção do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Poder Judiciário da União Federal.
20.04.06	2667/2006 Edno Guimarães	Doa D 02-RB, da Quadra 67, com área de 436,97 m ² , à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, para edificação da sede da Subseção de Cianorte da OAB Paraná.
13.09.06	2728-06 Edno	Doa a Q.65 com área de 4.496,01 m ² para Associação Paranaense de Ensino e Cultura (APEC), para construção de centro esportivo com área

	Guimarães	total de 1.887,3 m ² .
20.09.07	2897-07 Edno Guimarães	Doa D.02RCR da Q.67 com 600,65 m ² para Associação Médica Regional de Cianorte.
26.11.07	2939-07 Edno Guimarães	Doa D.02RD da Q.67 com 600,65 m ² para Associação Regional dos Engenheiros Arquitetos e Agrônomos de Cianorte.
15.01.10	3398-10 Edno Guimarães	Fica denominada de "CENTRO CÍVICO" a região da cidade de Cianorte constituída pelas Quadras 48, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67 e 68, da Zona 01, constantes da planta original da cidade de Cianorte.
27.05.14	4336-14 Claudemir Romero Bongiorno	Desafeta e doa as datas 13 e 14 da Q.47, ao Ministério Público do Estado do Paraná, para construção das sedes das Promotorias de Justiça.
19.08.16	4808-16 Claudemir Romero Bongiorno	Fica denominada "Centro Cívico Edno Guimarães" a região da cidade de Cianorte constituída pelas Quadras 48, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67 e 68, da Zona 01, constantes da planta original da cidade de Cianorte.

Fonte: Organizado pela autora.

O primeiro Plano Diretor teve autorização através da lei nº 49 de 23 de junho de 1971, com o título de *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município*, previa cinco fases a serem desenvolvidas: a) estudo preliminar; b) diagnóstico básico; c) plano de diretrizes; d) instrumentação do plano e, e) plano de ação do prefeito.

Finalmente, em 9 de dezembro de 1972, a lei nº 128 estabelece o Código de Zoneamento e Loteamentos Urbanos e Sistema Viário do Município, define na primeira Seção a Divisão das Áreas Urbanas, de acordo com a planta de zoneamento em seis Zonas, sendo estas: Comerciais, Armazéns, Industrial, Residencial, Verdes e os Setores Especiais, descrito no art.47 “segundo a sua precípua destinação” classificados os setores, Cívico, Militar, Universitário e Recreativo conforme indicados nos parágrafos 1º e 3º que tratam do Setor Cívico e Universitário:

§ 1º - O Setor Cívico compreende a área delimitada pela Avenida Santa Catarina, Rua Ipiranga, Avenida Brasil, contorno da quadra 70, Rua Fernão Dias, Avenida Rio Grande do Sul, Rua Princesa Izabel até Avenida Santa Catarina.

{...}§ 3º - O Setor universitário é compreendido pela área reservada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cianorte, bem como as demais áreas reservadas a outras Faculdades que venham a ser criadas.

Para analisar o processo de alteração da proposta de Jorge de Macedo Vieira para o Centro Cívico e parte do eixo monumental planejado, foi considerada esta lei, delimitando assim, o objeto de estudo aqui tratado, conforme Figura 36.

loteamento aprovado, então eu disse para ele, porque andando aqui e se referindo a isso ele disse “é improdutivo”, eu digo “vamos fazer uma coisa, vamos derrubar esse mato que o loteamento está aprovado, e eu abro as ruas praças, etc. no meio do mato, no meio de uma lavoura de café, então onde é rua, o plantio de café tem que ter os carregadores, eu faço os carregadores onde vai ser rua, vai ficar um mato que visto de cima assim está tudo cortado, aparece as estradinhas, mas eu acredito no desenvolvimento de Cianorte, e vai chegar o dia que [...]” (BARROS NETO, 2017).

No processo de implantação da cidade, o espaço destinado ao Centro Cívico demorou a ser ocupado, datado de 1986, no qual as quadras destinadas a Praça da República não havia edificações (Figura 37).

Figura 37 – Vista aérea parcial da área destinada ao Centro Cívico.



Fonte: Acervo CMNP, 1986. Adaptado pela autora.

No final de 1988, é oficializado como Área Institucional, prevista na lei de uso e ocupação do solo, o espaço destinado como Centro Cívico, destacando a exclusividade de

abrigar as funções de sede administrativa do Poder Executivo, Legislativo Municipal e Fórum, como descreve a lei nº 1134, de 04 de novembro de 1988 em seu artigo 4º:

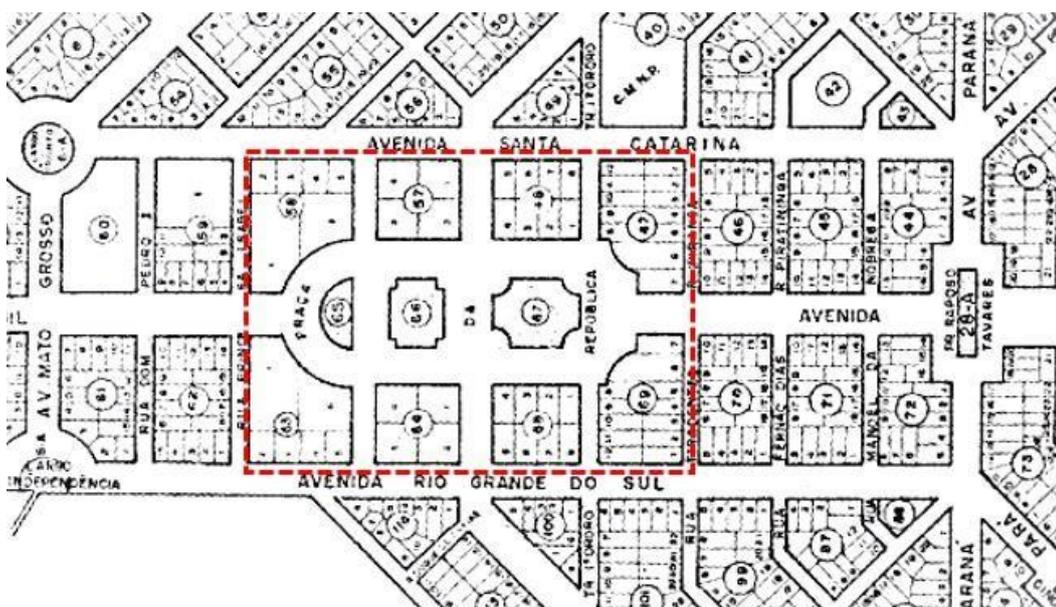
Fica criada a Área Institucional IV (quatro) dentro dos seguintes limites e confrontações: Frente para as Ruas Tiradentes e Ipiranga, de um lado com a Avenida Santa Catarina, de outro lado com a Rua Rio Grande do Sul e fundos com a Rua Princesa Isabel.

§ 1º A referida área destinar-se-á a abrigar exclusivamente as funções de Centro Cívico, como sede administrativa do Poder Executivo, Legislativo Municipal e Fórum.

§ 2º Atendendo ao disposto no parágrafo anterior a execução de obras no local fica condicionada à aprovação de um projeto arquitetônico de todo o conjunto, devendo tal projeto ser aprovado pelo Conselho Municipal de Urbanismo e pelo Legislativo Municipal.

Essa área anteriormente delimitada no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de 1972 teve neste momento a exclusão das Quadras 46 e 70 do conjunto denominado então de Centro Cívico, destinado a abrigar exclusivamente as funções de administrativa do Poder Executivo, Legislativo Municipal e Fórum, ficando com sua área delimitada as 11 quadras conforme demonstra Figura 38:

Figura 38 – Espaço destinado ao Centro Cívico, denominado Área Institucional IV.



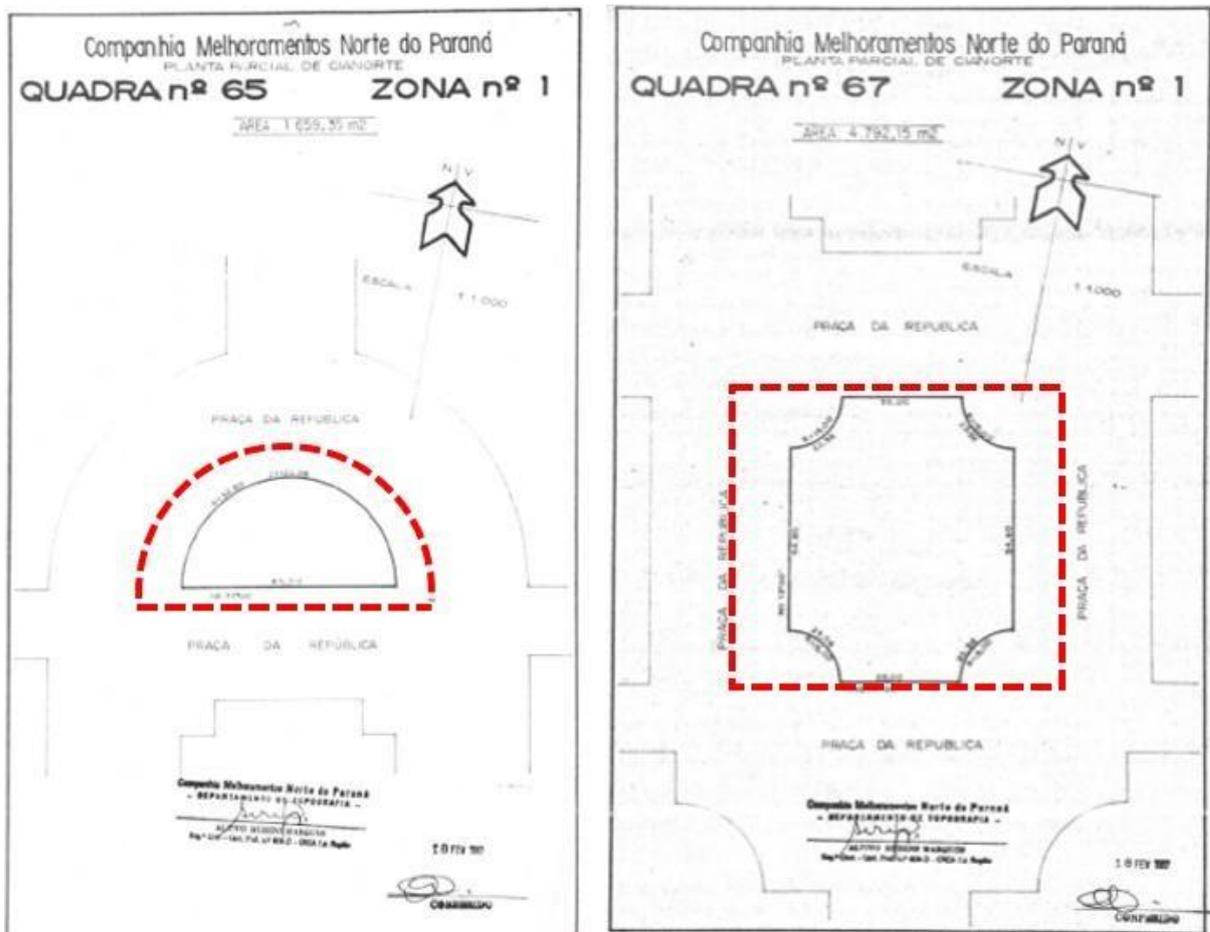
Fonte: Adaptado pela autora do mapa de Cianorte desenhado pela CMNP.

Diante disso, a lei nº 1134, de 04 de novembro de 1988 de Parcelamento do Solo teve por objetivo orientar e controlar todo o parcelamento do solo efetuado no território do Município de Cianorte e define em seu art.1. IX, Área Pública como: “E a área, pertencente ao Município, para fins específicos de uso público e reservadas para atividades culturais, cívicas, esportivas, de saúde, para educação, para recreação, parques e jardins.”

Em 1992, a lei nº 1417, de 24 de junho desafeta trechos parciais da Praça da República, passando as áreas desafetadas a ampliar as quadras nº 65 e 67 como demonstra a Figura 39A e 39B, por meio da anexação de parte da via pública que contorna a Praça da República.

Figura 39A – Ampliação da quadra 65 e parte da via Praça da República.

Figura 39B – Ampliação da quadra 67 e parte da via Praça da República²⁴.

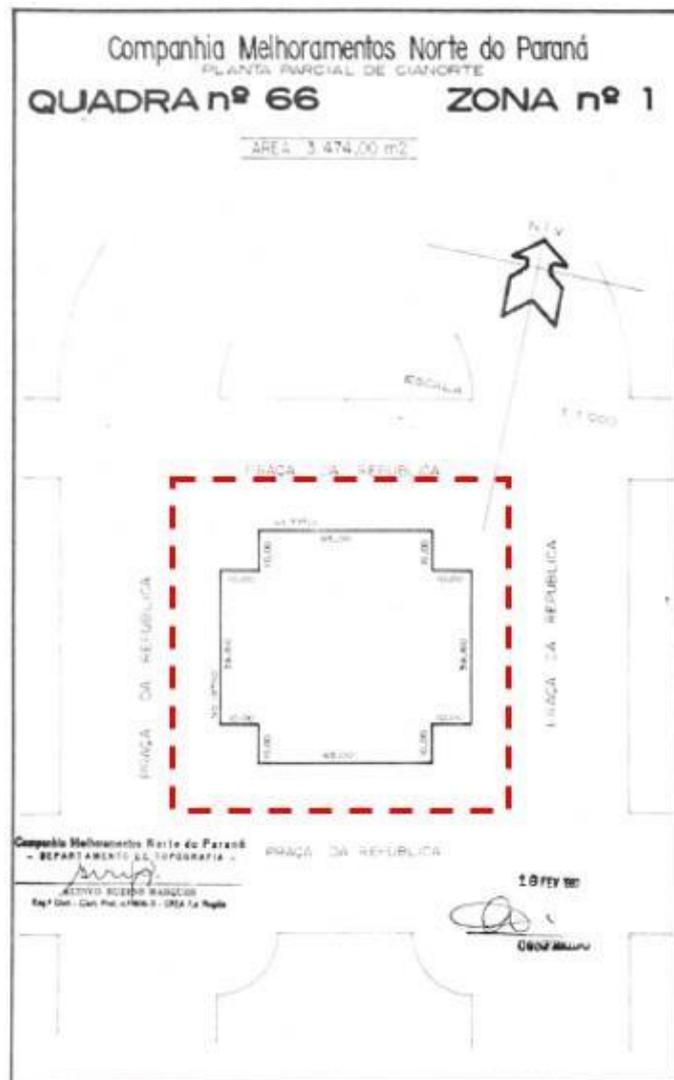


Fonte: 1º ofício do registro de imóveis, Cianorte-PR.

²⁴ Os detalhes dos mapas foi feito pela CMNP em 1987 pelo autor Altivo Rubens Marques e adaptado pela autora.

Assim sendo, a lei nº 1418 também desafeta e amplia a quadra 66, estreitando as vias públicas, das avenidas, Goiás e Brasil, doando à Caixa de aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte(CAPSECI), para construção de sede administrativa. A quadra 66 passa de uma área de: 3.474,00 m² (Figura 40) para 8.544,60 m². As vias alargadas e o desenho desta que é parte da então Praça da República propostas por Jorge de Macedo Vieira, são assim descaracterizados, tanto no formato como na área, perdendo a referência do projeto inicial.

Figura 40 – Ampliação da quadra 66 da Praça da República²⁵.



Fonte: 1º ofício do registro de imóveis, Cianorte-PR, mapa adaptado pela autora.

²⁵ Parte do projeto Centro Cívico, detalhado pela CMNP em 1987, autor engenheiro Altivo Rubens Marques.

Diante dos dados levantados referentes às alterações ocorridas na legislação que trata do Centro Cívico, tornaram-se evidentes a partir do ano de 1992, o início da descaracterização formal e do uso público dos terrenos adjacentes à praça. É nesse sentido que ocorreram as primeiras intervenções a partir das leis 1417 e 1418 de 1992 de 24 de junho de 1992, com objetivo de desafetar e doar para APEC-Associação Paranaense de Ensino e Cultura, as quadras 63 e 64 (Figuras 41 A e Figura 41 B), para construção de Centro de Eventos de 500,00 m² também parte da rua entre Avenida José Furquim de Castro e Praça da República, promovendo para uso privativo, a ligação entre as quadras e, dessa forma, excluindo a via de circulação de veículos entre estas.

Figura 41 A – Mapa do trecho de rua eliminado para anexar quadras 63 e 64.

Figura 41 B – Local da interrupção da via.



Fonte: (41A) Mapa Prefeitura Municipal de Cianorte, 2016, adaptado pela autora. (41B) Autora, 26 ago. 2017.

Porém, em 16 de novembro de 1995 foi aprovada a lei nº 1682 que regulamenta o uso das quadras públicas do município. Assim sendo, o Art.1 destaca que “As quadras públicas do Município de Cianorte serão usadas exclusivamente para a prática de atividades esportivas, culturais e religiosas, não sendo permitida a sua utilização para outros fins”, em 17 de novembro de 2009, esta lei é revogada através da lei nº 3364/2009.

Contraditoriamente, o segundo Plano Diretor, de meados de 1996, destaca no Cap. V, Seção VII, Art. 19, como diretriz, consolidar eixos estruturadores do espaço urbano em seu

sistema viário básico, caso do Eixo Monumental que se executado, cumpriria esse papel no projeto de Jorge de Macedo Vieira.

Já lei 1764-96, de 11 de julho de 1996, desafeta parte da Avenida Brasil e parte da Travessa Itororó (Praça da República), com área de 1.309,10 m². A área desafetada passa a denominar-se Quadra 69-A. A figura 40A demonstra como a via pública foi desafetada, modificando o desenho inicial e passando a fazer parte da malha urbana como lote, passível a doação ou venda.

Figura 42A– Mapa comparativo da alteração das quadras 69 e 47 de 1980.

Figura 42B– Mapa comparativo da alteração das quadras 69 e 47 de 2017.



Fonte:(A) CMNP, 1980 e (B) PMC 2017²⁶.

Em 27 de março de 2002, a lei nº 2239 exclui as datas nº S 3 E 4, da Quadra nº 64, da Zona 01, das áreas destinadas a doação para utilidade pública e dá outras providências. Essas quadras foram edificadas posteriormente para abrigar o Curso de Moda da Unipar.

Porém, a lei 1966/1998 tem sua redação modificada em 19 de novembro de 2002 pela lei nº 2307/2002 em seu Art. 2º, onde descreve: “Fica o Poder Executivo autorizado a doar a

²⁶ A imagem da esquerda representa o Plano inicial de JMV, já a imagem da direita representa as alterações promovidas pelas leis de desafetação.

área desafetada²⁷ à Associação Paranaense de Ensino Superior – APEC (Figura 42), para ampliação do campus universitário” (PMC, 2002), e altera também a cláusula de reversão do imóvel ao Patrimônio Público, de 6 meses a 24 meses previsto na lei de 1998, para um prazo de até 12 meses e concluí-la no prazo de até 36 meses.

Figura 43 – Mapa com destaque das quadras 63 e 64, doadas para APEC.



Fonte: Mapa Prefeitura Municipal de Cianorte, 2016, destaque da autora.

Em novembro de 2005, a lei 2583-05 desafeta parte da quadra 67 e parte das vias públicas do entorno, doando a área ao Estado do Paraná, para construção de edificação destinada ao Fórum da Comarca de Cianorte. Na escritura de doação foi estipulada, a obrigatoriedade do Estado do Paraná em iniciar a construção do edifício do fórum no prazo máximo de um ano e concluí-lo no prazo máximo de três anos sob pena de reversão do imóvel ao Patrimônio do Município. Diante disso, ocorre a lei que desafeta as quadras 65, 66 e 67 (na sua totalidade) e parte da via pública pertencentes ao conjunto da Praça da República conforme Figura 41. Em desacordo com a determinação descrita, finalmente o novo Fórum foi inaugurado em 16 de março de 2012, passados mais de 6 anos, conforme noticiado no site do Tribunal de Justiça do Paraná, descrevendo a obra e o evento:

²⁷ Desafetação: finalidade ou destinação do bem público.

A Comarca de Cianorte também ganhou novo Fórum, moderno prédio de aproximadamente 2 mil m², construído em terreno de mais de 5 mil m² e que custou mais de 2 milhões de reais. A inauguração contou com a presença de prefeitos e vereadores dos municípios que integram a Comarca (São Tomé, Indianópolis, Japurá, São Manoel do Paraná e Jussara), entre eles o prefeito local, Edno Guimarães. A juíza diretora do Fórum, Stella Maris Perez Rodrigues, agradeceu ao Tribunal de Justiça, nas pessoas dos desembargadores Tadeu Loyola Costa, em cuja gestão foi elaborado o projeto e licitada a obra, e Vidal Coelho, que em um ano construiu o novo prédio. Discursou também a senhora Mariana Bueno Cerqueira Leite, viúva do ex-juiz Itari Cerqueira Leite, que empresta o nome do novo Fórum, destacando a personalidade dele, sua integridade e dedicação à Justiça. Já o Presidente do TJ enfatizou que "Cianorte e a Comarca precisavam de um novo Fórum, uma vez que o antigo, construído há trinta anos, já não atendia às exigências tanto da população, quanto daqueles que diretamente atuam e ajudam na distribuição da Justiça". E adiante: "Tenho agora a grata satisfação de inaugurar, nesta progressista Cianorte, este novo edifício. Um prédio bonito, funcional e à altura das necessidades da Justiça desta Comarca. Uma construção em dois pavimentos, que vai abrigar confortavelmente todos os que aqui trabalham" Juízes, Promotores e servidores -, assim como os senhores Advogados e aqueles que aqui vêm na busca ou na defesa de seus direitos". Sobre o patrono do Fórum, juiz Itai Cerqueira Leite, disse Vidal que se trata de "merecida homenagem a um magistrado de escol, lembrado com saudade pela população de Cianorte e das outras Comarcas em que serviu "(TJ- PR/JUSBRASIL/NOTICIAS, 2012).

A notícia destaca a necessidade do novo prédio, o apoio político e a visão “progressista” da cidade. Para abrigar 2.000 m² de área construída, o edifício do novo Fórum (Figura 44) foi implantado de frente a av. Brasil, no terreno que seria destinado a uma das praças propostas para compor o Centro Cívico, impedindo a visão do prédio do Paço Municipal.

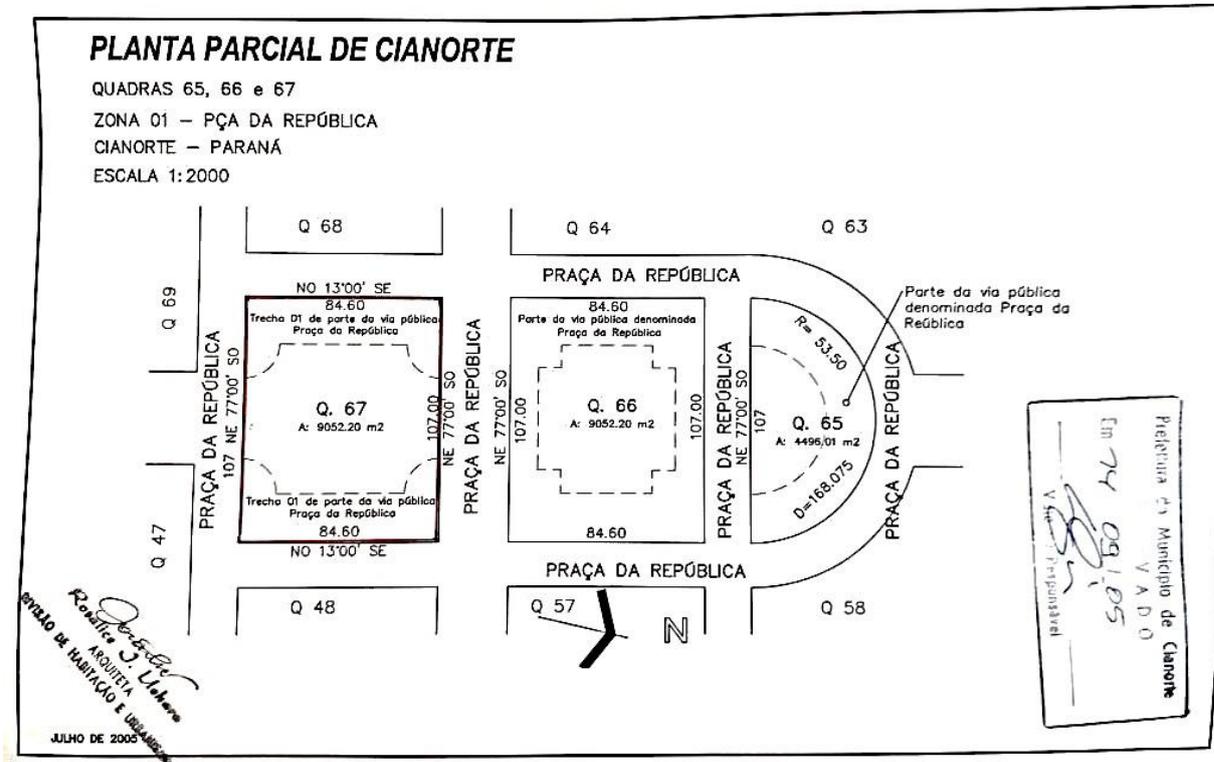
Figura 44 – Edifício do Fórum Juiz Itari Cerqueira Leite.



Fonte: Autora, 26 ago. 2017.

A Praça da República, depois de legalizadas as alterações, ao final do ano de 2005, tem novo formato, de acordo com a prefeitura, que demonstra por meio de desenho as alterações efetuadas, conforme Figura 45:

Figura 45 – Mapa da Praça da República, parte central do Centro Cívico.



Fonte: PMC.

Podemos destacar ainda que a subseção de Cianorte da OAB-Ordem dos Advogados do Brasil, também recebeu a doação de um lote de terras na quadra 67, sob o nº 02-R-B, para edificar sua sede, em 20 de abril de 2006. Em notícia no jornal O Diário de Maringá, de agosto de 2006, com título *Prefeitura doa terreno para nova sede da OAB*:

A seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Cianorte, acaba de receber da prefeitura a doação de um terreno de 463 metros quadrados para a construção de sua sede. O terreno está localizado ao lado da área onde está em construção o Fórum Eleitoral, na praça da República. Segundo o prefeito Edno Guimarães, a doação atende um pedido do presidente da Câmara de Cianorte, vereador Deolindo Novo, também advogado. "É um avanço para a nossa classe, mas uma conquista importante para a comunidade, que terá melhores acomodações quando precisar de assistência judicial", disse Novo. As obras da Casa do Advogado devem ser iniciadas em setembro, atendendo ao disposto no documento de doação assinado recentemente pelo prefeito, que fixa como prazo máximo para o começo da construção o mês de outubro deste ano. O termo de doação foi lido pelo Tabelião Waine Agostinho. "O projeto é moderno e arrojado, com uma fachada dentro dos padrões da organização em todo o Estado", disse o

presidente da OAB/PR, Manoel Antônio de Oliveira Franco. O presidente da OAB de Cianorte, Adão Antonio Pereira do Lago, disse que estuda o projeto de adequação da área que deverá ser construída. (ELEN ALMEIDA, O Diario.com²⁸, agosto, 2006)

A busca das entidades de classes, entre outras entidades, por um terreno como doação, promove o desmembramento da quadra 67. Assim, a Ordem dos Advogados do Brasil em Cianorte (Figura 46), também constrói sua sede em espaço destinado a praça, que comporia o Centro Cívico.

Figura 46 – Edifício da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Cianorte.



Fonte: Autora, 26 ago. 2017.

Para construção do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Poder Judiciário da União Federal, foi destinada uma área de 1.637,10 m², sendo doada a data 02 RA da quadra 67, em 08 de novembro de 2005, através da lei n° 2599, com cláusula de reversão de propriedade se

²⁸ Disponível em: <http://maringa.odiario.com/parana/2006/08/prefeitura-doa-terreno-para-nova-sede-da-oab/30234/?amp=true>. Acesso 25 marc. 2018.

não observado o limite de um ano para início da construção da edificação e mais um ano para conclusão da obra (Figura 47).

Figura 47 – Edifício do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



Fonte: Autora, 26 ago. 2017.

Para construção do ginásio de esportes da Associação Paranaense de Ensino e Cultura (APEC), a câmara dos vereadores e o poder executivo doaram por meio da lei 2728 de 13 de setembro de 2006, a quadra nº 65, parte da Praça da República, com área já ampliada de 4.496,01 m², à “Associação Paranaense de Ensino e Cultura (APEC), para construção e manutenção de centro esportivo composto de 2 (duas) Quadras de Esportes, com área total de 1.887,39 m²; piscina com área de 250,00 m² e quadra para ginástica rítmica e judô com área de 393,82 m², objetivando a implantação de Curso de Educação Física” (CAMARA DOS VEREADORES DE CIANORTE, 2003), com cláusula de reversão do imóvel ao Patrimônio do Município, caso não inicie as obras no prazo máximo seis meses e as conclua no prazo máximo de vinte quatro meses.

Outra notícia que foi destaque em Jornal, foi a divulgação do campus da Unipar pela própria universidade, descrevendo as instalações e a relevância da mesma para o crescimento da instituição na cidade:

Inaugurado em 1996, o Campus da Unipar em Cianorte, a quarta unidade universitária implantada fora de Umuarama, localizada em local privilegiado, no centro da cidade. Igual aos outros Campus da Unipar, passou por crescimento vertiginoso. Hoje está com mais de 20 mil metros quadrados de área construída, abrigando uma estrutura arrojada, que inclui laboratórios e outros ambientes especiais para aulas práticas e desenvolvimento de atividades de pesquisa e de ações (ligadas ou não a de extensão universitária) que interagem com a comunidade. Entre esses ambientes estão laboratórios dos cursos da saúde, laboratórios de informática e da prática jurídica, Tribunal de Júri Simulado, escritórios do Sajug (Serviço de Assistência Judiciária Gratuita), do Ciape (Centro Integrado de Apoio e projetos Empresariais) e do Ciunem (Centro de Incentivo a União Escola/Empresa), teatro, Museu Interdisciplinar de Ciências, Jardim Didático Experimental, biblioteca com mais de 37 mil volumes, ateliês de moda e o LTT (Laboratório de Tecnologia Têxtil). Valoriza o Campus, também, um dos complexos esportivos mais modernos do Paraná (JORNAL UNIPAR EDIÇÃO ESPECIAL, 2011, p. 20).

Assim, o Complexo Esportivo (Figura 48) é edificado sobre uma das duas praças previstas por Jorge de Macedo Vieira para o Centro Cívico, ocupando totalmente o terreno destinado a uso público.

Figura 48 – Centro Esportivo da APEC, edificado sobre a quadra 65.



Fonte: Autora, 26 ago. 2017.

O terceiro Plano Diretor de 10 de outubro de 2006 deixa de citar o Eixo Monumental como estruturador viário e não retrata mais a importância do Centro Cívico como nos Planos anteriores, embora faça menção na Seção II - Do Desenvolvimento Territorial e Ambiental, no Art.25 quanto a mobilidade urbana, nos itens: III - garantir a qualidade do desenho urbano

e VII - promover e consolidar a hierarquização do sistema viário, conforme a função e capacidade de cada via no município.

Já em 20 de setembro de 2007, a lei 2897 determina a doação de 600,65 m², da data 02 RCR, da Quadra 67 para Associação Médica Regional de Cianorte, noticiado pelo jornal local, Tribuna de Cianorte Com o título "Associação Médica Regional (Figura 49) de Cianorte inaugura sede":

A associação Médica Regional de Cianorte (Amern) inaugura nesta sexta-feira (25), às 19h30, sua sede localizada na Avenida Goiás, 45, Centro Cívico (ao lado do Paço Municipal). Com um projeto moderno e arrojado, o prédio é a primeira sede da associação, que no próximo mês completa 42 anos de fundação. A iniciativa de construir um espaço para abrigar a Amern surgiu do seu atual presidente, médico Alcione Brussiguello Faidiga, e do tesoureiro, Dr. Carlos Henrique Polito Mafra, e recebeu apoio de todos os membros, que somam cerca de 70 profissionais. Com uma área de 278 metros quadrados, o prédio possui recepção, salas de ouvidoria e reuniões, cozinha, três banheiros, auditório e área de lazer. O projeto arquitetônico pertence ao Vinicius Nicoleti e a obra foi executada pela Construtora Nabhan. Os investimentos somam cerca de R\$ 260 mil e a sede ficará à disposição para dos associados para reuniões, palestras e confraternizações. A associação Médica Regional de Cianorte foi criada para congregar, defender e amparar a classe médica da cidade, estreitando emantendo os laços entre seus membros, levando-os a respeitar os princípios da ética profissional. Também tem o papel de divulgação da medicina em todos os seus ramos e a intervenção nos assuntos referentes a saúde pública. (MSWL, TRIBUNA DE CIANORTE, 25 de jun. 2010).

Continuamente a prática de doação dos terrenos da quadra 67 acontece, agora para a Associação Médica Regional de Cianorte, que constrói sua sede para atender a classe médica, cujo caráter de distância do caráter público, finalidade inicial para este espaço.

Figura 49 – Edifício da AMERC, Associação Médica Regional de Cianorte.



Fonte: Autora, 26 ago. 2017.

Em 26 de novembro de 2007, é aprovada pela Câmara dos vereadores de Cianorte a lei nº 2939/2007 que autoriza o poder executivo a doar a data nº 02 da quadra nº 67 com área de 600,65 m², à Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e agrônomos de Cianorte - AREARC, (Figura 50), com cláusula de obrigação de iniciar as obras no prazo máximo de 06 meses e concluí-las no prazo máximo de 24 meses, sob pena de reversão do imóvel ao Patrimônio do Município. A inauguração ocorreu em junho de 2012.

Figura 50 – Edifício da AREARC.



Fonte: Autora, 26 ago. 2017.

Diante disso, a área pertencente ao Centro Cívico é novamente alterada através da lei nº 3398, de 15 de janeiro de 2010, que determina: “Fica denominada de "CENTRO CÍVICO" a região da cidade de Cianorte constituída pelas quadras 48, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67 e 68, da Zona 01, constantes da planta original da cidade de Cianorte.” Assim, as quadras 47 e 69 passam definitivamente a não pertencer ao “Centro Cívico”, conforme a Figura 51.

A lei n 4336, de 27 de maio de 2014, desafeta e doa as datas 13 e 14 da quadra 47 (Figura 52) para o Ministério Público do estado do Paraná para construção das sedes das Promotorias de Justiça e tem sua redação alterada em 9 de março de 2016, ampliando para 60 meses o prazo para execução da obra, sob pena de reversão do imóvel ao Patrimônio do Município de Cianorte, a obra até o momento não foi iniciada.

Construída na 8ª gestão de 1989-92, do prefeito Edno Guimarães, e reformada e ampliada em 2016, a sede da 13ª Regional de Saúde (Figura 53) com a unidade regional da Farmácia do Paraná, ocupa os lotes 2-3-4 da quadra 48 e atende Cianorte e os municípios circunvizinhos.

Figura 53 – Edifício da 13ª Regional de Saúde de Cianorte.



Fonte: Autora, 26 ago. 2017.

Embora a intenção tenha sido levantar toda a legislação que alterou o Centro Cívico em seu aspecto inicialmente proposto, as leis em questão não obedeceram um padrão em sua nomenclatura ou textos, o que dificulta o acesso a seu conteúdo, algum ato legislativo pode não ter sido encontrado e não fazer parte dessa relação de leis apuradas, ficando a lacuna para atualização do quadro, caso necessário para outros pesquisadores que venha a se interessar pela temática.

2.1.3 *Espaço produzido e (re)produzido do Centro Cívico*

Atendendo a hierarquia da legislação, faz-se necessário observar a Constituição Federal, Estadual e demais códigos, nessa ordem conforme relatado no Plano Diretor de Cianorte (2006) no Capítulo I, Art. 1º:

O Plano Diretor do Município de Cianorte é o instrumento estratégico de desenvolvimento e expansão urbana e de orientação dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão da cidade, aplicando se esta Lei em toda extensão territorial do Município.

Parágrafo Único: Toda legislação municipal pertinente à matéria tratada pelo Plano Diretor deverá obedecer às disposições nele contidas.

Art. 2º Este Plano está fundamentado nas determinações dispostas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica do Município de Cianorte, na Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade, na Carta Mundial pelo Direito à Cidade e demais legislações correlatas e pertinentes à matéria.

Art. 3º O Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as políticas públicas, programas, projetos, planos, diretrizes e as prioridades nele contidas.

No seu capítulo II trata dos princípios da função social da cidade conforme descrito:

Art. 4º A função social da cidade de Cianorte compreende o pleno exercício de todos ao direito à cidade, entendido este como direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente.

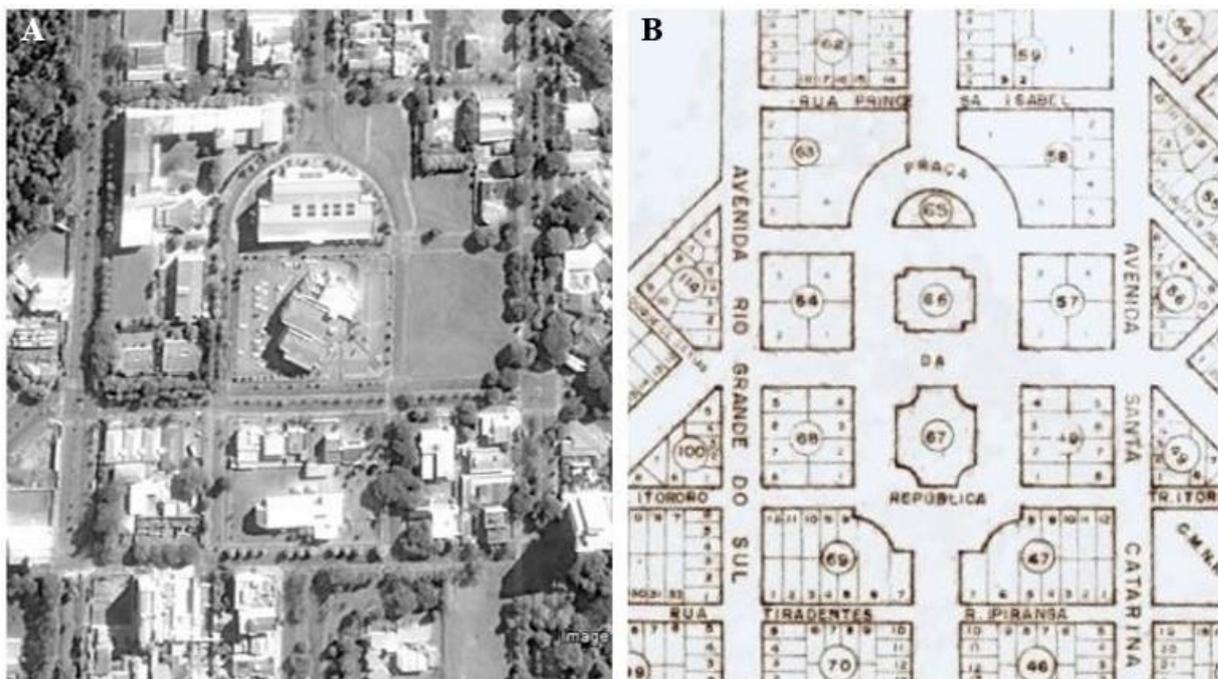
Na Seção III que trata da sustentabilidade descreve:

Art. 14 É dever do Poder Público Municipal e da comunidade zelar pela proteção, pela qualidade ambiental e pela preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico em todo o território do Município, de acordo com as disposições da Legislação Municipal e das normas adotadas pelo Estado e União.

De acordo com exposto, o plano diretor é o instrumento de tratamento do solo urbano, sendo a questão central para a política de desenvolvimento urbano. É em seu âmbito que estão presentes as exigências para o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Diante da inobservância do plano inicial para Cianorte, a atuação do poder executivo apoiado pelo poder legislativo, foi ao longo dos anos por meio da legitimação dos atos políticos, desconfigurando o proposto pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira no projeto urbanístico inicial, como vemos por meio da análise da legislação e comparativo entre o executado até 2016 e a proposta inicial de 1955 (Figuras 54A e 54B).

Figura 54A – Centro Cívico vista aérea de 2016.
Figura 54B – Centro Cívico projeto inicial de 1955.



Fonte: (A) Google Earth³⁰, 25 de jun. 2016. (B) Arquivo PMC.

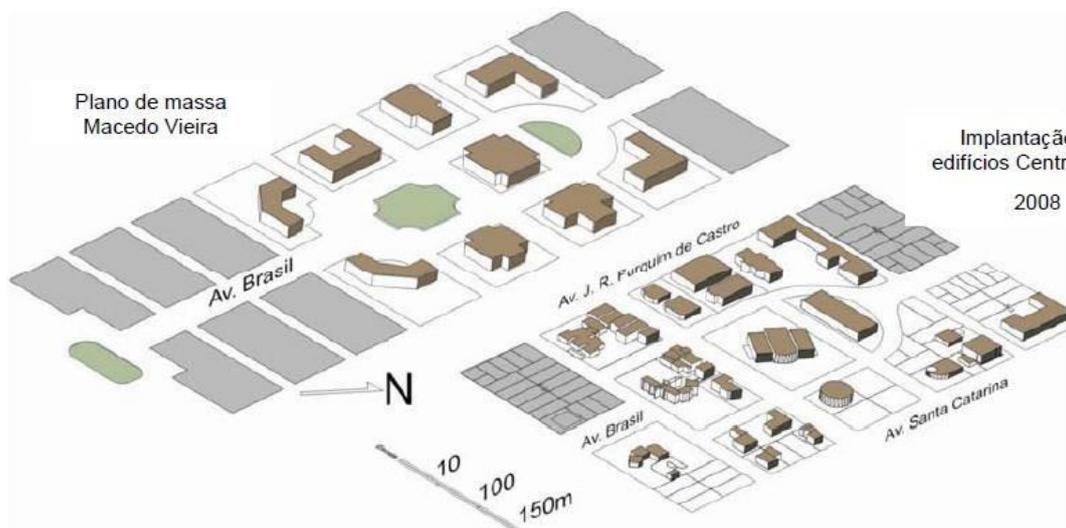
Também houve alteração no aspecto formal proposto inicialmente, descaracterizando, dessa forma, o aspecto monumental que é de um grande *boulevard* com vias de circulação de larga proporção e com seus espaços vazios ladeados por edifícios de significados hierárquicos, como pretendia configurar, os quais seriam marcados com características singulares dentro da malha urbana, formando um conjunto diferenciado dos demais na cidade.

A análise da Figura 54A indica que os investimentos particulares foram priorizados em detrimento dos direitos dos cidadãos ao espaço público, resultando em um espaço desprovido de proporção entre os edifícios, sem recuos adequados e sem distanciamento que remeta à perspectiva monumental, tanto almejada por Vieira. Hoje podemos evidenciar em nossa análise uma sobreposição de edifícios desarticulados demonstrando a falta de (re) planejamento do conjunto observado na Figura 54 B.

Diante disso, entendemos que a apropriação de um espaço pela população parte primeiro da existência de um território com esta finalidade.

³⁰ Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 25 de mai. de 2017.

Figura 55 – Edifícios do Centro Cívico proposto e realizado.



Fonte: DALBERTO, 2009, p. 67.

A Praça da República sequer existe de fato, a não ser pela denominação histórica, uma vez que seu uso e nome foram alterados antes mesmo de existir. Hoje, denominada “Centro Cívico Edno Guimarães”, é ocupada por edifícios públicos e privados, configurando um espaço sem identidade própria, cuja existência não cumpre o objetivo inicial. Em 2010, através da lei 3398-10, o espaço que compreende as quadras pelas quadras 48, 57, 58, 63, 64, 65, 66, 67 e 68, passa a ser denominado “CENTRO CÍVICO”, lei foi revogada pela Lei nº 4808 de 2016, que altera a denominação anterior para “CENTRO CÍVICO EDNO GUIMARÃES”, em homenagem ao antigo prefeito falecido em 19 de agosto de 2014.

Para maior compreensão, conceituamos território e espaço segundo Haesbaert pautado em Henri Lefebvre (1987):

Dessa forma, o importante a enfatizar aqui é que a noção de território deve partir do pressuposto de que: primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro. o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza); o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que se pode denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação política econômica (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Com a alteração do nome de Praça da República em 2010 para "Centro Cívico" e em 2016 para "Centro Cívico Edno Guimarães", outro elemento a ser considerado é a possibilidade do apagamento da memória coletiva acerca da existência da Praça da República, conforme cita Halbwachs, (1990) é necessário levantar e registrar os fatos de importância histórica para um grupo social a fim de que estes não se percam.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990 p. 80-81).

Dentre o que se perdeu com a não execução da proposta inicial para o Centro Cívico, pudemos observar que sua ocupação se deu aleatoriamente de acordo com a necessidade ou conveniência momentânea, negligenciando o plano original. Os Planos Diretores não contemplaram ferramentas que garantissem sua execução, deixando a sorte da gestão municipal definir seu destino, somente com o Plano Diretor de 2006 o Conselho passou a deliberar sobre obras de impacto:

Apesar de já possuir uma cultura de planejamento urbano, constatou-se que somente após a aprovação do novo Plano Diretor Municipal a prática de reunir o Conselho incorporou-se à rotina da administração municipal, por exemplo, para aprovação de novos loteamentos, projetos e obras de impacto, como a Revitalização do Centro e do Pátio Ferroviário (MOREIRA e TERBECK, 2015, p.234).

Pensar o Centro Cívico, sua função e apropriação formal nos remetem à análise do processo de ocupação da cidade nos seus múltiplos aspectos entre eles o histórico, econômico, político e cultural, que envolve a colonizadora, o poder público e a população por meio dos seus grupos sociais uma vez que se trata de um conjunto indissociável e complexo. Há que se estudar os vários atores envolvidos nesse processo, cada qual em seu tempo, como nos ensina Santos (1978):

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Para analisar a atuação dos agentes produtores do espaço urbanos aqui tratados, na próxima seção abordaremos sobre os principais e mais atuantes agentes que protagonizaram as alterações de acordo com as leis já analisadas.

2.2 Os principais agentes produtores do espaço na cidade de Cianorte

Cianorte, nos moldes das cidades planejadas por grandes colonizadoras, tem um plano inicial a ser executado, um projeto urbanístico a ser seguido, cujo domínio sobre o espaço urbano se estabelece inicialmente através de um capital particular a ser transferido paulatinamente ao poder público, local que vai se constituindo medida que a cidade toma forma.

Atualmente, o Estado e o capital são os principais produtores e reprodutores do espaço urbano, sendo responsáveis por transformações contraditórias entre a sociedade e o ambiente, visto que detêm o domínio na determinação das demandas sobre o uso do solo urbano, buscando acima de tudo interesses particulares em detrimento dos interesses da população, cabe neste momento, compreender como se desdobram os fatos por meio das diversas formas de atuação destes sobre a urbanização efetivamente.

Dessa forma, o espaço urbano deve ser entendido e estruturado a partir de sua destinação de uso, considerando no entrelaçar destas áreas o conjunto que denominamos cidade. De acordo com a diversidade de funções cada espaço urbano apresenta características próprias e atividades distintas. Corrêa (1995) define espaço urbano por:

O conjunto dos usos da terra justapostos entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1995, p. 7).

Porém, toda essa forma de organização espacial é constituída de diferentes agentes produtores do espaço urbano. Afinal, quem são os agentes produtores do espaço urbano? Como eles agem ou atuam sobre a produção e reprodução do espaço urbano? Para Corrêa (1995), os agentes produtores do espaço urbano são os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Eles agem de várias formas sobre a produção e reprodução do espaço urbano, por exemplo, os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais, atuam como consumidores do espaço “necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas, junto a portos, a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população” (CORRÊA, 1995, p.2). Para o autor “as relações entre os proprietários dos meios de produção e a terra urbana são mais complexas. A especulação fundiária tem duplo efeito [...] onera os custos de expansão na medida em que esta pressupõe terrenos amplos e baratos” (CORRÊA, 1995, p.2). Dessa forma, Corrêa enfatiza que o preço dos imóveis é responsável pelo aumento do preço da terra.

Outros agentes destacados por Correa (1995) são os proprietários de terras, estes atuam com objetivo de “obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*” (CORREA, 1995, p. 2), argumenta que nesta relação há um “valor de troca da terra e não de uso”. Diante disso, alguns proprietários que detêm mais capital “poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente a viária” (CORREA, 1995, p. 2).

Já os promotores imobiliários são os agentes que realizam as seguintes operações, podendo estas ser realizadas totalmente ou de forma parcial. Dentre elas, destacam-se “incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro” (CORREA, 1995, p. 3).

Para Corrêa (1995), o Estado atua na “organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte” (CORREA, 1995, p. 3).

Corrêa (1995) destaca que o Estado dispõe de um conjunto de instrumentos que podem empregar em relação ao espaço urbano, dentre eles estão o:

Direito de desapropriação e precedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle de limitação dos preços das terras; limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano; mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros, e implantação de infraestrutura; organização de mecanismos de créditos à habitação; e pesquisas, operações-testes como materiais e procedimento de construção, bem como o controle e produção e do mercado deste material (CORRÊA 1995, p.4).

E por fim, o autor apresenta os agentes excluídos, ou seja, aqueles que não têm condições de pagar aluguel e muito menos as condições de adquirir um imóvel. Correa (1995) destaca ainda alguns fatores que se encontram relacionados a esse agente que são: “desemprego, doenças, subnutrição que delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas” (CORREA,1995, p. 4).

Dessa forma, as reflexões apresentadas têm como intuito discutir a produção do espaço urbano, levando-se em consideração a sociedade local, sem deixar de lado os fatos históricos, políticas e sociais de uma determinada época. Diante disso, a cidade pode ser compreendida a partir do processo que envolve a atuação humana sobre o ambiente natural, como é o caso do Centro Cívico de Cianorte.

Assim sendo, Carlos (2004) destaca que:

A cidade, enquanto construção humana é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico de uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado (CARLOS, 2004, p. 11).

Este resultado das ações passadas sobre o espaço atual passa a ser compreendido face as suas transformações, devendo ser analisada a partir dos feitos e não feitos que determinaram sua configuração atual que são reflexos de uma sociedade que se organizou e atuou sobre o espaço. Desta forma, Santos (1978) reitera:

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Na sequência serão apresentados a CMNP, os primeiros donos da cidade, seguido do poderes executivo e legislativo, os que deram continuidade a gestão urbana e, por fim particulares, instituições públicas e associações de classe, os que de fato se apropriaram do espaço até então público.

2.2.1 *A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: reflexões sobre sua atuação*

Para compreender a forma de atuação da CMNP, faremos nesta seção uma abordagem histórica contemplando fatos da colonização que revelam seu *modus operandi*.

No caso do Centro Cívico e do Eixo Monumental que fazem parte de um plano maior que contempla toda cidade, elaborado por Vieira e possui o elo de uma engrenagem com características próprias e singulares, conforme já apresentamos no capítulo 1. Esses devem ser considerados como um dos elementos estruturadores do plano inicial para a cidade de Cianorte, cuja expectativa era de ser plenamente executado. Diante disso, um dos agentes (CMNP) que atuou sobre a cidade de Cianorte fez a seguinte propaganda na Folha de Londrina, de 28 de julho de 1953, com o título “Traçado primoroso que atende a mais exigente técnica urbanística”:

A Cia. Melhoramentos, fiel à sua mais cara tradição que é de superar a si própria em cada novo empreendimento a que se atira traçou para “Cianorte” coisas estupendas! Deu-lhe um traçado primoroso, atendendo com prodigalidade às exigências do mais moderno urbanismo. Avenidas de 38 metros de largura dão ao observador uma ideia mais ou menos precisa da grandiosidade do plano (FOLHA DE LONDRINA, 1953, n. 647).

Contratado por Cássio Vidigal e Gastão Mesquita Filho, para projetar Maringá, posteriormente Cianorte, Jorge de Macedo Vieira conferiu um caráter progressista aos empreendimentos, assim descreve a CMNP em edição comemorativa de 90 anos da empresa.

Vieira havia trabalhado na Cia. City de São Paulo, que projetou os primeiros bairros-jardim da capital paulista ao longo dos anos 1920 e 1930, bem como em outras cidades, como Rio de Janeiro (RJ), Campinas (SP) e Itatiba (SP). Sua influência se faz notar na presença do verde nas cidades, tanto nos parques como nos canteiros centrais das avenidas e nas rotatórias com jardins (CMNP, 2015, p. 32).

Nessa época, a CMNP promovia seus empreendimentos convidando repórteres para visita *in locu*, a fim de registrar os eventos promovidos por ela, o que lhes rendia bom alcance junto à população regional e nacional. Como no caso da inauguração de Cianorte, que ganhou reportagem na revista “A Pioneira”, sob o título “Cianorte a nova e moderna cidade inaugurada na Cafelândia paranaense”, as várias fotos do evento mostram autoridades e população em meio ao grande desmatamento que abriu a cidade, conforme Figuras 56 A e 56 B.

Figura 56 A – O diretor gerente da C.M.N.P. assinando a ata de inauguração.

Figura 56 B – Ruas recém-abertas e as primeiras casas de Cianorte.



Fonte: Revista A Pioneira de 1954, n 15, p. 38(A) e 37(B).

As Figuras 57 A, 57 B e 57 C representam as primeiras construções com “ruas muito bem traçadas [...] e casas para negócio” (A PIONEIRA, 1954, n 15, p. 38), referenciando a qualidade da nova cidade, por meio do sistema construtivo de madeira que era usado na época.

Figura 57 A – Primeiras edificações de Cianorte.

Figura 57 B – Primeiras edificações de Cianorte.

Figura 57 C – Primeiras edificações de Cianorte.



Fonte: Revista A Pioneira de 1954, n 15, p.39.

No ano de 1955, A revista A Pioneira em sua edição registra o primeiro aniversário da cidade, com a realização de missa, colocação do Cruzeiro, inauguração do aeroporto e o campo de futebol para torneio (Figuras 58 A, 58 B, 58 C e 58 D).

Figura 58 A – Local da igreja matriz de Cianorte.

Figura 58 B – Cruzeiro no local onde será construída a igreja matriz de Cianorte.

Figura 58 C – Campo de aviação.

Figura 58 D – Momento de pronunciamento Dr. Hermann Moraes Barros.



Fonte: Revista A Pioneira de 1955, n 17, (A) p. 20, (B) p. 21, (C) p. 23, (D) p. 25.

Sendo assim, a revista A Pioneira destaca que Cianorte foi:

Planificada pelo renomado urbanista Dr. Jorge de Macedo Vieira, autor do projeto de Maringá, Cianorte desenvolveu-se dentro dos planos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e, devendo ser em breve, levando-se em consideração o afluxo de gente que ali se estabelece um centro urbano de real importância na região. Por esse motivo a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná vem se esforçando no desenvolvimento de seu programa de obras, a fim de dotar Cianorte de todos os recursos necessários a uma moderna cidade, destinada a ser cabeça de vasta e ubérrima zona como aquela em que se acha localizada (A PIONEIRA, 1955, n.17, p.25).

Muitas foram às reportagens sobre Cianorte que ressaltavam uma proposta de cidade diferenciada caracterizada como “soberba planificação” conforme a reportagem apresentada no Jornal A Hora de 30 de julho de 1953 ou ainda “moderna urbanística” conforme evidência o Jornal Folha de Londrina de sete de agosto de 1953. A notoriedade do engenheiro Vieira e sua anterior atuação no plano para a cidade de Maringá também eram associadas na divulgação do empreendimento. Desta forma, o projeto proposto para Cianorte fazia parte da propaganda de cidade que indiretamente acabavam induzindo os compradores dos lotes urbanos (Figura 59), pois este apresentava o tipo de “cidade criada” referindo-se ao seu planejamento e facilidade de acesso aos meios de transporte, tendo em vista, a construção de ponte sobre o rio Ivaí, a ferrovia e o aeroporto conforme material de propaganda da época.

Figura 59 – Projeto da cidade na parede do Hotel Cianorte em 26 de julho de 1953.



Fonte: ELEUTERIO LANGOWSKI³¹. (2017, *online*)

De acordo com a CMNP(Figura 60), em seu folheto de propaganda, após dois anos da inauguração,

³¹ Publicação de 18 de março de 2017 em sua página pessoal no Facebook

Cianorte conta com uma população de 2.000 habitantes que nelas se instalaram pelas grandes vantagens encontradas, isto sem contar com os moradores de sítios e chácaras, que circundam a cidade. Do tipo cidade criada, Cianorte foi planejada dentro de todos os requisitos da técnica urbanística, com amplas avenidas, magníficos parques e praças, contando já com muitos outros melhoramentos: hotéis, hospitais, escolas, bem como ótimas rodovias de acesso para todos os pontos da região. Compre agora um lote ou data para usufruir da valorização consequente dos melhoramentos acima apontados (CMNP, 1955).

Diante disso, a cidade é um bem material, sendo que a divulgação feita na época considerava que os consumidores estavam adquirindo lotes urbanos como parte de um plano de cidade, apresentado na ocasião de sua inauguração (e mantido até 1979, quando foi alterada, conforme veremos na sequência), fruto da imagem publicitária criada ao longo dos anos de dominação sobre parte do Paraná. Segundo Cordovil (2007):

No Noroeste do Paraná, a partir dos anos 30, além do adensamento demográfico, ocorreu um processo de identificação da expressão “Norte do Paraná” ao espaço dominado pela CTNP/CMNP. Esta produziu documentos que se transformaram, durante muito tempo, em unanimidade, formando imagens regionais consistentes e duradouras. A publicidade feita pela CTNP/CMNP foi aceita por muitos pesquisadores e por muito tempo como se fosse a mais incontestável das verdades (GONÇALVES, 1999, *apud* CORDOVIL, 2007, p. 85).

A estratégia de divulgação dos empreendimentos da CMNP apoiava-se segundo Gonçalves (1999, *apud* CORDOVIL, 2007) no gerenciamento das terras, na possibilidade da diversificação das culturas, além da vinculação com o poder público e também na livre-iniciativa seguido na organização de todas as operações.

Assim, Maringá desponta como exemplo de padrão urbanístico, vinculando-o ao nome de cidade-jardim. Não foi sem propósito, portanto, que tal desenho foi traçado por Jorge de Macedo Vieira que projetava, na época, vários bairros na cidade de São Paulo, além de outros projetos no interior deste Estado e na cidade do Rio de Janeiro (CORDOVIL, 2007, p. 86).

A CMNP, para projetar Maringá, busca o prestígio das novas tendências urbanísticas aplicadas em bairros nobres de São Paulo, e Jorge de Macedo Vieira tinha a credibilidade necessária para um empreendimento deste porte. Cianorte, veio na sequência, visto o bom resultado da estratégia publicitária. Assim sendo,

O clichê criado pela CTNP/CMNP foi repetido, inclusive, entre os pesquisadores que elaboraram estudos que se tornaram referências em diversos trabalhos sobre a região. No trecho acima, destaca-se que a

observação da autora, longe de ser uma avaliação urbanística rigorosa, constitui-se no fortalecimento da imagem publicitária. Além disso, a afirmação leva a reconhecer que um dos propósitos para que tais princípios nascessem incorporados ao plano para a cidade seria evidenciá-lo como um dos mais modernos e importantes exemplos de planos urbanísticos realizados nacionalmente, com o objetivo de alardeá-lo e, assim, inseri-lo no discurso recorrente da CTNP/CMNP, de acordo com a sua estratégia publicitária. (CORDOVIL, 2007, p. 86).

A propaganda produzida pela CMNP levou a crer que a prosperidade imperava na região e nada falou das limitações e dificuldades a que teriam que enfrentar os colonos, que adquiriam terras na região. É neste contexto que:

O discurso contou com o papel fundamental da imagem publicitária que enfatizou uma verdade criada, produzida como estratégia de vendas, dando credibilidade para as ações da CTNP/CMNP. O discurso foi utilizado com frequência por vários agentes ligados à CTNP/CMNP que, por sua vez, ajudaram a consolidar a imagem de prosperidade do “Norte do Paraná” (CORDOVIL, 2007, p. 87).

Na época da colonização, tal discurso atraiu interessados em plantar café nas férteis terras da região, motivados pela credibilidade da CMNP que se destacava com rapidez na criação de novos municípios no Norte e Norte Novo do Paraná, região estas de conflitos de terras e ocupadas por posseiros, índios e pequenas comunidades de “caboclos”, isoladas próximas à Cianorte, que foram expropriados. Para Cioffi (1995), “esta pequena nação, perto de 4.000 membros, conhecida como XETÁ sobreviveu na área por quase três séculos, sendo obrigada a recuar com o desbravamento da área em 1955 e a consequente invasão dos cafezais” (CIOFFI 1995, p. 39).

Segundo Fachini (1987) “os poderes públicos exerceram funções administrativas, mas na realidade quem efetuou o arranjo desse espaço foi a Companhia colonizadora pioneira” (FACHINI, 1987, p.79-80). A CMNP exercia grande influência e construiu uma imagem perante a sociedade, um ideário de dar soluções às questões sociais, conforme na publicação da empresa: “E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária” (CMNP, 1975, p.151).

Diante disso, vários são os agentes produtores do espaço urbano que atuaram sobre a cidade de Cianorte e que fazem e refazem a cidade, dentre eles, estão os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e o Estado.

Figura 60 – Folheto de propaganda da CIA. Melhoramentos do Norte do Paraná.

Aproveite mais esta grande oportunidade

CIANORTE



POR QUE?

- 1 — Terras de primeira qualidade.
- 2 — Já iniciou as obras de abastecimento de água potável.
- 3 — Seu magnífico aeroporto receberá próximamente tráfego regular de aviões de passageiros.
- 4 — Será servida pela Rede de viação Paraná-Santa Catarina, cujas obras de assentamento de trilhos vão adiantadas, devendo ser construída a ponte sobre o rio Ivaí, logo que os trilhos atinjam sua margem.

INAUGURADA HÁ DOIS ANOS — 26 de Julho de 1953 - Cianorte conta já com uma população de 2.000 habitantes, que nela se instalaram pelas grandes vantagens encontradas, isto sem contar com os moradores dos sítios e chácaras, que circundam a cidade. Do tipo **cidade criada**, Cianorte foi planejada dentro de todos os requisitos da técnica urbanística, com amplas avenidas, magníficos parques e praças, contando já com muitos outros melhoramentos: hotéis, hospitais, escolas, bem como ótimas rodovias de acesso para todos os pontos da região. Compre agora um lote ou data para usufruir da valorização consequente dos melhoramentos acima apontados.

CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

anteriormente

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Séde: Rua São Bento, 329-8.º andar - São Paulo

A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL

Escritórios de venda em Maringá e Cianorte

Inscrição N. 7, do Registro Geral de Imóveis, do Conselho de Fidei de Iguaçu, de acordo com os Decretos-Leis N. 38 de 10-12-1937 e N. 3079 de 10-9-1956.

Figura 61 – Propaganda de divulgação para venda de lotes em 1955.

O Brasil... precisa cada vez mais da produção agro-pecuária!

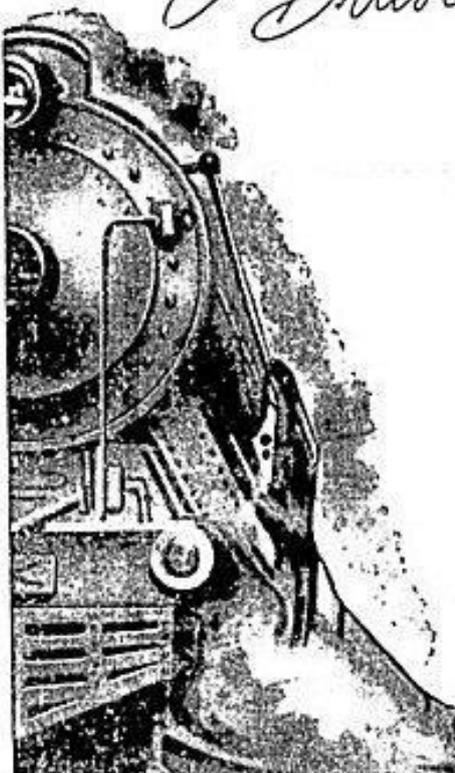
O Governo Federal conhece essa necessidade e por isso determinou o prosseguimento das obras da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Já iniciou a construção da grande ponte rodoviária sobre o rio Ivahy e o acabamento do leito da estrada em demanda de Umuarama.

Não pode existir produção sem transporte. E por isso que estas medidas justificam e consolidam o êxito crescente das cidades-modélio...

CIANORTE e UMUARAMA

realizações da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná a maior empresa colonizadora da América do Sul.

Matos virgens de madeiras de lei entremeadas de extensos palmitais. Altitudes superiores a quinhentos metros. Ótimas aguldas. Áreas apropriadas para fazendas mistas. Todos os lotes são servidos por estradas de rodagem com conservação permanente.




UMUARAMA

Situada no Núcleo Cruzeiro e servida por um rede de estradas de 600 kms. Será o centro de uma grande zona com cerca de duzentos mil alqueires de terras. Planejada por técnicos especializados para uma população de 100.000 habitantes. Aeroporto aprovado pelo D.A.C. Farmácias, hotel, serraria, olaria e diversas casas comerciais.

Lotes agrícolas, chácaras e lotes urbanos.

É chegada pois o momento para V. participar da progressão do Norte do Paraná. Não hesite, decida-se enquanto é tempo.

CIANORTE

Planejada e arruada obedecendo os mais modernos padrões. Abastecida de água potável. Praças, parques, hospitais, hotéis, escolas e adiantado conjunto de estabelecimentos comerciais. Serrarias e olarias. Moderno aeroporto aprovado pelo D.A.C., conta com aproximadamente 500 casas.



CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

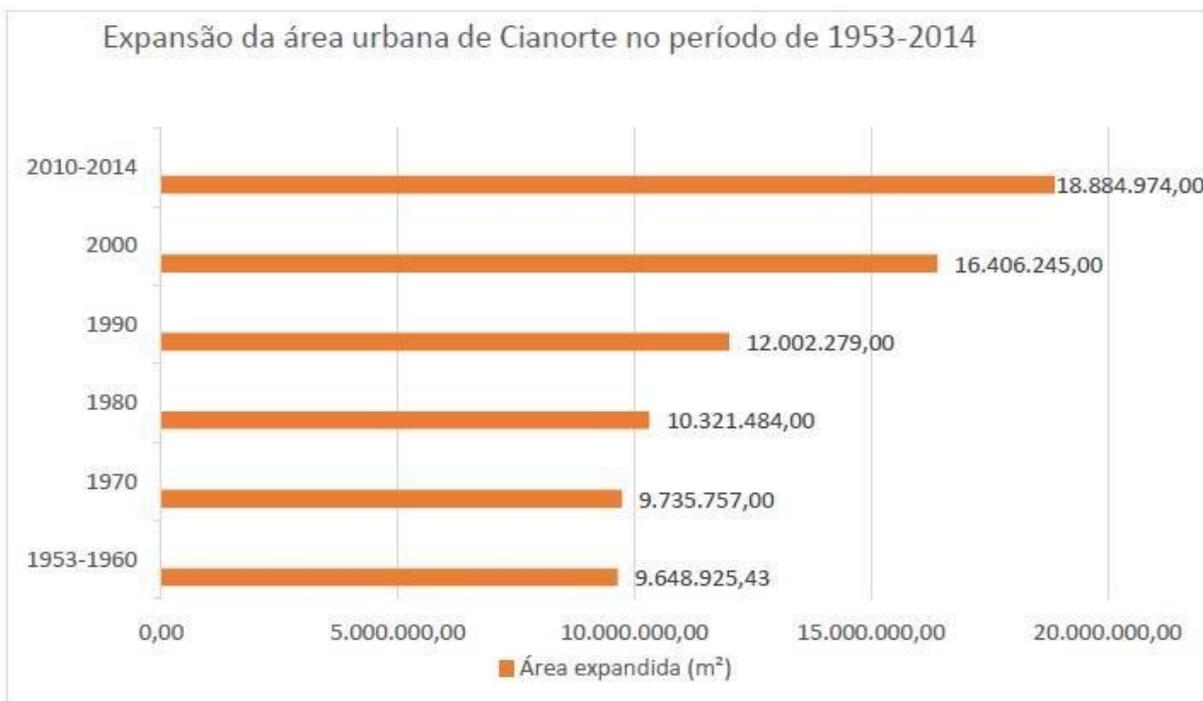
Temos aqui, como agente social atuante no espaço urbano da cidade de Cianorte, a princípio, a CMNP cuja responsabilidade de concretização do plano inicial chamou para si, tal responsabilidade, à medida que mercantilizou a proposta inicial de Vieira como meio de urbanização do espaço natural, gerando expectativas àqueles que adquiriram terras neste local. As propagandas (Figura 60 e 61) anunciavam a facilidade de acesso à cidade, com destaque para o avião e trem, propagandas estas intensificadas em 1955, quando as vendas de terrenos não atingiram as expectativas, devido à crise do café. O trem de passageiros chegou à cidade somente em 1973, sendo desativado em 1982.

Assim, surge Cianorte dentre outras cidades que foram planejadas e colonizadas pela CMNP, localizada no noroeste do Paraná, tem seu desenho original desenvolvido pelo engenheiro politécnico paulista, Jorge Macedo Vieira, seguindo inspirações internacionais. Sua fundação em 1953 foi considerada um avanço ao construir a terceira cidade do eixo Londrina-Maringá- Cianorte-Umuarama, quatro polos centralizadores de cidades menores a sua volta, argumento usado em sua propaganda de venda conforme publicado na época.

O fato das terras que deram origem à cidade de Cianorte pertencerem a um só proprietário, com atuação de agente fundiário imobiliário, a CMNP proporcionou um domínio desta sobre seu desenvolvimento, buscando o sucesso do empreendimento por meio da garantia da rentabilidade esperada. Para Dias (1998) existem alguns fatores que interferiram na conformação da cidade que eram convenientes para a CMNP de acordos com os seus interesses, conforme:

A forma urbana vai sendo moldada, via poder público, de maneira favorável aos interesses desse agente social em particular – a CMNP, ator das seguintes práticas espaciais: retenção de inúmeros lotes para venda futura, controle rígido quanto ao zoneamento urbano nas primeiras décadas, “assumindo” o papel do Estado, interferência na ocupação espacial conforme a renda familiar, ao determinar exigências relacionadas a certos padrões construtivos, como por exemplo, o tamanho do imóvel, relação estreita com o poder público local, garantindo o estabelecimento dos seus interesses (DIAS, 1998, p. 109).

O processo de desenvolvimento da cidade ocorreu em etapas que podemos delimitar de acordo com a conjuntura econômica em diferentes escalas (local, regional e nacional), assim sendo, houve crescimento da área urbana, e conseqüentemente elevou-se número de habitantes (Gráfico 1), contribuindo com as diferentes fases econômicas vivenciadas por Cianorte, conforme afirma Souza (2015).

Gráfico 1 – Expansão da área urbana de Cianorte no período de 1953-2014.

Fonte: SOUZA, 2015, p.135.

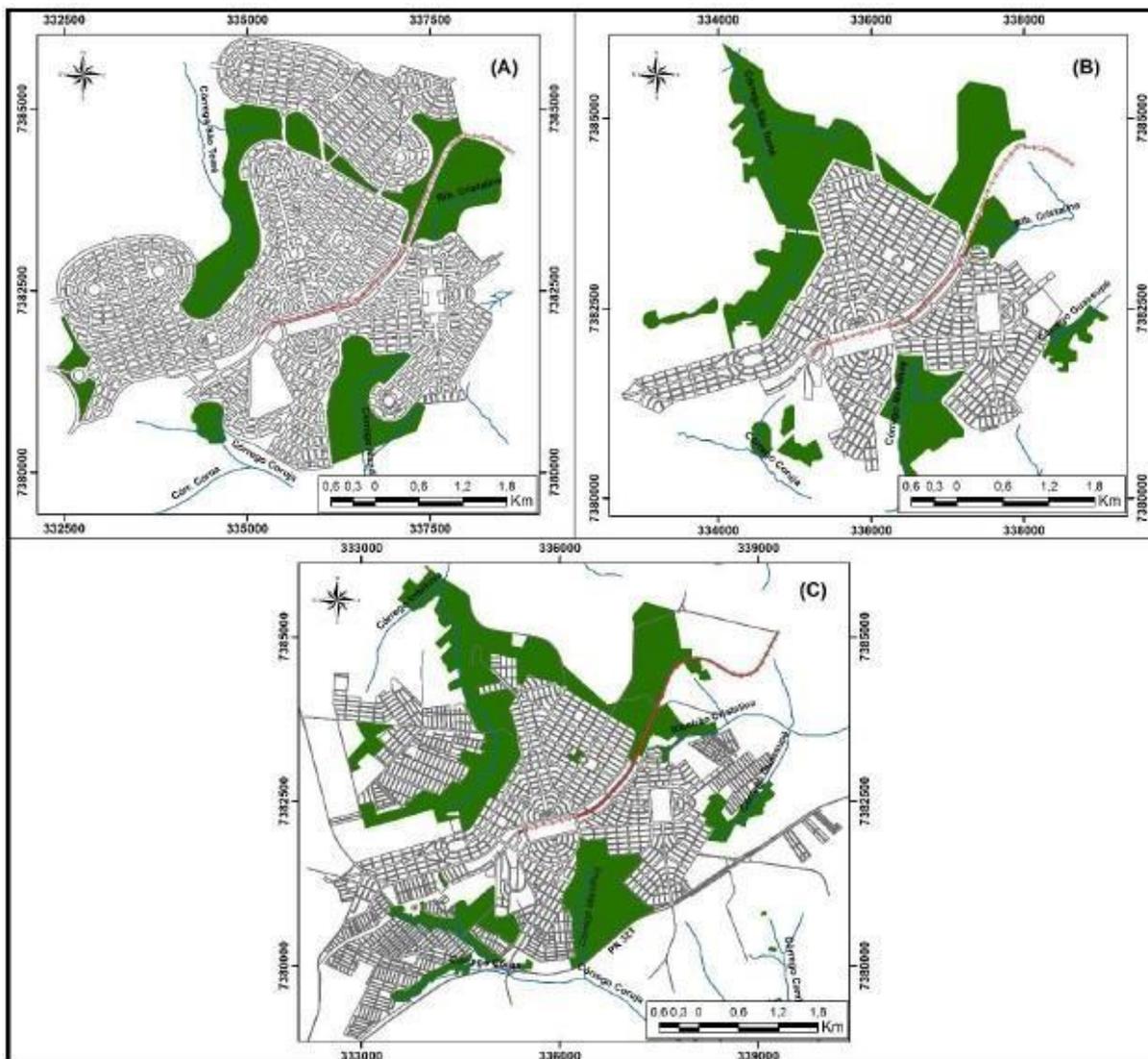
Para Leandro (2015) a primeira fase foi à cafeeira, neste período a cidade possuía um perímetro urbano de 9.648.245 m², porém com o declínio da produção de café houve uma migração do campo para a cidade. Já a segunda fase, corresponde aos anos de 1970 e 1990 quando houve um crescimento populacional pequeno mantendo o perímetro urbano praticamente estável. Porém, é a partir desse período, até os anos de 2014 que a área inicial praticamente quase duplicou. Vários fatores foram favoráveis para esse crescimento, tais como: a indústria do vestuário, surgimento de novos loteamentos que contribuíram para atender a demanda populacional em crescimento, alterando assim o desenho da cidade. Na Figura 61A, 61B E 61C, demonstramos a expansão da malha urbana.

Embora planejada inicialmente pela CMNP para alcançar mais de 18 milhões de m², este objetivo só foi alcançado depois de 60 anos de sua implantação, porém fugindo-se do plano original, cuja qualidade projetual superava o desenho tendo por base as leis, resultando assim em áreas descontínuas da malha original e de qualidade bastante inferior ao proposto por Vieira inicialmente.

Figura 62 A – Cidade planejada por Macedo Vieira.

Figura 62 B – Cidade Construída de 1953 a 1970.

Figura 62 C – Cidade Consolidada até 2014.



Fonte: SOUZA, 2015, p. 136.

Ao fazermos uma análise comparativa entre a Figura 62 A referente ao projeto proposto por Vieira, com a Figura 62 B referente à cidade construída pela CMNP verificamos que algumas áreas foram excluídas, reduzindo assim o perímetro urbano inicial. Já na Figura 62 C, vemos a ocupação negligente das áreas que faziam parte do plano inicial Figura 62 A e foram excluídas na Figura 62 B. Também podemos verificar que a ampliação do perímetro urbano, desconsiderou-se o plano inicial, além de fragmentar a malha urbana, desprezando assim as premissas que nortearam o plano de Vieira, tais como, tamanho dos lotes, das vias e a existência de praças. Atualmente, com mais de 34 milhões de m² de área urbana, em meio a

áreas de expansão desarticuladas encontram-se o Parque Cinturão Verde de tamanho superior ao inicialmente projetado.

Quanto à atuação da CMNP, Dias (1998) destaca em sua análise o resultado positivo atribuído à gestão de um plano inicial que proporcionou este resultado, muito embora, o discurso que permeava na divulgação de seus empreendimentos era da prioridade do bem estar da população em detrimento da obtenção de lucros. Desta forma Dias (1998), pontua que:

Essa teve uma participação significativa na materialização da cidade, outrora muito mais do que hoje, mas de qualquer maneira deixando indelevelmente marcada sua atuação. O plano urbanístico original surge como um instrumento que resultou em diversas heranças positivas dentro da perspectiva infra-estrutural, mas não deve ser desconsiderado que a lógica motora de toda essa engrenagem foi a obtenção de uma parcela de mais-valia em forma de renda, e não uma preocupação de prover as necessidades sociais, como geralmente é difundido (DIAS, 1998, p. 123).

Dessa maneira, a cidade de Cianorte apresenta dinamismo a que se expõe qualquer processo urbanístico, pois parte de um plano adequado favorecendo sua implantação e desenvolvimento pleno, sendo esta estruturada a partir do Eixo Monumental, que inclui o Centro Cívico, objeto de nosso estudo.

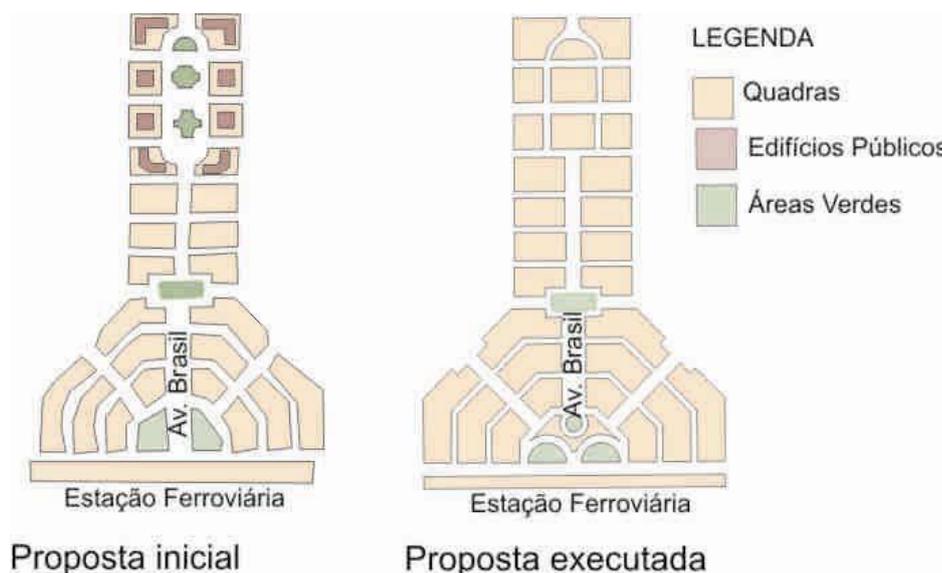
Formado pela sucessão de 4 praças a partir da estação ferroviária com a Praça Santos Dumond, ligando através da Avenida Brasil a Praça Raposo Tavares, (Centro Cívico) Praça da República e, por fim, terminando na Praça Rui Barbosa, destacando por meio da alternância de largura das vias o aspecto grandioso empregado por Vieira, reforçando a importância deste eixo dentro do desenho da malha urbana.

Para Dalberto (2009), o lugar escolhido por Vieira foi o:

[...] ponto central do projeto fica em um alto topográfico, que toca a ferrovia com o centro de um tridente formado por três importantes vias. Tangente ao ponto central do tridente que delimita o centro principal está a ferroviária, daí parte o eixo da Avenida Brasil, principal via da cidade, uma via ampla em traçado reto. O tridente propicia ao pedestre uma visão panorâmica do centro da cidade, e coloca à sua frente a maior de todas as perspectivas da cidade. Isto se dá pelo traçado formal da Avenida Brasil, que confere monumentalidade à perspectiva do eixo principal da cidade onde se localizam os principais edifícios públicos, (...). Esta escolha condiz com a afirmação de Unwin (1984) de que é aconselhável que o centro seja prefixado e constitua o elemento principal do plano, ele ainda deve ter relação com a entrada principal da cidade e com as linhas de tráfego, os edifícios devem estar bem situados, e devem ser percebidos desde longe e o local deve estar em um alto topográfico com poucas ondulações no terreno (DALBERTO, 2009, p. 35-36).

Ao analisar o projeto para a cidade de Cianorte concordamos com Dalberto (2009) quando compara com as soluções apresentadas por Unwin na cidade de Letchworth e declara que “Para Unwin (1984), o centro principal seria ocupado por edifícios do governo, do município e outros relacionados a estes”(DALBERTO, 2009, p.36), demonstrado na Figura 63 à esquerda, cujos edifícios fariam parte do cenário proposto para o Centro Cívico.

Figura 63 – Alteração da proposta original para a proposta executada.



Fonte: DALBERTO, 2009, p. 66.

Dessa forma, o processo de execução do plano inicial sofreu mudanças ao longo dos anos, em especial a Praça da República, as alterações desconfiguraram de tal forma a proposta inicial do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, de modo que esta sequer chegou a ser implantada.

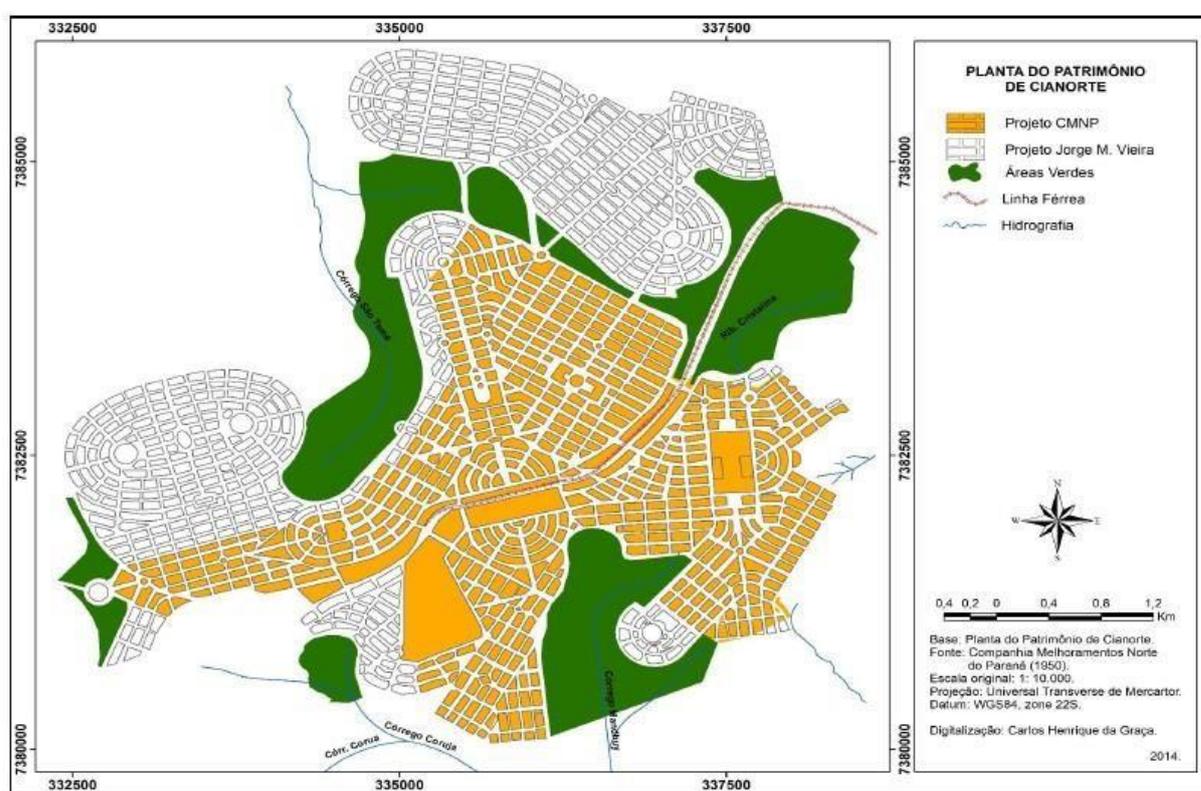
Essas alterações ocorreram a partir de 1989, com os primeiros instrumentos legais utilizados pelo poder público para promover a desafetação e doação de parte da área destinada ao conjunto denominado Centro Cívico ou Praça da República, numa sucessão de ações que culminaram na total descaracterização do plano inicial de 1955.

A alternância do domínio sobre o espaço urbano foi um dos fatores de descontinuidade do plano inicial de Vieira para o eixo monumental, que contém o Centro Cívico. Considerando o fato da área pertencente à CMNP passar a ser gerida pelo Estado, aqui entendido como poderes executivo e legislativo municipal, a alternância de poder dentro

destas instituições passa a conduzir a configuração do conjunto de forma desarticulada, como se não houvesse planejamento para este espaço.

As expectativas da CMNP em relação à implantação de Cianorte não foram colocadas em prática como estavam previstas por Vieira em 1955. Para ele a cidade deveria ter 90.000 habitantes, sendo a área destinada ao perímetro urbano de 18.646.144 m² (Figura 64). Porém, durante a gestão do prefeito Francisco Honório por meio da Lei ordinária nº 496, de 12 de março de 1979 esta área foi reduzida para 9.648.925 m², conforme destaca Cioffi (1995).

Figura 64 – Planta Patrimônio de Cianorte, 1955.



Fonte: SOUZA, 2015, p. 81.

Para Dias (1998), “essa redução ocorreu porque a ocupação de toda a área planejada não se deu no ritmo esperado, o que obrigou a empresa a buscar, através do poder público, a redução da área delimitada pelo perímetro urbano, com o objetivo de ter menos despesas com o imposto urbano” (DIAS, 1998, p. 108). Corroborando com Dias (1998), Paulo Moraes de Barros Netto ex-diretor da CMNP pontua que “As reduções foram feitas especialmente em áreas de expansão de bairros, em função do ônus fiscal muito pesado e essas áreas foram transformadas em pequenas chácaras que passaram a ser oneradas pelo imposto rural, mais suave que o imposto urbano” (CIOFFI, 1995, p. 100).

Desse modo, somente a partir da década de 1990 que o crescimento da cidade de Cianorte é retomado, com a ampliação do perímetro urbano, as áreas anteriormente excluídas em 1979 (Figura 64) foram transformadas em pequenos lotes, ou chácaras e passaram a ser urbanizadas como loteamentos residenciais, sem obedecer ao plano inicial ou sequer a um plano integrador entre as áreas existentes e as novas.

Dessa forma, para as cidades planejadas o desenho urbano torna-se objeto de planificação da mesma, sendo este essencial, porém não é apenas o conjunto de traçados que traz sua intencionalidade ideal de um tempo, mas os anseios da construção de uma sociedade em particular. Assim sendo, à medida que o uso das ferramentas projetuais é traduzido por meio da intensão da construção de espaços próprios estes tem finalidades variadas, como por exemplo: públicos e privados, coletivos e individuais, de circulação e permanência, contemplação e participação que vão compondo assim a paisagem urbana, cuja dinâmica se completa com a apropriação do cidadão, conforme afirma Lamas (2014).

Para Lamas (2014):

O desenho urbano exige um domínio profundo de duas áreas do conhecimento: o processo de formação da cidade, que é histórico e cultural e que se interligam as formas utilizadas no passado mais ou menos longínquas, e que hoje estão disponíveis como materiais de trabalho do arquiteto urbanista; e a reflexão sobre a FORMA URBANA enquanto objetivo do urbanismo, ou melhor, enquanto corpo ou materialização da cidade capaz de determinar a vida humana em comunidade (LAMAS, 2014, p. 22).

Assim sendo, o espaço produzido pelo homem reflete o contexto em que se insere, seja dos grupos sociais, das esferas de poder ou das condicionantes físicos que se impõem sobre este. A economia direciona decisões sobre o território, ordenando sobre o espaço de modo a atender a demandas muitas das vezes em discordância com o planejamento da cidade como um todo, quase que negando as consequências futuras das atitudes presentes.

Segundo Santos (2006):

A transformação, a transitoriedade e a efemeridade das configurações dos territórios urbanos têm sido a marca das cidades modernas desde a intensificação das atividades produtivas na modernidade. No entanto, o sentido dessas transformações nesta última passagem de século parece respeitar a uma nova lógica de atuação dos poderes públicos. A financeirização da economia e a insuficiência dos setores acionistas apontam para o imobiliário como a última saída para a crise de rentabilidade do capital. O Estado, que vem assumindo novos papéis diante da produção dos novos territórios do urbano, investe-se na reordenação geográfica de

fragmentos da cidade para atender e atrair novos investimentos voláteis do setor financeiro – não sem que haja consequências para a vida nas metrópoles (SANTOS, 2006, p. 101).

A transformação da sociedade de Cianorte foi influenciada pelas mudanças econômicas, sociais e políticas, as quais são reflexos no espaço urbano das novas realidades que promoveram também mudanças no plano inicial idealizado por Jorge de Macedo Vieira em 1955.

2.2.2 *Poder Executivo e Legislativo*

Esta subseção tem por objetivo elencar fatos políticos que envolveram a configuração do espaço que compreende o Eixo Cívico, com destaque para o Centro Cívico.

Cianorte, como uma cidade “criada”, teve seu primeiro prefeito Wilson Ferreira Varella em 1955, e vereadores, Antonio Lima Santos, Benedito Pereira da Silva, Daniel Antunes Barbosa, Ernesto Bigão, Geraldo Gonçalves de Oliveira, Ovídio Luiz Franzoni, Primo Manfrinato e Washington de Oliveira Telles, contando com os suplentes Antonio Larine Sobrinho, Antonio Rodrigues Motta, Gabriel Segundo Minas Cossich, Joaquim Pagani e Nery Manfrinato (Figura 65), cuja legislatura durou de 20 de dezembro de 1955 a 12 de dezembro de 1959, segundo relata Varella (2012).

O jornal A Folha de Londrina em 1955 divulgou a notícia com o título: “Tomam posse os prefeitos de Cianorte, Jussara e Terra Boa” (Figura 66). Na ocasião do evento o gerente da CMNP Aristides Souza Melo realizou o seguinte discurso:

Na qualidade de representante da diretoria da C.M.N.P., temos a honra e a felicidade de compartilhar destas festividades e assim pode afirmar-vos que, tendo a Companhia fundada esta cidade de Cianorte com desvelo e carinho, deseja formar ao lado de seu generoso e altaneiro povo, para conceder ao seu primeiro e ilustre prefeito, Sr. Wilson Varella, um credito de confiança (...). Esta cidade, sendo como que criancinha latente, carece de apoio decidido de todo o seu povo e, também, porque não dizê-lo, do amparo da Companhia Melhoramentos, como tem afirmado o nosso diretor-gerente, Dr. Herman Moraes de Barros, assegurando assim, a unidade de ação, tantas vezes realizada em outras cidades e patrimônios (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 1955).

Figura 65 – Prefeito e vereadores da primeira gestão da Cidade de Cianorte³².



Fonte: Acervo CMNP.

De acordo com o discurso, fica evidente a marca da concordância entre a CMNP e o prefeito empossado de colaboração, cuja escolha e a indicação do nome proposto fora feito pela própria Companhia que registrou em ata de reunião da comunidade o nome do candidato a prefeito, Wilson Ferreira Varella, conforme afirma Cioffi (1995). Já no dia 26 de agosto de 1955 em comum acordo os líderes partidários locais aceitaram a indicação feita pelo gerente da Companhia, o “Dr.” Paulo de Moraes Barros Neto.

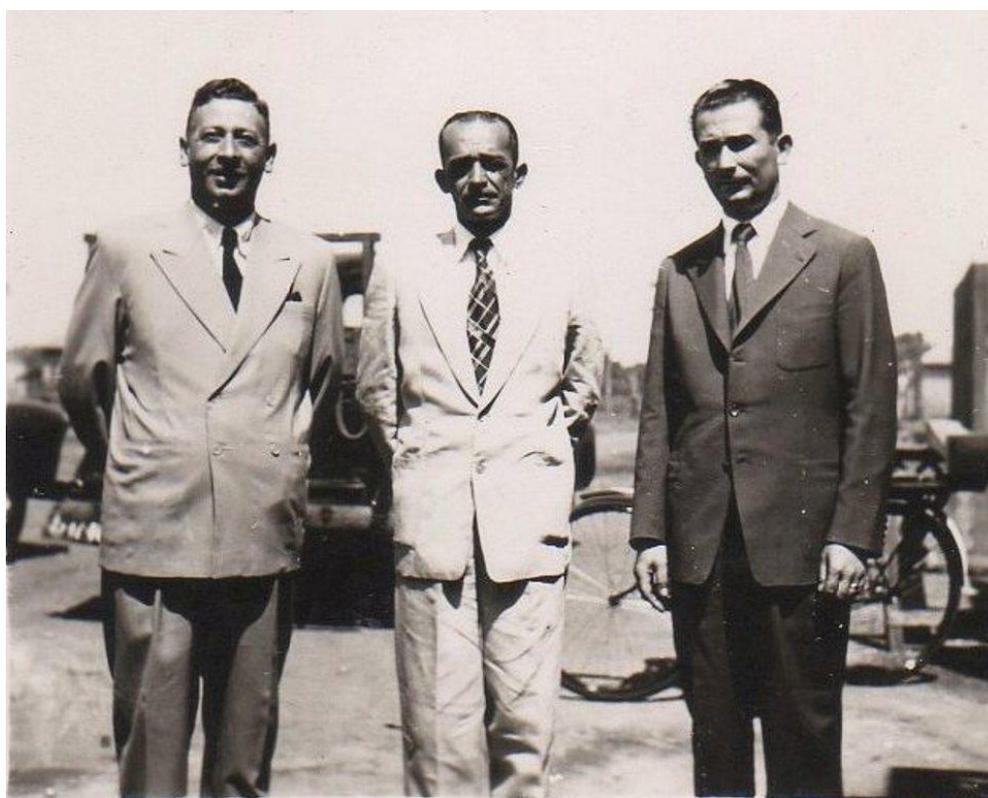
Segundo Cioffi (1995), o gerente da Companhia exigiu que o indicado não tivesse qualquer filiação partidária estipulando a condição de “manter-se afastado de líderes partidários, a partir da presente data, e de governar o município, depois de eleito,

³² Da esquerda para direita os vereadores, Geraldo Gonçalves de Oliveira, Ernesto Bigão, Primo Manfrinato, Ovídio Luiz Franzoni, prefeito Wilson Ferreira Varella, Washington de Oliveira Telles, Daniel Antunes Barbosa, Antonio Lima Santos, Benedito Pereira dos Santos.

independentemente de partidos, abstando-se de fazer política e encarando o seu encargo, como puramente administrativo” (CIOFFI, 1995, p. 181).

Ainda na presente ata o Sr. Wilson Varella afirma estar de acordo e honrado com a indicação e “adiantou que tornará programa de seu governo a execução de planejamento adotado pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, para CIANORTE” (CIOFFI, 1995, p. 181), ficando esta ata sob. Guarda da CMNP. Assim fica clara a intenção inicial de manter a execução do plano inicial de Cianorte, projetado por Jorge de Macedo Vieira.

Figura 66 – Prefeitos³³ de Cianorte, Jussara e Terra Boa em 1955.



Fonte: Acervo CMNP.

A organização pública inicial do município contou com o apoio da colonizadora que cedeu espaço em seu escritório inicialmente. Fornecendo empréstimo no nome pessoal do prefeito para as primeiras providências necessárias. Segundo Cioffi (1995), a primeira prefeitura (Figura 67) foi construída na primeira gestão municipal, já na av. Brasil, e contou com a doação de recursos da comunidade, do Estado e da CMNP. Hoje é edifício tombado

³³ Carlos Marcondes-1º Pref. Terra Boa, Wilson Ferreira Varella-1º Pref. Cianorte, Manoel Soares-1º Pref. Jussara.

por Lei Orgânica Municipal de 1989. O edifício sofreu ampliações e hoje abriga o Ministério Público.

Figura 67 – Primeiro edifício destinado à prefeitura municipal de Cianorte.



Fonte: Acervo CMNP

Para Dias (1998), o fato de ter boas relações com a administração municipal assegurava a não taxaço do IPTU, “a isenção perdurou durante a gestão do segundo prefeito eleito Sr. Antonio Rodrigues Mota (1959-63), ex-funcionário da Companhia que também contou como apoio da mesma durante a campanha, e no decorrer de seu mandato” (DIAS, 1998, p. 150). Em 1997 Dias (1998) entrevista o Sr. Antonio Rodrigues Motta que relata:

É esse tal negócio. A Companhia, com o apoio que dava para fazer as coisas, ela tinha o direito, achava que tinha, como devia ter, o direito de ter um abatimento dos impostos das datas. Que hoje é assim: uma data vazia é três vezes mais o valor do IPTU, então a Companhia não concordava com isso, ela queria ter um imposto mais barato, baseado no valor da residência. Eu concordei com eles, e tive todo o apoio deles (DIAS, 1998, p. 150).

Durante a gestão do terceiro prefeito, o médico Ramon Máximo Schultz, houve a aprovação da lei que regulamentava o Código Tributário do município Cioffi (1995), com cobrança dos impostos devidos pela CMNP, resultando segundo Dias (1998) e (CIOFFI, 1995), criando adversidade entre a CMNP e a gestão municipal. Para solucionar o impasse dos altos valores dos impostos em 1979, na gestão do prefeito Antonio Arieta Negrão, a área do perímetro urbano foi reduzida, deixando parte do projeto inicial de fora, conforme comentado anteriormente.

A cada gestão, a autonomia política municipal foi se consolidando, apesar de continuar contando com o acompanhamento atento da CMNP, assim como fazia em outras cidades de sua criação. Dessa forma, a cidade de Cianorte foi gradativamente deixando de depender da Companhia, conforme comenta Dias (1998):

Porém, não se deve interpretar, de forma simplista, que a CMNP atuou sobre Cianorte com plenos poderes, dentro de uma esfera harmoniosa que envolvia as relações sociais. Como é próprio de toda estrutura sócio-econômica permeada por interesses diversos, houve conflitos, tanto com o poder público, em determinados momentos, como junto a parcela do empresariado local interessada numa participação maior no setor imobiliário (DIAS, 1998, p. 151).

Na gestão do prefeito Ricardo de Queirós Cerqueira, de 1969 a 1973, a oposição da câmara legislativa da gestão anterior, dificultou a aprovação das leis propostas pelo executivo que deu lugar a uma nova fase política, sendo aprovada a autorização para elaborar o 1º plano diretor da cidade de Cianorte, sendo este efetivado em 09 de dezembro de 1972, em que a 1ª Lei de zoneamento, loteamento urbano e sistema viário, definem na primeira seção a “Divisão das Áreas Urbanas”. Assim, de acordo com a planta de zoneamento, dividem-se em seis Zonas, dentre elas encontram-se os Setores Especiais, em que se define em seu art.47 o primeiro com o Setor Cívico.

Também é importante destacar que foi durante a gestão do prefeito Ricardo Queirós Cerqueira que a sede dos Correios iniciada pelo prefeito Dr. Ramon foi concluída, pois esta ocupava um lugar provisório na Av. Goiás segundo informações de Eleutério Langowski, morador desde a época, conforme afirma Cioffi (1995).

Outra edificação importante, parte do Eixo Monumental, é o terminal rodoviário que “teve início também nessa época e foi concluído na gestão posterior” (CIOFFI, 1995, p.223)..

projeto do arquiteto Sergio Bopp, ocupou a Praça Santos Dumond, sendo denominado de “Terminal Rodoviário Luiz Fernando Nicolau” (Figura 68), conforme destaca Cioffi (1995).

Figura 68 – Rodoviária de Cianorte, 2018.



Fonte: PMC, 2018.

A rodoviária teve dois outros endereços anteriormente, a primeira na Praça 26 de julho (Figura 69), e a segunda na Praça Raposo Tavares, “permanecendo até 1965, quando foi desativada por não atender mais a demanda dos ônibus e passageiros. Foi transferida para um bar próximo a atual rodoviária, onde hoje funciona um restaurante, na Av. Brasil.” (CIOFFI, 1995, p. 271).

Figura 69 – Primeira estação rodoviária, construída pela CMNP, na Praça 26 de Julho, 1953.



Fonte: CMNP.

A linha férrea foi prevista desde a criação da cidade de Cianorte, ocupando ponto central do projeto de Jorge de Macedo Vieira, ligando o ramal de Ourinhos a Cianorte, somente foi inaugurada com o prédio da estação definitivo na gestão do prefeito Nelson Prendin, conforme noticiou o jornal Folha de São Paulo em 17 de fevereiro de 1973, ocasião da visita do ministro dos transportes, Coronel Mário Andreazza (Figura 70B). O início do funcionamento da linha férrea ocorreu em 20 de outubro de 1972, com a estação em um prédio ainda provisório (Figura 70A).

Figura 70A – Chegada do trem em Cianorte, 1972.

Figura 70B – Inauguração do trecho ferroviário T15-68 km (Cianorte – Maringá), 1973.



Fonte: (A) CMNP. (B) Recorte do Jornal Folha de Londrina sem data, com tratamento de imagem por Eleuterio Langowski.

Porém, com menos de 10 anos a ferrovia foi desativada, “O tráfego de passageiros, divididos entre os trechos Ourinhos-Maringá e Maringá-Cianorte, parou em 1981 no primeiro trecho, onde rodava com trens de passageiros que vinham de São Paulo, e um pouco antes nos outros, onde trafegava em trens mistos”(GIESBRECHT³⁴, 2017, *online*) como descreve o autor no site “Estações Ferroviárias do Brasil”. A paralização do transporte ferroviário incomodava os empresários e lideranças políticas, que buscaram meios de reativá-la (Figura 71).

Para Eleuterio Langowski (2017)

Essa foto é histórica. Foi em 1985 ou 86. O ramal Maringá Cianorte estava paralisado pela RFF. Então os políticos e empresários solicitaram ao então Ministro dos Transportes Afonso Camargo, um grande paranaense. Ele veio, viu e prometeu a reativação, mas queria carga nos vagões. Então, junto com as cooperativas, foi instalado um terminal de calcário que viabilizou o transporte de carga para Cianorte e de Cianorte os vagões eram utilizados

³⁴ http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/ramal_cianorte.htm. Acesso em 10 de janeiro 2018.

para transportar soja. Essa foto é da inauguração da moega de calcareo no pátio da RFF (ELEUTERIO LANGOWSKI, 2017, *online*³⁵).

Figura 71 – Reinauguração do trecho ferroviário entre Cianorte e Maringá, 1985.



Fonte: Alexandre Fressatto, com tratamento de imagem por Eleuterio Langowski.

A ALL-América Latina Logística do Brasil S.A foi a ganhadora do leilão de 13/12/96 para explorar os 6.586 km da Malha ferroviária do Sul do país, conforme o Programa Nacional de desestatização, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A inclusão da Rede Ferroviária Federal S.A. no Programa Nacional de Desestatização através do Decreto n.º 473/92, propiciou o início da transferência de suas malhas para a iniciativa privada, durante um período de 30 anos, prorrogáveis por mais 30. Esse processo também resultou na liquidação da RFFSA, a partir de 07/12/99. (ANTT, 2018, *online*)³⁶

Embora já estivesse em discussão pública, a possibilidade de desativação da parte da linha férrea que adentra a cidade, em 2011 (Gazeta Maringá de 26/07/2011³⁷), a empresa estudava a viabilidade de reativação e ampliação da linha férrea, porém em 19/01/2012,

³⁵ Publicação de 18 de março de 2017 em sua página pessoal no Facebook.

³⁶ http://www.antt.gov.br/ferrovias/arquivos/Concessoes_Ferrovias.html. Acesso 10 de jan. 2018.

³⁷ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/all-estuda-reativacao-de-linha-ferrea-entre-maringa-e-cianorte-86klfgwp059w9yejssj3cmvym>. Acesso 10 de jan. 2018.

segundo reportagem de Fábio Guillen para o jornal A Gazeta do Povo de Curitiba, a presidenta Dilma vetou o projeto de linha férrea entre Maringá e Guaíra, alegando faltar estudos prévios de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social para as obras.

Em 2014, a América Latina Logística (ALL) recuperou trecho de 92 km da linha férrea que liga Cianorte a Maringá, em quase um ano de trabalho. A recuperação foi uma determinação da ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre), que solicitou a realização de obras no trecho entre as duas cidades. A linha é considerada pela empresa de baixa densidade e declarou não haver interesse de reativá-la, segundo noticiou o jornal Cianorte Agora de 28/05/2014. Atualmente a linha foi desativada e loteado pela proprietária da área CMNP, cujos lotes disponibilizou para venda, assim, o espaço que comportava o pátio de manobras, deu origem ao “Novo Centro”, projeto do arquiteto Alexandre Doege (Figura 72).

Figura 72 – Projeto do “Novo Centro”.



Fonte: arquiteto Alexandre Doege³⁸.

Segundo o prefeito Edno Guimarães, após aprovação em audiência pública no dia 17 de março de 2011, do projeto do “Novo Centro”, a ferrovia atravessando a cidade estava atrapalhando o tráfego, assim sendo necessária sua retirada para dar lugar a novos lotes comerciais favorecendo a movimentação econômica na cidade:

³⁸ - Blog arquiteto Alexandre Doege. <http://doege-arq.blogspot.com.br/2011/03/novo-centro-cianorte.html>. Acesso 20 de fev. 2018.

O projeto prevê o aproveitamento de um terreno que hoje está vazio e até atrapalhando o tráfego, pois os moradores da Vila Sete têm de dar uma volta enorme para chegar às vias que ligam ao centro da cidade. No local será construída uma nova área comercial e o município terá lotes reservados que poderão ser destinados ao lazer, espaços culturais e outros benefícios, defendeu o prefeito Edno Guimarães (PMDB), afirmando que a instalação do Novo Centro está aliada à movimentação econômica e valorização da cidade (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 25/03/2011).

Para outro político local, o vice-prefeito José Antonio Laguilo, é uma tendência a retirada do acesso ao trem por meio das áreas centrais das cidades, uma vez que, estes criam problemas com a segurança, e que a área a ser liberada tem grande importância para cidade, fato não previsto no projeto inicial.

O vice-prefeito José Antonio Laguilo disse que tirar os trilhos da área central, outra mudança em discussão, é uma tendência das grandes cidades, pois eles trazem uma série de constrangimentos e problemas, especialmente com a questão da segurança. Sobre a criação do Novo Centro, Laguilo falou que é uma necessidade, já que quando a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná planejou o município, há cerca de 70 anos, não podia prever a importância que a área em questão ganharia com o passar do tempo. JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 25/03/2011).

O deputado estadual, Jonas Guimarães, também manifestou seu posicionamento quanto a esta questão, lembrando a importância da ligação inicialmente prevista pela CMNP para que a linha férrea se estendesse até Guaíra “lutamos para estender a ferrovia até Guaíra, mas sem passar por dentro da cidade, já que os trilhos representam perigo para a população e empecilho ao trânsito” (JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 25/03/2011). O deputado ainda pontua vamos “desafogar as rodovias, pois é intenso o tráfego de caminhões pelas estradas da nossa região[...]. Com a linha férrea, boa parte da carga poderá seguir de trem” JORNAL TRIBUNA DE CIANORTE, 25/03/2011).

Atualmente (Figura 73), a área com aproximadamente 142.393 m², está loteada, pavimentada e iluminada, aguardando nova ocupação. As vias urbanas existentes farão a ligação entre a Vila Sete e as Av. Brasil, Souza Naves e América, criando novos fluxos de circulação.

Segundo Cioffi (1995), foi durante a gestão do sexto prefeito de Cianorte o Sr. Francisco Honório Arieta Negrão, entre 1977 e 1982, foram construídos vários edifícios, dentre eles o Fórum, o Centro social Urbano. Jorge de Moreira Silva assume a sétima gestão

da cidade, em 2 de fevereiro de 1983 até 1989. Durante sua gestão, foram desenhadas e registradas em cartório todas as praças de Cianorte.

Figura 73 – Foto de satélite do “Novo Centro” 03/02/2018. Adaptado pela autora.



Fonte: Google Earth Pro.

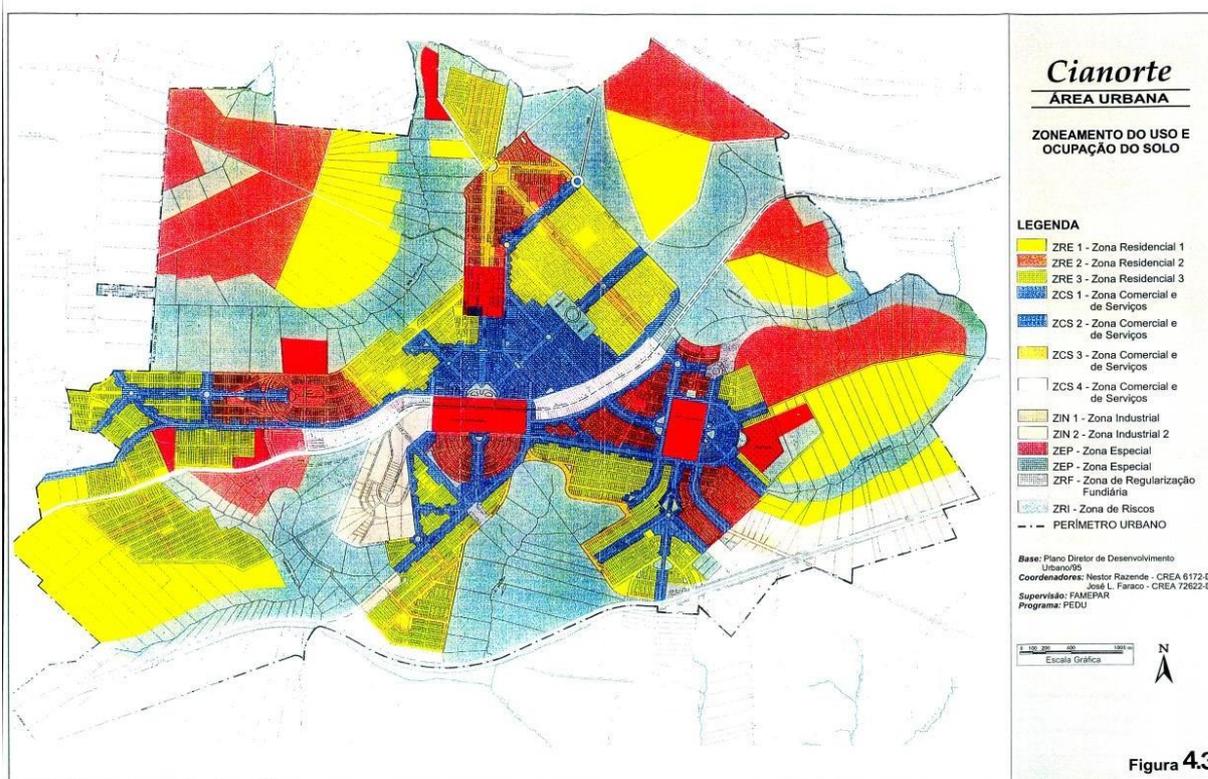
Segundo Cioffi (1995), foi durante a gestão do sexto prefeito de Cianorte o Sr. Francisco Honório Arieta Negrão, entre 1977 e 1982, foram construídos vários edifícios, dentre eles o Fórum, o Centro social Urbano. Jorge de Moreira Silva assume a sétima gestão da cidade, em 2 de fevereiro de 1983 até 1989. Durante sua gestão, foram desenhadas e registradas em cartório todas as praças de Cianorte.

Para Cioffi (1995), as praças de Cianorte “foram urbanizadas e melhoradas com a plantação de flores decorativas em lugar de plantas de espinho que existiam no local”. O autor destaca ainda que foi neste período que a “Praça dos Japoneses Dr. Francisco Kano, Praça dos

Italianos e Praça do Rotary onde foi construído um parquinho infantil e cancha de areia” (CIOFFI, 1995, p. 248).

Já o segundo Plano Diretor de Cianorte foi aprovado em 22 de maio de 1996, durante a gestão do então prefeito em exercício, Jorge A. Nabhan que reforça a importância dos eixos estruturadores da cidade proposto por Jorge de Macedo Vieira, preservando a área destinada ao Centro Cívico, como Zona Especial, conferindo-lhe caráter institucional de interesse público (Figura 74).

Figura 74 – Plano Diretor de 1996.



Fonte: DIAS, 1998, p. 145.

Dessa forma o Paço Municipal ganhou destaque no Centro Cívico ao ocupar a quadra 66, sendo a obra inaugurada em 2009, pelo prefeito Edno Guimaraes, em sua terceira gestão Municipal. Mudou-se das antigas instalações do colégio de freiras, Educandário Nossa Senhora do Rosário, localizado na Avenida Santa Catarina, que ocupou por muitos anos.

O Paço Municipal foi inaugurado em 15 de dezembro de 2009, tem seis mil metros quadrados de área construída e investimento em torno de R\$ 4,5 milhões. O prédio, de modernas linhas arquitetônicas, foi projetado pelos arquitetos Edson Luiz Cardoso Pereira e Jeferson Hernandes Cardoso Pereira. Ostenta o nome do primeiro prefeito de Cianorte, Wilson Ferreira Varella, que esteve no governo de 1955 a 1958. Além da estrutura administrativa, distribuída em dois andares, a nova sede tem amplos espaços para circulação, auditório, salas de reunião, refeitório, agência bancária, estacionamento e elevador (PMC, *online*).

É a terceira sede do poder executivo local, sendo a primeira, conforme citado anteriormente, construída na Av. Brasil, em 1989, na gestão do primeiro prefeito, Wilson Ferreira Varella e transformada em patrimônio histórico, sendo o primeiro prédio público edificado em Cianorte.

Politicamente foram muitas as ações que modelaram o Eixo Monumental, até que adquirisse o formato atual, algumas de maior relevância foram citadas, porém um levantamento mais minucioso e voltado para tal objetivo poderá relacionar outras mais. O conjunto de edifícios, vias e praças que compõem o Centro Cívico receberam interferências de agentes particulares, além da colonizadora e poder público, relacionados na sequência.

2.2.3 *Particulares, Instituições Públicas e Associações de Classe*

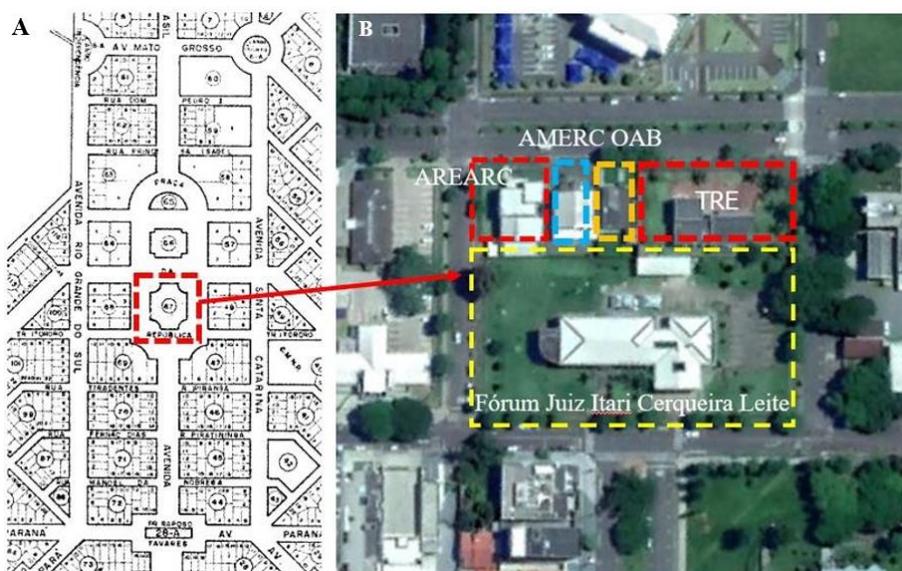
Para Milton Santos (2004), o espaço é objeto de especulação do homem, sendo explorado pelos mais diversos interesses, assim também ocorreu quanto a exploração dos espaços públicos, parte do espaço destinado ao Centro Cívico.

O espaço, portanto, tornou-se a mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são marcadas, doravante, por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão a posterior, o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto (SANTOS, 2004, p. 30).

Alguns dos beneficiados com as doações dos lotes destinados inicialmente ao uso público são as classes organizadas de profissionais liberais, cuja localização dessas associações estão em área de centralidade urbana, como é o caso do Centro Cívico. Pois, é de interesse institucional por valorizar economicamente os imóveis ali edificados e reforçar simbolicamente o prestígio dessas associações. Ocupando parte da quadra 67, antes destinadas a uma das Praças do Centro Cívico, estão a Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cianorte, a Associação Médica Regional de Cianorte e a Subseção de Cianorte da OAB Paraná (Figura 75 B).

Figura 75A – Mapa de Cianorte, CMNP, sem data.

Figura 75B – Imagem de satélite da Quadra 67.

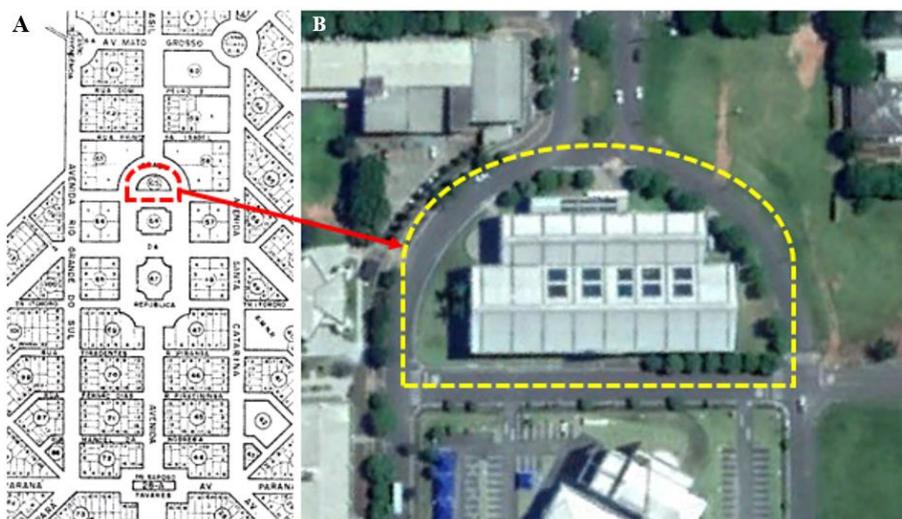


Fonte: (A) CMNP. Adaptado pela autora. (B) Google Earth Pro. Adaptado pela autora.

Também ocupam a quadra 67 outras edificações que atendem ao interesse público, como o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e o Fórum Juiz Itari Cerqueira Leite (Figura 76 B), instituições de atendimento da população em geral, cujo acesso centralizado favorece a utilização de seus serviços.

Figura 76A – Mapa de Cianorte, CMNP, sem data.

Figura 76B – Foto de satélite da Quadra 65.



Fonte: (A) CMNP. Adaptado pela autora. (B) Google Earth Pro. Adaptado pela autora.

Quanto a quadra 65, foi destinada a uma das Praças do Centro Cívico, foi ocupada pelo ginásio de esportes da APEC-Associação Paranaense de Ensino e Cultura, a fim de dar suporte ao curso de graduação de Educação Física oferecida pela UNIPAR-Universidade Paranaense, na qual se desenvolvem atividades desportivas como academia de musculação, natação, futsal, entre outros. A população tem acesso aos serviços mediante disponibilidade de vagas e pagamento de mensalidade.

A partir do aprofundamento destas informações, pretendemos no capítulo três analisar o desenho proposto por Jorge de Macedo Vieira para o Centro Cívico e o realizado ao longos dos anos, explorar as etapas deste processo e identificar os elementos arquitetônicos relevantes que conferem legitimidade.

CAPÍTULO 3

ENTRE A CIDADE IDEAL E A CIDADE REAL

3.1 O Centro Cívico proposto por Vieira

3.1.1 Influências teóricas e cotidianas

Buscando compreender como se materializaram formalmente no espaço do Centro Cívico, as influências teóricas e formais a que foi submetido o engenheiro Jorge de Macedo Vieira, relacionamos alguns aspectos na intenção de identificar como se articularam as ideias nesse espaço. Para isso, consideramos as obras encontradas na biblioteca do engenheiro Jorge de Macedo Vieira por se tratarem de fonte teórica de direcionamento projetual, e o contexto arquitetônico familiar que envolvia o fato de ter nascido na capital paulista, se formado e trabalhado na região central, contemplando as transformações estruturais e formais da cidade de São Paulo.

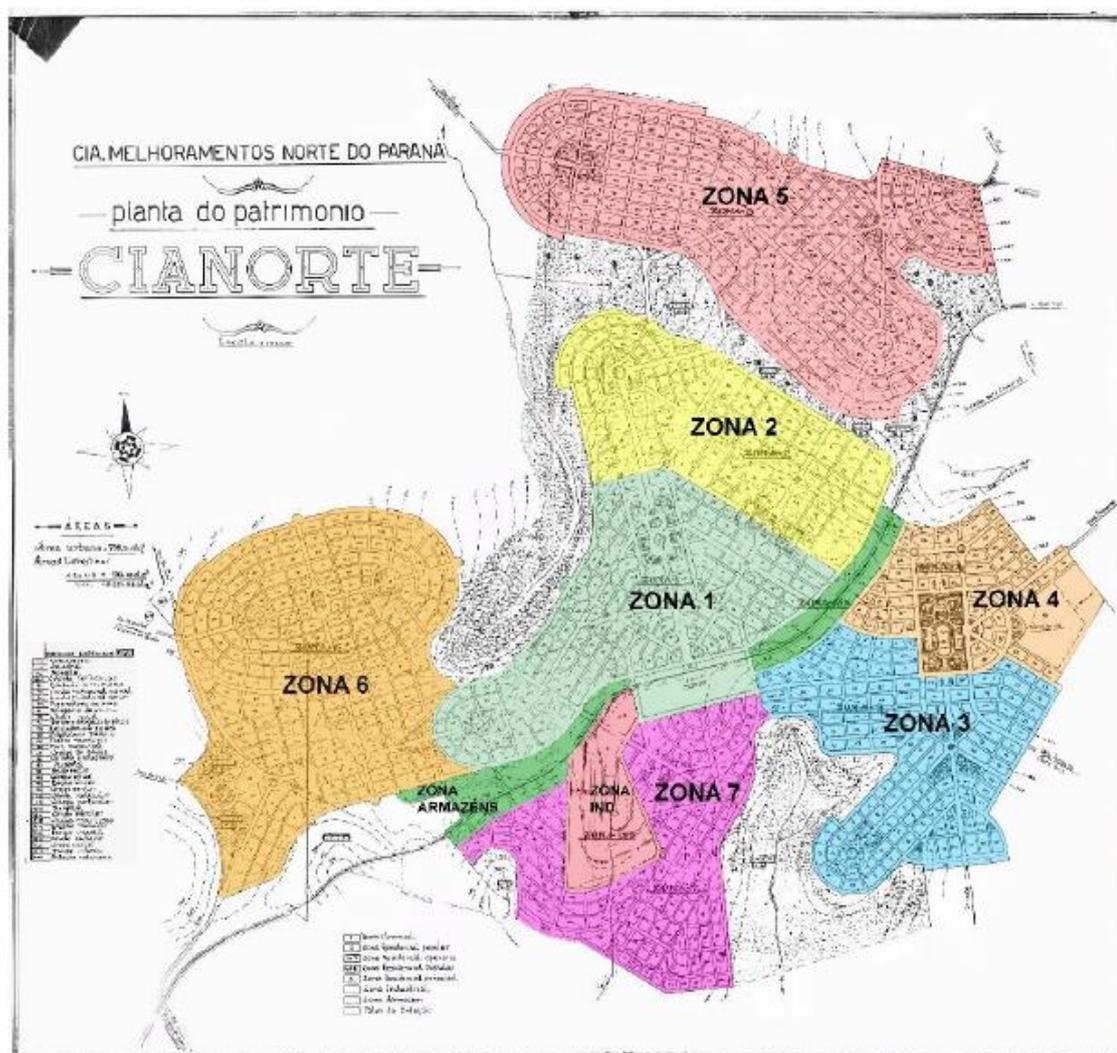
O projeto original de Cianorte, criado pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira (Figura 77) mostra um tecido urbano com qualidades ímpares, dentre elas o traçado previsto para o Centro Cívico, ousado sob os aspectos estético-formais, e com um dimensionamento visionário e ao mesmo tempo tecnicamente funcional.

Figura 77 – Jorge de Macedo Vieira.



O engenheiro, subdivide a cidade em 7 zonas (Figura 78), sendo: Zona 1, Comercial, Zona 2, Residencial Popular, Zonas 3 e 7 Operária, Zona 4 e 6 Residencial Popular e Zona 5 Residencial Principal. O Centro Cívico, ponto central do Eixo Monumental, está localizado na Zona 1, reservado para área comercial e previa a edificação dos principais edifícios institucionais, assim como uma estrutura de circulação ampla com grande potencial de legibilidade³⁹, apresentando elementos organizadores do espaço, como praças e largos em forma de rotatórias, o que conforme Lamas (2014), são de grande eficiência para essa finalidade.

Figura 78 – Projeto de Jorge de Macedo Vieira 1955, dividido em Zonas.



Fonte: Revisão do Plano Diretor de Cianorte. Aspectos Socioespaciais, FAUEL (2017, p. 106)⁴⁰.

³⁹ Descrito por LYNCH (1999), como: “[...] uma cidade legível seria aquela cujas freguesias, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais” (LYNCH, 1999, p. 13).

⁴⁰ FAUEL- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.cianorte.pr.gov.br/pagina/desenvolvimento-urbano>. Acesso em 11 de mar. 2018.

Após a década de 1980, a cidade cresceu e já não contava com as áreas previstas no plano inicial, sendo as zonas 5 e 6 excluídas do perímetro urbano em 1979. A expansão da cidade deu-se sobre os lotes rurais que a circundam, cujo desenho se limita a área do lote rural e ao atendimento da legislação vigente, sem haver a preocupação em dar continuidade à linguagem formal aplicada na malha projetada inicialmente e já existente.

No campo teórico, Jorge de Macedo Vieira não deixou registros, além dos memoriais de seus projetos e algumas anotações, porém exemplares de livros sobre o urbanismo francês e norte-americano faziam parte de sua biblioteca, como relatado nos painéis da exposição da IV Bienal internacional de Arquitetura no ano de 2000, do qual foi tema:

Em sua biblioteca encontramos a tradução francesa, de 1918, de *L'Art de Bâtir Les Villes* de Camillo Sitte, o *Préliminaires d'art civique*, de 1915, do arquiteto-paisagista belga Louis van der Swaelmen, o livro do nova-iorquino Nelson Lewis, de 1916, *The planning of the modern city*, o *City, Planning, Housing*, de Werner Hegemann, de 1936, e ainda os anais do Congresso de Estrasburgo, de 1923, com textos de Agache, Le Corbusier, Unwin, Forestier e outros expoentes do urbanismo que se difundia, sob modernidades com formas diversas (AMJS, 2010, *online*)

Considerando tal arcabouço teórico, e observando sua produção, Jorge de Macedo Vieira desenvolveu uma linguagem própria, mesclando valores Culturalistas e incorporando dentre outros aspectos, áreas de vegetação abundante como parques urbanos, associadas à racionalidade e funcionalidade do modernismo emergente. As praças são elementos de composição do desenho urbano e foram bastante exploradas pelo engenheiro. Para o arquiteto austríaco Camilo Sitte (1992), elas têm papel importante para valorização de um edifício monumental, à medida que proporciona visão mais ampla, oferecendo distanciamento e perspectiva sobre a edificação.

[...] elas servem, na maioria das vezes, a nenhum outro propósito além de garantir maior circulação de ar e luz, provocar uma interrupção na monotonia do oceano de moradias e, de qualquer maneira, garantir uma visão mais ampla sobre um edifício monumental, realçando seu efeito arquitetônico [...] Nas cidades antigas as praças eram uma necessidade vital de primeira grandeza, na medida que ali tinha lugar uma grande parte da vida pública, que hoje ocupa espaços fechados, em vez das praças abertas. A ágora das antigas cidades gregas era o espaço das assembleias sob céu aberto. O mercado, a segunda praça principal de uma cidade antiga, ainda hoje se mantém ao ar livre, porém com uma tendência crescente transferir-se para pavilhões fechados. Lembrando que também os sacrifícios eram realizados ao relento diante dos templos, que todos os jogos e mesmo a representação de tragédias e outras obras dramáticas se realizavam em teatros descobertos [...]. (SITTE, 1992, p. 15-17).

Propondo a releitura das praças medievais e italianas, Sitte (1992), consideramos que a criação dos espaços públicos urbanos, em especial as praças, devem valorizar os princípios estéticos artísticos em sua criação e difunde suas ideias através do livro *L'Art de Bâtir Les Villes*, princípios estes que se contrapõem ao funcionalismo racional do modernismo, cujos primeiros planos urbanos já estavam em execução em nosso território.

Os anais do Congresso de Estrasburgo de 1923, promovido pela SFU- *Société Française des Architectes Urbanistes* também faziam parte da biblioteca do engenheiro e traziam textos de Agache, Le Corbusier, Unwin, Forestier (GUTIÉRREZ, 2007). Desde 1911, o SFU reuniu nomes de pensamento alinhado com a *Ecole des Beaux Arts*, influenciando vários países, inclusive na América Latina. O grupo, com a presença constante de Agache⁴¹, tinha a preocupação com o embelezamento das cidades por meio de efeitos de monumentalização buscando desta forma a melhoria urbana.

A definição dos “lugares” hierarquizados por suas funções ou a presença dos monumentos administrativos, religiosos ou cívicos determinava definitivamente a ratificação da categoria e caráter da cidade. [...] Em coincidência com o pensamento arquitetônico da *École des Beaux Arts* se via a cidade como um objeto capaz de ser abordado em termos de uma composição, de um plano de ensablagem em seu desenho, que permitiria segundo Agache, modelar a cidade e, ao mesmo tempo, induzir seu desenvolvimento. Para eles o urbanismo era uma ciência que lhes permitia entender seu passado e formação e ao mesmo tempo reconhecer seus acertos e erros, uma arte onde a intuição e a composição permitiriam superar e propor um futuro urbano melhor, e finalmente uma filosofia com sentido social que asseguraria a conformação de uma sociedade equilibrada contida num conjunto urbano harmonioso determinado pelo Plano (GUTIÉRREZ, 2007, *online*).

As influências que permeiam o trabalho de Jorge de Macedo Vieira no Centro Cívico de Cianorte, são identificadas em vários outros projetos executados anteriormente no Brasil, a exemplo da Goiânia de Atílio Corrêa Lima de 1935, e da reformulação do Rio de Janeiro e de Curitiba feitas por Agache em 1930 e 1943 respectivamente, todos de influência *Beaux-Arts*, e *City Beautiful*.

Como discípulo da *Beaux-Arts*, Agache projeta embelezamentos cívicos, com amplas avenidas, ordenação de conjuntos arquitetônicos clássicos, paisagens formais e eixos barrocos [...]. Desse movimento o plano Agache incorpora a atitude clássica ancestral e a suntuosidade arquitetônica, com majestosos edifícios públicos e refinados parques, com grande ênfase no centro da cidade e no centro cívico (PINHEIRO, 2011, p. 169).

⁴¹ Alfred Hubert Donat Agache(1987-1959), arquiteto francês, trabalhou com urbanismo nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba, nas décadas de 1940 e1950.

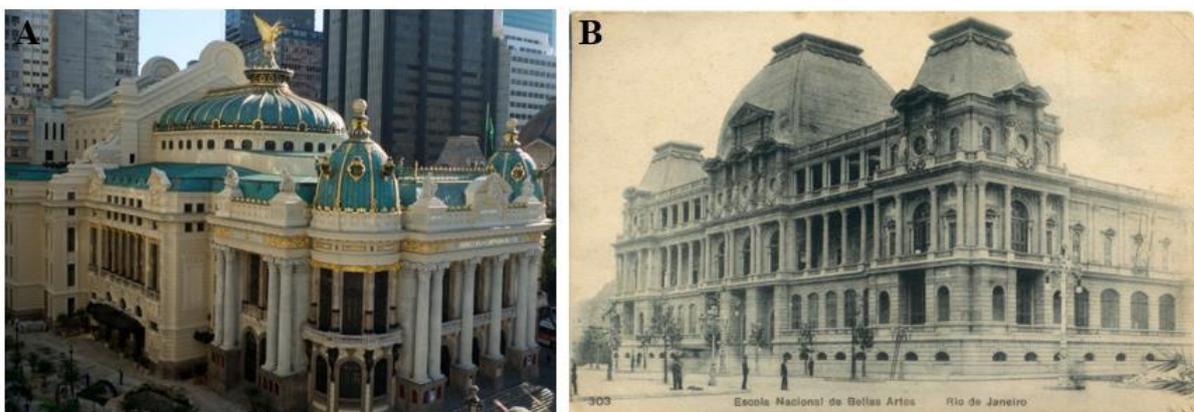
A localização do paço municipal centralizado, entre as duas praças faz referência aos princípios renascentistas, de caráter cenográfico, simbólico e estético, presentes no *Beaux-Arts*.

Estilo arquitetônico florescente no final do século XIX na França seguindo os ensinamentos da *École des Beaux Arts* de Paris. Corresponde a arquitetura de Segundo Império francês, sendo as vezes referida como um estilo daquele período. Caracteriza-se pelo uso dos princípios do CLASSICISMO, de formas pesadas e excessiva ornamentação. Teve ampla penetração em toda Europa. No Brasil é empregado no início do século em prédios públicos de caráter monumental. Exemplos: Teatro Municipal, Rio de Janeiro, RJ; antiga escola Nacional de Belas-Artes, atual Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro, RJ (ALBERNAZ. 1998, p. 90).

Os edifícios cuja monumentalidade e ecletismo já descritos por Bruand (1981) como “classicizante” fazem uso de elementos da arquitetura clássica como no Teatro Municipal e Museu Nacional de Belas Artes (Figura 79 B), do Rio de Janeiro.

Figura 79 A – Teatro Municipal, Rio de Janeiro, RJ.

Figura 79 B – Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ.



Fonte: (A) SAMPAIO, 2018, *online*. (B) MNBA⁴²

Para Quintella (2016), a escola francesa usava das articulações do sistema viário para formar grandes redes de circulação, nas quais as vias principais de maior porte conferiam caráter monumental, tendo a arte do urbanismo como conceito chave deste grupo. Dessa forma, o autor destaca que as praças “[...] de circulação, que eles consideravam como inevitáveis na cidade moderna, o centro cívico que os franceses desejavam construir estava

⁴² Disponível em: <http://mnba.gov.br/portal/museu/historico>. Acesso 03 de jun. de 2018.

sempre integrado as composições clássicas, a simetria, aos efeitos de perspectiva das vias orientadas ao eixo da praça” (QUINTELLA, 2016, p. 11). Diante disso, percebe-se que a influência formal maior permanece sendo o paisagismo clássico francês, combinado aos ornamentos de fachada das praças reais.

O traçado urbano de Cianorte mostra estas características em uma composição ímpar em que Jorge de Macedo Vieira articulou elementos como vias de circulação, praças e rotatórias de modo a estruturar seu desenho (Figura 80A), usando da simetria, uma de suas principais marcas, como no Eixo Monumental em especial, no qual as praças são utilizadas como elemento que quebra a monotonia, dando ritmo ao longo espaço a ser percorrido, uma vez que liga a cidade de um lado a outro. Partindo da Praça Santos Dumond (Figura 80 D), passando pela Praça Raposo Tavares, pelo Centro Cívico (Figura 80 C), concluindo na praça Rui Barbosa (Figura 80 B), as diferentes composições conferem personalidade própria a cada uma dessas praças. A fim de garantir o efeito desejado, o engenheiro não só dá forma a estes espaços, mas também define os edifícios que devem ocupá-los e em que local devem ser implantados.

Figura 80 A – Mapa original de Cianorte, 1955. Anteprojeto de Jorge de Macedo Vieira.

Figura 80 B – Anteprojeto de Cianorte, 1955, Praça Rui Barbosa.

Figura 80 C – Anteprojeto de Cianorte, 1955, Praça da República.

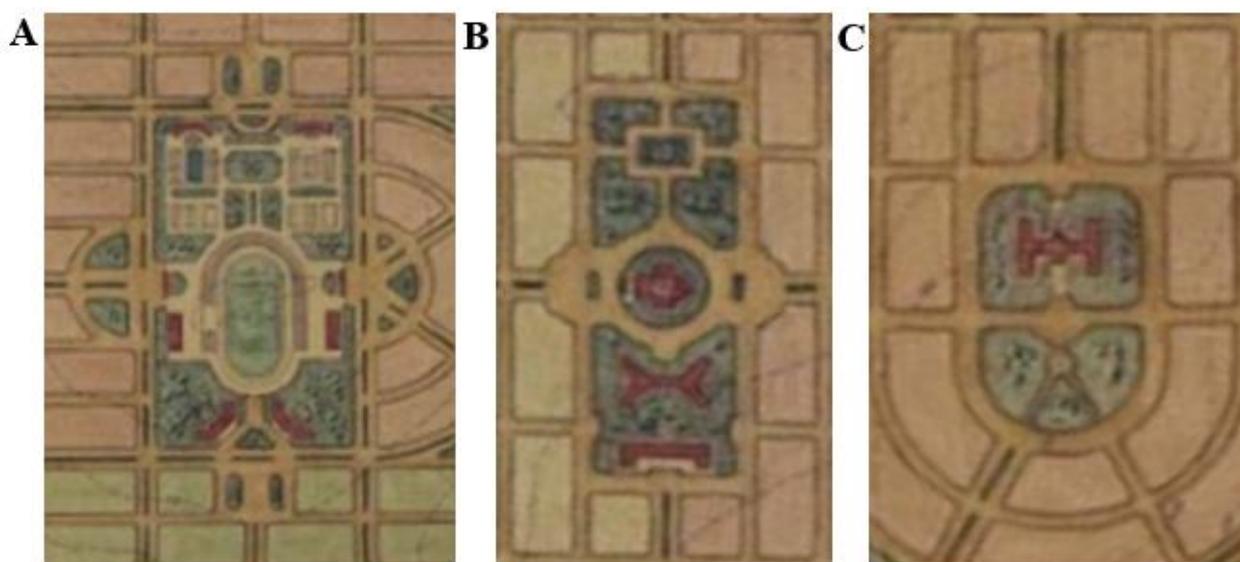
Figura 80 D – Anteprojeto de Cianorte, 1955, Praça Raposo Tavares.



Fonte: Acervo de Jorge de Macedo Vieira, DPH-PMSP. Adaptado pela autora.

O paisagismo também é objeto de proposta de Jorge de Macedo Vieira e pode ser observado em todo projeto original, no qual as praças apesar de não detalhadas contam com a vegetação prevista, assim como os edifícios que fariam parte dos conjuntos, a exemplo da Praça Olímpica (Figura 81 A), Praça Gastão Vidigal (Igreja Matriz), (Figura 81 B), e Praça Osvaldo Cruz (Figura 81 C).

Figura 81 A – Praça Olímpica, Jorge Macedo Vieira, 1955.
Figura 81 B – Praça Gastão Vidigal, Jorge Macedo Vieira, 1955.
Figura 81 C – Praça Osvaldo Cruz, Jorge Macedo Vieira, 1955.

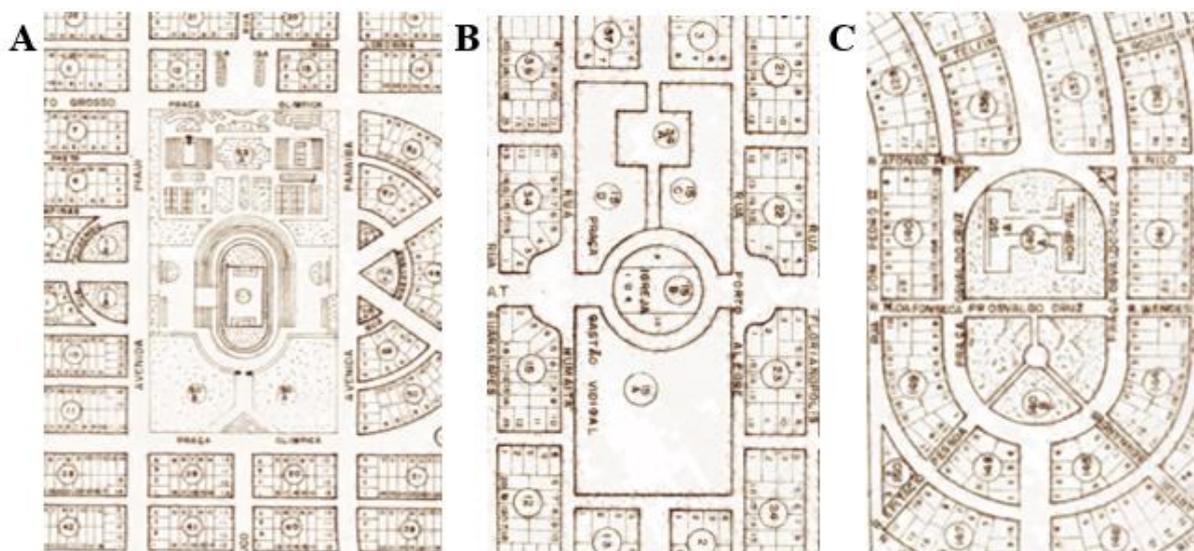


Fonte: Acervo de Jorge de Macedo Vieira, DPH-PMSP.

Os exemplos apresentados nas figuras (A, B e C) indicam o desenho elaborado com simetria clássica, permeabilidade por meio da circulação de vias em profusão e vegetação abundante, seja nas pequenas ou grandes áreas. A colonizadora ainda que com algumas alterações, manteve a indicação dos edifícios previstos para ocupar as praças e dá sequência ao desenho de Jorge de Macedo Vieira, com exceção da Praça Gastão Vidigal, onde se encontra a Igreja Matriz (Figura 82 B).

Em *Planning, Housing*, de Werner Hegemann, o Centro Cívico de Washington é referência de estudo, fazendo alusão ao plano monumental, também outras leituras como *Préliminaires d'art civique*, de 1915, do arquiteto-paisagista belga Louis van der Swaelmen tratam dessas ideias que eram fonte de consulta de Jorge de Macedo Vieira.

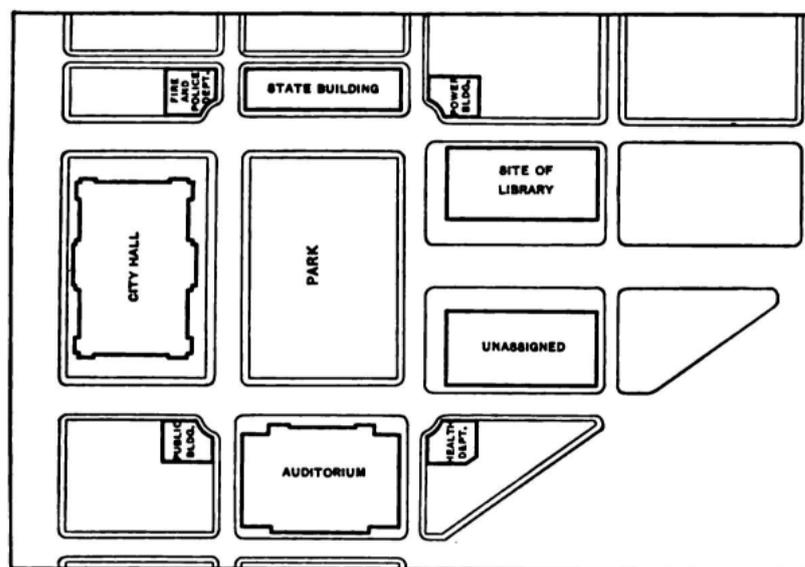
Figura 82 A – Praça Olímpica, CMNP.
Figura 82 B – Praça Gastão Vidigal, CMNP.
Figura 82 C – Praça Osvaldo Cruz, CMNP.



Fonte: Acervo PMC. Adaptado pela autora.

Com as referências formais dos edifícios públicos e suas localizações nos centros cívicos, o livro *The planning of the modern city* do americano Nelson P. Lewis, datado de 1916, traz em seu capítulo 8, página 149, o título *Public Buildings and Civic Centers*, citando como exemplo o Centro Cívico de San Francisco, onde Lewis o descreve em detalhes trazendo a planta para demonstrar (Figura 83), o espaço aberto da praça centralizada em meio aos edifícios.

Figura 83 – Centro Cívico de São Francisco, CA, EUA.



Fonte: LEWIS, 1916, p. 165.

Em meio às diversas influências teóricas, cabe aqui também destacar o espaço urbano e os edifícios que faziam parte dos trajetos feitos por Jorge de Macedo Vieira, percorridos no arredor de seu escritório localizado à rua Boa Vista, próximo à Praça da Sé na capital paulista, centro histórico da cidade, bem como a proximidade com alguns profissionais de grande produção e destaque da época, assim como algumas obras relevantes que se sobressaíam neste período de grandes transformações na cidade.

[...] dada a complexidade das propostas ou da execução, Vieira trabalhará com outras empresas ou profissionais destacando-se: Prestes Maia, Saturnino de Brito, Góes Sayão e Mario Leite. Seu escritório funcionou em alguns edifícios do Centro Velho paulistano, mas manteve-se, na maior parte desses 40 anos, no Palacete Palmares, a Rua Boa Vista n.º 133. Nesses tradicional prédio eclético, que pertenceu a Condessa Penteadó, estavam sediados muitos escritórios de profissionais liberais, refletindo uma característica de uso que predominou no centro de São Paulo até os anos 70 (AMJS, 2010, *online*)

Dessa forma, Jorge de Macedo Vieira convivia com pares questionadores da arquitetura que projetaram edifícios significativos e que marcam até hoje a paisagem de São Paulo, fazendo a história da época. Para Mahfuz (2016) “a arquitetura nasce da própria arquitetura”, uma vez que a capacidade crítica e a autoconsciência “só podem ser despertadas e desenvolvidas pelo estudo crítico das formas e espaços que constituem a história da arquitetura”(MAHFUZ, 2016, p. 11), assim para reconstruir o ideário de influências formais a que foi submetido o engenheiro-urbanista, destacamos alguns dos mais emblemáticos exemplares da arquitetura do período a que teve contato, direta ou indiretamente, antecedentes ao projeto de Cianorte, na intenção de compreender o aspecto formal dos edifícios previstos para o conjunto do Centro Cívico de Cianorte.

Na virada do século XIX, uma grande variedade de estilos, imitações medíocres, segundo Bruand (1981), trazidas pelos abastados cariocas e paulistas, toma conta da produção arquitetônica destas cidades, classificadas pelo autor como estilo “classicizante”.

No Brasil, costuma-se englobar sob o rótulo “neoclássico” todos os edifícios onde se pode notar o emprego de um vocabulário arquitetônico cuja origem distante remonta a Antiguidade greco-romana. Portanto, o que se convencionou chamar de neoclassicismo, na realidade não passa de uma forma de ecletismo, onde é possível encontrar justapostos todos os estilos que utilizam colunas, cornijas e frontões, da Renascença italiana ao Segundo Império Frances, passando pelo classicismo, pelo barroco e pelo verdadeiro neoclássico de fins do século XVIII e pela metade do XIX. Assim, nessa categoria de obras não existe qualquer unidade profunda, mas apenas um certo parentesco, devido ao espírito acadêmico que marca as diversas

construções desse tipo. Existem, contudo, diferenças regionais, que colocam em oposição principalmente os dois grandes centros, Rio de Janeiro, a capital federal, e São Paulo, a metrópole rival, de crescimento espantoso devido ao poderio econômico originado de café (BRUAND, 1981, p. 33).

Os primeiros "arranha-céus" construídos na região em que Jorge de Macedo Vieira tinha escritório eram de estilos cujas vertentes foram importadas da Europa, o edifício Sampaio Moreira de 1924, localizado na Rua Líbero Badaró, 340, projeto do arquiteto Christiano Stockler, o edifício Martinelli de 1929, projeto do arquiteto húngaro William Fillinger, também em estilo eclético, ou classicizante, sendo até então o mais alto da América do Sul, e o edifício Saldanha Marinho, no estilo Art Déco, também de 1929, com projeto inicial do arquiteto Elisiário da Cunha Bahiana, concluído pelo arquiteto Dácio A. de Moraes.

No vale do Anhangabaú, próximo ao escritório de Jorge de Macedo Vieira, a paisagem dos anos 20, dava destaque ao Teatro Municipal (Figura 84), obra de Ramos de Azevedo Domiziano e Claudio Rossi que segundo Bruant (1981) “a concepção é da Ópera de Paris, mas a maioria dos motivos interiores e exteriores inspira-se em modelos do *Seiscento*” (BRUANT, 1981, p.39), que ganha destaque com o grande espaço aberto a sua frente.

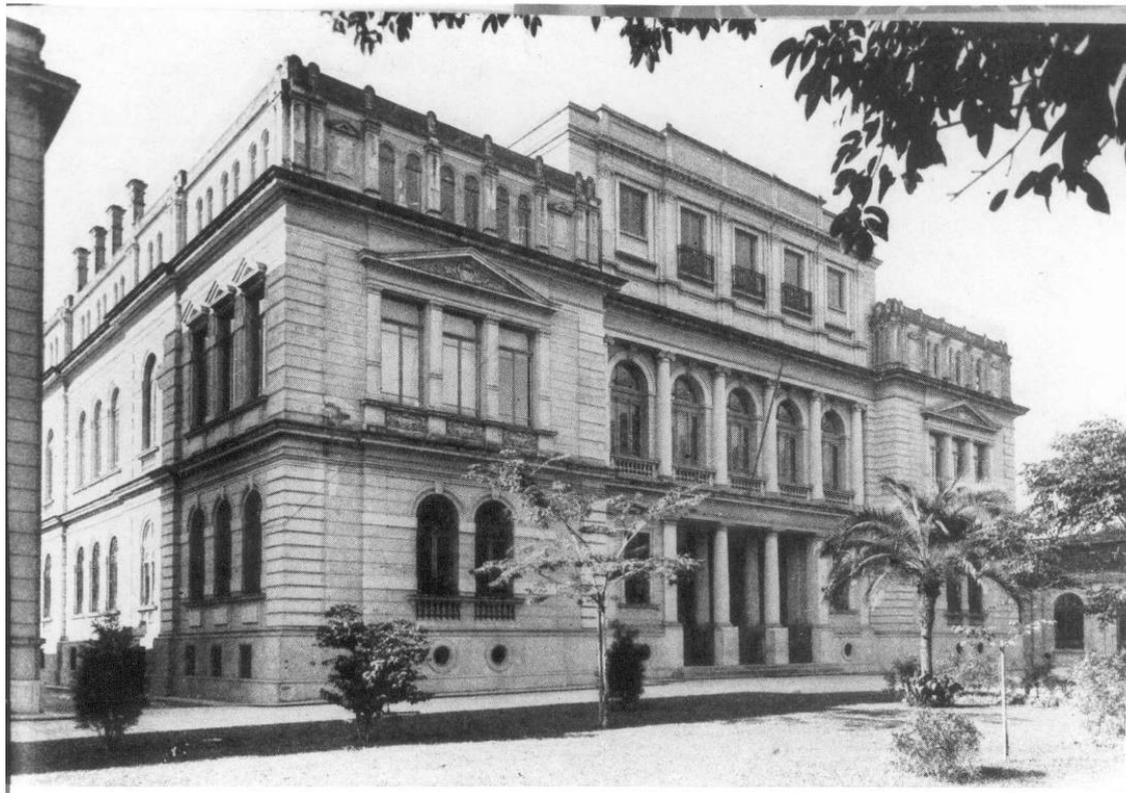
Figura 84 – Parque do Anhangabaú (por volta de 1920), São Paulo capital.



Fonte.: BRUAND, 1981, p. 40.

Também de Ramos de Azevedo, o projeto do prédio da Escola Politécnica de São Paulo datado de 1897, e segundo Bruand (1981), “onde ingressou como professor em 1894, a fim de organizar o curso de engenheiro arquiteto que dirigiu até sua morte” (BRUANT, 1981, p.39), em 1928. Edifício frequentado por Jorge de Macedo Vieira durante sua formação acadêmica, concluindo seu curso de engenharia em 1917.

Figura 85 – Escola Politécnica, 1934.



Fonte: Assembléia Legislativa de São Paulo (2013)⁴³

O atual prédio da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, é outro edifício de destaque na época, hoje tombado e considerado patrimônio do Estado de São Paulo, construído por volta de 1930, de estilo neoclássico projeto do arquiteto Ricardo Severo.

Outro aspecto a ser considerado, ligado a questão de poder é o aspecto monumental de alguns edifícios, construídos em São Paulo na era Vargas, de 1930 a 1945, período em que o discurso do fascismo, influencia a arquitetura, segundo Oliveira (2008), Getúlio Vargas “balançou entre o Modernismo Corbusiano, os estilos pitorescos e as linguagens ligadas ao Art Déco e fascistas, uma vez que apresentam elementos comuns a ambas as linguagens” (OLIVEIRA, 2008, p. 125), por fim resultando em uma modernidade conservadora na qual o excesso de ornamentação é excluído e se mantém “as composições de matriz clássica, como a simetria e o tratamento de pórticos e entradas”. Dadas as transformações estruturais ocorridas pela transformação econômica e social, surge a necessidade de construir novos edifícios públicos e de que estes “transmitissem uma nova era na política brasileira”, a Biblioteca Municipal Mário de Andrade projeto de 1942, de Jacques Pilon, dentro do estilo Art Déco, é

⁴³ Site da Assembléia Legislativa de São Paulo <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=338055>. Acesso 16 de jun. de 2018.

um exemplo deste período e é segundo, Pinheiro(1997) a mais importante obra da corrente classicizante fascista.

Figura 86 – Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, SP.



Fonte: Foto/imagem Maíra Acayaba.

Também no vale do Anhangabaú o edifício Matarazzo de 1930, projetado pelo arquiteto Marcello Piacentini, em estilo neoclássico, ou como classifica Bruand (1981), “classicizante”, contextualiza a estética formal da época, em que São Paulo passava por uma profunda transformação em sua paisagem, deixando de ser um “burgo” para ser uma metrópole.

Muitas das características da obra de Jorge de Macedo Vieira são comentadas por Andrade e Cordovil (2008) quando se referem ao plano urbanístico de Maringá-PR, cidade a 70 quilômetros de Cianorte, projetada também pelo engenheiro anteriormente, resumindo seu ideário. Para os autores, Cianorte foi planejada a partir de um “plano urbanístico moderno, ainda que não filiado à doutrina da Carta de Atenas, mas incorporando elementos de diversas concepções e propostas, mesclando os ideários urbanísticos de Howard, Unwin, Hegemann e Brunner” (ANDRADE E CORDOVIL, 2008 *on-line*). Esses ideários estavam presentes na biblioteca de Vieira e contribuíram com as “características excepcionais que destacam seu

desenho urbano nos inúmeros projetos que elaborou e que foram construídos, de bairros-jardins a cidades novas”.

Figura 87 – Edifício Martinelli, 1929, São Paulo-SP.



Fonte: Douglas Nascimento⁴⁴, vista aérea, 1929.

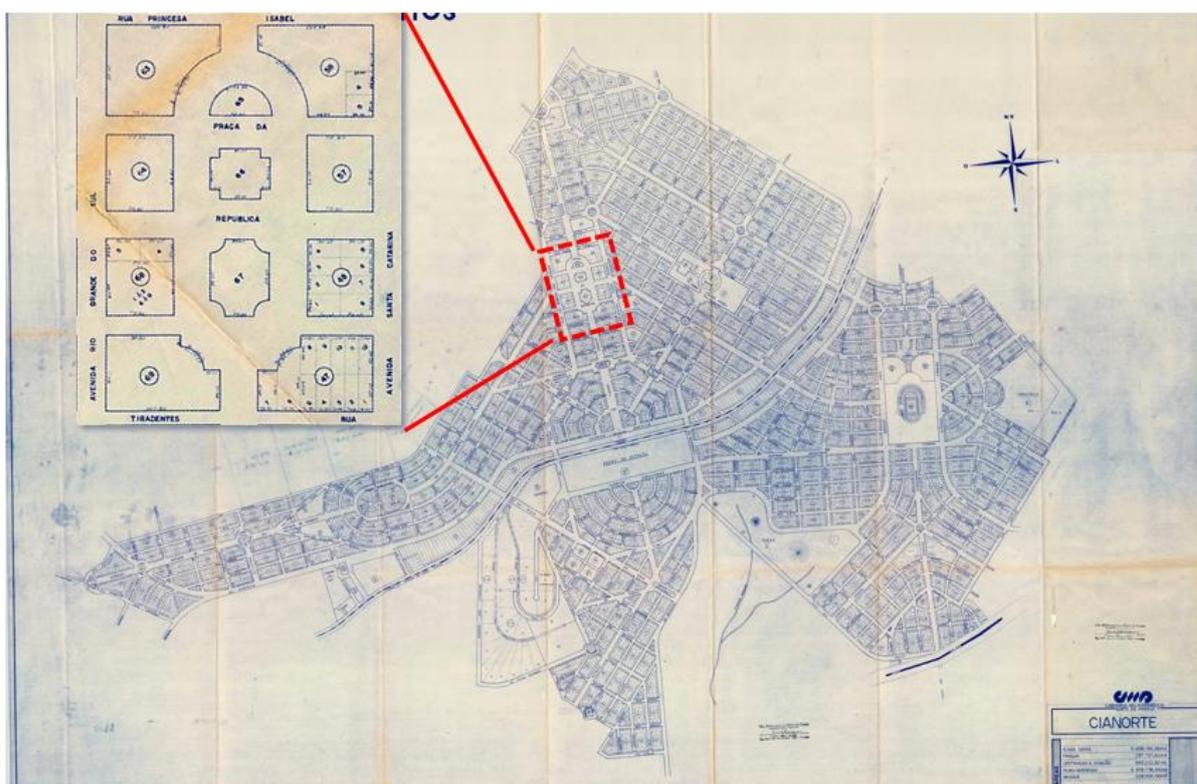
A combinação das influências teóricas estudadas por Jorge de Macedo Vieira e as experiências acadêmicas e profissionais vivenciadas são representadas nos traçados minuciosos e requintados observados no desenho urbano de Cianorte, em sua maioria, preservados, fruto da evidente intenção da colonizadora em manter o plano original para cidade, uma vez que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em seus projetos, dá continuidade a proposta original do engenheiro.

3.1.2 A aplicação dos conceitos no desenho do Centro Cívico

⁴⁴ “O real legado do Edifício Martinelli para o céu de São Paulo” Douglas Nascimento em <http://www.saopauloantiga.com.br/o-real-legado-do-edificio-martinell/> acesso 16 de jun. de 2018.

O aspecto monumental e hierárquico empregado por Vieira no desenho das vias urbanas, pode ser observado na reprodução do anteprojeto original (Figura 88) feita pelo engenheiro da CMNP Altivo Rubens Marques, registrado no Cartório de 1º ofício do registro de imóveis de Cianorte, no qual também se encontram arquivados o detalhamento de todas as praças da cidade, uma preocupação especial do prefeito Jorge Moreira da Silva na gestão de 1983-1988. Na Figura 88, com destaque para o Centro Cívico que contém a Praça da República ao centro, observamos o desenho clássico e a simetria, rodeada de largas vias.

Figura 88 – Projeto Eixo Monumental, CMNP, 1987.



Fonte: 1º ofício do registro de imóveis, Cianorte-Pr. Des. Altivo Rubens Marques. Adaptado pela autora.

Assim sendo, as maiores pistas de rolamento da cidade estão localizadas na Avenida Brasil que está dividida em três trechos, o primeiro entre a Praça Santos Dumond e a Praça Raposo Tavares com a largura de 60 metros, sendo 8 m de passeio lateral, 20 m de canteiro central e 12 m de pista de rolamento, única avenida com esta dimensão em todo desenho proposto por Vieira, conforme tabela 1 organizada pela FAUEL(2017), mostrando a supremacia hierárquica destas vias sobre as demais. No segundo trecho entre a Praça Raposo Tavares em direção ao Centro Cívico a medida total reduz para 40 metros, a segunda de maior

dimensão e ficando o terceiro trecho com 35 metros a partir do Centro Cívico até a Praça Rui Barbosa, sendo esta equivalente as de maiores dimensões na malha viária da cidade.

Tabela 1 – Secção transversal das principais vias urbanas

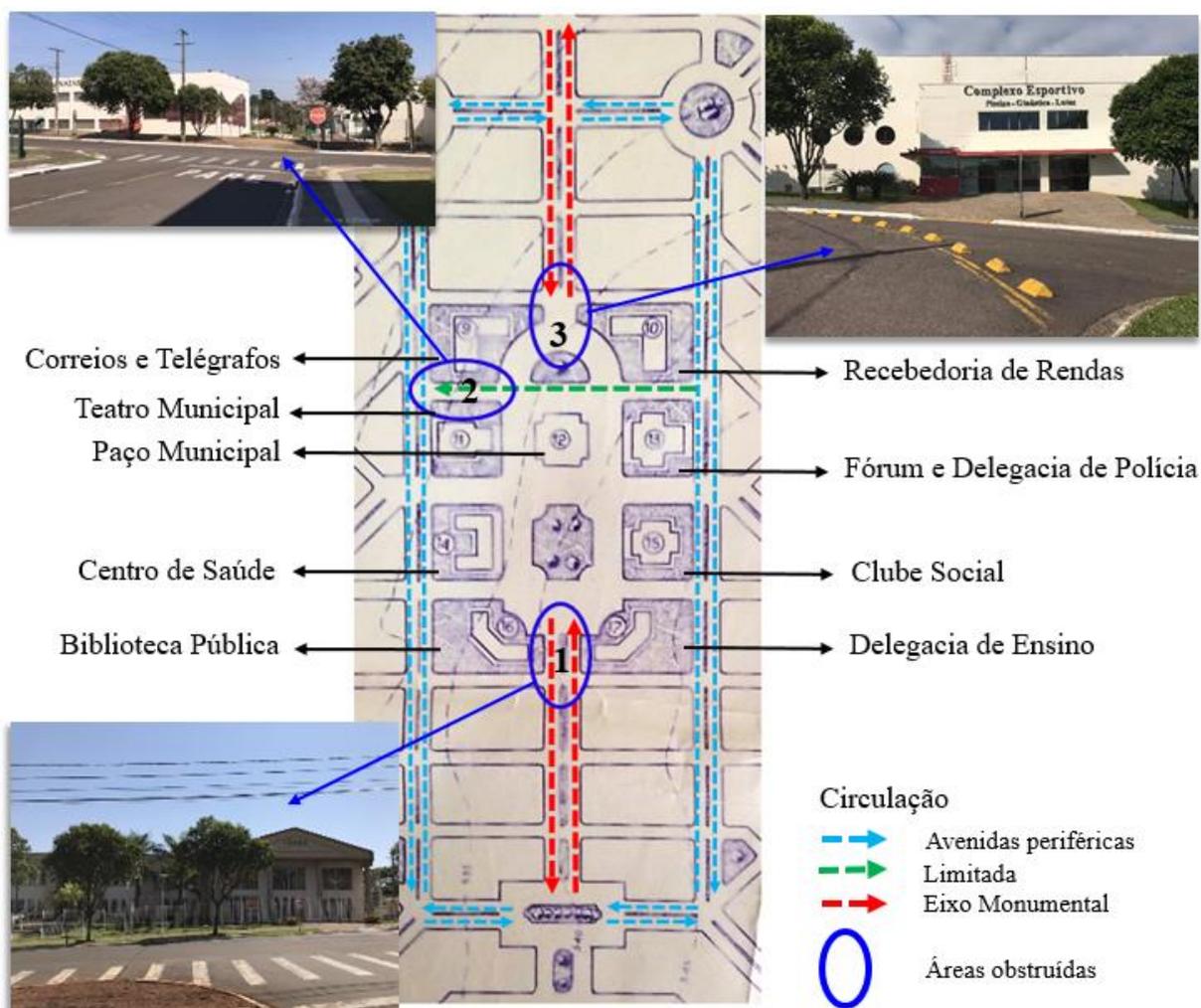
Nome / Avenida	Pista de rolamento		Largura (metro)		Total
	Número	Largura (metro)	Canteiro Central	Passeio Lateral	
Amapá	02	8,50	8,00	5,00	35,00
Edson de Lima	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Minas Gerais	02	8,00	6,50	5,00	32,50
São Paulo	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Souza Naves	02	8,50	8,00	5,00	35,00
Mato Grosso	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Santa Catarina	02	8,50	5,50	5,00	38,00
Brasil - Pr. R. Barbosa - Av. M. Grosso	02	8,50	8,00	5,00	35,00
Brasil - Pr. R. Tavares - Pr. Bandeirantes	02	10,00	8,00	6,00	40,00
Brasil - Pr. R. Tavares - Pr. S. Dumont	02	12,00	20,00	8,00	60,00
Goiás	02	8,50	8,00	5,00	35,00
América	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Rio Branco	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Furquim de Castro	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Maranhão	02	7,00	5,00	3,00	25,00
Paraná	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Pará	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Espírito Santo	02	8,00	9,00	5,00	35,00
Arthur Thomas	02	8,50	8,00	5,00	35,00
Brasília	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Santos Dumont	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Europa	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Allan Kardec	02	8,00	9,00	5,00	35,00
Industrial	02	7,00	5,00	3,00	25,00
Das Fábricas	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Amazonas	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Acre	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Piuaí	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Paraíba	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Ceará	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Rio Grande do Norte	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Alagoas	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Sergipe	02	8,00	6,50	5,00	32,50
Pernambuco	02	8,00	6,50	5,00	32,50

Fonte: Revisão Plano Diretor Cianorte. (FAUEL, 2017, p. 138).

Ao analisarmos a tabela 1, percebemos a intencionalidade do engenheiro priorizar o Eixo Monumental em relação ao traçado da cidade, conferindo-lhe a maior importância por meio de suas dimensões, o Centro Cívico, com a Praça da República seriam o ponto central deste percurso, haja vista que o Eixo oferecia possibilidade de circulação de grande fluxo, sendo estruturador do sistema viário apoiado de outras vias paralelas (Figura 89). A permeabilidade era outra característica do Centro Cívico, à medida que vias secundárias cruzavam seu desenho alongado, permitindo acesso transversal por ambos os lados.

Os pontos de destaque em amarelo na Figura 89 mostram os locais, nos quais houve obstrução desta permeabilidade, criando regiões de desvio ou bloqueio da circulação. O ponto um refere-se a alteração do formato das quadras 69 e 47, causando o estreitamento da via pública. Outra alteração foi a utilização da quadra 67, prevista para Praça da República onde foi implantado o edifício do Fórum, bloqueando totalmente a visão de quem trafega a partir da Praça Raposo Tavares. O ponto dois mostra a exclusão de parte da via de cruzamento transversal da Praça da República, sendo a mesma incorporada a área destinada a APEC. No ponto três obstáculos de concreto impedem a circulação de veículos, transformando a via pública em estacionamento de motos e veículos para o Centro Esportivo da APEC, o que seria uma via de grande fluxo.

Figura 89 – Vias de circulação e edificações previstas.



Fonte: CMNP. Adaptado pela autora.

Por meio de uma análise dos mapas que destacam as áreas de circulação (Figura 90 B), contamos o contraste de cheios sobre os vazios na área estudada, na qual evidenciou-se que

as alterações feitas ao longo do tempo, resultaram em ruas mais estreitas ou mesmo a obstrução e exclusão de uma delas (Figura 89).

Figura 90 A– Mapa do projeto de 1955.

Figura 90 B – Mapa do projeto de 2016.



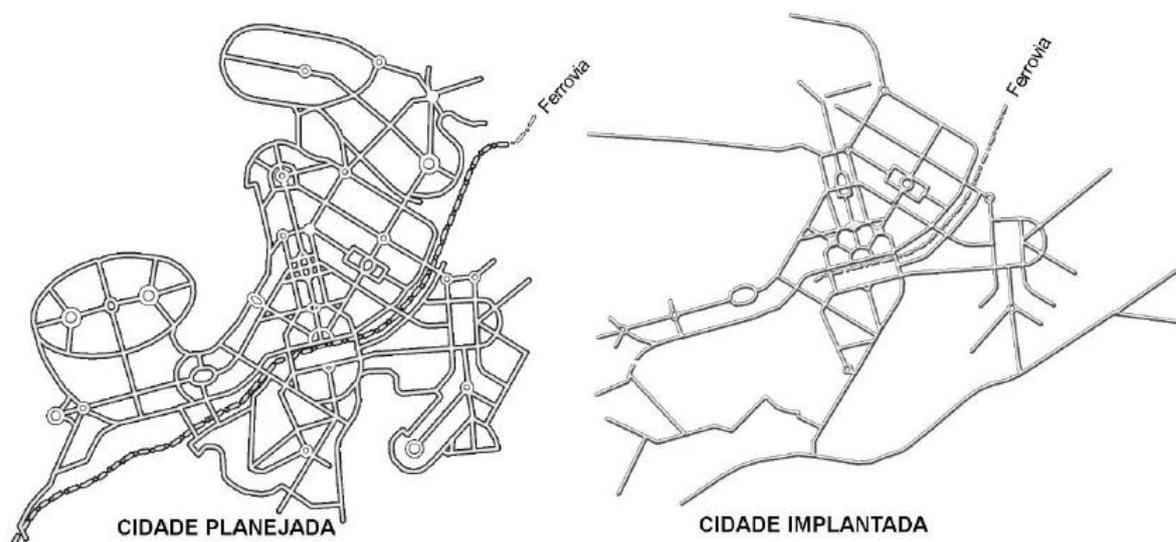
Fonte: (A) CMNP, 1980. Adaptado pela autora. (B) PMC, 2016. Adaptado pela autora.

Embora a gestão pública tenha apresentado alguns Planos Diretores desde a criação da cidade, o espaço destinado ao Centro Cívico foi descaracterizado de sua configuração inicial, mostrando a ineficiência destes planos que trataram o tema em sua redação de forma difusa, sem a especificidade necessária, facilitando assim sua modificação. Porém, para Moreira (2015), as implantações dos planos diretores para a cidade de Cianorte contribuíram para a “gestão urbana, com avanços em três frentes: aplicação da legislação e instrumentos do Estatuto, exercício da gestão democrática e implantação do processo de planejamento municipal” (MOREIRA, 2015, p. 235). Diante disso, verificamos a “existência de uma cultura de planejamento e de uma estrutura gerencial mais consolidada”, que também auxiliaram outros municípios.

Quanto à malha viária, esta sofreu significativa alteração conforme destacam os arquitetos urbanistas Nestor Razente, e José Luiz Faraco integrantes da equipe da revisão do Plano Diretor de 2017, realizada pela Fundação Apoio ao Desenvolvimento da Universidade

Estadual de Londrina - FAUEL. Para Razende e Faraco, o desenho de Vieira oferecia maior permeabilidade a malha urbana e hierarquização de vias bem definidas, em especial no Eixo Monumental, porém com as modificações feitas ao longo do tempo no plano inicial, perdeu-se uma de suas características mais significativas em se tratando de eficiência viária, ou seja, a capacidade de fluidez do tráfego, à medida que as vias foram alteradas, suprimidas, interrompidas, fragmentadas ou tiveram sua largura reduzida.

Figura 91 – Sistema viário projetado por Vieira em 1955 e atual.



Fonte: Revisão do Plano Diretor de Cianorte. CIANORTE, 2017, p.133.

O texto da revisão de 2017, no Plano Diretor Municipal de Cianorte, apresenta a cidade planejada por Jorge de Macedo Vieira e também cidade implantada (Figura 91), caracterizando a situação atual. Também podemos observar o declínio na qualidade do desenho a partir das ampliações feitas ao plano inicial e destaca a inobservância a uma das mais marcantes características da malha inicial, na qual os espaços públicos eram definidos e interligados por avenidas. De acordo com o texto:

Em termos de desenho urbano, onde se inclui o sistema viário, Cianorte é singular. Uma parte da cidade surgiu por solicitação da Companhia de Terras Norte do Paraná; portanto, surgiu de um projeto antecipado a construção da cidade; outra parte, ocorreu ao longo dos anos, projetando e implantando a partir dos Planos Diretores de 1995 e 2006, e foi construído pelo capital privado imobiliário. Dessa maneira, o sistema viário existente é uma mescla das duas situações referidas. As diferenças de desenho são notórias. Na cidade da Companhia de Terras, o sistema viário tem caracterização muito

clara: Largas avenidas partem de espaços públicos importantes como o Centro Olímpico, Centro Cívico, complexo rodoviária-ferroviária (essa desativada), praça Osvaldo Cruz (no Cianortinho) e o Bosque central, onde se situa a igreja católica. Predomina a malha em “xadrez”, resultando quarteirões em forma retangular entremeados por rótulas e praças nos principais cruzamentos viários. Na cidade pós-Companhia de Terras o desenho urbano não guarda a mesma técnica empregada no projeto inicial da cidade de Cianorte; vale dizer, espaços públicos previamente definidos interligados por avenidas. Ele é uma malha em xadrez e seus eixos viários, ao longo dos anos, foram se adequando ao sistema viário existente conforme diretrizes do Plano Diretor-2006 (CIANORTE, 2017, p. 132-133).

Vale lembrar que no Plano Diretor de 2006, de acordo com o artigo 3º da lei Municipal nº 2.778/2006, as vias que circundam o Centro Cívico estão classificadas como “Via Estrutural- vias Principais da Cidade”, conforme legenda da figura 92, ressaltando sua importância na malha urbana.

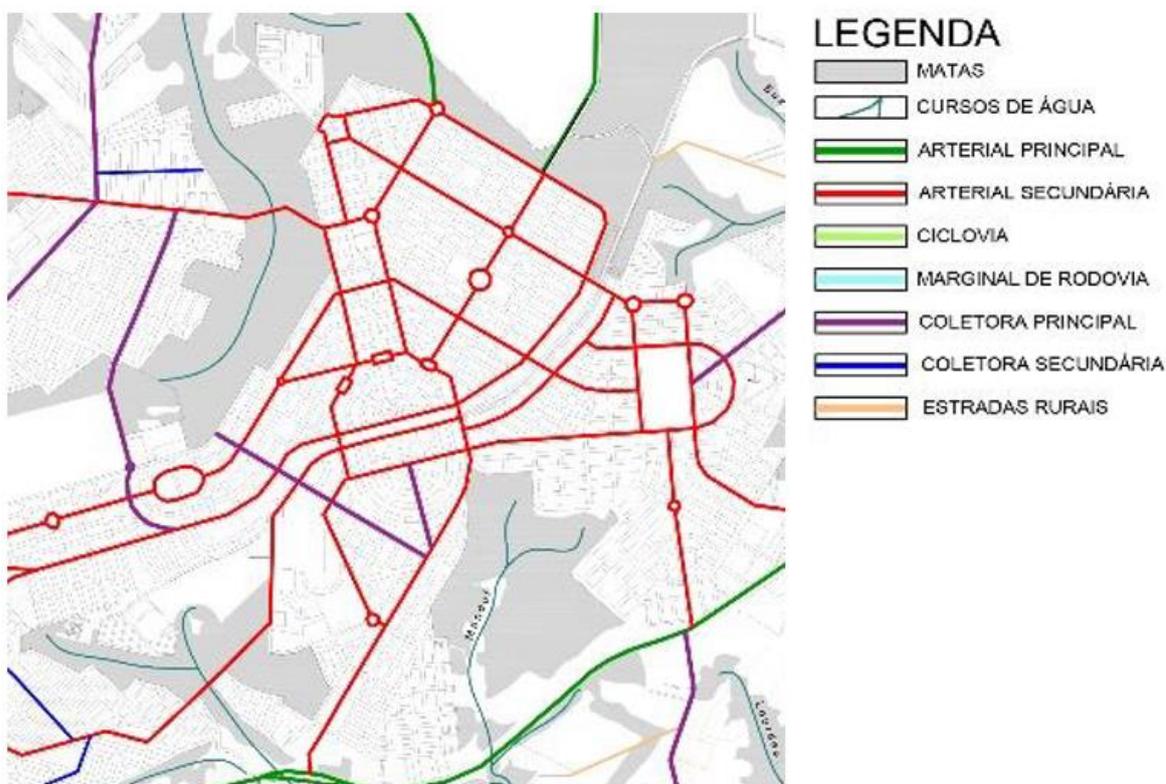
Figura 92 – Mapa Sistema Viário Urbano, parte do Plano Diretor de 2006.



Autor: Jurandir Guatassara Boeira 07/06/2005. Adaptado pela autora.

Na revisão do Plano Diretor em 2017, as vias (Figura 93) foram reclassificadas de acordo com as novas normas da PARANACIDADE⁴⁵, as vias que margeias e definem o Centro Cívico sequer aparecem como artérias secundárias. Assim sendo, a função de ligar as regiões da cidade foi deixada de ser parte relevante do sistema viário atual confirmando assim na total descaracterização da proposta inicial e mantida no Plano diretor de 2006.

Figura 93 – Mapa Sistema Viário Urbano, Revisão Plano Diretor de 2017.



Fonte: CIANORTE, 2017, p. 139. Autores: Nestor Razente e José Luiz Faraco. Adaptado pela autora.

Assim, diante de tais reflexões, concluímos que a proposta inicial de Jorge de Macedo Vieira para o Eixo Monumental não se concretizou, embora a colonizadora tenha mantido a área destinada para o Centro Cívico reservada, transferindo para a administração pública, em seus poderes Executivos e Legislativos, a gestão sobre deste espaço, sendo assim, estes políticos responsáveis por tal descaracterização.

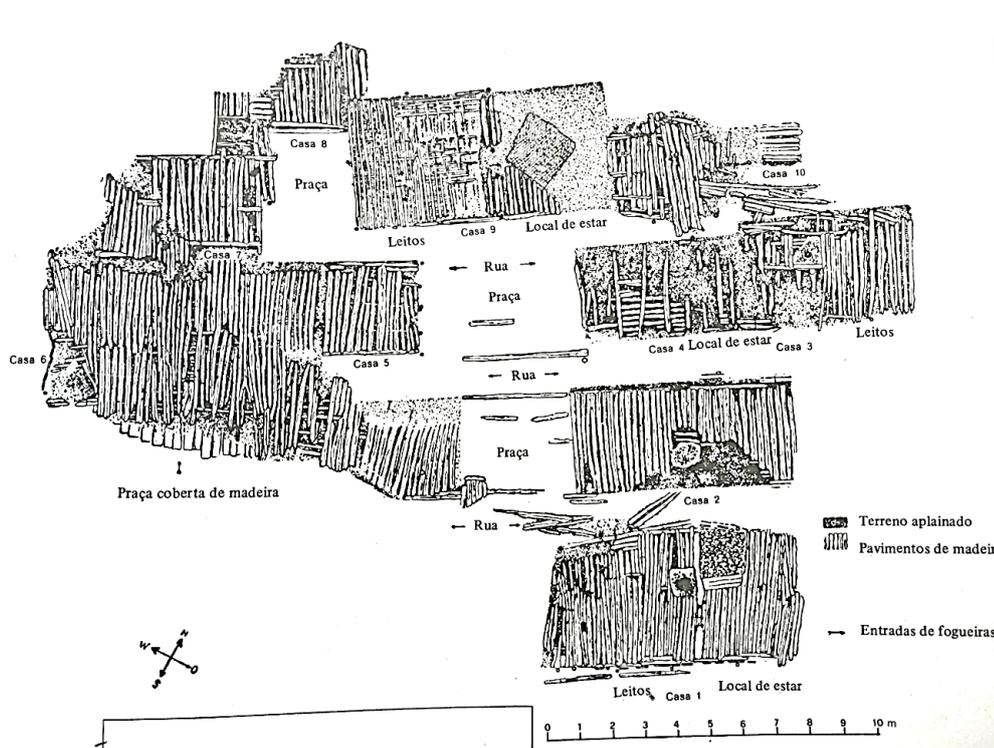
⁴⁵ PARANACIDADE. Metodologia para classificação do sistema viário. Disponível em: <http://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/MapJournal/index.html?appid=5efc3e10a5eb478e9f1803a9ad29a180>. Acesso em: 11 mar 2018.

3.1.3 A praça elemento que quebra a monotonia

O desenho de uma cidade planejada compõe-se de vários elementos, os principais e estruturadores são as ruas e avenidas que formam o sistema viário. Outros elementos de grande importância na estrutura urbana são as rotatórias e as praças, cuja composição com as ruas e avenidas confere dinamismo e funcionalidade à malha urbana. De acordo com Wall (2012) “a praça é provavelmente o espaço público mais importante de todos” (WALL, 2012, p. 124). Para o autor a praça é configurada como “espaço para socialização [...] local para festividades, eventos, discursos e demonstração de pompa; ela promove a coesão cívica e cultural de toda a cidade” (WALL, 2012, p. 124). Pontua ainda que muitas praças possuem feiras e são animadas, sendo estes importantes espaços tanto para a atividade comercial e também “para todos os tipos de intercâmbio urbano”.

As praças surgiram com as primeiras aglomerações que deram origem às cidades, uma vez que a partir da necessidade das pessoas se reunirem, estas ocupavam locais abertos que ofereciam o espaço ideal para isso, a exemplo da aldeia neolítica de *Aichbuhlim Federseermor*, na Alemanha, datada de 2000 a. C. (Figura 94).

Figura 94 – Aldeia neolítica de Aichbuhlim Federseermor, na Alemanha (2000 a.C)



É neste contexto que as cidades tomaram várias formas desde então, e a praça ao longo do tempo adquiriu caráter, função e forma as mais diversas, passando pela Ágora grega, na qual os cidadãos desenvolviam atividades religiosas, culturais, comerciais, sociais, administrativas e jurídicas, discutindo ali as questões a serem julgadas, evoluindo para o Fórum romano, onde além de ser centro comercial da cidade, assumiu também o caráter de espaço político, local dos grandes debates que envolviam a sociedade.

Embora mude de características, em outros períodos históricos, a praça se mantém como centro de várias atividades, reforçando sua importância como estruturadora do espaço urbano, cujo aspecto formal se altera de acordo com sua função.

Para Segawa (1996, apud Zucker, 1959), no período medieval, as praças eram conhecidas de acordo com a atividade exercida, sendo “praças de mercado; praças de entrada da cidade; praça como centro da cidade; adro de igreja; praças agrupadas (praças distintas como a do mercado e a da igreja, especialmente relacionadas na trama urbana)” (SEGAWA, 1996, p. 32 apud ZUCKER, 1959, p. 4-85). Já Sitte (1992) destaca que no período do Renascimento, as praças apresentavam valores estéticos, eram constituídas por aspectos funcionais, buscavam obedecer às regras artísticas impostas pelo novo movimento que resgata e aprimora os valores estéticos clássicos, criando assim espaços de embelezamento, simetria e harmonia, relevantes ao novo aspecto urbanístico. Esses valores foram aclamados na obra de Sitte (1992) e também de outros urbanistas, sendo fonte de pesquisa de Jorge Macedo Vieira.

Segundo Sitte (1992), as praças na Idade Média e na Renascença—representavam orgulho e a alegria da cidade, “ali se concentrava o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exposições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes” (SITTE, 1992, p. 25). O autor destaca que a praça possui valores ao afirmar que a “condição essencial é o fechamento do espaço”. Dessa forma, podemos associar essa ideia de Sitte (1992) ao princípio observado na composição do Centro Cívico de Cianorte, no qual os edifícios do entorno previstos por Jorge de Macedo Vieira proporcionariam essa sensação de “fechamento” que buscava estabelecer a relação harmônica entre os edifícios a serem construídos e os vazios, centralizados ou que os rodeiam.

No Brasil os autores Robba e Macedo (2002), em seu livro *Praças Brasileiras*, apresentam reflexões sobre as praças no território nacional, descrevendo brevemente a trajetória histórica das primeiras praças até as atuais, na qual por meio de exemplos apresentam os resultados das influências internas e externas sobre o traçado das praças nacionais. Corroborando com o autor Souza (2011) que analisa as praças cívicas das capitais

do Brasil, destacando o caráter diferenciado em relação à malha urbana, o desenho, a preservação de sua função original apresenta-se como privilégio para cidade, acima do aspecto formal. Souza (2011) pontua que “os centros cívicos não são lugares comuns que se repetem no tecido urbano, e primam essencialmente pela sua singularidade. Persistência, talvez seja o termo que melhor qualifique esse núcleo. Seja pelo seu significado social ou pela força do desenho” (SOUZA, 2011, p. 180). Diante disso, o autor destaca que a estrutura em conjunto com o seu entorno é essencial, assim sendo “os centros cívicos que mantiveram sua função privilegiam-se em relação a manutenção da configuração física” (SOUZA, 2011, p. 180).

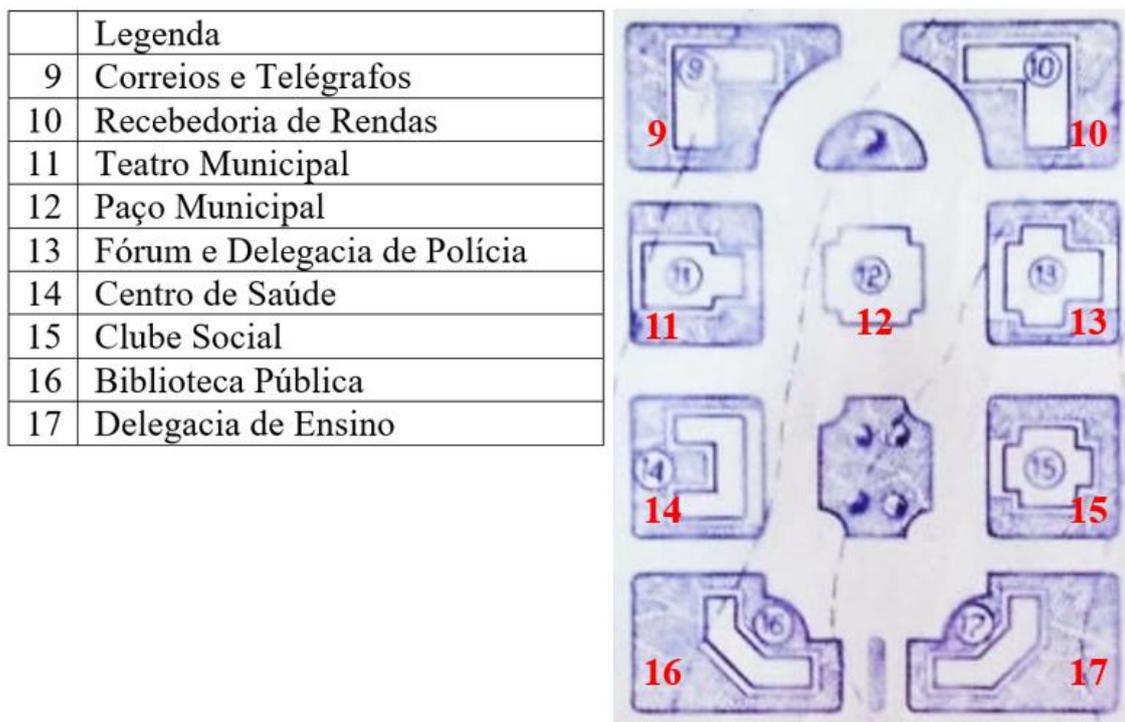
Assim sendo, Lamas (2014) afirma que a praça é um recinto especial, um local público que pode assumir caráter simbólico e estético, à medida que seu desenho pode ser explorado para tal, destacando-se na paisagem urbana como espaço de diversas manifestações. Para Lamas (2014) é nas praças que estão presentes “os principais edifícios e monumentos – quadro importante da arte urbana. A praça adquire valor funcional e político-social, e [...] valor simbólico e artístico. É a praça o elemento básico de energia e criatividade do desenho urbano e da arquitetura” (LAMAS, 2014, p.176). Outro elemento destacado pelo autor é que a “[...] praça é também cenário, espaço embelezamento, manifestação de vontade política e de prestígio” (LAMAS, 2014, p.176).

Após essa breve contextualização sobre as praças, passamos nossa reflexão para o Centro Cívico proposto por Jorge de Macedo Vieira para a cidade de Cianorte. O Centro Cívico além das características já apresentadas destaca-se na malha urbana de forma diferenciada, oferecendo espaço para diversas atividades, dentre elas destacamos as manifestações cívicas, talvez sua mais importante finalidade, uma vez que foi projetada num contexto político de exaltação do poder político, e afirmação do Brasil como nação.

Para Oliveira (2008), o discurso que prevalecia era o de Getúlio Vargas em 1950, cujas características evidenciavam a modernidade e nacionalidade pautadas no progresso econômico e em grandes obras arquitetônicas. Esse caráter monumental foi propósito do engenheiro para a então denominada Praça da República, que é composta de três espaços, sendo duas praças e ao centro ficaria o edifício do Paço Municipal (Figura 95), sendo ladeada de outros edifícios que favoreceriam a centralidade do prédio principal, formando o conjunto denominado de Centro Cívico. As fachadas dos edifícios indicados em planta (Figura 95) deveriam, ao que sugere por meio de seu desenho, compor o espaço de modo a criar a sensação de fechamento.

Dessa forma, havia uma expectativa do engenheiro, e possivelmente dos primeiros moradores de que as mais importantes edificações da cidade estariam localizadas no Centro Cívico, formando um conjunto harmônico e ímpar, transformando-se em local de referência e orgulho da cidade.

Figura 95 – Centro Cívico com edifícios previstos no projeto de 1955.



Fonte: CMNP. Adaptado pela autora.

Segundo Bonduki (2010), é “nesse ambiente indissociável – espaço público contornado por uma massa contínua de edificações, nas quais as mais importantes construções da cidade foram erguidas como verdadeiras obras de arte, não por acaso floresceu a vida pública” (BONDUKI, 2010, p. 57). Evidencia a presença de vários edifícios no entorno das praças com diferentes funções, dentre eles destacam as “igrejas, palácios governamentais, casas legislativas, repartições, prestadoras de serviços públicos e casas comerciais” (BONDUKI, 2010, p. 57), eram espaços atraentes e frequentados por pessoas de diferentes classes sociais, sendo um “ponto de referência e motivo de orgulho da cidade” como afirma o autor.

Assim, concluímos que o Centro Cívico proposto por Jorge de Macedo Vieira, em seu anteprojeto para Cianorte, reúne aspectos de caráter estético, formal, funcional, e ideológico,

de modo que, se tivesse sido executado de acordo com o idealizado teria produzido um espaço com características tais que atenderia as necessidades urbanísticas atuais, garantindo o fluxo de veículos no local, por se tratar de um elo entre as várias regiões da cidade e com seus edifícios institucionais de estética clássica conferiria identidade e legibilidade ao conjunto, proporcionando espaço adequadamente dimensionado para manifestações cívicas e de outra natureza.

3.2 Centro Cívico como patrimônio histórico e cultural, resgate por meio de relatos, imagens e memórias

Dentre os materiais selecionados para informar os dados a respeito do Centro Cívico, os achados fotográficos, em arquivos pessoais de moradores, da colonizadora e em variadas outras fontes têm auxiliado a compreensão do processo evolutivo desse espaço urbano. A fotografia serve como registro e pode ser ferramenta de interpretação de uma época, como forma de compreender a paisagem urbana, de acordo com Kossoy (2001) “a fotografia está definitivamente inserida na história cultural, pois ela se faz presente como meio de comunicação e expressão em todas as atividades humanas”, ainda que, “sejam sujeitas a questões relacionadas à veracidade ou confiabilidade, as fotografias são capazes de remontar a história da transformação da paisagem de forma eficaz” (KOSSOY, 2001, p. 138).

Os autores Goltara e Mendonça (2015) pontuam que “existem outras técnicas que usam a fotografia como importante possibilidade de conhecimento da história e de monitoramento dos processos de ocupação urbana e transformação da paisagem. Entre elas, o exame de fotografias que retratam determinado ambiente em várias datas”. Para os autores, a análise comparativa de “vistas aéreas, aerofotogrametrias e, mais recentemente, imagens de satélite – de datas distintas – vem permitindo a evolução da técnica de análise da ocupação do território a partir do aprimoramento, da difusão e da popularização da utilização da fotografia” (GOLTARA E MENDONÇA, 2015, p. 128).

A Prefeitura Municipal de Cianorte, no ano de 1996, encomendou da AGROTEC o registro de toda a cidade por meio de imagens aéreas (Figura 96 A), no caso do Centro Cívico em específico a pavimentação não havia sido executada, constatamos a presença de uso de vias sem pavimentação, e outras sequer haviam sido demarcadas. Naquele período apenas alguns espaços estavam ocupados com edifícios. Após dez anos (Figura 96 B), com as mudanças significativas aprovadas pela legislação ocorreu a execução da pavimentação do

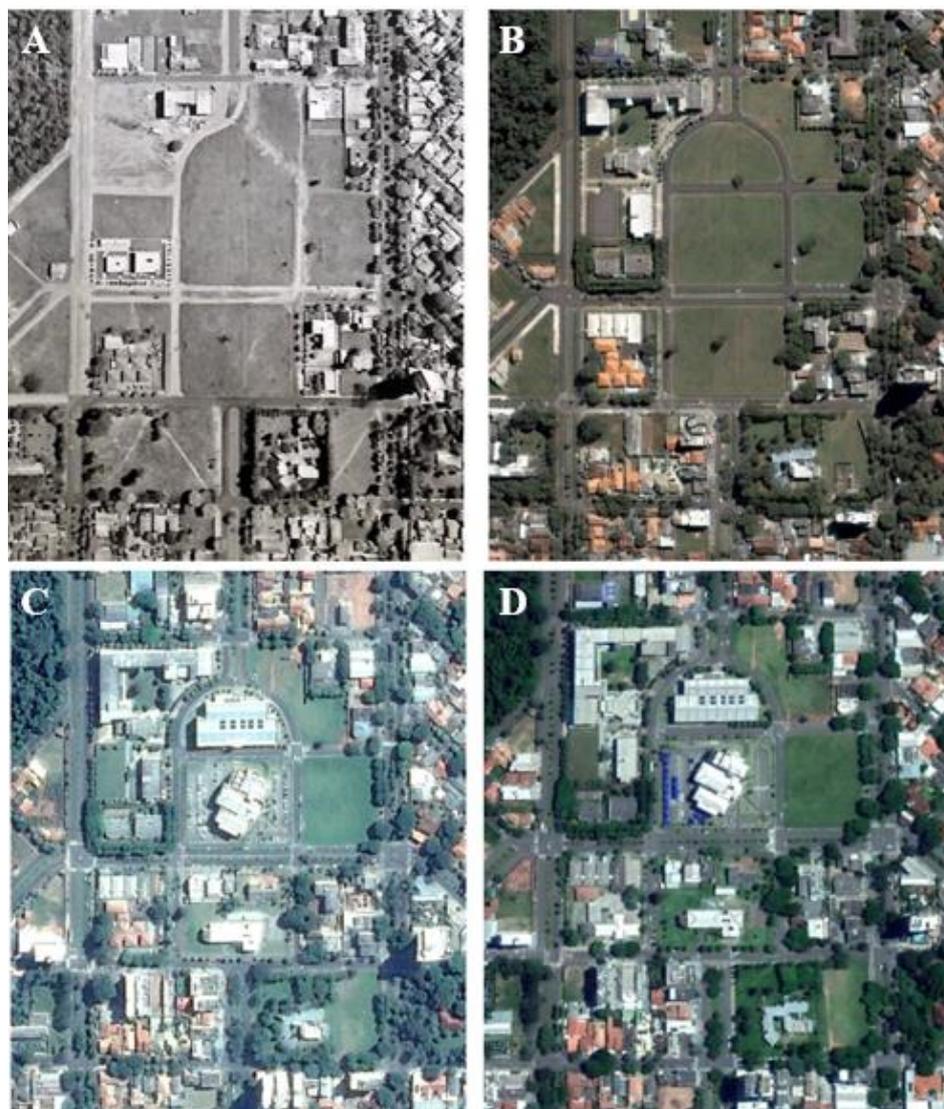
Centro Cívico e também os espaços destinados às edificações foram definidos, embora as quadras da Praça da República estivessem livres

Figura 96 A – Imagem aérea de Cianorte, de 1996.

Figura 96 B – Imagem aérea de Cianorte, de 2006.

Figura 96 C – Imagem aérea de Cianorte, de 2013.

Figura 96 D – Imagem aérea de Cianorte, de 2018.

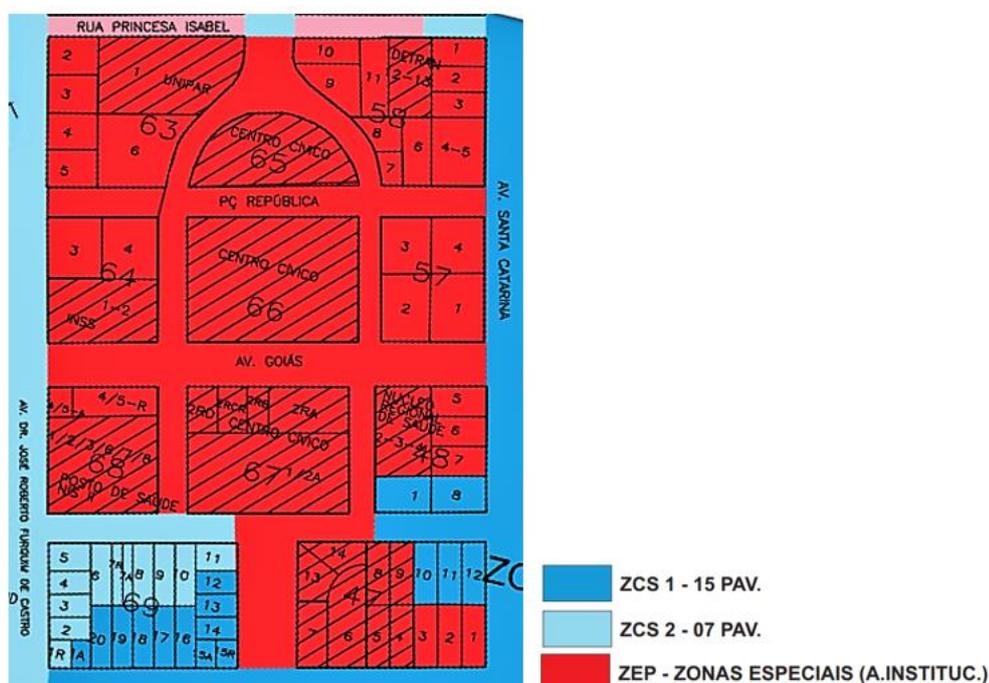


Fonte: (A) AGROTEC S.A. nov. 1996. (B) Registro de 27 abr. de 2006. Google Earth. (C) Registro de 02 de mai. 2013. Google Earth. (D) Registro de 23 de fev. de 2018. Google Earth. Todos adaptado pela autora.

Entre 2006 e 2013 (Figuras 96 C e 96 D), as alterações foram bastante significativas, de modo que o Paço Municipal ocupou a quadra destinada a este, cumprindo o propósito do plano original, e as áreas referentes às quadras 65 e 67 (Figura 96 C e 96 D), destinadas aos espaços livres com tratamento paisagístico formando a Praça de República propriamente, a

qual foi ocupada respectivamente pelo ginásio da APEC, Fórum, AREARC, AMERC, OAB e TRE-PR.

Figura 97 – Mapa de Zoneamento Municipal, maio de 2018.



Fonte: PMC; Adaptado pela autora.

Assim concluímos que entre 2006 e 2013 houve a materialização formal desse espaço urbano, pois onde antes se previa a Praça da República, parte do conjunto do Centro Cívico e o ponto central do Eixo Monumental, passou a ter outra configuração bem diferente da proposta original de Jorge Macedo Vieira e da CMNP. Podemos dizer que houve uma (re)produção desse espaço, sendo reprogramado além do aspecto formal em sua denominação, uma vez que este foi alterada duas vezes, sendo a primeira em 2010, passando de ‘Praça da República’ para ‘Centro Cívico’, e a segunda em 2016, de ‘Centro Cívico’ para ‘Centro Cívico Edno Guimarães’, “apagando” como num palimpsesto⁴⁶, junto com o espaço da Praça da República sua denominação, promovendo o esquecimento do que haveria de ter sido este espaço se fosse executado como previsto.

⁴⁶ O palimpsesto é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.c., depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita, palimpsesto veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto. A escassez de pergaminhos os séculos de VII a IX generalizou os palimpsestos, que se apresentavam como os pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação (PESAVENTO,2004, p.26).

3.2.1 Relatos, Imagens e Memórias

Dessa forma, concordamos com Carlos (2015) quando afirma que “a produção do espaço é condição, meio e produto da reprodução social, constrói-se a hipótese de que a acumulação do capital se realiza através da reprodução do espaço urbano” (CARLOS, 2015, p.1). É essa reprodução pontuada por Carlos(2015) que aconteceu no Centro Cívico, pois este “aparece como possibilidade renovada de realização da reprodução capitalista, num processo contraditório que encontra seus limites detonando crises periódicas. Isso se dá porque, ao se desenvolver, o capitalismo realiza sua missão histórica” (CARLOS, 2015, p.1). Para finalizar a autora destaca que a reprodução “cria suas próprias contradições como momentos críticos, suscitando a necessidade de sua superação” (CARLOS, 2015, p.1), foi o que aconteceu no Centro Cívico.

Como aporte teórico, a História Cultural e a História Oral oferecem sustentação para análise dos relatos e imagens elencados a seguir. O que se pretende é resgatar discursos e imagens de representação, por meio de entrevistas com alguns dos envolvidos direta ou indiretamente com o Centro Cívico e da análise de algumas fotografias do local, tiradas ao longo do tempo, promovendo uma ponte entre a produção espacial e a história local, de modo a ampliar interdisciplinarmente o entendimento sobre os fenômenos que envolvem a cidade.

Para Pasavento (2013), a cidade é um espaço que se caracteriza como “um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar: trabalham sobre ela não só historiadores como geógrafos, sociólogos, economistas, urbanistas, antropólogos” (PASAVENTO, 2013, p. 77-78), ao introduzir a abordagem pela História Cultural destaca que a cidade “não é mais considerada só como um *locus*, seja da realização da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão” (PASAVENTO, 2013, p. 77-78). Assim a autora, argumenta a necessidade de não se estudar somente os “processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade” (PASAVENTO, 2013, p. 77-78). Pasavento destaca que por meio da História Cultural, podemos trabalhar com o “imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais” (PASAVENTO, 2013, p. 77-78).

Já na História Oral evidenciamos a riqueza da vivência, ainda que no curso da vida ou no distanciamento dos fatos, ou ainda na visão pessoal se modifique. Assim sendo, os relatos auxiliam na compreensão e no cruzamento das informações com outros documentos de pesquisa, como mapas, fotografias, e demais relatos. Por meio de entrevistas

semiestruturadas, essa metodologia foi empregada aqui para confirmar ou não dados colhidos em outras fontes.

Para a historiadora Verena Alberti, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, História Oral é considerada “uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita” (ALBERTI, 2005, p. 155). Alberti argumenta que as entrevistas são “gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2005, p. 155).

Embora que a perspectiva técnica atestasse a importância da realização do Centro Cívico, tal qual proposto no projeto original por Jorge Macedo Vieira, torna-se relevante averiguarmos as percepções das pessoas que vivenciaram esse processo de transformação desde a configuração atual, ou seja, os moradores da cidade e políticos que nos possibilitam compreendermos se de fato havia a expectativa de realização do projeto inicial ou não, e como perceberam as alterações. Para tal, foram realizadas entrevistas com alguns desses personagens a cerca desse local, referindo-se a sua configuração, tanto no desenho, como na realidade.

O primeiro entrevistado foi o senhor João Batista Mafra, que trabalhou como chefe do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, chegou a Cianorte em 1955, no início da implantação da cidade. Naquele período acompanhou todo o processo de vendas dos lotes, tanto rurais como urbanos. Na entrevista, questionamos Mafra sobre a contratação de Jorge de Macedo Vieira para desenvolver o projeto para a cidade Cianorte, sobre o início das obras, a demarcação e também sobre o desmatamento. Mafra (2017) pontua:

[...] sei que nessa época tinha o doutor Waldomiro Babkov era o homem da parte de topografia, então ele fazia [...] mandava fazer os levantamentos, provavelmente ele era o homem que tinha mais contato com o engenheiro que projetou a cidade [...] tinha uns quatro ou cinco agrimensores que vinham com a planta que o doutor Waldomiro Babkov fornecia, eles vinham e faziam a demarcação, depois entrava o pessoal de máquina, machado, pra abrir (MAFRA, 2017).

Mafra (2017), durante a entrevista relata as dificuldades encontradas na época, a terra roxa, as aberturas de vias (Figura 98) e se emociona ao ver o projeto inicial, que foi ferramenta de tantos anos de trabalho. Mafra destaca que haviam mapas ampliados de cada zona da cidade, para facilitar a comercialização que não era utilizado o mapa todo.

Figura 98 – Serviço de terraplanagem para construção da ferroviária 1953.



Fonte: Acervo CMNP.

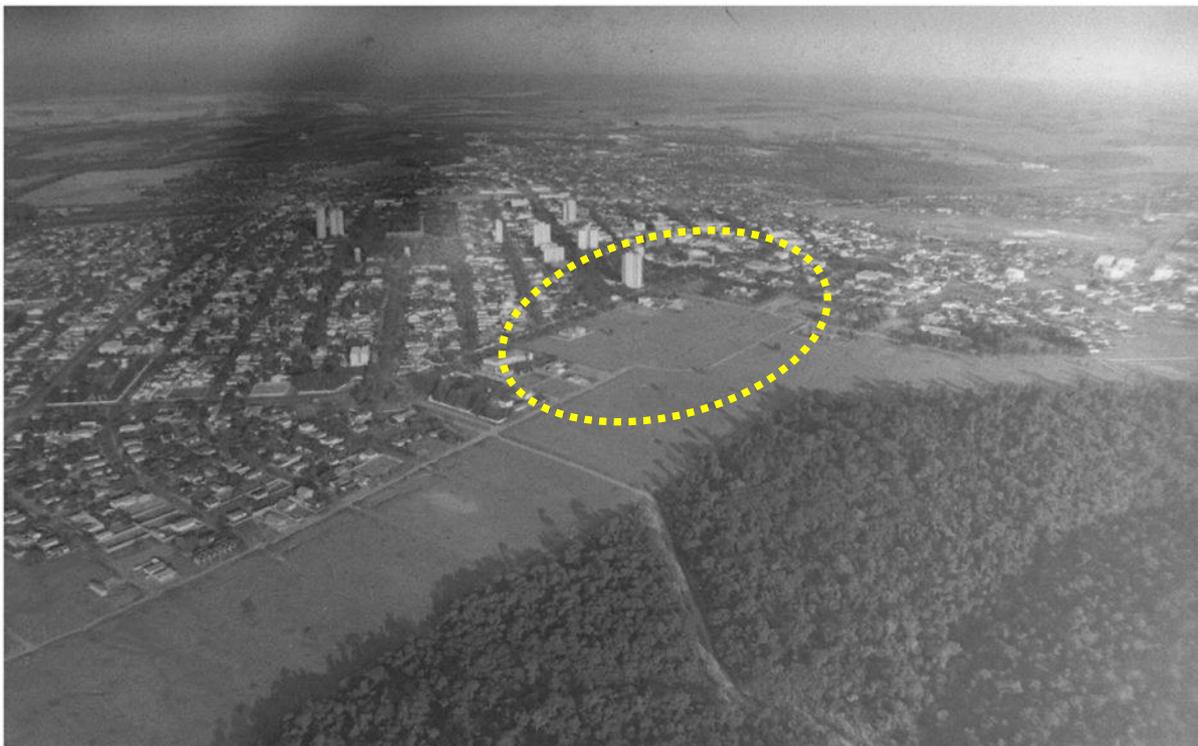
Quanto ao espaço do Centro Cívico e também sobre os edifícios públicos Mafra (2017), deixa evidente que:

[...] demoraram um pouco para serem construídos, a prefeitura foi construída em uma data, não onde estava determinado pra ser prefeitura, pra não atrapalhar, porque construiu uma prefeitura provisória. Aí depois, quando ela teve condições de construir a prefeitura definitiva já foi no terreno reservado, o fórum, quer dizer, todas aquelas construções já definitivas foi tudo no terreno reservado pra esse fim (MAFRA, 2017).

A entrevista de Mafra (2017) deixa claro que existia por parte da colonizadora a preocupação de preservar esse traçado do desenho é o projeto inicial da cidade proposto por Jorge Macedo Vieira.

Em 1989, o espaço destinado ao Centro Cívico (Figura 99) continuava reservado, era uma área desocupada, sem pavimentação. Alguns poucos edifícios ocupavam a Avenida Goiás e a Avenida Brasil. A vegetação preservada formaria parte do Parque Cinturão Verde.

Figura 99 – Foto aérea de Cianorte, 1989.



Fonte: Eleutério Langowski. Adaptado pela autora.

Atuante sobre o espaço público de Cianorte, o ex-prefeito Flávio Vieira em entrevista cedida à autora em junho de 2017, foi questionado quanto a expectativa para região do Centro Cívico, respondendo:

A região demorou um pouco pra desenvolver porque como era um espaço muito aberto, então foi difícil o asfaltamento [...], fazer as galerias, dependia de uma demanda de dinheiro muito grande. Eu me lembro na época que eu tive que ir a Brasília conseguir uma parte de dinheiro pra poder fazer as galerias [...] asfaltar toda essa área do centro cívico. [...] foi quando eu me empenhei pra que a gente pudesse fazer o asfaltamento de toda essa região. Então começou a se desenvolver, a companhia conseguiu vender os terrenos. [...] as áreas que ela poderia vender pra particulares e as pessoas não tinham interesse de comprar porque não tinha infraestrutura [...]. Abaixo do colégio Drummond hoje, era uma erosão, logo que tomei posse não se passava nem veículo naquela avenida. Precisamos começar o aterramento fazer todas as galerias pra fazer o asfaltamento e quando colocou o asfalto aí que começou o desenvolvimento (VIEIRA, 2017).

Outro entrevistado foi o senhor Paulo de Moraes Barros Neto, que conheceu o processo de colonização de Cianorte desde o início. Barros Neto (2017) foi responsável pela administração do escritório da CMNP, local que daria origem à cidade planejada por Jorge de

Macedo Vieira. Ele teve em suas mãos decisões fundamentais para que a cidade se tornasse um espaço urbano consolidado.

De acordo com a CMNP (1975), o senhor Barros Neto que foi “diretor da companhia veio de Piracicaba na qual “dirigia a velha fazenda da família, contratado para colaborar nos planos da empresa [...], estagiou em Maringá, ao lado de Alfredo Nyffeller para depois radicar-se em Cianorte” (CMNP, 1975, p. 139). Para ele foi dada todas as responsabilidades administrativas e comerciais nas áreas situadas a margem esquerda do rio Ivaí.

Durante a entrevista realizada em 2017, Barros Neto foi questionado quanto ao futuro do espaço urbano da cidade, como ele via as ampliações sobre o traçado inicial proposto por Jorge Macedo Vieira. Para ele “não vai haver o controle que a companhia tem do seu projeto, porque os que fazem os loteamentos é a prefeitura [...] essa onda de sordidez [...] hoje constroem o que querem, a Companhia fiscalizava, desmanchavam tudo, é uma pena, uma judiação, você vê uma coisa bem feita desmanchada” (BARROS NETO, 2017).

Barros Neto (2017) também foi questionamento quanto à preocupação em seguir o plano, se a gestão municipal tinha a mesma preocupação que a Companhia, de dar continuidade. Sobre este questionamento ele opina:

Acho que havia, mas dentro da mentalidade deles, cansei de ouvir críticas em minha sala dizendo que a Companhia atrasava o desenvolvimento da cidade porque não queria vender “aquele pedacinho”, isso está cheio e a sucessão de prefeitos que permitiu formas absurdas de loteamento, hoje o que você tem em volta Cianorte de loteados escriturados, aprovado pela prefeitura [...] essa área ocupada é maior que a área aprovada pela Companhia. (BARROS NETO, 2017)

Assim, o discurso proferido na época da colonização alimentou as expectativas dos colonos, encontrando dissonância à medida que o poder público em suas várias gestões se distanciaram dos ideais alimentados pela Companhia. Para Santos (2004), faz-se necessário identificar os fatos históricos por meio das suas relações, identificando-os, é o que buscamos fazer aqui, de modo a descortinar os posicionamentos associados aos fatos, sejam relatados, registrados em imagens ou outros meios.

Segundo Santos(2014):

[...] os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema temporal, ou melhor

um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há “*fatós*” (SANTOS 2004, p. 15).

Para uma sociedade alguns elementos têm significado, passando a fazer parte da memória social, compondo assim, seu patrimônio cultural. São elementos de grande carga simbólica que podem proporcionar o sentido de unidade, cujas lembranças fazem o elo, reforçando sua importância como elemento de identidade cultural. Diante disso, Pollock (1992) considera que a memória além de ser individual pode ser coletiva e se configura por meio de acontecimentos, pessoas e lugares.

O conceito de patrimônio cultural até a segunda metade do séc. XX, segundo Monastirsky (2010), estava restrito às tradicionais categorias da pintura, escultura e arquitetura, ligadas à classe alta. Atualizado, o conceito de cultura passa a englobar também, entre outros, a memória da sociedade, na qual podemos explorar as relações de pertencimento e apropriação social do lugar, ideias que corroboram entre si e fortalecem a importância da cidade como *locus vivendi*.

Diante disso, Monastirsky (2010) pontua que “se cultura é uma trama de significados compartilháveis proveniente das relações sociais, seu reflexo está nas diversas abordagens nas ciências sociais. Uma delas é a perspectiva do patrimônio cultural” (MONASTIRSKY, 2010, p. 146). Para o autor é necessário “fortalecer a ideia de pertencimento e apropriação social do lugar”, pois este faz parte do “espaço do cotidiano mais palpável diante dos constantes fluxos de informação, capital e pessoas”.

De acordo com De Lima, Brand e Marinho (2008), a formação de identidades compõe a cultura de um determinado grupo de pessoas, porque “[...] baseia-se em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspectos [...]” (DE LIMA, BRAND E MARINHO, 2008, p. 371).

Para Miranda (2000), o discernimento sobre identidade cultural vem se transformando ao longo do processo civilizatório, pois a essência do desenvolvimento de uma sociedade em determinado local, emana do conjunto de identidades formadoras da cultura de um povo.

Assim, pela importância de se manter a memória local, a história da cidade merece ser investigada, registrada e preservada, devido ao fato de que Cianorte possui desenho original com características ímpares, com autoria de um importante nome no cenário do urbanismo nacional que sendo divulgado promoveria o reconhecimento da população e consolidação da identidade local.

3.2.2 *Delimitando o Centro Cívico nos dias atuais: a nova dinâmica do lugar*

Finalmente, após abordar aspectos históricos, legais, formais, dentre outros, referentes à cidade de Cianorte, a partir do plano inicial, de Jorge de Macedo Vieira para o Centro Cívico, temos por objetivo neste item verificar a percepção do usuário acerca do ambiente (re)produzido existente, uma vez que a cidade deve ter como objetivo suprir as necessidades das pessoas, sob os mais diversos aspectos e deve buscar organizar-se a fim de alcançar o significado a que Lynch (1996) sugere, “[...] uma estrutura pode significar em termos de satisfação diária, de abrigo para sua existência, ou como um prolongamento do sentido ou riqueza do mundo” (LYNCH, 1996, p. 12).

Para analisar a realidade atual do espaço compreendido como “Centro Cívico Edno Guimarães”, nosso objeto de estudo, temos como auxílio dois autores, Lynch (1996) e Cullen (1983) que sugerem metodologias de percepção e análise visual da paisagem urbana, a partir das relações entre o “Centro Cívico Edno Guimarães” e seus habitantes.

Como referência, utilizamos os conceitos de paisagem e espaço propostos por Milton Santos. De acordo com Santos (1999) “a paisagem é o conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1999, p. 83). Para Santos (1999) a palavra paisagem poderia ser substituída por “configuração territorial”, sendo “a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão”, já o espaço “é um conjunto de mercadorias”, com valor atribuído a este pela sociedade.

Lynch, em 1959, limita-se a estudar os efeitos dos elementos físicos perceptíveis e a importância da forma em relação à paisagem urbana, embora não negue a relevância de outros fatores “[...] tais como o significado social de uma área, a sua função, a sua história ou, até, o seu nome” (LYNCH, 1996, p. 57). O autor organiza seu estudo a partir da análise de componentes como identidade, estrutura e significado, considerando também outros atributos como legibilidade e imaginabilidade. Dessa forma, Lynch apresenta os três componentes “identidade, estrutura e significado” aparecem juntos de modo que para uma imagem ser viável, ela precisa primeiro identificar um objeto, distinguindo-o dentre outros.

Para Lynch (1996), quando “falamos de identidade, mas não no sentido de igualdade com outra coisa qualquer, mas significando individualidade ou particularidade. E em segundo lugar, a imagem tem de incluir a relação estrutural ou espacial do objeto com o observador” (LYNCH, 1996, p. 18), o autor também reforça a importância de estabelecer relações com outros objetos. Para finalizar o autor pontua que este “objeto tem de ter para o observador um

significado quer prático quer emocional. Isto significa que existe também uma relação, mas uma relação diferente da espacial ou estrutural” (LYNCH, 1996, p. 18).

Para Mahfuz (2016), “A questão da identidade formal da arquitetura e das cidades não é uma mera questão estética afeita a uma minoria culta e desvinculada da vida prática cotidiana geral” (MAHFUZ, 2016, p. 16), destacando a importância da “existência de objetos e setores com os quais possamos nos identificar” como forma essencial para orientação do indivíduo dentro do espaço.

Outro atributo considerado por Lynch (1996), é a legibilidade, imagem mental da cidade que permite ao indivíduo deslocar-se facilmente e de modo eficiente, servindo de referência, sendo “um organizador de atividade, crença ou conhecimento”. Para o autor, uma cidade altamente imaginável ela deve ser: “(aparente, legível ou visível), neste sentido particular, pareceria muito bem formada, distinta, notável; como que convidaria os olhos e os ouvidos a uma maior atenção e participação” (LYNCH, 1996, p. 20). Esta cidade apresenta domínios estéticos do ambiente e deve “ser compreendida para além do tempo como um modelo de grande continuidade, com numerosas partes distintas interligadas claramente. O observador perceptivo e familiar poderia recolher novos impactos estéticos sem aniquilar a sua imagem básica” (LYNCH, 1996, p. 20). Diante disso, para o autor, nessa cidade o “observador seria bem orientado e poder-se-ia mover facilmente. Seria um bom conhecedor do seu ambiente” (LYNCH, 1996, p. 20).

Diante disso, Lynch (1996) relaciona os caminhos ou percursos como um dos mais importantes elementos estruturadores da percepção ambiental, uma vez que além de servirem de aporte para outros elementos da paisagem, permitem que as pessoas percebam a cidade à medida que se deslocam por ela. Outros elementos também são estudados, como limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes.

O inglês Gordon Cullen, por meio do livro intitulado “Paisagem Urbana” elaborado nos anos 1960, tem influenciado várias outras metodologias de compreensão do espaço urbano, ainda atual, apesar do tempo, valoriza a estética e as emoções e motiva a descoberta das poéticas urbanas, e considera a ótica, o local e o conteúdo, como aspectos para a análise visual. Em síntese, defende que cenas sequenciais, ou o que chama de “Visão Serial” contempladas pelo pedestre ao percorrer um determinado trajeto, tornam-se instrumentos para registrar a percepção do sujeito em relação a paisagem que contempla, de modo que as várias perspectivas vivenciadas se tornam forma de medição das sensações decorrentes da relação entre o homem e a paisagem.

Segundo Mendonça (2015), identificar os referenciais da paisagem é a premissa para decidir sobre o que pode ser transformado e o que deve ser conservado, considerando o sentimento da população. Diante disso, são consideradas várias ferramentas documentais, podendo ser fotográfica ou em forma de desenhos, desde que registre o que é importante diante da experiência do indivíduo perante a paisagem e o material produzido por este, por intermédio de sua percepção.

Para Goltara e Mendonça (2015),

A representação do olhar em percursos, por exemplo, nas imagens sequenciais de Gordon Cullen (1983), de certa forma independe da total veracidade; o que importa, ali, é a expressão da experiência, o signo, a aparência dos lugares. Da mesma forma, ao utilizar imagens sequenciais, Del Rio (1990) trata do comportamento com interesse de documentar e estudar as ações dos indivíduos em determinados locais e suas interações. A intenção de emular o olhar é recorrente nos estudos que utilizam a fotografia. Cullen (1983) tem a intenção de levar ao leitor sua experiência de campo; os trabalhos de Ferrara (1999) e Davi Protti intencionam captar as experiências das pessoas em relação ao lugar, e, assim, guiar seus estudos. Nesse sentido, a total veracidade não influi no resultado, considerando-se, de certa forma, a intenção do fotógrafo em registrar o que vê e avalia como importante (GOLTARA e MENDONÇA, 2015, p. 134).

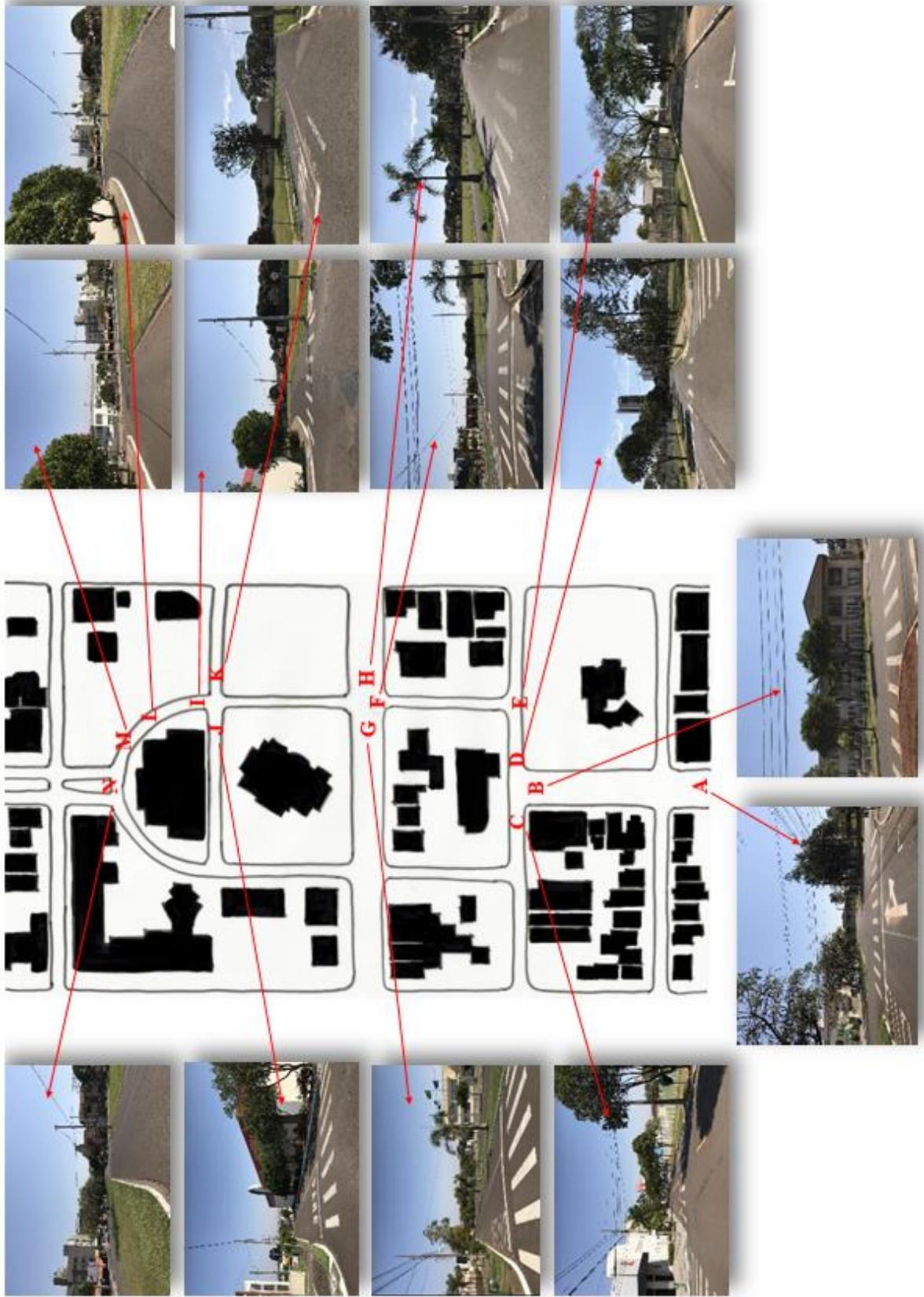
Assim, diante destes elementos traçamos dois percursos com a finalidade de perceber a paisagem a partir dos conceitos propostos pelos autores acima.

a) **Percurso 1:** abrange o Eixo Monumental e tem início a partir da Praça Raposo Tavares, indo em direção ao “Centro Cívico Edno Guimarães”, no qual descrevemos as imagens sequenciais de acordo com o percurso do transeunte (Figura 100).

Destacamos que a “Visão Serial” de Cullen (1983) considera a forma que a “paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas”. Diante disso, evidenciamos na direção ao Centro Cívico a clara hierarquia de vias decrescentes que são originadas a partir da ferroviária, rodoviária e da Praça Santos Dumont. Assim sendo, inicia-se um trajeto que se interrompe pela Praça Raposo Tavares de modo a provocar a alteração visual de quem faz o percurso, retomando novamente a avenida rumo ao Centro Cívico, no qual no ponto A da figura 100 inicia-se o registro do percurso 1 do Centro Cívico, feito por meio de fotografias sequenciais, analisadas sob a ótica dos dois autores, apresentado no quadro.

b) **Percurso 2:** inicia-se na Praça Rui Barbosa, sendo este registrado a partir do ginásio da APEC, indo em direção à Praça Raposo Tavares, percorre o trajeto registrando os pontos de maior mudança de características, conforme descritos no quadro 5.

Figura 100 – . Representação fotográfica do percurso 1



Fonte: Autora 27 de ago. de 2017.

Quadro 4 – Percurso 1. Análise perceptiva com metodologia de Lynch e Cullen.

Visual	Descrição	Metodologia de Kevin Lynch(1996): Principais elementos vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos	Metodologia de Gordon Cullen(1983): Análise perceptiva e visual considerando a ótica , o local e o conteúdo .
A	Vista do Fórum ao longe.	No ponto A, a Avenida Brasil é uma via de pista de rolamento dupla com canteiro central e largas calçadas, que pode ser considerada de grande importância, uma vez que concentra neste trecho estabelecimentos comerciais, institucionais, prestadores de serviço e profissionais liberais, possuindo um grande fluxo de pedestres e veículos	A perspectiva grandiosa é proporcionada pela visão da ampla avenida
B	Aproximação do Fórum, edifício de linhas clássicas e redirecionamento do percurso a direita.	O ponto B se configura como limite , uma vez que o edifício do Fórum tem um efeito de segregação, pois separa este lado da Avenida Brasil do Centro Cívico, que se encontra atrás, impedindo sua visão.	O transeunte ao se aproximar do Fórum, é tomado de expectativa e da sensação de mistério , uma vez que não fica claro com irá transpor o edifício a sua frente. Outra sensação provocada por esta visão é a de ter uma barreira a ser transposta, sem que fique claro como isso se dará.
C	Vista a esquerda, na esquina edifício referencial “Clínica Mafra” e abaixo UPA	Defronte ao Fórum olhando para esquerda a imagem refere-se a uma via de mão dupla, estreita para quem sai de uma larga Avenida como é a Brasil neste trecho. Configura-se um ponto nodal de grande fluxo.	Ao olhar para esquerda neste ponto, a sensação é de divisão de espaço , uma vez que o caráter do edifício do Fórum e sua implantação com área aberta a esquerda, contrasta com o caráter e aspecto formal “comercial” da Clínica Mafra.
D	Visão à direita no sentido da circulação, ao longe Edifício Candido Portinari.	O edifício Candido Portinari ao fundo é um marco visual , uma referência de orientação na cidade.	O edifício visto na imagem, isolado na sua verticalidade, é um ponto focal , símbolo vertical, para onde o olhar é direcionado na paisagem.
E	Sequência do trajeto ladeado do Fórum e da 13 Regional de Saúde	Ao ser redirecionado pelo tráfego a visão que se tem é de uma via de menor proporção anterior (Avenida Brasil).	Bastante arborizada em meio a um espaço amplo, pode-se ver que existe um edifício maior a frente, diferenciando os espaços como “ aqui e além ”.
F	Vista do Paço Municipal e a direita lote vazio.	Chegando na esquina em outro ponto nodal , cruzamento com a Avenida Goiás.	Este ponto mostra um espaço que se abre com o Paço Municipal à esquerda, em um terreno com declividade deixando-o “abaixo”, e uma quadra vazia à sua frente.

			Embora o Paço Municipal esteja voltado para esta visual existe a percepção de separação destes dois espaços.
G	À esquerda Avenida Goiás.	A Avenida Goiás é uma via ampla, de ritmo reduzido em função de desaceleradores instalados neste local.	O terreno em declividade, ainda que suave, com o Paço Municipal à direita e vários outros edifícios a esquerda sugerem a sensação de desnível , de inferioridade destas edificações, a partir do ponto do observador.
H	À direita Avenida Goiás, rumo ao centro.	Deste ponto se vê o semáforo do cruzamento entre a Avenida Goiás e Avenida Santa Catarina, ponto nodal desta região.	Olhando “para cima”, a sensação é de superioridade . O observador, vê edifícios do lado esquerdo contrastando com o vazio do terreno a frente, numa divisão de espaços entre “ocupado” e “desocupado”.
I	Esquina que dá seguimento a rua que circunda o Centro Cívico.	Ponto nodal de pouco fluxo.	Ponto de contraste entre o edifício à esquerda e os espaços vazios a direita.
J	À esquerda acesso a prefeitura e vista do Ginásio de Esportes da APEC.	À esquerda o limite é a fachada do ginásio da APEC, que funciona como uma barreira dividindo o espaço e impedindo a visão do que está atrás.	O efeito de truncagem se dá à medida que num espaço amplo o edifício do ginásio da APEC de escala desproporcional em relação ao Paço Municipal, se ergue como uma barreira na paisagem.
K	À direita rua de acesso a Câmara dos vereadores localizada a Avenida Santa Catarina.	Via que perdeu sua importância na malha urbana, uma vez que sua circulação foi limitada ao fechamento de parte dela. Nesta quadra que a visão alcança não contem edifício que lhe confirmam singularidade , apenas espaços abertos.	Espaço aberto com vista para Avenida Santa Catarina, sensação de amplitude e “ aqui e além ”, à medida que existe o limite da Avenida para chegar.
L	Vista dos edifícios da Rua Princesa Izabel.	Do lado esquerdo o limite do paredão do ginásio da APEC e do outro o vazio da data desocupada.	Expectativa quanto ao que será descortinado após ultrapassar o edifício do ginásio da APEC a esquerda.
M	Vista da entrada principal da APEC.	Através da via estreita é possível ver o espaço se abrindo em continuidade a Avenida Brasil, via larga onde o espaço se amplia neste ponto.	Sensação de “ aqui e além ”, à medida que se contempla o espaço aberto à frente, passando pela delimitação do ginásio a esquerda.
N	Seguimento da Avenida Brasil em direção da Praça Rui Barbosa.	Vista ampla da Avenida Brasil, via que retoma sua configuração ampla como no ponto A.	Sensação do infinito , uma vez que o terreno com sua declividade acentuada “aumenta” o céu.

Figura 101 – Representação fotográfica do percurso 2.



Fonte: Autora 27 de ago. de 2017.

Quadro 5 – Percurso 2. Análise perceptiva com metodologia de Lynch e Cullen.

Visual	Descrição	Metodologia de Kevin Lynch(1996): Principais elementos vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos.	Metodologia de Gordon Cullen(1983): Análise perceptiva e visual considerando a ótica, o local e o conteúdo.
A	Aproximação do Centro Cívico a partir da Praça Rui Barbosa.	Vista ampla da Avenida Brasil, via que direciona o transeunte ao Centro Cívico.	A sensação de “ aqui e além ” com a visão do ginásio à frente, como limite da paisagem.
B	Vista do Ginásio da APEC	O edifício do ginásio se configura como limite , uma vez que tem um efeito de segregação, pois separa este lado da Avenida Brasil do Centro Cívico, que se encontra atrás, impedindo sua visão.	O transeunte ao se aproximar do ginásio, é tomado de expectativa e da sensação de mistério , uma vez que não é possível ver o que virá na sequência. Outra sensação provocada por esta visão é a de ter uma barreira a ser transposta.
C	Circulando o Centro Cívico com o ginásio da APEC à esquerda e o edifício da APEC a direita.	Do lado esquerdo o limite do paredão do ginásio da APEC e a direita o edifício da APEC.	Estreitamento e expectativa , na sinuosidade do percurso.
D	Ainda o Centro Cívico com o ginásio da APEC à esquerda e o edifício da APEC a direita.	A topografia acentuada reforça a altura do ginásio em relação ao pátio do estacionamento da APEC a direita	Neste ponto, a rua está limitado pelas fileiras de árvores a direita e pelo ginásio a esquerda dando a sensação de estreitamento .
E	À esquerda Paço Municipal e a direita APEC.	Via estreita com acesso à esquerda para o Paço Municipal rumo a Avenida Santa Catarina, “subindo”, podendo seguir em frente.	A direita a APEC limita o espaço, e a esquerda se abre com a vista para o Paço Municipal “em cima”, reforçando a sensação de inferioridade .
F	Vista do fechamento da rua, agora pertencente a APEC.	Via não tem continuidade para frente, percurso obrigatório a esquerda.	Barreira à frente descendo esta via, sensação de impedimento.
G	Rua de acesso ao Paço Municipal	À direita visão do Paço Municipal, edifício de significado local.	À esquerda barreira criada pela fachada do ginásio de APEC em escala desproporcional ao espaço que ocupa, a direita a visual se abre para contemplar os fundos do Paço Municipal.
H	Aproximação da Avenida Goiás	Ao se aproximar da Avenida Goiás o edifício da AREARC chama atenção criando um marco visual .	Direcionando o olhar do observador o edifício da AREARC chama atenção criando um ponto focal ao se aproximar da Avenida Goiás.
I	Avenida Goiás INSS e Posto de Saúde Municipal.	No cruzamento com a Avenida Goiás, temos um ponto nodal .	Para baixo, ou a direita uma ampla avenida leva o olhar para o semáforo como barreira invisível.

J	Avenida Goiás rumo ao centro.	Via larga a Avenida Goiás “para cima” revela alguns edifícios que atribuem significado ao Centro Cívico, como OAB, AMERC e AREAC.	A sequência de edifícios à direita, subindo a Av. Goiás, confere a sensação de fechamento a paisagem.
K	Edificações da Travessa Itororó	Seguindo em uma via estreita, o observador que atravessou a Avenida Goiás segue em direção à travessa Itororó, também uma via estreita, onde vê um limite à frente, edificações de prestação de serviço.	À direita, a declividade do terreno mostra que o posto de saúde está “abaixo” do nível da rua, e a AREARC está “acima”, dando sensação de instabilidade. A frente um edifício de pequeno porte se interpõem como barreira .
L	À direita UPA e edificações.	Descendo a direita a sequência do ponto C do percurso 1 com destaque ao edifício residencial que se configura como marco visual .	A sensação de “ aqui e além ” provocada pelo edifício residencial à esquerda em contraste com a arborização volumosa a direita.
M	À esquerda no sentido da circulação, Fórum e “Clínica Mafra”.	Seguindo “acima” por uma via estreita de mão dupla, com tráfego confuso.	Subindo a direita, o Fórum e a esquerda a arborização criam uma perspectiva que direciona o olhar do observador para “ além ”.
N	Avenida Brasil rumo à praça Raposo Tavares.	De frente, em direção à praça Raposo Tavares a via se abre na larga Avenida Brasil, ampliando a visão do observador.	A flutuação , sensação de alternância de espaços abertos e fechados é uma constante no percurso. Aqui a visão se abre na Avenida Brasil, com o Fórum “às costas”, rumo a Praça Raposo Tavares.

Fonte: Autora.

A partir das análises pontuais demonstradas nos quadros 4 e 5, fazendo uso da metodologia e conceitos dos autores Lynch(1996) e Cullen(1983), resumidamente destacamos pontos importantes a serem observados no espaço atual do “Centro Cívico Edno Guimarães”: os edifícios do Fórum e do ginásio da APEC são barreiras visuais que impedem a legibilidade do Centro Cívico como um todo, embora o Fórum confira identidade e sirva de referencial. As ruas que circundam o Centro Cívico são subdimensionadas (Figura 102) para o tráfego atual e futuro, desvalorizando o conjunto esteticamente. Os edifícios implantados ao longo da Avenida Goiás, voltados para o Paço Municipal exercem o papel de “fechamento” da praça, o que buscava Jorge de Macedo Vieira em sua proposta, embora estes se encontrem implantados em local adverso ao proposto pelo engenheiro. O espaço vazio defronte ao Paço

Municipal, lote desocupado, à medida que se abre, oferece distanciamento do observador para contemplar o conjunto, oferecendo uma perspectiva mais ampla, valorizando os edifícios.

Figura 102 – Desfile cívico, “Centro Cívico Edno Guimarães”.



Fonte: Anderson Theodoro 07/09/2017.

O espaço urbano adquire forma a partir de interesses sociais e econômicos, como é o caso do Centro Cívico, esses interesses estão manifestos na conformação atual, resultante de várias ações políticas efetivadas a partir da aprovação de leis promulgadas por grupos políticos que direcionaram o uso do solo urbano de acordo com seus interesses, nem sempre de interesse público, mas para beneficiar em alguns casos, grupos específicos da sociedade. Algumas destinações poderiam ser localizadas em outras áreas, tendo como benefício a possibilidade de expansão, como é o caso da APEC, que além de ocupar parte do espaço destinado a Praça da República com edificação de uso privado, também apropriou-se legalmente da via pública, interrompendo o fluxo viário local e desconfigurando formalmente o desenho da praça, caracterizando um grave exemplo local de apropriação de espaço público para exploração privada.

Com a união entre as quadras 63 e 64, um trecho da Avenida Furquim de Castro, a APEC instituição privada, passa a ter incorporado em seu imóvel de uso particular, por meio da doação, esta área destinada anteriormente ao uso público.

Figura 103 – Conjunto de edifícios da APEC, Cianorte-PR.



Fonte: JORNAL UNIPAR EDIÇÃO ESPECIAL, 2011, p. 20. Adaptado pela autora.

Assim sendo, buscamos averiguar a expectativa a respeito do Centro Cívico na visão de seu projetista, elencando seus referenciais teóricos e contextuais, de modo a compreender como se deram as influências projetuais aparentes no plano para Cianorte, especialmente sobre nosso objeto de estudo. Apresentamos a análise do espaço do Centro Cívico a partir da metodologia de percepção do espaço dos autores Lynch(1996) e Cullen(1983), fazendo dois percursos a fim de registrar e analisar as mais relevantes visuais do conjunto atual deste espaço na perspectiva do transeunte, a fim de registrar os efeitos do espaço (re)produzido do Centro Cívico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tratou das transformações ocorridas espacialmente no Centro Cívico de Cianorte, a partir de seu desenho inicial de 1955, proposto por Jorge de Macedo Vieira, até a atualidade. Após levantamentos e análises constatamos que existe uma sistemática desconsideração da proposta do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, resguardada enquanto sob domínio da CMNP. À medida que os poderes públicos passaram a exercer seu domínio sobre o espaço reservado para o Centro Cívico, e este existindo somente em projeto, passa a sofrer alterações, de modo que sequer em tempo algum, o desenho original foi executado. A descaracterização acontece em várias etapas, culminando com extinção do nome “Praça da República” denominada no projeto inicial, dando lugar ao nome de “Centro Cívico” e posteriormente “Centro Cívico Edno Guimarães”, num processo de rememoração.

O espaço atual, antes destinado ao conjunto de três praças e edifícios institucionais, foi ocupado por edificações, de uso público e privado, sem a preocupação de compor esteticamente o “Centro Cívico” como um todo. A circulação restante do que seriam as vias largas projetadas inicialmente perdeu seu caráter “monumental e elegante”, uma vez que pelo estreitamento e obstruções físicas e visuais não apresentam largura e distanciamento suficientes para oferecer perspectivas.

As modificações legais no plano urbanístico de Cianorte ao longo de sua história, no que se refere ao Centro Cívico, trouxeram consequências negativas, demonstrando a vulnerabilidade dos planos urbanísticos existentes, quanto à facilidade de alterações. Essas alterações descaracterizaram o plano inicial para o Centro Cívico proposto pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira, alterando o uso e a morfologia do espaço, causando prejuízo à paisagem local sobre vários aspectos, incluindo legibilidade, mobilidade, identidade, e sujeitou o espaço a usos incompatíveis com seu caráter inicial. Alguns fatores contribuíram para este resultado, como o desconhecimento dos gestores em razão do plano, ou descompromisso em segui-lo, interesses diversos do poder público ao da colonizadora, assim como o distanciamento entre a implantação do plano e a concretização do projeto.

A construção do ideário sobre a cidade, aqui abordado, perpassa sobre o levantamento dos eventos que constroem a história cultural local, buscando trazer à luz fatos pontuais passados, como interesses econômicos e divergências políticas, na intenção de fortalecer a discussão acerca da compreensão dessa sociedade, seus valores e motivações que permitiram os desdobramentos e alterações ocorridas no plano inicial para o Centro Cívico, objeto deste estudo.

Como uma obra de arte é capaz de tirar o fôlego, surpreender, emocionar, assim é a surpresa de andar por uma cidade descobrindo seus segredos. Cianorte foi projetada para levar o sujeito a se locomover, contemplando uma sucessão de avenidas, largos, praças e edifícios, que de tamanho esmero em seu traçado urbano ou arquitetônico causasse espanto, dentre os mais variados sentimentos, projetada para o futuro, com espaços públicos e avenidas largas.

Nenhuma novidade, muitas cidades foram pensadas ou aconteceram de modo a se tornaram referência com seus elementos urbanísticos marcantes. Cidades que fizeram história, que resistiram a guerras, foram reconstruídas ou que mesmo em ruínas sobreviveram preservando sua memória e identidade. O que falar então desta Cianorte, cujo plano urbanístico foi um sonho sonhado por poucos, por aqueles que buscaram a semente da mais conceituada origem, ou o melhor exemplar do plantel. O tiro foi certo, mas foi entregue àqueles que não tinham olhos para reconhecer que se tratava de uma obra especial. O Eixo Monumental cujo ponto alto seria o Centro Cívico, projetado com princípios artísticos, deu lugar à execução estranha e desarticulada no qual o projeto inicial foi totalmente ignorado, configurando-se em um espaço urbano de potencial estético amputado.

Como visto durante esta dissertação, o valor histórico do projeto urbanístico desenhado para a cidade de Cianorte, de autoria do engenheiro Jorge de Macedo Vieira, confirma-se tanto pela qualidade do conjunto de sua obra, sendo este projeto um de seus mais notáveis exemplares, por se tratar de um projeto completo para uma cidade, onde o autor teve a oportunidade de demonstrar seu ideário sob vários aspectos, tanto pelo desenho em si, como pelas soluções técnicas associadas a estética e ao lugar. Embora não tivéssemos o objetivo de analisar o anteprojeto de 1955, em seu conjunto, suas articulações e princípios em comum, foram suficientes para confirmar sua importância como um todo.

Como sugestão, a fim de promover a consciência e a conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico de Cianorte, propomos a realização de programas educativos relacionados ao patrimônio cultural, de modo a destacar a figura do engenheiro Jorge de Macedo Vieira e o projeto original da cidade, bem como a criação do museu histórico local apropriado para armazenar o acervo ainda em posse da população.

REFERÊNCIAS

A HORA. Jornal. **Cianorte, recém-inaugurada na Zona do Ivaí, é mais uma gigantesca cidade em perspectiva.** Maringá, 30 de jul. de 1953. Ano I, n. 3.

ALBERNAZ, Maria Paula, LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura.** vol.1, verbetes da letra A até I. apresentação: Luiz Paulo Conde. - 1ª reimpressão / São Paulo: ProEditores, 1997-1998. 1-X, 316 p. il.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Elen. **Prefeitura doa terreno para nova sede da OAB.** O Diário. Com. 22 ago. 2006. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/parana/2006/08/prefeitura-doa-terreno-para-nova-sede-da-oab/30234/?amp=true>>. Acesso em: 25 marc. 2018.

AMJS. Associação dos Moradores do Jardim da Saúde. **O Jardim da Saúde na exposição do Engenheiro Jorge de Macedo Vieira, na IV Bienal Internacional de Arquitetura (novembro de 1999 a Janeiro de 2000).** 2010. Disponível em: <http://www.amjs.org.br/expototal.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. Ressonâncias do tipo cidade-jardim, no urbanismo de cidades novas no Brasil. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, VI, 2000, Natal. **Anais SHCU 1990 -2008.** Recife: UFPE, 2008. 1 CD-ROM.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; SOUZA, Cordovil, Fabiola Castelo de. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as “requalificações urbanas”. **Scripta Nova.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 12, 2008.

A PIONEIRA. Revista. **No seu primeiro aniversário Cianorte apresenta apreciável índice de progresso.** Londrina, a.7, n.17, fev. 1955. Disponível em: https://issuu.com/maringahistorica/docs/revista_a_pioneira_-_janeiro_e_fevereiro_de_1955?backgroundColor=%2523222222. Acesso em: 25 de mai. de 2017.

A PIONEIRA. Revista. **Cianorte a nova e moderna cidade inaugurada na cafelândia paranaense.** a, 6, n. 15, abr. 1954. Londrina. Disponível em: https://issuu.com/maringahistorica/docs/revista_a_pioneira_-_mar_o_e_abril_de_1954. Acesso em: 25 de mai. de 2017.

ARAÚJO, Ronaldo de Souza. **Modificações no planejamento urbanístico.** São Paulo: Nobel, 2009.

AMJS-ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL JARDIM SAÚDE. **O Jardim Saúde na exposição do Engenheiro Jorge de Macedo Vieira, na Bienal Internacional de Arquitetura (novembro de 1999 a janeiro de 2000).** 2010. Disponível em: <http://www.amjs.org.br/expototal.htm>. Acesso em: 05 de mai. de 2017.

BARROS NETO, Paulo de Moraes. **Depoimento** [ago. 2017]. Entrevistadora: Márcia Valéria Aguilar Carraro Seixas. Cianorte, 2017. 1 arquivo .mp3 (60 min.).

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1976. 813 p.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. Editora Perspectiva. São Paulo. 2015. 728 p.

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de **centros históricos** / Nabil Bonduki. – Brasília, DF: Iphan / **Programa Monumenta**, 2010. 376 p.

BONFATO, Antonio Carlos. **Macedo Vieira: ressonâncias do modelo cidade-jardim**. São Paulo: SENAC, 2008.

BONFATO, Antonio Carlos. **Águas de São Pedro por Jorge de Macedo Vieira: ressonâncias e traduções do modelo “Gardem City” na estância hidromineral paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Campinas, PUCCAMP, 2003.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. Trad. Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.

CHOAY, F. **O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CIANORTE. Câmara Municipal. **Lei Ordinária 49 de 23 de junho de 1971**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 128 de 09 de dezembro de 1972**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **lei Ordinária 129 de 09 de dezembro de 1972**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 1137 de 04 de novembro de 1988**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 1966 de 09 de dezembro de 1998**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 2583 de 13 de setembro de 2005**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 2728 de 13 de setembro de 2006**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 2745 de 10 de outubro de 2006**. Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 2897 de 20 de setembro de 2006.** Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 2939 de 26 de novembro de 2006.** Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 3398 de 26 de novembro de 2010.** Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 4336 de 27 de maio de 2014.** Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

_____. **Lei Ordinária 4808 de 26 de novembro de 2016.** Disponível em: <http://camaracianorte.pr.gov.br/> Acesso em 17 de janeiro de 2017.

CIOFFI, H. et al. **Cianorte, sua história contada pelos pioneiros.** Cianorte: Gráfica Ideal, 1995.

CMNP- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: Edanaee, 1975.

CMNP. **Acervo não-catalogado da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná,** sob consignação do escritório de Cianorte (CMNP).

CORDOVIL, Fabíola CS. Projeto Urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. **Pensar Maringá,** v. 60, p. 83-99, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DALBERTO, Anelise Guadagnin. **O desenho da cidade e a identidade urbana:** o caso da expansão de Cianorte – PR. 2009. Dissertação (Mestrado Engenharia Urbana) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2009.

DA SILVA, Valéria Cristina Pereira. A Cidade no Labirinto: descortinando metáforas da pós-modernidade. **Revista Sociedade & Natureza,** v. 21, n. 1, 2009. p. 147-158.

DA SILVA, Valéria Cristina Pereira. Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo. **SciELO-Editora UNESP,** 2010.

DE ARRUDA, Juliana Bandeira; DE SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A estética urbana no projeto de Saturnino de Brito (1887-1929). **Paisagem e Ambiente,** n. 22, p. 110-121, 2006.

DE OLIVEIRA, Benedito Tadeu. Patrimônio e desenvolvimento em Belo Horizonte. Palácios da Praça da Liberdade em risco. **Arquitextos,** São Paulo, ano 07, n. 080.07, Vitruvius, jan. 2007.

DE OLIVEIRA, Carlos José; DOS SANTOS, Madeleine Alves. Os Canais de Saturnino: documentário conta história de um projeto pioneiro. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), n. 22, p. 120-133, 2016.

DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William. **Desenho urbano contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. p. 285.

DIAS, Edson dos Santos. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis, 1998.

FACHINI, M. P. **A urbanização e impactos ambientais em Cianorte**. Monografia de conclusão de Curso–Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1987.

FAUEL- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, 2017. **Revisão do Plano Diretor de Cianorte**. Londrina: FAUEL, p. 132-133.

FOLHA DE LONDRINA. Jornal. **Hino de fé no destino grandioso do Paraná**. Edição de 7.08.53. p. 3. Ano VI.

FOLHA DE LONDRINA. Jornal. **Brilhante acontecimento a inauguração da cidade de Cianorte**. Edição de 28.07.53. Ano VI, n. 647.

FOLHA DE LONDRINA. **Tomam posse os prefeitos de Jussara Cianorte e Terra Boa**. Ano IX. n. 1340, 29 dez. 1955.

FREITAS, Valéria; SEIXAS, Márcia; DALBERTO, Anelise, Patrimônio histórico de Cianorte: os primeiros edifícios e áreas públicas. Porto Alegre: **IV ENANPARQ**, 2016.

GOLTARA, Giovani Bonadiman; MENDONÇA, Eneida Maria Souza. O emprego da fotografia como método de análise da transformação da paisagem-o caso de Anchieta. **Paisagem e Ambiente**, n. 36, p. 119-136, 2015.

GUTIÉRREZ, Ramón. O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1–O aporte francês. **Arquitextos/Vitruvius**, n. 087.01, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/216>. Acesso em: 10 de mai. de 2017.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HERTZBERGER, Herman; MACHADO, Carlos Eduardo Lima. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de amanhã**. São Paulo: Estudos Urbanos, 1996. (Série Arte e Vida Urbana). 1996.

JORNAL UNIPAR. Edição especial. Universidade paranaense- UNIPAR. **Campus Cianorte**. a. 11, n. 59. Jun. 2011. Disponível em: https://issuu.com/diegogiroto/docs/jornal_unipar_edicao_especial. Acesso em: 25 de maio de 2017.

KAWAI, Célia Seri. **Os loteamentos de traçado orgânico no município de São Paulo na primeira metade do século XX**. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista.

LAMAS, J. M.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2014.

LARUCCIA, Maria Aparecida Felicia. Reflexões sobre a produção e reprodução do espaço na cidade de São Paulo. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 293-312, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**, Paris. Anthropos, 1987.

LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurelio Filgueiras (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LEWIS, Nelson Peter. **The planning of the modern city: A Review of the Principles Governing City Planning**. John Wiley & Sons, Incorporated, 1916.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70. ISBN 972-44-0379-3, 1996.

MAFRA, João. **Depoimento** [jun. 2017]. Entrevistadora: Márcia Valéria Aguilar Carraro Seixas. Cianorte, 2017. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

MAHFUZ, Edson da Cunha. Banalidade ou correção: dois modos de ensinar arquitetura e suas consequências. **Revista Projetar: projeto e percepção do ambiente**. Natal, RN. v. 1, n. 3, dez. p. 8-25, 2016.

MALHEIROS, Ubiraécio da Silva. **Palmas: cidade real, cidade imaginária - arte pública como representação urbana**. 2002. 248 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994. v. 9.

MENDONÇA, Eneida M. S. Transformação e permanência de formas urbanas: uma contribuição metodológica. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 3, n. 2, p. 123, 2015.

MENEGUETTI, Karin Schwabe. **Cidade-jardim, cidade sustentável: a estrutura ecológica urbana e a cidade de Maringá.** Maringá: Eduem, 2009.

MIRANDA, Antonio et al. **Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos.** Ciência da Informação, v. 29, n. 2, p. 78-88, 2000.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural-** DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/TerraPlural.v.3i2.323334>. Terr@ Plural, v. 3, n. 2, p. 323-334, 2010.

MOREIRA, Tomás Antonio; TERBECK, Maria Inês. Planos diretores municipais de pequeno porte no Paraná: Cianorte, Rondon e São Tomé. **Urbe.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 7, n. 2, 2015.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. Jornal. **Prefeitura doa terreno para nova sede da OAB.** Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/parana/2006/08/prefeitura-doa-terreno-para-nova-sede-da-oab/30234/?amp=true>>. Acesso em 25 mar. de 2017.

OLIVEIRA, Marcel Steiner Giglio de. **Arquitetura em São Paulo na Era Vargas-o art déco e a arquitetura fascista nos edifícios públicos (1930-1945).** 2008. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2008.

OTTONI, Dacio A. B. Cidade-jardim: formação e percurso de uma ideia. In HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã.** São Paulo, Hucitec, 2002, p. 50.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** Autêntica, 2013.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos.** 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-45.** Tese (Doutorado)- Faculdade de arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: FAUSP,1997.

PMC. **Prefeitura Municipal de Cianorte.** Disponível em: <<http://www.cianorte.pr.gov.br>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social.** In: Estudos Históricas. v.5. nº 10. Rio de Janeiro: 1992, p.200-212.

QUINTELLA, Ivvy Pedrosa Cavalcante Pessôa. A concepção da forma urbana na escola francesa de urbanismo: rupturas e continuidades. In: **VIII Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Balneário Camboriú,** Junio 2016. Balneário Camboriú: Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2016.

REGO, Leão Rego. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. **Acta Scientiarum Maringá**, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001. Disponível em: <http://educem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/viewArticle/2801>. Acesso em 25 de abr. de 2016.

REGO, Renato Leão. Ideias viajantes: o centro cívico e a cidade como obra de arte – do *citybeautiful* ao coração de Maringá, **XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Anais**. Vitória, UFES, 2010.

REGO, Leão Rego. Forma urbana e arborização no século 20 As distintas abordagens na cidade jardim, na cidade bela e na cidade funcional. **Arquitextos/Vitruvius**, 177.02 urbanismo ano 15, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.177/5477>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

REGO, Leão Rego et al. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum**. Technology Maringá, v. 26, n. 2, p. 141-150, 2004.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. **A conformação urbana**. O desenho das principais cidades da companhia melhoramentos norte do Paraná. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, **Anais...** v. 8, n. 2, 2012.

REIS, Nestor Goulart; BENTES, Júlio Cláudio da Gama. Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano: estudos, diálogos e desafios. In: **ENANPARQ**, 4., 2016. Anais... Porto Alegre, ENANPARQ, 2016.

RIBEIRO LIMA, V.; MARINHO, Marcelo; BRAND, A. História, Identidade e Desenvolvimento local: Questões e conceitos. **Histórias & Perspectivas**, Uberlândia, p. 363-388, 2007.

ROBBA, Fabio e MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

SAMPAIO, Joao Luiz. **O Theatro Municipal do Rio de Janeiro, entre realidade e discurso**. JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 30 Março 2018 Teatro Municipal, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/joao-luiz-sampaio/o-theatro-municipal-do-rio-de-janeiro-entre-realidade-e-discurso/> acesso 25 de mai. de 2017.

SANTOS, José Lázaro de Carvalho. Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo. **Malha Urbana-Revista Lusófona de Urbanismo**, v. 3, n. 3, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Pensando o espaço do homem**. Edusp, 2004.

SARAMAGO, José. Entrevista com José Saramago. **Revista Vértice**, n 14, p. 85-99, maio, 1989.

SEGAWA, Hugo M. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1996.

SITTE, Camillo; ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. GEOUSP: Espaço e Tempo, n. 19, p. 93-111, 2006.

SOUZA, Maurício Pinheiro da Costa. **Praças cívicas das capitais do Brasil: padrões espaciais e história**. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

SOUZA, Nadir Leandro de. **Parque Mandhuy e sua relação com a cidade de Cianorte, Paraná**. 2010 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Maringá, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SOUZA, Nadir Leandro de. **Parque Cinturão Verde de Cianorte: de fragmentação florestal à área protegida no espaço urbano**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2015.

STEINKE, Rosana. **Ruas curvas versus ruas retas: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira**. Maringá: Eduem, 2007. 212 p.

STEINKE, Rosana. A biografia profissional enquanto tema na cultura urbanística: relato de uma experiência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

TJ- PR/JUSBRASIL/NOTÍCIAS, 2012 **Presidente do TJ inaugura fóruns em Arapongas, Cianorte e Icaraíma**. Disponível em: <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/noticias/50720/presidente-do-tj-inaugura-foruns-em-arapongas-cianorte-e-icaraima>. Acesso em 02 de jan. de 2017.

TREVISAN, R.; SILOTO DA SILVA, R. (Re) Construindo Águas de São Pedro, uma Cidade Jardim. **Revista Vivência**, n. 33, p. 77-100, 2008. Disponível em: br/Vivencia/sumarios/33/PDF%20para%20INTERNET_33/07_Ricardo%20Trevisan.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

TRIBUNA DE CIANORTE, Jornal. **Associação médica de Cianorte inaugura sede**. Disponível em: <https://www.tribunadecianorte.com.br/noticia/associacao-medica-regional-de-cianorte-inaugura-sede>. Acesso em: 25 de mai. de 2017.

TRINDADE, Dirceu. Palmas: Desenho Urbano da Capital do Tocantins. In: DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William. **Desenho urbano contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

VIEIRA, Jorge de Macedo. Jorge de Macedo Vieira: **depoimento** [23 out. 1971]. Entrevistadores: Equipe do Serviço de Recursos Áudio -Visuais da Secretaria da Educação e Cultura de Maringá. Maringá: Prefeitura do Município, 1971. 1 cassete sonoro. p. 5.

VIEIRA, Flavio. **Depoimento** [jun. 2017]. Entrevistadora: Márcia Valéria Aguilar Carraro Seixas. Cianorte, 2017. 1 arquivo .mp3 (45 min.).

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169 – 243.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. **Desenho urbano**. São Paulo: Bookman, 2012.

YAMAKI, Humberto. Cidades novas norte paranaenses: citações e referências nos planos urbanísticos e praças 1930 - 60. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 6, n. 3, 2012.

ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura em madeira** [livro eletrônico] /Antonio Carlos Zani. – Londrina: Eduel, 2013. 1 Livro digital. Inclui bibliografia. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php> ISBN 978-85-7216-677-5